

arq.urb

#26

| setembro - dezembro |
| 2019 |

UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU
mestrado em arquitetura e urbanismo

revista eletrônica de arquitetura e urbanismo
ISSN 1984-5766 | www.usjt.br/arq.urb/

Download english version in:
www.usjt.br/arq.urb

i | Apresentação

2 | Editorial

7 | **Elisabete Mitiko Watanabe e Heloisa Faria de Cruz**

> O reconhecimento do patrimônio cultural de matriz africana – tombamento e registro de territórios tradicionais em São Paulo

23 | **Felipe Bueno Crispim**

> O tombamento de áreas naturais pelo Condephaat: marco de inovação e memória da instituição do patrimônio paulista (1976-1995)

44 | **Manoela Rossinetti Rufinoni**

> Do edifício ao território: o patrimônio urbano industrial na trajetória do Condephaat (1968-2018)

61 | **Deborah Regina Leal Neves**

> Tecendo a história de São Paulo: tecelagens como patrimônio cultural

80 | **Repep - Rede Paulista de Educação Patrimonial**

> Miradas para a Freguesia, participação social e a construção de valores na cidade

102 | **Elaine Aparecida Jardim**

> A cidade começa no lugar onde você mora! Relações entre memória, identidade e território nos bairros-sede dos CEUs

117 | **Flávia Brito do Nascimento**

> Patrimônio cultural e história oral nos conjuntos residenciais dos IAPs, São Paulo/SP

138 | **Mariana Kimie da Silva Nito**

> Entorno de bens tombados e desafios entre legislação, técnica e valores urbanos

158 | **Eduardo Polidori Villa Nova de Oliveira**

> Fundação de São Vicente, a(s) biografia(s) de uma pintura (1892-1939)

> estrutura > linha editorial > normas > números anteriores > contato

> sumário > editorial > temático > ensaios & pesquisa > depoimentos & debates > em formação > discutindo projetos > clássicos, em português

Apresentação

Memória e Patrimônio Cultural em São Paulo: múltiplas dimensões de uma relação em transformação

Vetor de memória, o patrimônio cultural, após a Segunda Grande Guerra, sobretudo a partir dos anos 1980, tem se constituído como campo em contínua e acelerada transformação devido, principalmente, às mudanças nas formas como a memória - juntamente com a história - tem sido compreendida e enfrentada.

Desde o final daquele conflito bélico, a chamada “crise da modernidade”, como a conhecemos hoje, é herdeira de uma situação de impasse caracterizada pelos múltiplos questionamentos sobre as condições sociais, econômicas e culturais que a modernidade, e seus conceitos fundamentais - “progresso constante”, “razão dominante”, “técnica neutra”, mecanicismo, entre outros -, apresentava para o mundo, estivesse do lado capitalista ou socialista. O movimento contra a Guerra do Vietnã, a Primavera de Praga, o Maio de 1968 foram eventos incontestados de uma

mudança de atitude que se alastrou pelo mundo, questionando os valores que a modernidade (ou pelo menos um certo tipo de modernidade) estava tentando impor à humanidade.

Contudo, ao invés da ruptura que parecia se anunciar, os chamados processos de mundialização da economia - resultantes do colapso do mundo socialista, do fim da Guerra Fria, do triunfo do sistema de mercado e do neoliberalismo empresarial e econômico que se estruturaram a partir dos anos 1980 -, levaram à maior flexibilização, mobilidade e internacionalização dos capitais, produzindo o acirramento dos processos de centralização e concentração do capital em poucas mãos. A riqueza saiu da produção - e das nações - para acomodar-se no mundo das finanças, das ações, das bolsas, dos mercados de futuros, da economia globalizada, das offshore, dos paraísos fiscais, da lavagem de dinheiro - e, a partir desta posição totalizadora do simulacro do mundo rico, o mundo real foi deslocado.

O discurso de desqualificação do Estado, enquanto provedor de infraestrutura física e institucional ou como representante do interesse coletivo, legitimou novas formas sociais. As políticas neoliberais sustentaram-se sobre movimentos de desmonte do Estado de bem-estar, de concentração de capital e de renda, e do prolongamento insustentável do endividamento para financiar o consumo, enquanto o centro de gravidade da produção social deslocava-se da indústria para os serviços (desindustrialização e terceirização).

Neste contexto, a “verdade”, como instância positiva da modernidade, deixou de ter qualquer valor, passou a ser relativizada como todos os outros aspectos da sociedade. A “desvalorização” da verdade veio, primeiro, acompanhada do relativismo sobre a própria verdade, que inicialmente passou a ter várias interpretações (inclusive no campo da ciência, pós Einstein) para depois, finalmente, não possuir nenhum valor. Qualquer tradição poderia ser utilizada ou reutilizada para informar sobre o estado da sociedade.

Essa mudança dos paradigmas sociais iria, inexoravelmente, influenciar a apropriação da memória. Como um dos seus vetores, é bem sabido como o campo do patrimônio cultural tem se ampliado desde a segunda metade do século XX. Mais do que isso, a fragmentação do mundo contemporâneo - que substituiu a compartimentação do mundo moderno, tal

como observado por Milton Santos (2000) - tem sido representada pelos “lugares de memória” de Pierre Nora (1984), que bem traduzem a fragmentação do uso da memória em um mundo desritualizado.

A valorização da memória, que se coloca de forma intensa a partir da década de 1980, está justamente relacionada ao sentimento de perda de um mundo cujas sólidas bases se desmancham no ar (Berman, 1982). Tal como já revelava Halbwachs (1990), a sociedade lembra da memória nos momentos de perda; uma resposta à necessidade de continuidade temporal do ser humano:

O avanço da tecnologia da comunicação e a aceleração do ritmo cotidiano remetem os indivíduos à sensação de viverem sempre um mesmo tempo histórico, o presente, e rompe o sentido de continuidade antes percebido entre passado-presente-futuro. Busca-se, por isso, superar a ruptura com o passado, da qual nasceu a insegurança quanto ao futuro, dimensão imaginária do tempo, onde se concretizam as expectativas anteriores a este. (RODRIGUES, 2008, s.p.)

A difusão do “culto patrimonial” pelo mundo inteiro nas últimas décadas (CHOAY, 2001, p. 237) revela justamente esse momento em que a sociedade já não é mais o que era, mas ainda não sabe o que será. A perda das formas tradicionais dos artefatos, sejam eles arquitetônicos ou urbanos, dos fazeres e dos saberes que começam a se manifestar no período do Iluminismo, no século

XVIII (TAFURI, 1985), acentua-se no último terço do século XX. Momento em que a sociedade busca a memória como meio de valorização de culturas específicas e de reconhecimento de identidades várias.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 bem traduz esse momento de ampliação do conceito de patrimônio cultural e valorização da memória e da identidade dos vários grupos sociais, deslocando a atribuição de valor do estado para a sociedade.

O direito à memória, inicialmente defendido no final da década de 1980 e nos anos 1990, encontra, hoje, um campo de ação complexo e contraditório. Se, por um lado, os órgãos de preservação do patrimônio encontram-se ameaçados por instâncias conservadoras que pretendem sucatear essas instituições, por outro, a sociedade resiste por meio de ações que reivindicam o direito à memória. Mais do que resistir, essas ações apontam para novos caminhos. Caminhos que mostram a mudança de valores que a sociedade vem dando para a memória. Como experiência vivida, como fazer social, a memória tem sido usada para recolocar antigas e pendentes questões culturais sob novas perspectivas, como aquelas relacionadas aos grupos sociais menos representados nas escolhas oficiais do patrimônio cultural:

Finalmente, do último quartel do século passado em diante domina o caráter pragmático da memória. De instrumento de conhecimento a

critério ético e poderosa arma de reivindicação e ação política, ela é agora submetida a um crivo multivariado de disciplinas. As práticas políticas, sobretudo identitárias, substituem a função de conhecimento. (MENESES, 2018, p. 2)

De natureza política, os campos da memória e do patrimônio cultural demandam cautela para evitar a manipulação, banalização ou mesmo mistificação de conceitos e valores. Por outro lado, os lugares de memória - ao contrário dos lugares de história (Nora, 1993) - têm tido um papel relevante na construção e valorização da identidade, ao se constituírem como representação que mobiliza certos grupos sociais, não só por meio da memória individual, mas também coletiva. Memória e patrimônio têm sido usados na busca de ressignificações de lugares sociais.

Essa nova dimensão dos valores da memória impõe, assim, um grande cuidado no tratamento dessas questões. A produção do conhecimento sobre a memória e o patrimônio cultural, nesse quadro, é fundamental para a compreensão de um campo cada vez mais dinâmico, que, antes mais estático, pautava-se quase que exclusivamente pelas escolhas das instituições oficiais, responsáveis pela identificação e proteção desse patrimônio.

É nesse contexto que se inscreve este nº 26 da Revista *arq.urb*, edição temática sobre memória e patrimônio cultural em São Paulo. Os artigos desta edição trazem abordagens recentes que refletem as novas dimensões, problemáticas e desafios

de uma relação em transformação como a que une a memória e o patrimônio cultural neste início de século XXI. Referem-se a aspectos múltiplos dessa relação, buscando novas leituras sobre as significações sociais, a memória e a religiosidade afro-brasileira, o patrimônio natural, o urbano, o industrial e o local, a percepção do morador, a questão do entorno dos bens tombados, bem como, também, questionamentos acerca da representação pictórica e a construção da memória. Essas dimensões diversas respondem, cada uma de sua forma, às mudanças aqui apontadas.

Uma edição construída a partir de vários enfoques, principalmente, de profissionais da História e da Arquitetura e Urbanismo. Por outro lado, são distintas visões, de técnicos dos órgãos de preservação, de pesquisadores da universidade, bem como da sociedade civil organizada na forma de um coletivo com profissionais de distintas áreas.

Já não há, nessas abordagens, separação entre o material e o imaterial. Os lugares são sempre únicos e os seus significados, múltiplos.

REFERÊNCIAS

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar.** A aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **Os museus e as ambiguidades da memória: a memória traumática.** Conferência. 10º Encontro Paulista de Museus. São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Ulpiano-Bezerra-de-Meneses.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2019.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. **Proj. História**, São Paulo, nº 10, dez. 1993. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>>. Acesso em: 24 out. 2019.

RODRIGUES, Marly. **Memórias, preservação e representações do passado.** Palestra proferida na Associação de Arquivistas de São Paulo, em 19 dez 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** São Paulo: Record, 2000.

TAFURI, Manfredo. **Projecto e utopia.** Lisboa: Editorial Presença, 1985. (Coleção Dimensões). ■

Editorial

Edite Galote Carranza*

O Patrimônio é o tema da arq.urb 26, em número especial bilíngue. Se visitar o tema é sempre oportuno, ainda mais neste ano de 2019, em que a Área de Arquitetura, Urbanismo e Design (AUD) da Capes reuniu a elite da pesquisa do país propondo um território de ação futura integrada aos objetivos do Relatório Mundial *Rel|Pensar as políticas culturais: criatividade para o desenvolvimento 2018*, lançado pela UNESCO. Este Relatório Mundial contempla o papel da **cultura** no desenvolvimento sustentável e define metas e estratégias para o cumprimento dos objetivos da Agenda 2030. Assim, a AUD ilumina a trilha da valorização da sustentabilidade e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, entre eles: **ODS 11.4 Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo**. Nesse sentido, nossa edição contém uma parcela representativa dos esforços de pesquisadores brasileiros.

A organização desta edição temática, com seus nove artigos que comentaremos a seguir, coube

à pesquisadora Andréa de Oliveira Tourinho, coeditora da arq.urb e professora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu.

O **reconhecimento do patrimônio cultural de matriz africana – tombamento e registro de territórios tradicionais em São Paulo**, de autoria de Elisabete Mitiko Watanabe – mestranda em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- e de Heloisa Faria de Cruz – docente do Programa de Pós-Graduação e do Curso de Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, contempla nova discussão sobre os instrumentos do tombamento. A autora desenvolve uma reflexão sobre preservação, valorização e visibilidade de lugares sagrados da cultura afro-brasileira, que são legados legítimos de nossa identidade multicultural, miscigenada e sincrética. O artigo se insere no contexto recente de reconhecimento e valorização de bens ligados à história e memória das populações negras pelo Conselho de Defesa

*Professora da Universidade São Judas Tadeu em Regime de Tempo Integral, atua na Graduação e no Mestrado *Stricto Sensu* em Arquitetura e Urbanismo. Possui doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São

Paulo (2013), Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Mackenzie (1991) e Mestrado pelo Instituto Presbiteriano Mackenzie (2004). Diretora do escritório de arquitetura e editora G&C Architectônica Ltda e editora-chefe do periódico 5% Arquitetura + Arte.

do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo, além de contribuir para a valorização e promoção da diversidade das expressões culturais em conformidade com os objetivos do Relatório Mundial supracitado.

O Tombamento de áreas naturais pelo Condephaat: marco de inovação e memória da instituição do patrimônio paulista (1976-1995), de Felipe Bueno Crispim (doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas, resgata as ações inovadoras do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo, que no período entre 1976 a 1995 adotou o tombamento como recurso de preservação de áreas e paisagens naturais. O artigo traz a questão da salvaguarda das áreas naturais pelos órgãos de preservação do patrimônio cultural, além de problematizar a questão nos contextos atual e futuro.

Manoela Rossinetti Rufinoni – professora do Departamento de História da Arte e do Programa de Pós-Graduação em História da Arte da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo- através **Do edifício ao território: o patrimônio urbano industrial na trajetória do Condephaat (1968-2018)**, mergulha na amplitude dos conceitos de patrimônio industrial e ambiental urbano, bem como das formas de entendimento das suas relações, patrimoniais e urbanas, ao longo da trajetória do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Estado de

São Paulo. A autora verifica a aplicação dos conceitos em casos práticos, mediante análise de processos de bens tombados, entre eles: Estação da Luz, Estação de Campinas, Estação Cachoeira Paulista, Estação Barracão, Complexo Paranapiacaba, conjunto Kaigai Kogoyo Kabushiki Kaisha, Cia. Fiação e Tecelagem São Martinho, Complexo do Gasômetro e Casa das Retortas, Antiga Fábrica da Companhia Gessy Industrial, Cervejaria Paulistana, Estação de Bondes do Brás e Complexo Industrial Carioba.

Em continuidade ao tema patrimônio industrial, o artigo **Tecendo a história de São Paulo: tecelagens como patrimônio cultural**, de Deborah Regina Leal Neves – Doutoranda em História na Universidade Estadual de Campinas- trata do resultado da pesquisa realizada para a preservação de seis fábricas de tecidos, que culminou com o tombamento de quatro delas pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo. A autora resgata o surgimento das primeiras indústrias têxteis do Estado, destinadas a suprir o setor de agroexportação cafeeira: sacos de juta, sacos de algodão e cordões, no final do século XIX e primeiras décadas do século XX; também analisa os principais aspectos da arquitetura industrial em seus primórdios, tais como: sistema construtivo, legislação e o estilo ‘britânico manchesteriano’ predominante nos exemplares da pesquisa. A autora analisa detidamente seis processos de tombamento: Fábrica Têxtil Nossa Senhora da Ponte, Sorocaba (1881); Fábrica Brasital e Vila de Operários - *Società per*

l'Exportazione e per l'Industria Italo Americana, São Roque (1890); Companhia Taubaté Industrial, Taubaté (1891); Argos Industrial, Jundiaí (1913); Fábrica Japy, Jundiaí (1913); Fábrica de Tecidos Nossa Senhora Mãe dos Homens, Porto Feliz, (1924), e contextualiza os exemplares fabris como importantes documentos dos primórdios da arquitetura industrial, do desenvolvimento econômico e tecnológico do Estado, e de registro sobre os ambientes de trabalho fabril. Neste sentido, cabe salientar que a autora evidencia a importância de preservar tais espaços como registro da memória dos ambientes de trabalho livre e assalariado, que se tornaram lugares de conflito e disputas na Primeira República.

Com a publicação de **Miradas para a Freguesia, participação social e a construção de valores na cidade**, a arq.urb inova. De autoria de um grande grupo de trabalho, o Repep – Rede Paulista de Educação Patrimonial, um Coletivo educador que reúne integrantes de Instituições de Ensino Superior, Sociedade Civil e Comunidade, o texto em parte segue as convenções do artigo científico e, em parte, é um relato na primeira pessoa. A forma inovadora é acompanhada de uma abordagem democrática, horizontal, onde os integrantes do grupo de capitais culturais distintos relatam suas experiências de ativismo comunitário, em prol da preservação do patrimônio daquele bairro periférico. O ativismo do grupo resultou numa solicitação formal ao Departamento de Patrimônio Histórico (DPH) para revisão do tombamento do Núcleo Original da Freguesia do Ó, com objetivo de incluir a denominada Mirada do Ó, ou seja,

a histórica vista da colina à várzea do Rio Tietê. Dessa forma, o artigo cumpre o importante papel de estabelecer elos entre culturas – erudita e popular, ao conduzir à reflexão da academia, pois traz de forma direta e democrática, os anseios e desejos dos cidadãos diante da preservação cultural – material e imaterial da cidade. Neste sentido, a arq.urb atua em consonância com os objetivos do Relatório Mundial e “re-pensa” o gênero científico.

A cidade começa no lugar onde você mora! Relações entre memória, identidade e território nos bairros sede dos CEUs, de Elaine Aparecida Jardim - arquiteta e urbanista com pós-graduação em análise do discurso de imagens e mestrado em Museologia pela Universidade de São Paulo, é o registro de uma profícua experiência. A autora relata as ações do projeto municipal *Meu bairro, minha cidade: você também faz parte desta história*, uma experiência político-pedagógica que foi realizada pela Secretaria Municipal da Educação. Trata-se de um projeto realizado no contexto das comemorações dos 450 anos da fundação da cidade de São Paulo, que buscou incluir as “memórias locais” dos bairros periféricos nas unidades dos Centros Educacionais Unificados - CEUs. A autora discorre sobre a metodologia, o registro da história oral dos moradores do bairro, a sistematização da documentação – textual e iconográfica, e a realização das exposições. A experiência se mostrou um importante instrumento de aproximação entre o poder público e comunidade. No âmbito das políticas patrimoniais, reuniu um rico acervo sobre os

bairros periféricos. Em outros termos, aquela experiência educadora remete ao próprio sentido da preservação da memória da cidade como patrimônio para as gerações futuras.

Habitar o presente, construir o passado: história oral e patrimônio nos conjuntos residenciais modernos em São Paulo, de Flávia Brito do Nascimento – professora na graduação e pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, é uma pesquisa fundeada na história oral dos moradores de conjuntos residenciais construídos pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs). A pesquisadora, com assistência de alunos bolsistas do Programa Unificado de Bolsas da Universidade de São Paulo, entrevistou cerca de cinquenta moradores, quase todos pertencentes à primeira geração de famílias moradoras daqueles conjuntos. Com base na coleta de dados, a autora discute temas como preservação do patrimônio material, tanto dos conjuntos arquitetônicos em si, quanto de temas relacionados ao patrimônio imaterial, ou seja, os registros das memórias dos moradores, das relações que eles estabeleceram com suas moradias e seus bairros, o que resultou em um trabalho sensível de abordagem interdisciplinar e transversal.

Entorno de bens tombados e desafios entre legislação, técnica e valores urbanos, de Mariana Kimie da Silva Nito – doutoranda pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, trata dos resultados preliminares de sua pesquisa sobre o papel do

entorno de bens tombados na gestão urbana. A pesquisadora analisa o tema nas suas interfaces com a cidade e importância no processo de preservação do entorno da edificação tombada, bem como discute seu papel nas políticas públicas urbanas durante período específico. A autora esclarece que, embora o entendimento da questão do entorno tenha sido sedimentado no tempo, poucos avanços efetivos foram implementados com relação aos bens tombados. Para elucidar seu ponto de vista, a autora toma como exemplo o caso do processo de tombamento do Teatro Oficina que foi preservado como bem cultural imaterial da cidade de São Paulo, nas três instâncias – municipal, estadual e federal, e mesmo assim, seu entorno permanece como um território indefinido. A autora analisa detidamente os aspectos legais que envolvem o processo do Teatro Oficina [Uzina Uzona] a fim de iluminar a questão do entorno, especialmente o destino do terreno contíguo ao bem tombado, o qual é objeto de disputa há décadas.

Fundação de São Vicente, a(s) biografia(s) de uma pintura (1892-1939), do historiador Eduardo Polidori Villa Nova de Oliveira - bacharel em História e mestre em Museologia pela Universidade de São Paulo - apresenta os resultados da pesquisa que desenvolveu sobre a icônica obra do pintor Benedito Calixto, que hoje integra o acervo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo. O artigo reconstrói toda a trajetória da obra, dos antecedentes, como a formação do artista e seu trânsito entre os membros da elite vicentina, aos detalhes significativos que envolveram sua

produção para as comemorações do quarto centenário do descobrimento do país e as estratégias de exposição da tela ao público, além da chancela da crítica. O principal objetivo do artigo, contudo, é analisar as múltiplas narrativas que envolveram a pintura ao longo de sua trajetória, tais como: o uso político da pintura pela Sociedade Comemoradora, a construção de uma “visão oficial” do descobrimento, as reproduções da pintura em fotografias de revistas, livros, cartões postais e, principalmente, a maneira como o museu público agencia e difunde as concepções “político-imaginárias” mediante obras consagradas.

Dos nove artigos aqui reunidos, seis deles são frutos de pesquisas realizadas em programas de pós-graduação de universidades públicas

(USP, UNICAMP e EFLCH-UNIFESP); um artigo de pesquisa em programa de pós-graduação de universidade privada (PUC-SP); um artigo sobre pesquisa realizada pelo órgão de preservação do estado de São Paulo, por técnica da instituição; e um artigo registra a experiência inovadora de integração social - Universidade e Sociedade Civil. Em conjunto, os artigos trazem importantes reflexões sobre o tema Patrimônio com abordagens distintas. Eles registram o empenho dos pesquisadores brasileiros em salvaguardar os bens materiais, imateriais e naturais de nossa sociedade.

A qualidade dos artigos reunidos, nesta bem cuidada seleção de Andréa de Oliveira Tourinho, coeditora da *arq.urb* e especialista no tema, confere a necessária, merecida e diuturna luz ao conceito e às boas práticas patrimoniais.

Profícua leitura! ■



O reconhecimento do patrimônio cultural de matriz africana – tombamento e registro de territórios tradicionais em São Paulo

The recognition of the cultural heritage of African origins – Landmarking and registration of traditional sites in São Paulo.

Elisabete Mitiko Watanabe* e Heloisa Faria de Cruz**

*Mestranda em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Graduada em História, com especialização em Gestão Pública e Restauração de Patrimônio Arquitetônico. Funcionária do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat) desde 1991. Desde 2011, ocupa cargo de Diretor Técnico do Grupo de Estudos de Inventário, responsável pela instrução dos pedidos de tombamento e registro protocolados no órgão.

**Possui graduação em História pela University Of Wisconsin (1975), mestrado em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) (1984) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) (1994). É docente do Programa de Pós-Graduação e do Curso de Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) desde 1986 e, atualmente, coordena o Centro de Documentação (CEDIC) da mesma Universidade.

Resumo

Em meio a trajetória recente de reconhecimento de bens ligados à história e memória das populações negras pelo órgão de preservação do patrimônio no Estado de São Paulo, o presente artigo discute questões sobre a adequação da utilização dos instrumentos do tombamento e do registro no trabalho de identificação e proteção de territórios de matriz africana como bem cultural, a partir dos estudos técnicos desenvolvidos sobre os espaços de Candomblé e Umbanda pela UPPH¹, que balizaram a decisão do CONDEPHAAT. Na reflexão que propõe busca contribuir com a discussão sobre a importância da preservação destes espaços como suportes materiais da cultura afro-brasileira em São Paulo.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. CONDEPHAAT. Candomblé. Umbanda.

Abstract

Amid the recent recognition of assets linked to the history and memory of black populations by the heritage preservation agency in the State of São Paulo, *Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo* (CONDEPHAAT), the present article discusses issues about the adequacy of usage of landmark instruments and of registration in the identification and protection of Afro-descendent territories as cultural asset, based on technical studies on *Candomblé* and *Umbanda* sites conducted by UPPH, that guided decisions made by CONDEPHAAT. This work seeks to contribute to the discussion on the importance of preserving these spaces, as they are material supports for the African-Brazilian culture in São Paulo.

Keywords: Cultural heritage. CONDEPHAAT. Candomblé. Umbanda.

1. Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico, criado em 2006 pelo Decreto 50.941/06 e que dá respaldo técnico e administrativo para as decisões do CONDEPHAAT.

Introdução

O presente artigo tem por objetivo apresentar reflexões acerca da proteção de territórios tradicionais de matriz africana, a partir da experiência da instrução técnica dos pedidos de tombamento de 6 espaços ligados à prática do Candomblé e Umbanda em São Paulo, desenvolvido ao longo de 2017 e 2018.

Os pedidos foram protocolados em tempos diferentes e as solicitações foram assinadas pelos responsáveis (e proprietários) dos terreiros, acompanhado de ampla documentação e laudos antropológicos. A partir de conversas iniciais com estes pesquisadores e com as lideranças dos terreiros, foi criado o Grupo de Trabalho Territórios Tradicionais de Matriz Africana Tombados². Assim, o presente artigo é fruto das discussões realizadas no processo de instrução técnica dos pedidos de tombamento destes lugares.

Como indicam os vários estudos sobre a questão, pautadas desde suas origens pelo predomínio da

matriz eurocêntrica, as políticas patrimoniais e de preservação do país só muito recentemente, e de forma ainda bastante tímida, passaram a incorporar referências culturais afro-brasileiras como índice de valorização do patrimônio cultural. Como indica Fonseca (1996, p. 156), assumindo “demandas de setores até então marginalizados pelas políticas culturais”, a partir das décadas finais do século XX, referências patrimoniais voltadas para as tradições populares e as matrizes indígenas e afro-brasileiras passam também a ser incorporadas ao repertório cultural nacional.

A diversificação de bens indicados para integrar o patrimônio histórico e artístico nacional pode ser interpretada, juntamente com a participação maior da sociedade nos pedidos de tombamento, como um indício de que o patrimônio estava sendo então considerado pela sociedade brasileira, mesmo que de maneira ainda bastante limitada, como campo para afirmação de novas identidades coletivas, que se valiam dos bens

2. A proposta de formação do Grupo foi encaminhada pelos pesquisadores Pedro Neto e Wagner Gonçalves da Silva com o objetivo de discutir coletivamente no âmbito da sociedade civil, religiosa, acadêmica e estatal os caminhos do tombamento.

culturais como referências materiais e simbólicas (FONSECA, 1996; p. 158).

Em São Paulo, a atuação do CONDEPHAAT sobre o tema também se deu de forma tímida, se concentrando na década de 1980, com a proteção de igrejas de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e de São Benedito, um bairro de origem quilombola e um único terreiro. Apenas muito recentemente, nos anos 2010, outros bens seriam objeto de estudos pelo órgão, como clubes sociais negros, a retomada da proteção de comunidades quilombolas e terreiros, além das novas possibilidades trazidas com o registro do patrimônio imaterial, a partir da edição do Decreto Estadual 57.439/11.

O lugar do patrimônio de matriz africana nos bens reconhecidos pelo CONDEPHAAT

O CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico é o órgão estatal de São Paulo, responsável pelo reconhecimento do patrimônio cultural paulista. Acumula, em sua trajetória de 50 anos, um total de 499 tombamentos³, dois registros de patrimônio imaterial e 125 processos de estudo de tombamento⁴.

Neste universo de bens, constam prédios institucionais (fóruns, casas de câmara e cadeia, escolas), igrejas, fazendas, residências, centros históricos, áreas naturais, acervos, ferrovias,

hospitais, comunidade quilombolas, terreiro, clubes, cinemas, etc. que foram reconhecidos por justificativas variadas, mas que mantém alguma vinculação com a história paulista.

Embora ainda não consiga abarcar, de forma plena, todos os grupos sociais da sociedade, os tombamentos realizados pelo CONDEPHAAT se configuram como uma nova forma de construir a história, incorporando as novas tendências historiográficas, que surgem a partir da década de 1960 (FENELON, 1993, p. 73) de:

(...) ampliar o mapa de conhecimento histórico e legitimar novas áreas para investigação. Essa ampliação fez surgir ou possibilitou a incorporação de inúmeras temáticas como o urbano, a mulher, a família, o crime, a infância, a educação e outros, todos reclamando um lugar dentro do contexto mais amplo da História Social e da temática da cultura.

Este entendimento sobre a dimensão social do patrimônio se deu de forma gradual, sendo percebida através da mudança dos critérios de avaliação e nos tipos de bens tombados ao longo da trajetória do CONDEPHAAT.

Criado em 1968, o órgão estadual herdou a forma tradicional de preservação do então SPHAN⁵, que entendia a proteção do patrimônio como forma de construção da identidade nacional, o que levou ao tombamento de bens do século XVIII de estilo neocolonial, que se traduziu, no CONDE-

3. Este é o número de tombamento realizados e, muitas vezes, um tombamento recai sobre centenas de bens, como é o caso dos Centros Históricos e Bairros. Estima-se que o número de bens tombados seja de cerca de 3 mil.

4. Fonte: www.condephaat.sp.gov.br e listas de uso interno da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico, que dá suporte administrativo e técnico ao CONDEPHAAT.

5. Atual IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

PHAAT, na proteção de imóveis ligados ao Império e vinculados a ciclos econômicos (RODRIGUES, 1996, p. 179), que tanto se configuravam como documentos da arquitetura, como também se revestiam de tradição nobiliárquica, considerando sua vinculação com grandes heróis do passado.

Neste sentido, os primeiros tombamentos realizados pelo órgão estão afinados com o que Walter Benjamin (2012) nomeia como a história dos vencedores, que traz, a contrapelo, as memórias de sujeitos não nomeados, mas que são parte intrínseca do processo histórico.

Neste contexto, caberia assumir que ao tomar uma fazenda de café, esta proteção traz a contrapelo a memória dos negros escravizados que ali trabalharam e também a barbárie da escravidão. Mas isso nunca aparece. Os pareceres técnicos constantes dos diversos processos de tombamento, trazem a biografia, linhagem e vida política de seu dono, a arquitetura da casa sede, a inserção da fazenda no território do Estado, sua participação no ciclo econômico.

A figura do escravo surge (quando surge) apenas numericamente (quanto maior o número, melhor se caracteriza a pujança da fazenda). A senzala e o pelourinho, se ainda existirem, são elementos acessórios, e servem apenas para destacar a integridade do conjunto, o que amplia a justificativa para sua proteção. E nesta perspectiva, a

escravidão aparece de forma naturalizada, sem quaisquer reflexões.

A Constituição Federal de 1988 é o marco legal que traz a ampliação do conceito de patrimônio. Contudo, a lista dos bens tombados pelo CONDEPHAAT antes deste período, demonstra que sua atuação já direcionava sua ação para novos tipos de bens, embora ainda vinculada à ideia da monumentalidade. Na década de 1970, foram tombados vários bens que exemplificam este novo olhar: escola (Instituto de Educação Caetano de Campos – São Paulo⁶), áreas naturais (Juréia e Serra do Japi⁷), edificações ligadas à imigração (Cemitério Japonês – Alvares Machado; Hospedaria dos Imigrantes – São Paulo⁸); e mesmo bens cujo valor se referia às práticas culturais (Aldeia Caiçara de Picinguaba – Ubatuba⁹), todos protegidos antes da Constituição. Mas ao mesmo tempo mantinha a linha conservadora de proteção de bens monumentais.

De acordo com RODRIGUES (2000, p. 73) tal mudança de perspectiva deve-se, em parte, a realização de um curso em 1974, organizado pelo CONDEPHAAT, IPHAN e Departamento de História da Arquitetura da FAU/USP, que contou com a participação de especialistas estrangeiros, incluindo Varine Bohan¹⁰, que trouxe novas interpretações sobre o conceito de patrimônio, considerado como um “fato cultural composto por três categorias de elementos, o meio ambiente, o conhecimento e tudo o que o homem fabricou, isto

6. Processo 00610/75.

7. Processos 00306/73 e 20.814/79 e 22.366/82.

8. Processos 00496/74 e 20.601/79).

9. Processo 20.130/76.

10. Varine Bohan dirigiu o Conselho Internacional de Museus (Icom), da Unesco no período de 1965 a 1974.

é, os bens culturais”. Também parece importante indicar que em 1982, houve o concurso para contratação de 33 arquitetos e 11 historiadores, formando o corpo técnico efetivo do CONDEPHAAT, permitindo-lhe a ampliação de sua atuação.

RODRIGUES (2000; p. 128) destaca que:

Tomando contato com o pensamento de Walter Benjamin e participando de diversas discussões, entre as quais algumas de caráter técnico, os técnicos passaram a perceber mais claramente as relações entre preservação e memória; (...).

E neste contexto, a história do cotidiano, do trabalho, da educação, da saúde também começar a surgir dentre os bens tombados.

Assim, nesta fase, temos tombamentos de um conjunto de 137 escolas construídas na Primeira República¹¹, que buscou preservar a memória da política pública implementada no período de 1890 a 1930 em São Paulo, além da memória afetiva ligadas a estes lugares; hospitais como o Sanatório Vicentina Aranha¹² (São José dos Campos), Hospital do Juquery¹³ (Franco da Rocha), Asilos Colônia de tratamento de hanseníase (Guarulhos, Bauru, Itu, Casa Branca e Mogi das Cruzes¹⁴) como forma de reconhecer a memória do papel do Estado no tratamento de saúde, mas também dos pacientes, que foram estigmatizados por causa de sua doença (tuberculose, loucura e lepra); Serras, Ilhas, Morros, que visaram a preservação do patrimônio ambiental do Estado¹⁵.

Além destes, destacamos o tombamento da Casa de Dona Yayá (Bela Vista – São Paulo¹⁶), que registra a história de Sebastiana de Melo Freire, em que se contextualiza o papel da mulher na sociedade paulista e o tratamento da loucura no início do século XX.

Mas mesmo com esta ampliação, a cultura de matriz africana tem sido tratada de forma marginal, com poucos bens tombados. Até o ano de 1990, O CONDEPHAAT tombou os seguintes bens ligados, direta ou indiretamente, a cultura de matriz africana:

- Capela Nossa Senhora do Rosário dos Homens Preto de Ivaporunduva - Eldorado (Processo 18.942/74);
- Igreja São Benedito - São José dos Campos (Processo 20.993/79);
- Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Penha de França – São Paulo (Processo 20.776/79);
- Cemitério dos Escravos – São José do Barreiro (Processo 00496/74)
- Terreiro Axé Ilê Obá – São Paulo (Processo 26.110/88)
- Bairro do Cafundó – Salto de Pirapora (Processo 26.336/88)

Como se vê, os tombamentos produzidos pelo órgão relativos à cultura de matriz africana são representados, em sua maioria, pela sua face religiosa. É verdade que, como aponta SILVA

11. No Processo 24.929/86 foram tombadas em conjunto 123 escolas destas 137.

12. Processo 23.370/85.

13. Processo 24.601/86.

14. Processos 33.189/95, 28.728/91, 72.097/14, 72.140/14 e 72.143/14 respectivamente.

15. O tombamento mais emblemático de área natural refere-se à Serra do Mar, objeto do Processo 20.868/79.

16. Processo 21.955/82.

(2005), a religião se tornou uma forma de resistência à dominação católica imposta pelos brancos, quando os negros buscaram conciliar suas práticas aos elementos da doutrina católica, dando origem a diversas religiões, como tambor de mina e pajelança (Maranhão), candomblé (Bahia), xangô (Pernambuco), o batuque (Rio Grande do Sul), sendo que algumas se perderam com o tempo enquanto outras permaneceram até os dias atuais, adaptando-se à dinâmica da sociedade.

De acordo com SILVA (2005, p. 50),

o terreiro associou-se assim ao protesto do negro contra as condições da escravidão, colocando tanto sua organização a favor da luta pela libertação, como no plano religioso, promovendo a crença na magia compartilhada por pessoas que tinham em comum, além da condição de subordinação, a esperança na transformação dessas condições.

Após o fim da escravidão, os terreiros ganham outro destaque, pois se transformam em locais de sociabilidade de negros, onde se buscou o conforto religioso e a esperança diante de uma vida cheia de dificuldades. Para além disso, é inegável a contribuição das religiões de matriz africana para a formação da cultura brasileira, em termos de festividades coletivas (carnaval, maracatu, afoxé, festas de largo, congadas), em diversos campos artísticos e estéticos (samba, capoeira, literatura, cinema), nos gostos alimentares (feijoada, acarajé), enfim na formação de

um ethos reconhecível como um legado nacional e africano em nossa identidade multiétnica e multicultural¹⁷.

Para aqueles que encontraram sua religiosidade no catolicismo, a Igreja também criou meios para que os negros pudessem professar sua fé, incentivando a criação de irmandades e confrarias específicas para eles, sendo a de Nossa Senhora do Rosário a mais conhecida, de modo que o negro também influenciou a religião católica no Brasil. Para além de ser apenas uma religião, a Irmandade Nossa Senhora do Rosário se configurou como uma ampla rede de assistência aos negros, tendo participado ativamente do processo de abolição da escravidão.

Deste modo, os bens relacionados à cultura de matriz africana, se configuraram, em sua origem, como lugares de resistência, e sua permanência, enquanto bens protegidos oficialmente, permitem a preservação desta história, se constituindo como instrumento de reconhecimento desta cultura.

Contudo, é preciso registrar que, na leitura dos respectivos processos de tombamento, embora a história do bem se vincule à memória africana, nem todos os bens foram tombados por este motivo. Alguns foram tombados por conta de sua arquitetura, não havendo informações a respeito de sua ligação com os negros, como é o caso das igrejas de Nossa Senhora do Rosário

17. Sobre a participação das religiões de matriz africana na formação da cultura brasileira, veja Amaral e Silva, 1996; 2006; Prandi, 2007; Silva, 2013. Informações também disponibilizadas no site <http://www.doafroabrasileiro.org/DoafroaoBrasileiro.html>

dos Homens Pretos, tanto a de Eldorado como a de São Paulo, no Bairro da Penha¹⁸. Saliente-se que daquela relação os únicos bens que, de fato, foram tombados por sua ligação a história afro-brasileira foram o Terreiro Axé Ilê Obá e o Bairro do Cafundó¹⁹.

Aqui BENJAMIN (2012; p. 243) traz novamente questões quando destaca que “o passado só se deixa capturar como imagem que relampeja irreversivelmente momento de sua **conhecibilidade**”. Se ao reconhecer um bem, a pesquisa não identificar e registrar os sujeitos envolvidos na sua historicidade, a preservação do patrimônio cumpre seu papel de forma parcial, já que, embora mantida a materialidade do bem, sua histó-

ria, de fato, não é conhecida. De todo modo, sua permanência, possibilitada pela proteção oficial, permite que, no futuro, se façam novas interpretações sobre seu valor, inclusive em eventuais projetos de restauro, o que não seria possível se o bem não estivesse preservado.

Instrumentos de proteção do patrimônio cultural: o tombamento e o registro aplicado a terreiros de Candomblé e Umbanda

Após um longo período sem receber solicitações de proteção de terreiros, entre 2013 e 2017 foram protocolados um total de 6 pedidos de tombamento, sendo 5 de Candomblé e um de Umbanda:

Casa de culto afro-descendente Dambala Kuere Rho Bessein - Rua dos Amoritas nº 629	SANTO ANDRÉ
Terreiro de Candomblé Santa Bárbara - Rua Ruiva nº 90	SÃO PAULO
Sede do Ilê Afro Brasileiro Ode Lorecy - Rua Madureira nº 165 e Rua Monte Alegre nº 126	EMBU DAS ARTES
Templo de culto sagrado Tatá Percio do Battistini Ilê Alaketu Ase Ayra - Rua Antônio Batistini nº226	SÃO BERNARDO DO CAMPO
Centro Cultural Ilê Olá Omi Ase Opo Araka - Al. dos Pinheirais nº 270	SÃO BERNARDO DO CAMPO
Santuário Nacional da Umbanda - Estrada do Montanhão s/ nº	SANTO ANDRÉ

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

18. Processos 18.942/70 e 20.776/79.

19. Processos 26.110/88 e 26.336/88.

20. O antropólogo Vagner Gonçalves da Silva participou do primeiro pedido de tombamento de terreiro em São Paulo, o Axé Ilê Obá (1987), e elaborou juntamente com uma equipe de pesquisadores os laudos antropológicos dos terreiros de Santa Barbara (2005 e 2016), Ilê Olá Omi Ase Opo Araka (2016), Ilê Afro-brasileiro Ode Lorecy (2014) e Santuário Nacional da Umbanda (2017). Realizou também os estudos complementares de atualização ao laudo da Casa Dambala Kuere Rho Bessein (2016).

21. As lideranças à época eram: Pai Dancy (Casa de culto afro-descendente Dambala Kuere Rho Bessein), Mãe Pulquéria (Terreiro de Candomblé Santa Bárbara), Pai Leo (Ilê Afro Brasileiro Ode Lorecy), Mãe Luzinha, Mãe Gui, Mãe Daniela, Pai Giba e Pai Carlinhos (Templo de culto sagrado Tatá Percio do Battistini Ilê Alaketu), Mãe Carmen, Pai Karlito e Pai Claudio (Ilê Olá Omi Ase Opo Araka), Pai Ronaldo, Maria Aparecida e João Rodolfo (Santuário Nacional da Umbanda).

22. Atualmente liderado por Mãe Paula.

23. Para mais informações: <https://fcptsite.wixsite.com/fcpt/single-post/2018/02/05/Grupo-de-Trabalho-“Territórios-Tradicionais-de-Matriz-Africana-Tombados“-de-São-Paulo-é-criado>, por Pedro Neto.

O estudo da maioria destes bens teve como ponto de partida os laudos antropológicos, anexados aos processos de tombamento, feitos pelo Prof. Dr. Vagner Gonçalves da Silva²⁰, do Departamento de Antropologia da USP, sendo feito de forma conjunta pela área técnica da UPPH, através da Historiadora Elisabete Mitiko Watanabe, juntamente com as lideranças dos terreiros citados²¹, e do Cientista Social José Pedro da Silva Neto, proponente do tombamento do Terreiro Santa Bárbara, que contribuiu de forma muito importante no desenvolvimento deste estudo. Também contou com a participação do Terreiro Axé Ilê Obá, tombado em 1990²².

Para tanto, foi criado o Grupo de Trabalho Territórios Tradicionais de Matriz Africana Tombados, que realizou um total de 8 reuniões, sendo a primeira na sede do IPHAN, as demais em cada um dos terreiros cujo tombamento foi solicitado, e a última no CONDEPHAAT²³. No âmbito deste GT, se deu ampla discussão sobre a proteção de bens desta natureza, a partir de conceitos do patrimônio e das práticas cotidianas destes espaços culturais.

Os referidos laudos antropológicos e as discussões no Grupo de Trabalho foram fundamentais para elaboração do parecer técnico denominado “O Candomblé em São Paulo – Estudo de Patrimonialização de Terreiros”, constante dos Processos 81.174/18 a 81.179/18, que apresentou, além informações sobre a trajetória desta religião

em São Paulo, reflexões a respeito do uso do tombamento ou do registro como instrumentos adequados ao reconhecimento destes bens e sobre suas consequências para a dinâmica dos terreiros.

A discussão sobre o uso do tombamento não é recente, já fazia parte dos estudos de terreiros realizados pelo IPHAN na década de 1980, que ensejou o tombamento do terreiro Casa Branca Engenho Velho, em Salvador - BA.

A questão central que se colocava, então e agora, é que o tombamento poderia vir a interferir na dinâmica de funcionamento do terreiro, uma vez que traz consigo a obrigatoriedade de que todas as intervenções sejam previamente aprovadas pelo órgão que protegeu o terreiro, ressaltando as questões burocráticas que envolvem tais aprovações.

As solicitações de aprovação envolvem a elaboração de projetos arquitetônicos e memoriais descritivos das intervenções que, para os terreiros, se configuram apenas na compra de materiais e a realização da reforma, muitas vezes utilizando a mão de obra dos filhos da casa. Agrega-se a isso o fato de que o tombamento pode trazer possíveis restrições que não permitam a realização de intervenções, como, por exemplo, demolição total das edificações para construção de um novo. Este entendimento está pautado na legislação já assentada e que rege o

tombamento, que visa evitar que o bem tombado seja descaracterizado²⁴.

Outro argumento, que questiona a adequação do tombamento como instrumento de proteção destes imóveis, acentua que os bens culturais de matriz africana apresentam características físicas comuns, o que dificultaria a aplicação do instrumento do tombamento, que, historicamente, vem sendo aplicado a bens que apresentassem características arquitetônicas, utilizando critérios como originalidade, monumentalidade ou raridade.

Sobre isso, a Historiadora Marly Rodrigues, em seu parecer a respeito de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira²⁵ grifo nosso) ressalta:

Os denominados remanescentes de quilombo, são, em geral, fruto de um outro contexto histórico; espacialmente podem ser comparados a bairros e, deste ponto de vista, assemelham-se e não se destacam de outros núcleos rurais. O que lhes dá realce é, portanto, o que ali resta da resistência e da antiga cultura afro-brasileira, quer traduzida na constituição do espaço, quer nas formas técnicas de fazer cotidiano e de relação com o lúdico e o religioso.

Já sobre os terreiros, temos²⁶:

A conformação física de um terreiro não segue um padrão arquitetônico, embora haja espaços com denominações comuns como: barracão, quarto dos assentamentos dos orixás, cozinha, quarto para iniciações, assentamentos externos,

árvores consagradas, poço sagrado, etc, e cada terreiro construirá esse espaço de acordo com o tamanho do terreno, os recursos disponíveis, as necessidades do grupo. Trata-se, portanto, de uma arquitetura definida a partir de seu uso, sem uma preocupação estética efetiva.

Levando em consideração estas características, que não destacam nem a monumentalidade nem traços estéticos e originais do bem, pesaria o argumento a favor da adequação do uso registro dos terreiros como patrimônio imaterial, o fato de que o ato não implica em restrições administrativas ao direito de propriedade e não estabelece a proteção física dos bens e, conseqüentemente, não há a obrigatoriedade de aprovação das intervenções nos imóveis, de modo que toda ação do órgão deve ser no sentido de salvaguardar a prática ali existente.

E a partir deste ponto de vista, a conclusão que pareceria óbvia é de que o melhor instrumento para o reconhecimento do valor cultural destes lugares seria o registro como patrimônio imaterial. A afirmação não é tão simples, tanto que o IPHAN, mesmo após a edição do Decreto 3551/00²⁷, continuou a utilizar o tombamento como forma de proteção de terreiros. Vejamos.

Em 2011 houve a edição do Decreto 57.439, de 17/11/2011, que estabeleceu a competência do CONDEPHAAT para reconhecer os bens culturais de valor imaterial, e foi elaborado à luz da norma federal. Este decreto define o que pode ser

24. Artigo 134 do Decreto Estadual 13.426/79.

25. Processos 68.971/13 a 68.977/13, de estudo de tombamento de áreas quilombolas localizadas nos Municípios de Eldorado e Iporanga.

26. Estudo Temático “O Candomblé em São Paulo – Estudo de Patrimonialização de Terreiros” constante dos Processos 81.174/18 a 81.179/18.

27. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial pelo IPHAN.

registrado, incluindo lugares, conforme o artigo 1º, incluindo o conceito de lugar, que poderia ser aplicado para espaços físicos:

Os bens de natureza imaterial que compõem o patrimônio cultural do Estado de São Paulo serão reconhecidos pelo Registro de Bens Culturais nos termos da legislação federal e estadual pertinentes, bem como na forma prevista neste decreto.

§ 1º - Constituem o patrimônio cultural imaterial do Estado de São Paulo, as formas de expressão e os modos de criar, fazer e viver, os conhecimentos e técnicas fundados na tradição, na transmissão entre gerações ou grupos, manifestadas individual ou coletivamente, portadores de referência à identidade, à ação, à memória como expressão de identidade cultural e social, tais como:

(...)

4. espaços onde se concentrem e se reproduzem práticas culturais coletivas.

De acordo com o IPHAN²⁸, o Livro de Registro de Lugares foram criados para registrar:

(...) mercados, feiras, santuários, praças onde são concentradas ou reproduzidas práticas culturais coletivas. Lugares são aqueles que possuem sentido cultural diferenciado para a população local, onde são realizadas práticas e atividades de naturezas variadas, tanto cotidianas quanto excepcionais, tanto vernáculas quanto oficiais. Podem ser conceituados como lugares focais da vida social de uma localidade, cujos atributos são

reconhecidos e tematizados em representações simbólicas e narrativas, participando da construção dos sentidos de pertencimento, memória e identidade dos grupos sociais.

Aplicado ao caso dos terreiros, o registro do lugar pressupõe dizer que o valor cultural é a prática do Candomblé daquele grupo, naquele local, admitindo-se, portanto, que tal prática pode ser realizada em edificação de qualquer formato, desde que realizados os devidos rituais de assentamento que fundamentam a prática do Candomblé. Ou que a prática pode ser feita em um imóvel completamente diferente do atualmente existente, no mesmo endereço.

Analisando os lugares registrados pelo IPHAN²⁹, o que se percebe é que tais registros se referem a lugares de uso coletivo mais amplo do que o espaço de um terreiro de Candomblé. Além disso, a listagem demonstra que não existem lugares da mesma prática registrados mais de uma vez, o que não ocorre com o tombamento.

Das discussões no Grupo de Trabalho e das leituras sobre o assunto, foi entendido que o espaço do terreiro, com todos os seus compartimentos se relaciona de forma muito íntima com os rituais, ou seja, **não há candomblé sem terreiro**, ele necessita de um espaço específico para ser praticado, devidamente preparado e consagrado, assim, não é possível separar a prática do lugar. Conforme nos explica SILVA (1995, p. 174),

28. <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/122>.

29. De acordo com o site do IPHAN, foram registrados Cachoeira de Iauaretê – Lugar Sagrado dos Povos Indígenas dos Rios Uaupés e Papuri (Amazonas); Feira de Campina Grande; Feira de Caruaru e Tava, Lugar de Referência para o Povo Guarani (Missões/RS).

os terreiros, embora não precisando de templos especiais para suas instalações, caracterizam-se por incorporarem em sua lógica de divisão do espaço físico inúmeras concepções cosmológicas relativas ao sagrado e ao profano, ao mistério ou ao segredo, e principalmente, ao poder religioso. Isto por que no Candomblé, **os espaços e os objetos** são vistos como locus de axé, da força vital que pode ser conservada, manuseada e transmitida. Considera-se o terreiro como um ser vivo ao qual deve-se, de tempos em tempos, homenagear com rituais e sacrifícios apropriados (chamados de dar de comer ao ari-axé – ponto central do barracão localizado no chão – ou à cumeeira – ponto no teto localizado acima do ari-axé) As instalações, assim sacralizadas são tidas como extensões do axé do orixá patrono do terreiro.

Para além disso, muitos terreiros instalados em áreas urbanas são lugares de referência para memória da cultura de matriz africana, são territórios que se consolidaram na paisagem. Assim, independente do seu uso, são marcas históricas deixadas na ocupação das cidades, assim como diversos outros bens que tiveram seus usos alterados, mas que permanecem como referências culturais.

E de todo modo, os terreiros de candomblé são suportes de memória, por excelência, como destaca SANT'ANNA, (s/d; p. 9)³⁰:

Os terreiros de candomblé são e sempre foram lugares de preservação de memórias. O próprio sistema religioso o exige. Isso se verifica tanto

na reverência obrigatória aos ancestrais quanto na prática religiosa de marcar o lugar 'habitado' por uma divindade ou ainda na preservação dos rituais e da língua de cada 'nação'. Além disso, a relação da comunidade de culto com o espaço do terreiro é de caráter profundamente sagrado. O culto só pode ocorrer aí, pois no seu centro simbólico está enterrado o axé da casa – o conjunto de objetos e material orgânico que representa e fixa a força divina sem a qual não se dá a comunicação com o mundo dos orixás, dos voduns ou dos inquices, nem nada pode existir. Daí a importância fundamental da preservação do espaço para a continuidade da manifestação religiosa.

E como último argumento em defesa do uso do tombamento, e não do registro, destaca-se fato que tombamento impede a demolição total das edificações, o que acaba sendo uma garantia de permanência do uso. Para os atuais dirigentes das Casas, além do reconhecimento do valor cultural, o tombamento é também garantia de permanência das práticas no local e da manutenção da memória de todo o esforço para construção do lugar.

Nas discussões do Grupo de Trabalho, a defesa do uso do tombamento foi unanimidade entre as lideranças dos terreiros, tendo sido eles mesmos os interessados no pedido de proteção de suas casas. Como se sabe, são raros os casos em que o próprio proprietário solicita o tombamento de seu imóvel, pelo receio das restrições e perda de valor econômico.

30. Artigo escrito por Márcia Sant'Anna, que participou das discussões sobre a legislação federal de patrimônio imaterial e ocupou o cargo de direção do Departamento do Patrimônio Imaterial do IPHAN.

Há entendimento de que com a proteção do Estado, o uso do imóvel para a prática do Candomblé está garantido. Embora esta lógica não esteja correta, e isso foi sinalizada nas diversas reuniões realizadas, o tombamento é visto como uma forma de proteção importante já que restringe a exploração econômica do imóvel, limitando outros usos, considerando a própria conformação dos edifícios, além de se configurar em ato que já conta com legislação consolidada, diferente do registro, cujo uso ainda apresenta dificuldades

de aplicação em São Paulo, pela ausência de regulamentos mais precisos.

De qualquer modo, os atuais dirigentes dos terreiros têm plena ciência da importância do processo de sucessão para manutenção das práticas no local. Como se enfatizou nas discussões do Grupo de trabalho: “o CONDEPHAAT tomba a cumeira, mas não dá de comer”.

Seguem figuras ilustrativas dos terreiros estudados:



Figura 1. Fachada do Ilê Olá Omi Ase Opo Araka – São Bernardo do Campo. Foto: Adda Alessandra Piva Ungaretti.



Figura 2. Fachada do Ilê Alaketu Ase Ayra – São Bernardo do Campo. Foto: Adda Alessandra Piva Ungaretti.



Figura 3. Fachada do Ilê Odê Lorecy - Embu das Artes. Foto: Adda Alessandra Piva Ungaretti.



Figura 4. Terreiro Santa Bárbara – São Paulo. Foto: Adda Alessandra Piva Ungaretti.

Entendimento diferente foi dado ao Santuário Nacional da Umbanda, uma vez que esta religião tem uma relação diferente com o espaço. O parecer técnico constante do processo 81.179/18 apresentou, do mesmo modo que nos processos relativos ao Candomblé, a trajetória da Umbanda em São Paulo e discussões relativas aos instrumentos de proteção. Os autos contaram também com laudo antropológico, elaborado pelo Prof. Dr. Vagner Gonçalves da Silva.

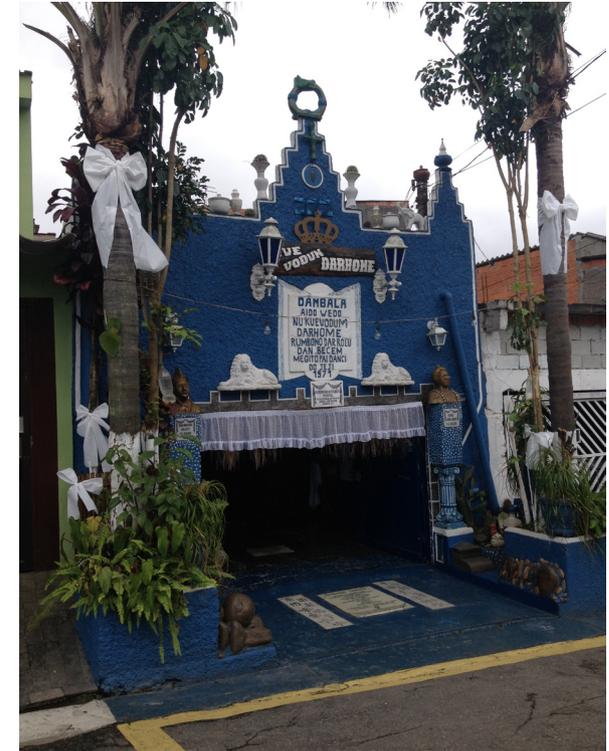


Figura 5. Fachada da Casa de Culto Dambala Kuere Rho Bessein - Santo André. Foto: Adda Alessandra Piva Ungaretti.

Da pesquisa realizada, verificou-se que o Santuário é um dos únicos espaços físicos ligados à memória da Umbanda, mantido até os dias atuais, sendo referência cultural para esta prática, que surge no Rio de Janeiro por volta de 1920, chegando em São Paulo no final desta década, com períodos de grande destaque, deixando também suas marcas na memória paulista e mesmo nas práticas cotidianas da sociedade, como simpatias, uso de elementos de proteção, pular sete ondas, etc.



Figura 6. Entrada do Santuário. Foto: Adda Alessandra Piva Ungaretti.



Figura 7. Vale dos Orixás. Foto: Adda Alessandra Piva Ungaretti.

Inaugurado na década de 1960, o local é administrado pela Federação Umbandista do Grande ABC e situa-se em área de proteção ambiental, cujo uso foi concedido pela Prefeitura Municipal de Santo André. O local é formado por diversos espaços de terreiros, imagens de santos (associados aos Orixás) além de pontos naturais como cachoeira, lagos, matas, trilhas, onde são realizadas as práticas de adeptos da Umbanda e do Candomblé.

Do mesmo modo que o Candomblé, mais importante do que monumentos e edificações existentes, são as práticas coletivas que dão efetivo sentido ao local. Contudo, neste caso a proposta de proteção foi o de registro como patrimônio imaterial, na categoria lugar.

A Umbanda não tem, necessariamente, uma ligação sagrada com o espaço onde acontece a gira (cerimônia) podendo este ser trocado, readequado, sem que isso represente interferência nos rituais. Há terreiros de Umbanda que surgiram na década de 1960, que remanescem até os dias atuais, contudo, a pesquisa não localizou informações de estes se configurem como lugares de referências para a história da Umbanda. O próprio terreiro do Pai Ronaldo de Linares considerado figura histórica da Umbanda, apesar de sua antiguidade, não é um local histórico para a memória desta prática cultural em São Paulo. Outros nomes como Pai Jaú, Pai Jamil tampouco tem seus endereços de terreiro conhecidos.

Diferentemente do Candomblé, a Umbanda tem como referências marcantes as festas e manifestações públicas, como a Festa de Iemanjá, na Praia Grande e outras cidades do litoral paulista, ou personalidades ligadas à história da consolidação da religião em São Paulo, os chamados decanos da Umbanda.

Assim, mais do que proteger um perímetro e seus elementos, houve necessidade de proteção também da manifestação coletiva que ocorre no local, de modo a valorizar e salvaguardar sua existência, incluindo o trabalho realizado pelos detentores que vem, desde o final da década de 1960, buscando formas de garantir a prática da Umbanda em lugar adequado e contribuindo para sua manutenção, com ações de preservação da área natural desta antiga pedreira, em conjunto com a Prefeitura de Santo André, que deverá se configurar num futuro plano de salvaguarda.

A partir deste entendimento, foi proposto o registro do Santuário como patrimônio imaterial, na categoria lugar.

Estas propostas técnicas de proteção foram encaminhadas ao CONDEPHAAT e aprovadas por unanimidade³¹, contudo, ainda aguardam avaliação do Secretário da Cultura e Economia Criativa para terem o reconhecimento consolidado, por meio da publicação da respectiva resolução de tombamento e registro.

31. Ata da reunião nº 1948 do Condephaat.

Conclusão

A questão central apresentada neste artigo – os instrumentos de preservação aplicado aos terreiros – não se encerra na conclusão dos estudos realizados para reconhecimento oficial destes bens. Tanto o tombamento de terreiros, como o registro do Santuário foram considerados os mais adequados pelos motivos expostos ao longo do presente artigo. Contudo ainda permanecem questões sobre como, de fato, valorizar a memória e história dos grupos sociais de matriz africana, para além do ato formal do tombamento e registro. Como coloca SANTANA (s/d; p. 10):

A dívida dos organismos de preservação para com a herança cultural material e imaterial legada pelos afrodescendentes no Novo Mundo ainda é grande. O reconhecimento da importância desse patrimônio, constituído também por outras manifestações religiosas, artísticas, literárias ou musicais, está apenas começando.

Paradoxalmente, os órgãos de preservação têm trabalhado no sentido de que seu trabalho se finaliza com o reconhecimento e que a valorização se resume a analisar projetos de intervenção em bens tombados. Neste sentido, as questões essenciais que envolvem a prática do registro do patrimônio imaterial, principalmente no que se refere à salvaguarda e participação social, talvez tragam certo arejamento sobre outras novas formas de pensar e agir sobre o patrimônio cultural.

Referências

- AMARAL, Rita “O tombamento de um terreiro de candomblé em São Paulo”. In: **Comunicações do Iser**: Rio de Janeiro, v. 41, 1991.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In **Magia e Técnica, Arte e Política - Ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- CONDEPHAAT. Bens protegidos. Disponível em <http://condephaat.sp.gov.br/bens-protegidos-online/>. Acesso em 18/08/2019.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. In: **Revista do Patrimônio** n. 24, Cidadania. Brasília: IPHAN, 1996.
- FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e História Social: Historiografia e Pesquisa. In: **Projeto História 10**. Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: EDUC, 1993, p. 73-90.
- RODRIGUES, Marly. Por que vocês querem conservar o patrimônio? In: **Revista de História** nº 15, Faculdade de Ciências Sociais da UNESP. Assis, 1996, p. 175 a 196.

RODRIGUES, Marly. **Imagens do Passado – A instituição do patrimônio em São Paulo 1969-1987**. São Paulo, IMESP, 2000.

SANT'ANNA, Márcia. **Escravidão no Brasil: os terreiros de candomblé e a resistência cultural dos povos negros**. s/ d. Disponível em: http://www.pontaojongo.uff.br/sites/default/files/upload/escravidao_no_brasil_os_terreiros_de_candomble_e_a_resistencia_cultural_dos_povos_negros.pdf. Acesso em 05/08/2019.

SILVA, Vagner Gonçalves. **Orixás da Metrópole**. Petrópolis: Vozes, 1995

SILVA, Vagner Gonçalves. **Candomblé e Umbanda – Caminhos da Devoção Brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2005. ■

O tombamento de áreas naturais pelo Condephaat: marco de inovação e memória da instituição do patrimônio paulista (1976-1995)

The landmarking of natural areas by the Condephaat: mark of innovation and memory of São Paulo's heritage institution (1976-1995)

Felipe Bueno Crispim*

*Licenciado em História pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), Campus Assis. Mestre em História pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Atuou como pesquisador e documentalista em projetos de identificação, inventário e preservação de acervos documentais e patrimônio cultural. Foi consultor da Diretoria de Patrimônio Artístico e Cultural de Jundiá e parecerista da Revista Arqueologia Pública do Núcleo de Pesquisas e Estudos Ambientais (Nepam), Universidade Estadual de Campinas

(Unicamp). É autor do livro *Entre a Geografia e o Patrimônio: estudo das ações de preservação das paisagens paulistas pelo Condephaat (1968-1989)*, 2016, e membro do Grupo de Trabalho em História Ambiental da Associação Nacional de História (Anpuh), Seção São Paulo, SP. Atualmente é doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) na linha de pesquisa "História Intelectual, Cultura Visual e Patrimônios".

Resumo

O artigo enfoca o tombamento de áreas naturais pelo CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico. Discute, nesse sentido, as potencialidades e limites do uso do tombamento para a preservação da paisagem natural em suas pluralidades e sentidos, entre os anos de 1970 e 1990, período em que se concentram a maioria das ações desenvolvidas pelo órgão paulista nessa seara de atuação. Propõe como resultado da reflexão a ideia de que a viabilidade do tombamento de áreas naturais deva ser discutida como problemática do presente em constante diálogo interdisciplinar como debate imprescindível na renovação dos estudos sobre as dimensões da ação preservacionista e, em especial, sobre a responsabilidade dos órgãos de preservação do patrimônio cultural na proteção da natureza.

Palavras-chave: Tombamento; Condephaat; Patrimônio Natural Florianópolis/SC.

Abstract

This article focuses on the landmarking of natural areas by the CONDEPHAAT - Council for the Protection of Historical, Artistic, Archaeological and Tourist Heritage. It discusses the potentialities and limits of landmarking in the preservation of natural landscape in all its aspects between 1970 and 1990, when most actions were developed by this agency in the state of São Paulo. It also proposes the landmarking of natural areas should be discussed as a current issue, in constant interdisciplinary dialogue as an indispensable debate in the renewal of studies on preservation, and especially under the responsibility of cultural heritage.

Keywords: Landmarking; Condephaat; Natural Heritage.

Introdução

Pensar a preservação das áreas naturais como patrimônio cultural é um desafio de fôlego interdisciplinar que pressupõe o rompimento com clássicos paradigmas orientadores da prática preservacionista brasileira em especial a ideia, erroneamente difundida ao longo do tempo, de que os órgãos de preservação não devem se responsabilizar pela proteção da natureza. No intuito de contribuir para a superação de tal desafio o presente texto debate a experiência do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo – Condephaat na proteção de espaços naturais procurando demonstrar a sua atualidade e viabilidade como prática de preservação.

Compreendendo a instituição do patrimônio em São Paulo como problemática do tempo presente e arena de embates e controvérsias incessantes entre intelectuais, sociedade civil organizada e os grupos das mais diferentes matrizes ideológicas,

considerando assim o tombamento das áreas naturais pelo Condephaat como memória técnico-científica e marco de inovação das práticas preservacionistas paulistas.

A partir desse viés apresentamos um breve panorama crítico dos sentidos de ser da patrimonialização da natureza na trajetória da política federal de preservação do patrimônio cultural, tema debatido de forma pormenorizada por Mongelli (2011), Magalhães (2015) e Pereira (2018). Em seguida, analisamos o tombamento de áreas naturais em São Paulo entre meados da década de 1970 e 1990 considerando para isso suas características inovadoras na ampliação do conceito de tombamento tal qual é definido desde sua criação em 1937, para a proteção de espaços naturais mediante o reconhecimento dos valores científicos e ecológicos oriundos de uma abordagem geográfica da paisagem.

Nessa inovação acreditamos estar inscrita uma singularidade da instituição do patrimônio paulista: a influência dos saberes acadêmicos na definição de diretrizes de atuação para o Condephaat, cujo colegiado contou desde 1975 com a presença crescente de membros das universidades estaduais paulistas - USP, Unesp e Unicamp nas áreas da Arquitetura, História, Geografia, Arqueologia, Etnografia e Ciências Sociais. (RODRIGUES, 2000).

Imbricada a essa singularidade desenvolve-se o fio condutor da nossa investigação – a ideia de que o tombamento das áreas naturais pelo Condephaat precisa ser incorporado a memória técnica científica paulista no sentido de subsidiar a renovação do debate sobre a responsabilidade dos órgãos de preservação do patrimônio natural na preservação da natureza, discussão de caráter atual e urgente.

Patrimônio e Paisagem nas políticas de preservação brasileiras

A proteção dos espaços naturais pelos órgãos de preservação do patrimônio cultural no Brasil é prevista no decreto-lei 25 de 1937 responsável pela criação da figura jurídica do tombamento e pela organização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN¹. Caberia ao poder público, nos termos do decreto, proteger os monumentos naturais, sítios e paisagens, conforme inscrição em livro de tombo competente:

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana (BRASIL, 1937)

Os valores histórico e artístico atribuídos aos monumentos naturais, sítios e paisagens seriam definidos a partir de sua capacidade de equiparar-se ao artifício humano seja por suas características naturais como “feições notáveis dotadas pela natureza” seja como resultado da ação humana sobre o espaço natural “agenciado pela natureza”. Possibilitava assim que fossem tombadas porções do território nacional aonde a presença humana não se fazia predominante ou visível, como era o caso dos sítios e paisagens cuja “feição notável” era dotada pela natureza.

1. Órgão criado pela lei 378 de 13 de janeiro de 1937 quando da reorganização do Ministério de Educação e Saúde Pública. Em 1946 passou a denominar-se Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sendo sua nomenclatura alterada entre 1970 e 1979 para Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; entre 1980 e 1990 chamou-se Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) dividindo suas atribuições com a Fundação Nacional Pró-Memória (FNpM), ambas extintas em 1990 quando da criação do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). Em 1994, já no âmbito do Ministério da Cultura passou a denominar-se novamente Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), denominação vigente até os dias atuais.

Tratava-se da concepção usual à época que relacionava a noção de patrimônio ao campo da história da arte, da estética e da visualidade compreendendo a natureza antes de tudo por meio do olhar de um observador – agente do Estado, cujo poder discricionário identificava e legitimava os valores histórico e artístico capazes de justificar o ato do tombamento que, no caso dos elementos naturais deveria obrigatoriamente atender ao requisito da excepcionalidade e da beleza cênica.

Os procedimentos relativos à identificação e valoração dos bens culturais nos primeiros anos da institucionalização do patrimônio no Brasil tiveram grande influência da legislação francesa, cujos princípios serviram de base e fundamentação para muitas legislações relativas à prática preservacionista na Europa e na América Latina. Na França a partir de 1930 a já consagrada lei dos monumentos históricos de 1913, passou a contar com a possibilidade de proteção dos monumentos naturais e dos sítios de caráter artístico, histórico, científico, legendário ou pitoresco².

A esse respeito aponta a filósofa e estudiosa da paisagem Anne Cauquelin (2007) que a definição de “sítio” e “paisagem” elaborada em 1930 pelo Ministério da Instrução Pública e das Belas Artes da França destaca a ambiguidade, reunindo em uma só fórmula os dois objetos antagônicos da noção de paisagem: o ordenamento construído

e o princípio eterno, enunciando assim uma perfeita equivalência entre arte e a natureza:

(...) de um lado, restituir a paisagem como única forma de torná-la visível, de outro lado, desdobrá-la em direção ao princípio inalterável da natureza, apagando então a ideia de sua possível construção. Confusão bem marcada no fluxo de noções de “sítio”, de “meio ambiente”, de “ordenamento” ou de “integração”. Pois os mesmos que querem salvaguardar a natureza da paisagem como dado primitivo, se dedicam também a proteger os “sítios” depositários de uma certa memória, histórica e cultural. Ora o “sítio”, o que permanece ali, designa tanto o monumento (esse arco, essa cidade antiga, esse vestígio) quanto a forma geológica singular que intervém num meio natural. Nessa ótica, a paisagem é um “monumento natural de caráter artístico”; a floresta uma “galeria de quadros naturais, um museu verde”. (CAUQUELIN, 2007, p.40-41)

Para além da influência das leis de proteção do patrimônio na França o nosso decreto lei 25/37 teve suas bases assentadas sobre o anteprojeto de Mário de Andrade redigido ainda em 1936 a pedido do então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema. Como apontam Chuva (2009) e Fonseca (2009) em seu projeto de lei para a instituição do patrimônio, Andrade compreendia a noção de arte como conceito unificador de uma ideia de Patrimônio Artístico Nacional como sendo:

(...) todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou

2. Ver em <https://www.vie-publique.fr/politiques-publiques/politique-patrimoine/chronologie/> acessado em 10 de agosto de 2019.

estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros residentes no Brasil (...) deverão pertencer pelo menos a uma das oito categorias seguintes: 1. Arte arqueológica; 2. Arte ameríndia; 3. Arte popular; 4. Arte histórica; 5. Arte erudita nacional; 6. Arte erudita estrangeira; 7. Artes aplicadas nacionais; 8. Artes aplicadas estrangeiras. (ANDRADE, 1980, p. 90-92)

A paisagem é compreendida dessa forma como parte de uma ou mais das categorias de arte estabelecidas por Andrade sempre como expressão do engenho humano:

(...) determinados lugares da natureza, cuja expansão florística, hidrográfica ou qualquer outra foi determinada definitivamente pela indústria humana dos Brasis, como cidades lacustres, canais, aldeamentos, caminhos, grutas trabalhadas, etc. (ANDRADE, 1980, p. 92)

Para Ribeiro (2007) a noção de paisagem de Mário de Andrade era tributária da etnografia, a entendendo assim como um construto da arte popular em sentido amplo. Através do tombamento de paisagens, os bens materiais impressos no espaço pelo trabalho coletivo, desassociados daquilo que considera como arte erudita, poderiam ser reconhecidos como patrimônio e preservados. (RIBEIRO, 2007, p. 71)

Já o texto definitivo publicado em 30 de novembro de 1937 como Decreto Lei N° 25 com sensíveis alterações de âmbito e conteúdo no

que tange ao caráter eminentemente artístico do patrimônio nacional conforme estabelecia o anteprojeto de Mário de Andrade, optou pela noção de “patrimônio histórico e artístico nacional” criando dentre os livros de tomo do então SPHAN o Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico cuja existência, apesar da pouca precisão de conceitos e definições, demarcou um lugar político para a inscrição dos espaços naturais como patrimônio nacional.

Apesar dessa conformação institucional o patrimônio paisagístico não encontrou uma definição clara durante a trajetória de formação do acervo de bens culturais tombados pelo IPHAN, sendo difícil a tarefa de analisar os critérios utilizados desde a fundação do órgão em 1937 para a inscrição de bens no livro de tomo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, lugar aonde supostamente deveriam estar reunidas as tipologias de bens relacionados ao mundo natural e ao ambiente não construído. (RIBEIRO, 2007)

Como afirma Magalhães (2015) o patrimônio paisagístico protegido pelo Iphan até pelo menos os anos de 1950 teria sido selecionado a partir de um convênio firmado em 1938 entre o órgão então dirigido por Rodrigo Melo Franco de Andrade e o Museu Nacional à época sob a presidência de Heloisa Alberto Torres. Essa parceria fez com que boa parte dos bens inscritos no livro de tomo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico fossem identificados mediante critérios das ciências

naturais como a botânica e a antropogeografia, na chave científica, antropológica-botânica e não necessariamente do paisagismo. (MAGALHÃES, 2015, p. 222)

Para além desse convênio estabelecido por meio da atuação dos membros do Museu Nacional como Raimundo Lopes e Alberto Childe no Conselho Consultivo do Iphan, no anos de 1980 seria firmada uma parceria do órgão com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), autarquia do Ministério do Meio Ambiente, para a realização de um Plano Geral de orientação da área do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, documento que normatizava a cooperação dos dois órgãos na revitalização e modernização do Jardim Botânico carioca estabelecendo também um regime de estreita, intensa e mútua colaboração entre as partes na realização de estudos, pesquisas, projetos e investimentos que visem a restauração, conservação e proteção de sítios históricos, arqueológicos e paisagísticos encontrados nas unidades de conservação administradas pelo Instituto. (PEREIRA, 2018 p. 63)

O novo convênio trouxe a possibilidade de cooperação entre dois órgãos que, apesar de atuarem na proteção dos espaços naturais de forma complementar e não conflitante, já que regidos por legislações distintas, estiveram historicamente distantes. A essa inovação se seguiria a formação da Coordenação de Patrimônio Natural e Arqueológico sob a direção

dos arquitetos Carlos Alberto Xavier e Carlos de Moura Delphim, extinto em 1990 quando da criação do IBPC e reorganizado apenas entre 2009 e 2013 sob a denominação de Coordenação Geral do Patrimônio Natural. (PEREIRA, 2018, p. 63)

Considerando o cenário nacional em que se destacam a marginalidade e a falta de definições precisas no tratamento do tema da proteção dos espaços naturais pelas políticas de preservação adentramos ao debate do caso paulista e suas peculiaridades em relação ao cenário nacional, objeto da nossa análise mais apurada.

O tombamento de áreas naturais pelo Condephaat

Em sua tese de doutorado em geografia humana “A construção do patrimônio natural”, Simone Scifoni (2006) realiza um estudo pioneiro sobre o tombamento da Serra do Mar em São Paulo demonstrando seu papel na produção do espaço geográfico no litoral norte, caracterizado pela crescente urbanização, sendo a preservação da Serra um atrativo para o mercado imobiliário do tipo veraneio e para a manutenção da divisão espacial do trabalho da metrópole paulistana. (SCIFONI, 2006, p. 5)

A análise empreendida pela autora compreende a trajetória do termo patrimônio natural como categoria de inclusão de bens na lista do Patrimônio Mundial da Unesco desde 1972 para

os espaços naturais reconhecidos pela agência internacional mediante o reconhecimento dos valores de excepcionalidade e universalidade. Mas é no âmbito das experiências locais de preservação que o conceito de patrimônio natural ganha maior dinamismo e expressividade – quando utilizado para referenciar a luta de populações e comunidades em prol da preservação da natureza, uma natureza socialmente apropriada e vivida no cotidiano dos grupos sociais. (SCIFONI, 2006 p. 115)

É nessa segunda acepção do patrimônio natural que reside a experiência do Condephaat na preservação das áreas naturais, tombamentos que se tornariam paradigmáticos não só pelo seu caráter inédito marcado pelo uso de conceitos oriundos do campo da geografia na identificação e valoração de áreas naturais, mas também e sobretudo, pelo fato dos tombamentos derivarem quase sempre de pedidos da sociedade civil e da comunidade científica paulista que encontraria no patrimônio um lugar de expressão das práticas cidadãs no contexto da abertura política e da redemocratização do país. (CRISPIM, 2016)

O Condephaat passava a contar a partir de 1976 com a presença de geógrafos da Universidade de São Paulo que, junto com os arquitetos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da mesma universidade, formaram um ambiente propício ao surgimento de práticas de salvaguarda constituídas sob o olhar da geografia como

também da valorização de tipologias ainda não contempladas pelo tombamento como os bens relativos à imigração de diferentes matrizes étnicas, o patrimônio de matriz africana e indígena e os estilos arquitetônicos representativos dos séculos XIX e XX com especial destaque para o ecletismo. (RODRIGUES, 2000)

Nesse cenário renovador em termos conceituais e dos diálogos que se teciam entre ambientalistas, geógrafos e arquitetos através do campo do patrimônio foram criadas condições favoráveis para o surgimento de uma concepção de patrimônio natural tributária dos conceitos de paisagem e território oriundos da geografia e que pela primeira vez influenciavam a pauta patrimonial fazendo do tombamento um instrumento da gestão do território e portanto, das tensões fundiárias características das áreas naturais, sobretudo aquelas limítrofes dos grandes centros urbanos. (CRISPIM, 2016)

Sendo o tombamento o único instrumento jurídico brasileiro que possibilitava o reconhecimento do interesse público sobre o privado sem a consequência da desapropriação, geógrafos como Aziz Nacib Ab'Saber conceberam diretrizes de preservação de grandes áreas naturais tendo como referência a ideia de que a conservação do ambiente natural se viabilizava através da consagração dos usos sociais e dos valores culturais, científicos, ecológicos identificados nessas áreas aonde a presença humana conforma paisagens de alta seletividade espacial como por exemplo a Serra do Mar, da Cantareira ou mesmo o Japi, ladeadas por cidades de médio e grande porte em franco processo de expansão de suas manchas urbanas desde pelo os anos de 1950. (AB SABER, 1986)

Nesses locais, pensava Ab'Saber, o instrumento do tombamento poderia permitir que desenvolvimento e preservação caminhassem juntos. Considerando-se a ocupação humana de longa data como a dos pequenos povoados, regiões de agricultura familiar, comunidades caiçaras, aldeias indígenas e núcleos quilombolas entre outras manifestações da ação antrópica como também os próprios núcleos urbanos conformados na paisagem, seria possível preservar a natureza como referência cultural, científica, ecológica e memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Isto é, as áreas naturais como documentos de cultura.

Nada mais digno de ser inscrito no livro dos patrimônios naturais básicos de um país do que os espaços de suas paisagens de exceção. Seus tecidos ecológicos mais delicados e representativos. Os remanescentes de seus ecossistemas continentais ou marinhos. A rigor, tudo aquilo que escapa da banalidade topográfica e paisagística, sublinhado por um tipo qualquer de excepcionalidade ecológica e biótica mereceria, desde o início, uma proteção legal, por uma modalidade qualquer de disposição estatutária. Para tanto, a imaginação preservacionista foi muito fértil, desdobrando a tipologia dos instrumentos de proteção da natureza: parques nacionais, parques estaduais, parques municipais, reservas florestais, reservas biológicas, estações ecológicas, santuários e áreas de preservação da vida silvestre. Para não falar das reservas indígenas, que se constituem em um tipo de espaço natural e antropológico, defendido pela própria Constituição. (AB'SABER, 1986, p. 7)

A especificidade do uso do tombamento para a preservação das áreas naturais tinha critérios específicos muito claros e delimitados, nesse sentido, por exemplo, dispensava-se o uso do tombamento para a preservação de áreas de difícil monitoramento e que estivessem distantes de manchas urbanas significativamente capazes de afetar a biodinâmica dos processos ecológicos, hidrológicos e fisiográficos constitutivos de sua formação. Espaços que já contem com outra tutela jurídica de preservação, desde que essa seja adequada à efetivação da salvaguarda do espaço, também estavam fora dos critérios estabelecidos para o tombamento.

Paradoxalmente os espaços mais indicados para um tombamento situam-se próximos de áreas altamente humanizadas, sujeitas a uma forte e irreversível pressão da especulação imobiliária (...) não é por outra razão que a fachada atlântica de São Paulo em setores não muito distantes da grande metrópole paulistana, tenha sido pioneira nos esforços para o tombamento de alguns patrimônios naturais básicos: Serra do Mar, Juréia, Pedra Grande, Cantareira, Jaraguá, Boturuna e Cabeceira do Rio Tietê. (AB'SABER)

O Condephaat, entre a geografia e o patrimônio

Composto inicialmente de nove cadeiras representativas³, o Condephaat teve seu corpo de conselheiros ampliado a partir de 1976 pelo decreto 7516/76 passando a contar com as cadeiras dos departamentos de História da Arquitetura e Geografia da Universidade de São

3. Secretaria de Estado da Cultura, Esportes e Turismo; Departamentos de História, Pré História da USP; Instituto dos Arquitetos do Brasil – Seção São Paulo. Cúria Metropolitana de São Paulo, Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; e IHGSP e IHGGB. (RODRIGUES, 2000)

Paulo, Comissão Estadual de Artes Plásticas e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) totalizando assim treze representações.

A ampliação do corpo de conselheiros respondia à crescente necessidade de atuação especializada nos diversos campos de saber que o mundo do patrimônio passaria a permear a partir dos anos de 1970. Já em 1974 um relatório de atividades organizado pelo secretário executivo do Condephaat Ruy de Azevedo Marques apontava o caráter amadorístico dos critérios de seleção até então adotados como sendo o principal entrave para a renovação das práticas do órgão. (RODRIGUES, 2000, p.55)

Acreditava-se que o conhecimento científico das áreas de história da arquitetura e geografia dentre outras, possibilitaria a adoção de critérios objetivos para a seleção de bens culturais revelando a complexidade teórica e técnica do campo do patrimônio que para muito além do saber erudito, poderia ganhar abrangência social e dimensão cultural para o conjunto da sociedade. Tais anseios tornaram-se em parte viáveis a partir de 1975 quando o Condephaat passou a integrar a Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, pasta que substituíra a antiga Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo tendo como seu primeiro dirigente o bibliógrafo e industrial José Mindlin que então procurou recepcionar as demandas apontadas por Ruy de Azevedo Marques em seu relatório. (RODRIGUES, 2000)

A ampliação do Conselho foi então efetivada em maio de 1976 durante a gestão de Nestor Goulart Reis Filho. A cadeira do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU/USP) seria ocupada por Benedito Lima de Toledo e, representando o Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Aziz Ab'Saber. Tal ampliação marca um período de renovação das práticas do órgão quando os saberes acadêmicos e as discussões internacionais sobre preservação ganham espaço de atuação permitindo a construção de novos olhares para novos objetos de preservação.

É desse período a consolidação das ideias de “patrimônio cultural”, “patrimônio natural” e “bem cultural” que passam a integrar o cotidiano do campo da preservação no Brasil. Essas concepções vinham se constituindo em âmbito internacional e tornam-se correntes nos anos de 1970 como se vê na 17ª Conferência Geral da Unesco realizada em Paris em novembro de 1972 quando são definidos os conceitos de patrimônio cultural e natural no âmbito do Comitê do Patrimônio Mundial.

No plano das políticas ambientais também em 1972 ocorreu a Conferência sobre Meio Ambiente Humano em Estocolmo, Suécia considerada um marco na emergência da consciência ambientalista em caráter planetário (MCCORMICK, 1992, p. 53)

No Brasil essa Conferência favoreceu a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) fundada em 1973 e dirigida pelo jurista Paulo Nogueira Neto que dividiria atribuições com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), atualmente incorporados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) do Ministério do Meio Ambiente. (NOGUEIRA-NETO, 2009)

A conjuntura internacional e as discussões sobre meio ambiente ressoavam nos órgãos de patrimônio cultural, muito embora seja perene até os dias atuais a clássica separação entre natureza e cultura nos termos da 17ª Conferência da Unesco de 1972 que definiu patrimônio natural como sendo:

Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação; Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural. (UNESCO, 1972, art. 2)

Em 1974 na FAU/USP um curso de especialização foi ministrado contando com a presença do museólogo e historiador da arte Hugues de Varine-Bohan. O curso tornou-se um lugar

de memória das práticas de preservação do patrimônio introduzindo conceitos inovadores de cultura, meio ambiente e preservação. (RODRIGUES, 2000)

O “curso de 1974”, como ficou conhecido, foi promovido por deliberação do Compromisso de Brasília de 1970 que estabeleceu a criação de cursos de pós-graduação sobre patrimônio cultural e restauração de obras de arte como prioridade através de parcerias entre os órgãos de preservação e as universidades. (NASCIMENTO, 2016, p. 207)

No Condephaat a partir desse contexto uma nova perspectiva de atuação ganhou espaço incorporando-se definições inovadoras de patrimônio que concebiam a preservação como uma prática de atribuição de valor o que negava a ideia, fruto de uma visão erudita de cultura, de que os bens culturais possuíam valores imanescentes que deveriam ser reconhecidos pelo olhar técnico dos órgãos de preservação:

Em meio a contínuas contradições, o Condephaat adotaria novos objetos de proteção, escolha reveladora de uma concepção de ação preservacionista até então inédita, que colocava como finalidade última o homem, produtor de cultura. Sob a influência de Aziz Ab'Saber, representante do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, o tombamento passou a ser adotado como medida de proteção ao meio ambiente e, por essa vertente, o patrimônio passaria a ser entendido como elevação da qualidade de vida' (RODRIGUES, 2000, p.80)

É a partir desse ideário que a preservação de áreas naturais tornou-se uma diretriz de ação do patrimônio paulista. A escala monumental e a concepção de recanto paisagístico atribuído à natureza a partir de seu potencial turístico dá lugar à escala geográfica a partir da qual são atribuídos valores científicos e éticos à natureza como vetor de qualidade de vida e equilíbrio do meio ambiente, constatado o grau alarmante de devastação em que se encontravam os recursos naturais.

A formulação de diretrizes específicas para a proteção das áreas naturais

Como representante do Departamento de Geografia da USP Ab'Saber ofereceria ao Conselho o texto *Diretrizes para uma política de preservação das reservas naturais do estado de São Paulo* posteriormente publicado na íntegra na revista daquele departamento:

(...) esforçamo-nos para tratar as complexas questões envolvidas dentro de uma linha de pensamento que comporta uma busca de critérios racionais, suficientemente objetivos, para tentar ajudar a salvação dos remanescentes de uma natureza agredida e desfigurada. E, assim, minimizar os defeitos de organização básica do espaço territorial, com vistas ao benefício de todos os habitantes e grupos sociais do Estado de São Paulo. Numa

contingência de alto nível de valorização das terras e redução sensível de espaços disponíveis e não comprometidos, torna-se imprescindível uma política seletiva de identificação de áreas, a fim de viabilizar a proteção e permanência de alguns quadros significativos da natureza no interior do universo paisagístico e ecológico do território paulista. (AB'SABER, 1977, p. 24)

Nas *Diretrizes* procurava-se sintetizar conceitos-chave como *espaço total* e paisagem no intuito de mobilizá-los para a defesa do patrimônio natural paulista. O texto estabelecia três níveis de ação: em caráter emergencial e prioritário estavam as *áreas críticas e ecologicamente estratégicas correspondentes a filtros da biosfera*; em segundo plano, as paisagens de exceção (morros testemunho, mares de pedras, lapas e cavernas etc.) e finalmente as paisagens de substituição como hortos florestais, jardins e parques para as quais projetava fins turísticos e recreativos.

A porção paulista da Serra do Mar, a Serra do Japi e diversas outras áreas limítrofes aos grandes centros urbanos de São Paulo enquadravam-se entre as tais áreas críticas, dando-lhes prioridade na execução da política de áreas naturais o que culminaria entre os anos de 1970 e 1980 na definição das linhas de ação do Condephaat na composição do quadro de referência da ação de salvaguarda das paisagens paulistas.

Áreas Naturais tombadas pelo CONDEPHAAT (em ordem cronológica)

Bem tombado	Município (s)	Resolução	Livro do Tombo
Bosque dos Jequitibás	Campinas	09/04/1970	Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico
Parque das Monções	Porto Feliz	20/03/1972	Histórico
Estrada do Lorena, monumentos de Victor Dubugras e Área de mata circundante	Cubatão e São Bernardo do Campo (Estrada Velha de Santos)	11/08/1972	Histórico
Pedreira de Varvitos	Itu	18/03/1974	Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico
Parque da Independência	São Paulo	02/04/1975	Histórico
Horto e Museu Edmundo Navarro de Andrade	Rio Claro	09/12/1977	Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico
Maciço da Juréia e rio Verde	Iguape	25/07/1979	Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico
Reserva Florestal do Morro Grande	Cotia	02/06/1981	Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico
Jardim da Luz	São Paulo	08/08/1981	Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico
Parque Trianon	São Paulo	13/05/1982	Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico
Reserva Florestal da Fundação José Pedro de Oliveira	Campinas	03/02/1983	Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico
Unidades Habitacionais de Picinguaba	Ubatuba	01/03/1983	Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico
Parque Estadual do Jaraguá	São Paulo	04/02/1983	Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico
Serra do Japi, Guaxinduva e Jaguacoara	Jundiaí, Cabreúva, Pirapora do Bom Jesus	08/03/1983	Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico
Serra de Atibaia ou de Itapetininga	Atibaia, Bom Jesus dos Perdões	06/07/1983	Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico
Serra da Boturuna	Pirapora do Bom Jesus e demais municípios	04/08/1983	Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico
Reserva Estadual da Cantareira e Horto Florestal	Caieiras, Mairiporã, São Paulo e Guarulhos	04/08/1983	Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico
Morro do Botelho	Guarujá	01/08/1984	Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico
Serra do Mar e de Paranapiacaba	Apiáí e demais municípios	06/06/1985	Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico

Bem tombado	Município (s)	Resolução	Livro do Tombo
Morros do Monduba, do Pinto e do Icanhema	Guarujá	10/12/1985	Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico
Parque da Acimação e Áreas Verdes Adjacentes	São Paulo	02/10/1986	Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico
Bairro dos Jardins	São Paulo	23/01/1986	Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico
Casa Modernista	São Paulo	20/10/84	Histórico
Complexo Ferroviário de Paranapiacaba	Santo André	30/09/1987	Histórico
Vila do Quilombo	Guarujá	22/10/88	Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico
Haras São Bernardo	São Bernardo do Campo	09/03/1990	Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico
Nascente do rio Tietê	Salesópolis	21/02/1990	Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico
Bairro do Pacaembu	São Paulo	14/03/1991	Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico
Serra do Guarau e Vila da Prainha Branca	Guarujá	18/12/1992	Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico
Parque do Ibirapuera	São Paulo	25/01/1992	Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico
Rocha Moutonnée	Salto	18/12/1992	Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico
Chácara Tangará	São Paulo	06/04/1994	Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico
Parque do Povo	São Paulo	03/06/1995	Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico
Ilhas, ilhotas e lajes	Bertioga, Caraguatatuba, Itanhaém, Santos, São Sebastião e Ubatuba	24/03/1994	Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico
Parque Fernando Costa	São Paulo	11/06/1996	Histórico
Cratera de Colônia	São Paulo	20/08/2003	Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico
Morro do Juquery e Pico do Olho d'água	São Paulo	13/10/2004	Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico

Fonte: Lista de bens tombados por ordem cronológica-Condephaat, disponível em www.cultura.sp.gov.br acesso em 18 de abril de 2019.

O tombamento das Serras do Japi (1983) e da Serra do Mar (1985) são exemplos de inovação na prática de preservação do Condephaat, já que a atribuição de valor incide sobre a geomorfologia como justificativa para a preservação do ambiente natural em sua relação dinâmica como os núcleos urbanos. (DETONI, 2016). Destaca-se entre as inovações metodológicas o tombamento do Horto Florestal de Rio Claro (1977), atual Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade, onde as referências à aclimação do eucalipto e à oferta de qualidade de vida aos moradores do município foram utilizadas como critérios de valoração unindo a preservação da memória técnico-científica relativa à cultura do eucalipto e à demanda pela fruição da paisagem pela população como justificativa para o tombamento. (PINTO, 2018)

A resolução de tombamento da Serra do Japi explicita essa concepção de preservação, destacando-se a beleza cênica como apenas um dos valores que justificariam sua preservação:

Fica tombada a área abrangida pelas serras do Japi, Guaxinduva e Jaguacoara. Importantes acidentes topográficos e geológicos das serranias de Jundiáí, que, a par com o seu grande valor cênico e paisagístico tem a condição múltipla de banco genético da natureza tropical e de um “castelo de águas” com drenagem radial, comportando-se como área ecológica e hidricamente críticas, dotada de um mosaico de ecossistemas representativos em termos de flora e fauna; e, região capaz

de funcionar como espaço serrano regulador para a manutenção da qualidade de vida de um setor de planaltos interiores de São Paulo, sujeitos a forte urbanização e industrialização. O tombamento se faz sob um critério de alto nível de seletividade espacial, envolvendo a preocupação por uma organização induzida do espaço, suficientemente capaz de conciliar preservação e desenvolvimento. (SÃO PAULO, 1983, Art. 1º)

É notória, no caso do tombamento da Serra do Japi, a mobilização da escala geográfica como justificativa para sua preservação. Como mosaico de ecossistemas e espaço serrano regulador da qualidade de vida na região de Jundiáí, a Serra deveria ser preservada tendo em vista sua relação com a sociedade e, portanto, como patrimônio cultural. (CRISPIM, 2016)

Essa linha argumentativa é sistematicamente utilizada para o tombamento de outros espaços serranos pensados sempre através da perspectiva do planejamento territorial e tendo a cidade como eixo estruturador da prática preservacionista. Assim a resolução de tombamento da Serra do Mar em sua vertente paulista, de 1985, evidencia a amplitude da ação em termos de escala e abrangência social:

Artigo 2º - O conjunto regional a ser tombado apresenta, ao lado de seu grande valor geológico, geomorfológico, hidrológico e paisagístico, a condição de banco genético de natureza tropical, dotado de ecossistemas representativos em termos de fauna e flora, sendo também região

capaz de funcionar como espaço serrano regulador para a manutenção das qualidades ambientais e dos recursos hídricos da região litorânea e reverso imediato do Planalto Atlântico Paulista. A escarpa da Serra do Mar, que serviu no passado de refúgio climático para a floresta tropical úmida de encosta, exibe hoje os últimos remanescentes da cobertura florestal original do Estado de São Paulo, fundamentais para a estabilidade das vertentes de altas declividades aí presentes, pouco vocacionadas para as atividades agropastoris em face da sua grande vulnerabilidade ecológica, sujeita que está aos maiores impactos pluviométricos conhecidos no país. (SÃO PAULO, 1985, Art. 2º)

O tombamento da Serra do Mar cujo processo havia sido aberto em 1979 pelo então representante da cadeira de geografia da USP no Condephaat José Pereira de Queiroz Neto, sinalizava os choques e esforços de articulação entre o Condephaat e as instituições de meio ambiente, responsáveis pela administração de um conjunto de parques e reservas em toda a extensão da Serra, pensando assim o tombamento como instrumento de gestão integrada desses espaços:

O tombamento visa prioritariamente articular e consolidar as múltiplas iniciativas do poder público, que vem criando inúmeros parques, reservas e áreas protegidas ao longo desta faixa, do mais alto significado para a preservação da natureza e manutenção da qualidade ambiental. (Idem)

No caso da Serra do Mar o tombamento se deu por sobre as áreas de proteção já existentes como o Parque Estadual da Serra do Mar, unidade de conservação de regime integral instituída em 1977 pela Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema), órgão criado em 1973 no âmbito do então Ministério do Interior somando-se em duplicidade de atribuições ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, ambos órgãos fundidos no atual Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMbio) vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (RIBEIRO; ZANIRATO, 2008). Já em São Paulo, em 1983, foi criado o Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) e posteriormente, em 1986, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, órgãos responsáveis por gerir as unidades de conservação paulistas a partir das prerrogativas do artigo 193 da Constituição Estadual de 1989 e do Código Florestal brasileiro.

A criação de unidades de conservação, por gerarem a desapropriação de grandes porções territoriais, acabam por promover a remoção de assentamentos humanos de longínqua ocupação nas áreas naturais como são as comunidades caiçaras, os renascentes de quilombos e as aldeias indígenas existentes nos limites da Serra do Mar. Nesse cenário, o tombamento poderia se tornar uma alternativa, já que sua aplicação nos termos do decreto lei 25/37 não implica na desapropriação.

Dessa forma, destaca-se que a atuação do Condephaat na proteção da natureza desenvolveu-se em momento imediatamente anterior ao surgimento das primeiras instituições dedicadas à defesa do meio ambiente em São Paulo.

O documento ‘Subsídios para um plano sistematizador das paisagens naturais do Estado de São Paulo’, publicado como Ordem de Serviço n.1/1982 estabeleceu uma conceituação para paisagem que viria a consolidar as diretrizes de ação do órgão na preservação das áreas naturais:

A paisagem corresponde à globalidade dos componentes naturais articulados num determinado contexto espacial e temporal. Não se confunde com “recurso natural” que implica aproveitamento econômico. Assim, pode se considerar o termo paisagem como síntese das diferentes formas de arranjo e dos diferentes processos de interação dos componentes naturais. (SÃO PAULO, 1982, p. 17)

As Diretrizes de 1982 representam o ápice de uma discussão sobre o patrimônio natural no âmbito do Condephaat feita com o protagonismo da geografia enquanto campo do saber acadêmico capaz de referenciar práticas de preservação, sobretudo em relação aos conceitos de paisagem e território entendidos nos domínios da ação cultural, embora sejam escassas as fontes sobre o contexto de tessitura desse documento.

O processo de tombamento 20868/79 de tombamento da Serra do Mar apresenta referência à formação de um grupo de trabalho

em áreas naturais designado a elaborar diretrizes operacionais para a salvaguarda das áreas naturais que iniciou suas atividades em novembro de 1980 sob a direção da geógrafa e então conselheira da Departamento de Geografia da USP no Condephaat Lea Goldenstein. Compuseram o grupo Gil Sodero de Toledo, indicado pela Geografia da USP, Manuel Carlos de Oliveira, indicado pelo Instituto Geológico de São Paulo, Maria Lagaspe Vieira, indicada pelo Instituto Florestal, Rodolfo Ricardo Geiser e Ricardo Oneken, indicados pela Sociedade Brasileira de Paisagismo. (SÃO PAULO, 1979, fls. 35-36)

Destaca-se nas Diretrizes a precisa definição de critérios de ação que envolviam diversos elementos do mundo natural na sua relação com a dinâmica social:

Art. 1 - Devem ser considerados objetos de interesse para fins de tombamento:

- a) Formas de vegetação nativa remanescentes, em especial as áreas onde essa cobertura vegetal esteja ameaçada de extinção eminente;
- b) Formas de vegetação secundária que se destacam pelo valor científico ou pela escassez de formas originais;
- c) Áreas que se destacam pela existência de monumentos geológicos, de feição geomorfológicas e pedológicas particulares;
- d) Áreas cuja paisagem mantém o equilíbrio do sistema ambiental garantindo a manutenção de mananciais (que são feições geológicas e geomorfológicas particulares);
- e) Áreas consideradas “habitat” de espécies animais raras;

f) Paisagens que constituem exemplos de atuação antrópica, efetuada através de manejos que levam em conta a preservação do espaço territorial e das estruturas sociais locais;

g) Toda paisagem alterada ou não pela ação antrópica que se caracterize pela sua expressividade, raridade e beleza excepcional, e pelo que a mesma representa em termos de interesse turístico, social e científico.

Para Scifoni (2006) a influência do debate acadêmico sobre o conceito de paisagem na geografia francesa de então é percebido nas definições firmadas pelo Condephaat em 1982 a partir da obra de George Bertrand (1978), renomado geógrafo francês estudioso da paisagem como geossistema complexo. Compreendendo entre suas definições a percepção de que a paisagem é um fenômeno inscrito na história, um produto da história social, movido por forças do sistema de produção, que definem por meio da produção material, o seu conteúdo; um produto econômico e cultural integrado a um sistema social, mas ela não cessa de aparecer e de funcionar como um sistema ecológico (Bertrand, 1978, p. 253 Apud SCIFONI, 2006, p. 48)

Outras referências à geografia francesa podem ser encontradas no processo 20868/79 de tombamento da Serra do Mar fator que evidencia a capilaridade do debate estabelecido entre os geógrafos na instrução de processos e elaboração de resoluções de tombamento. Em 1985 quando do estabelecimento dos critérios

finais de preservação da Serra do Mar que recomendaram a formação de uma comissão interórgãos para sua gestão junto a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e à Cetesb foram listadas as obras citadas nos estudos técnicos e pareceres elaborados ao longo do processo:

Bertrand, Georges. Paysage et Géographie des Pyrénées et du Sud-Ouest, Tome 39, Fasc. 3, Toulouse, 1968 p. 249-272;

Erthart, Henri (1967) La genèse des sols en tant que Phénomène géologique. Esquisse d'une théorie – géologique et géochimique. Exemples d'application, Paris, 2 ed., 1967 p. 177 (SÃO PAULO, 1979, fl. 128)

Em 1983 quando a demanda de estudos de tombamento de áreas naturais tornava-se crescente no Condephaat foram reunidas condições favoráveis à criação de uma Equipe de Áreas Naturais como núcleo de apoio do Serviço Técnico de Conservação e Restauo. De caráter interdisciplinar, a equipe se constituía de geógrafos, engenheiros agrônomos, biólogos, entre outros agentes que se tornaram responsáveis por gerir o patrimônio paisagístico tombado e propor novas ações da mesma natureza (SCIFONI, 2006, p. 149).

O início dos trabalhos da equipe foi favorecido pelo legado deixado por Aziz Ab'Saber não só pela elaboração, quando conselheiro do órgão, das "Diretrizes para uma política de preservação das reservas naturais do Estado de São Paulo"

(1977), mas também por sua passagem pela presidência do órgão ocorrida entre novembro de 1982 e março de 1983, quando empreendeu um esforço de aparelhamento do Condephaat para atender a demanda por conhecimento técnico e acadêmico especializado para o tratamento das áreas naturais. (CRISPIM, 2016 p. 172)

Atuante entre 1983 e 1995 a equipe contou com o trabalho de profissionais oriundos de diversas áreas num esforço coletivo de resistência e renovação conceitual das práticas do patrimônio paulista. A primeira equipe era formada apenas por quatro membros: o geógrafo Wilson Morato, a bióloga Sueli Inêz Furlan e dois antropólogos, José Guilherme Cantor Magnani e Virgínia Valadão; a partir de 1986 ingressaram na equipe o biólogo Francisco de Arruda Sampaio e Luis Paulo Ferraz, geógrafo. De 1988 a 1995, período de maior crise de suas atividades conforme informa Scifoni (2006), compuseram a Equipe o ecólogo Roberto Varjabedian, a geóloga Maria Cristina Scalope, o biólogo Denis Euri e os geógrafos Simone Scifoni, Antônio Carlos Sampaio, Eliane Del Vecchio e Rodrigo Cerqueira Nunes. (FURLAN, 2018, p. 67 e SCIFONI, 2006 p. 49)

A extinção da equipe de áreas naturais em 1995 por ato deliberado do governo do estado, mesmo que ainda sejam desconhecidas as especificidades do contexto que resultou nessa decisão, eminentemente autoritária, consolidou

um cenário de abandono das ações de preservação de áreas naturais pelo qual o órgão perdeu sua capacidade técnica de responder às demandas relativas ao patrimônio natural. Conforme Scifoni (2006) essa visão se consolida num cenário de desregulamentação e exclusão do patrimônio natural, negando a conquista histórica representada pela incorporação dessa concepção às práticas patrimoniais. (SCIFONI, 2006, p. 157)

Nesse sentido, quando a natureza deixa de ser patrimônio cultural perde também o seu caráter dinâmico como suporte de memória para os diferentes grupos formadores do território perdendo-se de vista a historicidade da construção da paisagem. Conforme nos alerta Furlan (2018) as áreas naturais tombadas “representam um conjunto de permanências de tempos da natureza e tempos da cultura que interessam à sociedade”, de forma abrangente (FURLAN, 2018, p. 71), o que se fazia possível mediante a ideia de proteção do espaço total, nos termos de Ab’Saber (1977):

O princípio geral da proteção de áreas naturais pelo estatuto do tombamento foi proteger a paisagem como espaço total de remanescentes com as marcas culturais, protegendo o que não deve ser “apagado” pela supremacia dos interesses exclusivamente econômicos que, na aceleração do mercado, rapidamente eliminam as paisagens lentas, significativas e relevantes. A aceleração contemporânea elimina as marcas históricas, geomorfológicas, biogeográficas e

culturais. Foi uma visão fortemente inovadora para o patrimônio e do vínculo com a cultura viva, a mais viva possível (FURLAN, 2018, p. 74)

A busca pela construção de uma política de preservação de áreas naturais entre as décadas de 1970 e 1990 é um capítulo da história da instituição do patrimônio paulista que se expressa pela ação de muitos agentes entre técnicos e conselheiros do Condephaat e pelas lutas da sociedade civil que viam no direito ao ambiente urbano e ao ambiente natural as bases de um Estado democrático.

O tombamento, figura jurídica historicamente associada à preservação do patrimônio edificado, no caso das áreas naturais, atuava como sendo uma possibilidade de intervenção direta na escala de valores atribuídos ao território em que o valor cultural possibilitaria a construção de pactos sociais em prol da preservação da paisagem. Assim, a perda de referências conceituais e da memória das ações desenvolvidas desde 1976 com as “Diretrizes para uma política de preservação das reservas naturais do Estado de São Paulo” (Ab’Saber, 1977), compreendendo a atuação de outros conselheiros representantes do campo da geografia como Augusto Humberto Titarelli, José Pereira de Queiroz Neto e Lea Goldenstein, como também da Equipe de Áreas Naturais produz um espaço de interrogação na história do Condephaat, espaço esse que, em se tratando de memória subterrânea, tende sempre

a ressurgir desafiando velhos paradigmas do campo do patrimônio cultural.

Portanto, a atualidade da reflexão sobre a proteção da natureza pelos órgãos de preservação do patrimônio cultural se faz presente no rememorar das ações do órgão paulista, Condephaat, na tomada de decisão pela salvaguarda dos espaços naturais percebidos e refletidos na história da formação da cultura dos diferentes grupos formadores da sociedade. O tombamento dos espaços naturais, considerando assim o termo paisagem como recurso de enunciação de novos saberes patrimoniais, constitui-se como termômetro do fortalecimento da democracia e do pleno exercício do direito à memória e à qualidade de vida estabelecidos na Constituição Cidadã de 1988. Retomar o debate sobre a viabilidade de sua aplicação é uma forma de combater o obscurantismo que atravessam as políticas públicas no Brasil.

Referências bibliográficas

AB’SABER, Aziz Nacib. Diretrizes para uma política de preservação das reservas naturais do Estado de São Paulo; **Boletim de Geografia e Planejamento**. São Paulo. n.30 p.7-19, 1977.

_____. O Tombamento da Serra do Mar no Estado de São Paulo. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n.21. Brasília: 1986.

ANDRADE, Mário de. Anteprojeto de lei criando o Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. In: SPHAN/PRO-MEMÓRIA. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: Uma trajetória.** Brasília: Sphan/FNPM, 1980, p. 90-106.

CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930-1940).** Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

CRISPIM, Felipe Bueno. **Entre a Geografia e o Patrimônio: Estudo das ações de preservação das paisagens paulistas pelo Condephaat (1969-1989).** São Bernardo do Campo: EdUFABC, 2016.

DETONI, Sandro Francisco. **Natureza e Patrimônio Cultural: a geomorfologia como referencial metodológico no tombamento de áreas naturais.** Tese (Doutorado em Geografia Física), Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ/Iphan, 2009.

FURLAN, Sueli Angelo. Áreas naturais tombadas e a proteção da paisagem. **Revista do Centro Preservação Cultural da Universidade de São Paulo Edição Especial 50 anos do Condephaat,** São Paulo v.13 n.26 p. 63-93 out/dez 2018.

MAGALHÃES, Cristiane. **O desenho da história no traço da paisagem: patrimônio paisagístico e jardins históricos no Brasil – memória, inventário e salvaguarda.** Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

MCCORMICK, John. **Rumo ao paraíso.** A história do movimento ambientalista. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

MONGELLI, Mônica de Medeiros. **Natureza e cultura: práticas de preservação patrimonial no Brasil.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

NASCIMENTO. Flávia Brito. Formar ou questionar? Os cursos de especialização em patrimônio cultural na década de 1970. **Anais do Museu Paulista,** São Paulo, v.24 n.1, 2016.

- PEREIRA, Danilo Celso. **Paisagem como Patrimônio**: entre potencialidades e desafios para a implementação da Chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 2018.
- PINTO, Júlia Amabile Aparecida de Souza. **História e Patrimônio Ambiental**: um estudo da Floresta Edmundo Navarro de Andrade, Rio Claro - SP (1974-2002). Dissertação (Mestrado em História). Escola de Filosofia Letras e Ciências História Unifesp, Guarulhos. 2018.
- RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Série Pesquisa e Documentação, Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2007.
- RIBEIRO, Wagner Costa; ZANIRATO, Sílvia Helena. Ordenamento jurídico para a proteção do patrimônio natural no Brasil. **Revista Brasileira de História** n.158, 2008.
- RODRIGUES, Marly. **Imagens do passado**: a instituição do patrimônio em São Paulo (1968-1987). São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- SÃO PAULO. **Processo Condephaat 20868/79 Tombamento da Serra do Mar e de Paranapiacaba**, São Paulo: Secretaria de Cultura, 1979.
- _____. **Resolução Secretaria da Cultura n.40/85**, São Paulo: Secretaria de Cultura, 1985.
- _____. **Resolução da Secretaria de Cultura n.11/83**, São Paulo: Secretaria de Cultura, 1983.
- _____. **Subsídios para um plano Sistematizador das Paisagens Naturais do Estado de São Paulo**, São Paulo: Secretaria de Cultura, 1982.
- _____. **Lei 10247**: Dispõe sobre a competência, organização e funcionamento do Conselho de Defesa do Patrimônio, Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo e dá outras providências. São Paulo: Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, 1968.
- SCIFONI, Simone. **A construção do patrimônio natural**. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. Paris: Unesco, 1972. ■



Do edifício ao território: o patrimônio urbano industrial na trajetória do Condephaat (1968-2018)

From building to territory: the urban industrial heritage in the trajectory of the Condephaat (1968-2018)

Manoela Rossinetti Rufinoni*

*Professora do Departamento de História da Arte e do Programa de Pós-Graduação em História da Arte da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (EFLCH-UNIFESP). Autora do livro *Preservação e Restauro Urbano: intervenções em sítios históricos industriais*. São Paulo: Fap-Unifesp, Edusp, Fapesp, 2013.

Resumo

A amplitude do conceito de patrimônio industrial, ratificada pela *Carta de Nizhny Tagil* (2003) e pelos *Princípios de Dublin* (2011), evidencia a dimensão urbana e territorial dos testemunhos da industrialização como um dos principais desafios a serem enfrentados pelas ações de preservação. Ao analisar uma seleção de processos de tombamento do Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo, órgão criado em 1968), identificamos, desde meados da década de 1970, uma paulatina percepção dessa dimensão urbana nos estudos voltados à preservação do patrimônio industrial, não obstante as dificuldades relacionadas aos limites do instrumento de tombamento, pensado originalmente para a tutela de edifícios considerados isoladamente. A partir da análise de uma seleção de processos de tombamento de bens industriais paulistas, este artigo pretende destacar a presença e a amplitude das menções à questão urbana e territorial ao longo da trajetória do Condephaat, evidenciando as formas de entendimento das relações urbanas inerentes ao patrimônio industrial em cada período histórico e as possibilidades de aprofundamento desse debate na atualidade.

Palavras-chave: Patrimônio Urbano; Políticas de Preservação, São Paulo (Estado)

Abstract

The breadth of the concept of industrial heritage, ratified by the *Nizhny Tagil Charter* (2003) and the *Dublin Principles* (2011), highlights the urban and territorial dimension of the testimonies of industrialization as one of the main challenges to be faced by preservation actions. By analyzing a selection of administrative legal processes of the Condephaat (Council of Defense of the Historical, Archaeological, Artistic and Tourist Heritage of the State of São Paulo, an organ created in 1968), we identified, since the mid-1970s, a gradual perception of this urban dimension in studies focused on the preservation of industrial heritage, despite the difficulties related to the limits of the instrument called “tombamento”, originally intended for the protection of buildings considered in isolation. From the analysis of some administrative legal process of preservation of São Paulo industrial heritage, this article intends to underscore the presence and breadth of mentions to the urban and territorial issue along the Condephaat trajectory, highlighting the ways of understanding the urban relations inherent to this heritage in each historical period and the possibilities for deepening this debate today.

Keywords: Industrial heritage, Cultural heritage preservation policies, São Paulo (State).

Introdução

A amplitude do conceito de patrimônio industrial, referendada pela Carta de Nizhny Tagil (2003) e pelos Princípios de Dublin (2011), evidencia a dimensão urbana e territorial dos testemunhos da industrialização como um dos principais desafios a serem enfrentados pelas ações de tutela¹. A questão não diz respeito apenas à interferência física de grandes estruturas em uma dada localidade, impulsionando processos de urbanização ou transformando paisagens preexistentes a partir da ocupação de áreas extensas. Além dessa dimensão material, geralmente de apreensão mais imediata, devemos considerar as ações, fluxos e formas de uso da cidade desencadeadas pela presença da atividade fabril. Aspectos, por vezes, ainda identificáveis na malha urbana, mesmo após a desativação da produção, com base na observação atenta das estruturas remanescentes e das memórias e representações construídas a partir desse legado, na cidade de hoje.

A definição de patrimônio industrial exposta em documentos internacionais, como a Carta de Nizhny Tagil (TICCIH, 2003) e os Princípios de Dublin (ICOMOS, TICCIH, 2011), corrobora essa dimensão de análise. Na Carta de Nizhny Tagil, define-se o patrimônio da industrialização como “os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico”, abarcando estruturas e infraestruturas destinadas às atividades de produção, como “edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte” e, também, equipamentos relacionados à vida cotidiana dos operários e da comunidade do entorno, “como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação.” As diretrizes do documento se estendem, ainda, à documentação relativa ao

1. Este artigo reelabora e aprofunda discussões previamente enunciadas em comunicação oral apresentada no 3º Simpósio Científico do ICOMOS Brasil, ocorrido entre 08 e 10 de maio de 2019, em Belo Horizonte / MG.

patrimônio industrial e “aos registros intangíveis contidos na memória dos homens e das suas tradições”. Em documento mais recente, nos Princípios de Dublin, notamos uma ampliação considerável dessa definição, incorporando as dimensões intangíveis da industrialização de forma mais direta. Desse modo, além dos testemunhos materiais das atividades fabris, o conceito passa a incluir “os saberes e fazeres técnicos, a organização do trabalho e dos trabalhadores, ou um complexo legado de práticas sociais e culturais resultantes da influência da indústria na vida das comunidades, as quais provocaram decisivas mudanças organizacionais em sociedades inteiras e no mundo em geral.”

Em ambas as definições, há certa ênfase nas estruturas construídas, na arquitetura e na técnica; porém, tais aspectos são entendidos como suportes de relações socioculturais e memoriais relacionadas ao mundo do trabalho, evidenciando que os valores patrimoniais dos testemunhos da industrialização podem se manifestar em variadas dimensões, materiais e imateriais. De um lado, considerando a repercussão no entorno imediato, a instalação de uma indústria atrai trabalhadores, impulsiona a construção de residências e o surgimento de estabelecimentos comerciais e equipamentos voltados ao lazer, educação, culto; ou seja, alimenta novas funções, fluxos, cotidianidades e memórias urbanas. De outro lado, no interior do universo da produção, os sítios fabris promovem intrincadas conexões

funcionais entre edifícios e equipamentos em diferentes níveis, a exemplo das estruturas voltadas ao abastecimento de água e energia ou, ainda, daquelas associadas ao atendimento logístico, como os ramais ferroviários para recebimento de matérias-primas ou escoamento da produção, em uma rede de conexões que pode alcançar dimensões territoriais. Muitas vezes, portanto, o edifício fabril considerado isoladamente é apenas uma pequena engrenagem de um complexo sistema, talvez incompreensível se não buscarmos evidenciar outros elementos que nos permitam ler, na cidade de hoje, a dinâmica urbana e antropológica associada à produção e ao trabalho, assim como as representações e memórias construídas em torno desse sistema ao longo do tempo, articulando o passado e o presente na cidade contemporânea. Os estudos voltados à valorização e tutela do patrimônio da industrialização, portanto, devem atentar para essa complexidade.

Os sítios industriais – sejam espaços voltados à fabricação propriamente dita, sejam sítios relacionados aos sistemas de transporte, a exemplo das estruturas ferroviárias –, possuem uma composição espacial intimamente relacionada ao desenvolvimento das atividades produtivas e das relações de trabalho ali sediadas. Esses sítios agrupam diversos edifícios e espaços de produção – muitas vezes edificadas em diferentes épocas e com tipologias construtivas distintas –, que nos permitem entender a expansão da indústria,

a adoção de novas tecnologias e a repercussão de sua presença na malha urbana envoltória. Eventualmente, uma única edificação industrial isolada pode representar valores excepcionais, mas em muitos casos trata-se de uma rede de edifícios, industriais ou não, inter-relacionados em torno da produção: galpões, edifícios fabris, vilas operárias, pátios de manobras, equipamentos, estruturas voltadas ao fornecimento de água e energia etc. (RUFINONI, 2013, p.192). Conforme acenamos, o entorno desses sítios – áreas voltadas a outras funções, a exemplo do uso residencial –, deve também ser verificado com atenção, pois geralmente é composto por parcelas urbanas formadas e consolidadas em grande parte devido à presença da indústria, são conjuntos construídos que mantêm a homogeneidade volumétrica e a horizontalidade responsáveis pela configuração da paisagem e da tradição urbana de muitos bairros industriais. Antonio Parisella (2000, p.52), ao comentar sobre as particularidades da configuração espacial, construtiva e histórica dos edifícios industriais, ressalta uma dupla exigência para a avaliação dessas estruturas como patrimônio cultural e para as ações de tutela e reconversão de uso:

A primeira [exigência] diz respeito ao edifício individualmente e às relações diretas e específicas entre o seu uso (significado) original e o uso (significado) que deveria / poderia assumir. [...] A segunda exigência diz respeito à compreensão do duplo sistema de relações que o edifício assumia, horizontalmente, dentro

do espaço urbano organizado onde se situava (bairro, zona) e, verticalmente, dentro do setor produtivo do qual fazia parte.

Com base nessa diretriz, evidenciamos a necessidade de analisar com atenção as características formais e socioculturais dos bairros ocupados ou influenciados pela atividade industrial, a exemplo do parcelamento do solo e das tipologias construtivas, funções e usos predominantes em cada localidade. Em muitos casos, podemos notar um ordenamento espacial específico para o atendimento de funções produtivas que repercute em toda a composição do conjunto, seja na distribuição dos edifícios fabris, seja na localização de vilas operárias e outros equipamentos urbanos do entorno. A importância e a relevância cultural dos sítios industriais estão diretamente relacionadas à apreensão dessas especificidades, ao entendimento das qualidades materiais, espaciais, sociais, memoriais, que concorrem para a configuração desse cenário. Conforme afirmou Meneguello (2012, p.82-83), “estes bens relacionam-se entre si em complexas redes interligadas (como as ferrovias e todos os bens a ela associados) e sua salvaguarda isolada é insuficiente para a compreensão da rede de recebimento de matéria-prima, produção e escoamento que definem a atividade industrial”.

A compreensão dessa complexidade espacial tem sido apontada como uma das principais dificuldades a serem enfrentadas pelas ações de

2. Lei Estadual 10.247 de 22 de outubro de 1968. Dispõe sobre a competência, organização e o funcionamento do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Estado, criado pelo artigo 123 da Constituição Estadual e dá outras providências.

3. Citamos, neste sentido, a Carta de Veneza (1964) e a Declaração de Amsterdã (1975), entre outros. O documento de Amsterdã propõe a chamada “conservação integrada”, método de atuação que conclama a participação multi e interdisciplinar no campo da preservação, bem como a integração entre as iniciativas de tutela e as práticas e normativas advindas do planejamento urbano e territorial (CURY, 2000; RUFINONI, 2013, p.135-165).

4. Programa de Preservação do Patrimônio Ambiental Urbano. Centro de Documentação do Condephaat, 1976 (mimeo), Processo n.20.025/76, Seção de Protocolo do Condephaat.

preservação do patrimônio industrial. E esta não é uma preocupação recente. A questão foi exposta por Ulpiano Bezerra de Meneses (1988, p.68-73), na década de 1980, durante o 1º Seminário Nacional de História e Energia, quando ressaltou a importância das formas de composição do espaço na análise de complexos industriais. Segundo o autor, nenhuma amostragem de “estruturas significativas” de um complexo industrial – elementos apartados do todo –, seria capaz de representar seu caráter documental e, principalmente, formal e estético. E a corrupção dessa dimensão espacial, além de comprometer o entendimento histórico de todo o metabolismo da atividade produtiva, deturparia composições formais únicas, desconsiderando por completo qualquer atributo estético possível. Para o autor, portanto, estruturas industriais preservadas isoladamente seriam apenas meras “carcaças simbólicas”.

Na trajetória do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat) – órgão criado em 1968, subordinado à Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo², e voltado à identificação, proteção e preservação de bens móveis e imóveis do patrimônio cultural e ambiental do Estado de São Paulo –, observamos uma paulatina percepção dessa complexidade nos estudos voltados à preservação de bens industriais, notadamente a partir do final da década de 1970, não obstante as dificuldades relacionadas aos limites do próprio instru-

mento de tombamento, pensado originalmente para a tutela de edifícios considerados individualmente. A historiografia sobre a atuação do órgão aponta para uma gradativa abertura conceitual nos estudos de preservação a partir dessa data, seja nas discussões em torno de novos objetos de proteção, buscando considerar o patrimônio como um fato cultural em que o homem é o alvo principal das ações preservacionistas; seja na atenção ao meio ambiente construído, procurando compreendê-lo como fato cultural e como espaço e lugar das relações sociais.

O delineamento de ideias preservacionistas pautadas por um entendimento mais amplo do conceito de patrimônio, incorporando suas dimensões cultural, ambiental e urbana³, acompanhou as discussões em pauta no cenário internacional, observadas, sobretudo, desde o final da década de 1960. Tal postura coincidiu, conforme esclareceu Rodrigues (2000, p.79-80), com a emergência de demandas da própria sociedade neste debate, quando a questão da preservação do patrimônio adquiriu força como direito social.

Na atuação do CONDEPHATT, nesse período, a discussão em torno da ideia de “patrimônio ambiental urbano” – conceito que abarcaria, além da materialidade construída, os “aspectos socioculturais que impregnam todas as edificações, mesmo as de caráter recente” (apud RODRIGUES, 2000, p.61)⁴ –, sinalizou um momento de amadurecimento desse debate, ainda que os meios

legais para a tutela patrimonial permanecessem vinculados, essencialmente, ao tombamento.

As discussões sobre o conceito de patrimônio ambiental urbano surgiram no âmbito do planejamento metropolitano, em órgãos de gestão urbana da Prefeitura Municipal de São Paulo e com o envolvimento de diferentes profissionais, sobretudo, atuantes na área da preservação (RODRIGUES e TOURINHO, 2016, p.80). Potencialmente, tais debates abriam caminho para a preservação de ambientes da cidade em sintonia com as ações de planejamento urbano e territorial, interpretando tais espaços em uma perspectiva mais ampla, atenta à sua constituição sociocultural, memorial e simbólica; e conferindo um caráter público à prática preservacionista, ao considerar os edifícios tutelados no presente e no cotidiano dos cidadãos (RODRIGUES, 2000, p.66).

Em linhas gerais, na asserção de Ulpiano Bezerra de Meneses, um dos profissionais mais atuantes neste debate, o patrimônio ambiental urbano seria definido como “um sistema de objetos socialmente apropriados, percebidos como capazes de alimentar representações do ambiente urbano” (apud RODRIGUES, 2000, p.66)⁵. Meneses deposita sua atenção, portanto, nas relações que se estabelecem entre artefatos e sujeitos, e não no edifício isolado, conferindo protagonismo ao reconhecimento da apropriação social do espaço como etapa decisiva na atribuição de valores às

materialidades, então entendidas como “suportes de significados” e não como “carcaças simbólicas”. Identificamos, portanto, elementos comuns entre os argumentos de Meneses em torno do conceito de patrimônio ambiental urbano, na década de 1970, e aqueles que seriam mobilizados pelo autor anos depois, em suas reflexões sobre a preservação do patrimônio industrial, como vimos. Não por acaso, portanto, as particularidades sistêmicas do patrimônio da industrialização têm nos lançado, ontem e hoje, ao debate sobre a amplitude do conceito de patrimônio edificado e sobre os mecanismos necessários para tutelá-lo, considerando a relação com o ambiente urbano e a apropriação sociocultural do espaço, do edifício ao território.

Na análise de processos de tombamento de alguns bens industriais protegidos pelo Condephaat, notamos a menção à questão urbana e territorial em diversos pareceres, atribuindo importância ao bem ora devido ao seu papel na indução da urbanização do entorno, ora devido à sua inserção na paisagem e à promoção de particulares cotidianidades urbanas⁶. Tais preocupações, contudo, não chegaram a oferecer instrumentos efetivos que viabilizassem a preservação nesta dimensão mais ampla. Sem pretender análises conclusivas, comentaremos, a seguir, alguns processos em que a dimensão urbana e territorial do patrimônio industrial chegou a ser mobilizada por técnicos e conselheiros em seus argumentos em defesa da tutela. Em nossa

5. SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Negócios Metropolitanos, Emplasa. Comunidade em debate: patrimônio ambiental urbano. São Paulo, 1979.

6. Salientamos que a breve análise de processos de tombamento, exposta neste artigo, não se pretende exaustiva ou conclusiva. A seleção de bens pautou-se pela recorrência de menções à questão urbana e territorial nos autos dos processos.

7. Como resultado dessa metodologia, foram tombados dezenas de conjuntos e complexos ferroviários, localizados nas cidades de: Franco da Rocha, Jaraguá, Rio Grande da Serra, Várzea Paulista, Caieiras, Perus, Ribeirão Pires e Jundiá (tombados em 2011), e Santos (2018), no trajeto da São Paulo Railway; Vinhedo e Louveira (2012), Valinhos, Piratininga e Sumaré (2013), no trajeto da Cia Paulista de Estradas de Ferro; Andradina e Araçatuba (2012), no trajeto da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil; Botucatu (2012), Piraju (2013), Chavantes e Avaré (2016), Sorocaba e Ourinhos (2018), no trajeto da Estrada de Ferro Sorocabana; Piquete (2014) e Cruzeiro (2015), no trajeto da Estrada de Ferro Central do Brasil; Pindamonhangaba (2017), no entroncamento entre as Estradas de Ferro Central do Brasil e Campos do Jordão; Jaguariúna (2016) e Águas da Prata (2018), no trajeto da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro; e Caetetuba (2018), no trajeto da Estrada de Ferro Bragantina. Salientamos, ainda, o tombamento do conjunto de residências e depósito de locomotivas da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), em Araçatuba (2012).

análise, tais processos foram tomados, por um lado, como documentos administrativos que evidenciam metodologias e critérios adotados pelo órgão de preservação; e, por outro, como fontes históricas que nos auxiliam a compreender as questões envolvidas na atribuição de valores a determinados bens edificados, assim como na respectiva construção de narrativas patrimoniais.

No caso dos bens ferroviários, frequentemente, associa-se a valorização desse patrimônio à sua relação com o desenvolvimento e crescimento das cidades, além do vínculo imediato, físico e simbólico, com a questão da mobilidade, com a alusão às chegadas e partidas, e abertura de novos caminhos, em nível urbano e regional. A observação atenta da caracterização urbana e territorial desses bens, contudo, intensificou-se significativamente a partir da década de 2010, a partir do levantamento intitulado “Patrimônio Ferroviário: linhas e estações ferroviárias do Estado de São Paulo”, elaborado pelo Grupo de Estudos de Inventário da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (GEI/UPPH). Esse estudo tem subsidiado ações de preservação voltadas a complexos ferroviários entendidos em sua complexidade funcional, em sua relação com o organismo urbano envoltório e com a realidade regional que ajudou a compor e consolidar. Em algumas regiões, a área de domínio de uma li-

nha férrea chegou a atingir dimensões territoriais, condicionando referenciais geográficos, conexões entre cidades e práticas socioculturais em diferentes níveis. A questão é apontada por Martins, Cardoso e Andrade (2012, p.52):

Essas rotas (estradas de ferro) não só qualificaram a comunicação potencializando a economia, mas engendraram regiões culturalmente homogêneas, definidas por sociedades com características próprias. De certa forma, padronizaram nas respectivas regiões, modelos de cidades, partidos arquitetônicos específicos, práticas culturais e unidades linguísticas que vincaram as respectivas paisagens e as sociedades ali constituídas. [...] “Sou do Vale”, “nasci na Paulista”, “venho da Mogiana”, “vivi na Sorocabana”, são expressões até hoje consagradas por seus moradores, alusivas a estágios econômicos e redes de cidades com identidades próprias e denominadores comuns.

Diferentemente dos critérios de seleção anteriores, como veremos a seguir, os tombamentos mais recentes de bens relacionados às estradas de ferro têm atentado para o caráter de conjunto das instalações ferroviárias, preservando estações e anexos, quando existentes, e denominando os bens como Conjuntos ou Complexos Ferroviários, atitude que evidencia a compreensão da importância patrimonial das relações entre as várias unidades construídas num mesmo conjunto, característica fundamental do patrimônio industrial e ferroviário⁷.



Figura 1. Estação da Luz, São Paulo / SP. Fonte: Acervo de Vanessa Kraml, 2016.

considerado isoladamente, sugerindo uma leitura das relações urbanas a partir desse ponto referencial. Os argumentos e considerações elaborados em diversos pareceres, no entanto, apontam para uma gradativa expansão dessa percepção. Nos tombamentos da Estação da Luz e da Estação de Campinas, observamos a alusão ao conceito de “patrimônio ambiental urbano” como um dos principais argumentos para a preservação. No parecer do arquiteto Carlos Lemos são citadas três justificativas para o tombamento da Estação da Luz: a importância da estação como testemunho do ciclo café e do período de expansão da industrialização entre o final do século XIX e início do século XX; o papel da estação na leitura de nossa cidade, ou seja, sua importância na composição da paisagem e na inteligibilidade daquele espaço urbano, considerando-a “elemento referencial importante e partícipe incontestado do patrimônio ambiental urbano paulistano”⁸ e, finalmente, as técnicas empregadas e os méritos arquitetônicos do edifício (Figura 1).

Nos tombamentos anteriores de bens ferroviários no estado de São Paulo, contudo, observamos a nítida predileção pelas estações consideradas isoladamente, associadas a “uma memória pitoresca e nostálgica das antigas paradas” (MARTINS et al, 2012, p. 55) e valorizadas, sobretudo, pela sua excepcionalidade arquitetônica ou construtiva. Em alguns tombamentos de bens ferroviários datados das décadas de 1980 e 1990, observamos a menção à dimensão urbana e territorial associada às estruturas ferroviárias, mas o foco da tutela recai sobre o edifício da estação

O processo de tombamento da Estação de Campinas apresenta considerações semelhantes no que tange à questão urbana. Além do interesse histórico e arquitetônico, o parecer de abertura redigido por Murillo Marx atenta para a importância paisagística, para “a presença do conjunto como referencial marcante da cidade”, aludindo para o evidente desenvolvimento urbano anunciado pela ferrovia, fazendo Campinas vislumbrar um “futuro metropolitano”, e para a repercussão

8. Informação STCR-159/76 assinada por Carlos Lemos, 13/08/1976, Processo n. 20.097/76, fl.85-86.



Figura 2. Estação de Cachoeira Paulista / SP. Fonte: Acervo de Indira Ferreira Faria, 2016.

das estruturas ferroviárias nas práticas de ocupação territorial do Estado. Murillo Marx apresenta as seguintes justificativas para abertura do processo:

- a) Interesse histórico indiscutível por testemunhar aquele parque ferroviário empreendido pelo capitalista pioneiro na implantação das estradas de ferro que *subverteram a ocupação tradicional do território paulista*;
- b) Interesse arquitetônico atestável pelo porte e pelo esmero dum ecletismo precoce em nossas terras pelo seu romantismo já na volumetria pitoresca, já nos materiais e nas técnicas empregadas;
- c) Interesse paisagístico notório para todo campineiro e forasteiro, dada a *presença do conjunto como referencial marcante na cidade*, que tanto tendo perdido no seu passado, avança célere para um futuro metropolitano⁹.

Na decisão final do Conselho, a estação foi tombada como “monumento de interesse histórico-arquitetônico, vinculado à criação das estradas de ferro, como fator de escoamento da produção cafeeira, em nosso Estado”, atribuindo-se ao edifício, finalmente, a qualidade de “importante marco no *patrimônio ambiental urbano*”¹⁰. Em ambos os processos, das estações da Luz e de Campinas, observamos o emprego do mesmo conceito que carrega consigo a trajetória de discussões empreendidas pelo órgão naquele momento.

Também no processo de tombamento da Estação de Cachoeira Paulista observamos a referência à influência da ferrovia na composição de um “peculiar ambiente urbano”, formado pela dinamização das atividades comerciais e pela afluência de trabalhadores, artistas e artífices que contribuíram sobremaneira para a configuração urbana local. O parecer de abertura do processo cita, nesse sentido, a contribuição do próprio engenheiro Newton Bennaton, autor do projeto da estação e de diversas residências na cidade, além da presença de mestres italianos, como Brás Império e João Vitelli, responsáveis pela construção de edifícios importantes, como o Teatro Municipal. Interessante ressaltar que tanto o parecer de abertura do processo como a decisão final do Conselho alicerçam suas argumentações justamente na importância da estação como testemunho do processo de ocupação e desenvolvimento do Vale do Paraíba, já que o conjunto das edificações ferroviárias fora considerado de pouco interesse artístico e arquitetônico¹¹ (Figura 2).

Situação semelhante se observa no tombamento da Estação Barracão, na cidade de Ribeirão Preto. Argumentou-se que, não obstante as características arquitetônicas e construtivas similares às de outras estações da Companhia Mogiana, o edifício teria adquirido importância cultural para a comunidade, além de possuir particular localização em área urbanizada, representando teste-

9. Parecer assinado por Murillo Marx, sobre a abertura de Processo de Tombamento da Estação Ferroviária de Campinas, 20/11/1978, Processo n.20.682/78, fl.27. Grifos nossos.

10. Decisão do Conselho, 21/07/1980, Processo n. 20.682/78, fl.108. Grifo nosso.

11. Parecer de Antônio Luis Dias de Andrade, sobre a Abertura de Processo de Tombamento da Estação Ferroviária de Cachoeira Paulista, 15/09/1981, Processo n. 20.316/77, fl.23 e Decisão do Conselho, D.O.E. de 23/04/1982, p.33.



Figura 3. Estação Barracão, Ribeirão Preto / SP. Fonte: Acervo de Luis Gustavo Pereira Ferreira, 2012.

12. Parecer Técnico de Regina Pontim e Parecer do Conselheiro Eduardo Corona, Processo n. 21.364/80, fls.7-9,27.

13. Neste artigo, não aprofundaremos a análise do tombamento do Complexo Ferroviário de Paranapiacaba, na cidade de Santo André, devido à complexidade das questões envolvidas, que escapam ao nosso escopo.

munho importante para a história urbana e social local (Figura 3)¹².

Essas questões pouco a pouco foram incorporadas aos argumentos e justificativas de tombamento, acompanhando o aumento da participação da sociedade civil na abertura de processos e em movimentos de defesa desses bens. O tombamento do Complexo Ferroviário de Paranapiacaba, datado de 1987, apontou nessa direção. O pedido de tombamento foi impulsionado por

movimentos populares em defesa do patrimônio local, reunindo associações e representantes de órgãos públicos preocupados com a crescente degradação da vila e do entorno¹³. A proteção legal incidiu sobre todo um perímetro construído, incluindo edifícios e outros bens ferroviários, considerados em sua relação com o meio natural e antrópico. Foram tombados a “Vila Ferroviária, a Parte Alta, ferrovia e acervo, paisagem envolvente representativa do conjunto serrano da Serra do Mar, onde se encontram as bacias de drena-

gem formadoras do Rio Mogi e Rio Grande da Serra ou Jurubatuba, além das cabeceiras que abastecem o núcleo urbano”¹⁴.

Ainda com relação aos bens ferroviários, cumpre salientar a preocupação de Carlos Lemos com a necessidade de estudá-los e valorá-los como parte de um conjunto mais amplo, atentando para a perda de significados dos edifícios tombados de forma isolada. Não obstante a referência imediata aos critérios de preservação pautados pelos ciclos econômicos evidenciados pela historiografia em voga – ou, ainda, pela excepcionalidade arquitetônica, práticas correntes nas ações preservacionistas do período –, a preocupação de Lemos indica a percepção de uma estreita correlação entre bens ferroviários e desenhos territoriais, elemento de suma importância para a compreensão do patrimônio industrial. O tema é citado em alguns processos, como no caso das estações da Luz, de Santa Rita do Passa Quatro e de Campinas, sinalizando a efervescência de um debate que tomava corpo nas discussões internas do órgão, no final da década de 1970. Em parecer relacionado ao tombamento da Estação da Luz, Lemos enfatiza a necessidade de estudá-la em conjunto com outros bens vinculados ao café, observando todo um contexto destinado ao transporte, estocagem, comercialização e exportação¹⁵. A questão, no entanto, já vinha sendo discutida no seio do órgão, como podemos notar no processo de tombamento da Estação de Santa Rita do Passa Quatro:

Mais uma vez, no entanto, encarecemos a necessidade de um plano de tombamentos que nos oriente no sentido do que tombare e do que não tombare dentro do Estado. [...] Se uma das normas for o tombamento de bens culturais alusivos aos vários ciclos econômicos – em relação ao café, por exemplo –, deveremos tombare tudo aquilo que a ele tenha ligação e aí estaria justificada a inclusão das estradas de ferro que levavam o ouro verde à Santos. E desde já se percebe que uma estação sozinha, já sem os seus trilhos e comboios, não exprime nada a não ser se possua condições excepcionais de interesse arquitetônico, como é o caso, por exemplo, da estação de Mayrinque, projeto de Dubugras¹⁶.

Anos depois, a questão é novamente enfatizada no processo de tombamento da Estação de Campinas:

Realmente, trata-se de construção eclética que vem mesmo simbolizar a arquitetura do café do século XX, e que julgamos digna de tombamento. No entanto, ainda repetimos, achamos justo um critério de tombamento que venha arrolar também outras estações e outras obras ferroviárias, tanto armazéns como pontes ou viadutos, que, em conjunto, representem todo o esforço de escoamento do café até o porto de Santos¹⁷.

Ainda que, naquele momento, essas questões não tenham sido efetivamente incorporadas às resoluções de tombamento (geralmente centradas em edifícios isolados, como as estações), com base nos exemplos citados observamos

14. Processo n. 22209/82; Res. SC-37, de 30/09/1987.

15. Informação STCR-159/76 assinada por Carlos Lemos, 13/08/1976, Processo de Tombamento da Estação da Luz, n.20.097/76, fl.85-86.

16. Parecer técnico de Carlos Lemos, 03/08/1976, Processo no. 00.467/74, fl.20.

17. Parecer técnico de Carlos Lemos, 06/06/1979, Processo no. 20.682/78, fl.50. Grifo nosso.

18. Para aprofundamentos sobre as políticas de preservação do patrimônio ferroviário em âmbito estadual, ver: OLIVEIRA, 2010, p.179-203; OLIVEIRA e MORAES, 2017, p.18-42.

19. Pareceres de Ulpiano Bezerra de Meneses e José Pedro de Oliveira Costa, Processo n.22.261/82.

20. Processo n. 31877/94; Res. SC-61, de 30/10/2007, D.O.E. de 28/12/2007, p.40.

21. Processo n. 26030/88; Res. SC-46, de 18/12/1992, D.O.E. de 19/12/1992, pg. 25.

22. Processo n. 46.662/03; Res. SC-20, de 26.03.2010, D.O.E. de 12/05/2010, p.35.

23. Res. 7, de 04/03/1985, D.O.E. de 05/05/1985, p.9.

24. Pareceres de Sílvia Ferreira Santos Wolff, Marly Rodrigues e José de Souza Martins, Processo n.26.399/88.

25. Res. SC-128, de 19/12/2016, D.O.E. de 21/12/2016, p. 55.

26. Res. SC-13, de 26/02/2018, D.O.E. de 27/02/2018, p. 32-33.

27. Processo n. 39684/00; Res. SC-52, de 01.10.2007, D.O.E. de 04/10/2007, p.52.

que as dificuldades relativas à preservação do patrimônio ferroviário em sua dimensão urbana e territorial já eram tema de debate desde meados da década de 1970¹⁸.

Abordando a questão para além do universo ferroviário, notamos que o tema da dimensão urbana também comparece em processos de tombamento de edifícios e sítios de outras tipologias industriais. No processo de tombamento do conjunto arquitetônico da Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha, conhecido como KKKK, foi ressaltada a importância do empreendimento para o desenvolvimento urbano da cidade de Registro como um dos principais argumentos para sua preservação. Os galpões voltados ao beneficiamento de arroz foram implantados às margens do rio Ribeira em meados da década de 1920, em área pouco urbanizada, nas proximidades do porto fluvial. Devido ao caráter de entreposto cooperativo, a atividade não chegou a atrair um grande número de trabalhadores, mas o funcionamento da atividade fabril permitiu o incremento das funções urbanas e o desenvolvimento da cidade, fato destacado ao longo do processo de tombamento¹⁹.

A importância do conjunto fabril na conformação da paisagem urbana comparece em vários processos, a exemplo da Cia. Fiação e Tecelagem São Martinho, considerado um conjunto arquitetônico definidor da identidade histórica, cultural e urbana de Tatuí²⁰; das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, na cidade de Marília, enfa-

tizando a grande extensão do conjunto industrial e sua representatividade na conformação urbana local²¹; do Complexo Industrial do Gasômetro e Casa das Retortas, conjunto alusivo ao processo de modernização da cidade de São Paulo e marco referencial na paisagem do bairro do Brás²²; do antigo Matadouro de Vila Mariana, construção pioneira no bairro e “agente catalisador do desenvolvimento urbano da região”²³; e do Mercado Municipal Paulistano, citado como uma das grandes obras realizadas entre o final da década de 1920 e início da década de 1930 e que teria transformado a fisionomia da cidade, ao lado do Edifício Martinelli e da retificação do Rio Tamaquateí²⁴. Argumentos semelhantes também se observam em processos mais recentes, como o tombamento de Edifícios da Antiga Fábrica da Companhia Gessy Industrial, em Valinhos, datado de 2016, que considerou, entre outros valores, o “relevante papel” do conjunto industrial “como referencial espacial na conformação da paisagem da cidade”²⁵; e o tombamento do Edifício do Moinho Fratelli Maciotta, em Ribeirão Pires, datado de 2018, que ressalta a relevante paisagem industrial formada pela relação entre o edifício e a ferrovia²⁶.

Além da representatividade na paisagem, outro aspecto evidenciado foi a participação dos capitais da indústria na expansão urbana, fato citado no processo da Cervejaria Paulista, em Ribeirão Preto (Figura 4)²⁷. Ocupando extensos terrenos urbanos, a fabricação de cerveja repercutiu na



Figura 4. Cervejaria Paulista, Ribeirão Preto / SP. Fonte: Acervo de Luis Gustavo Pereira Ferreira, 2012.

28. Processo n. 29840/92. Res. 26 de 15/12/1993, D.O.E. de 16.12.1993, p.53.

29. Pareceres de Marly Rodrigues em junho de 1997 e em outubro de 2005, Processo n. 28.682/91.

30. Res. SC-021, de 09-05-2013, D.O.E. de 22/05/2013, p.68-69.

configuração urbana local não somente devido à grande extensão de suas instalações, mas também graças aos investimentos imobiliários promovidos pelos proprietários da Cervejaria Paulista, sobretudo na Praça XV de Novembro, como a reabilitação de um antigo hotel e a construção do Teatro Pedro II e do edifício Meira Júnior; imóveis que hoje compõem o Quarteirão Paulista, conjunto eclético tombado pelo Condephaat em 1993²⁸.

No caso da Estação de Bondes do Brás, na cidade de São Paulo, tombada em 2008, além de observarmos o destaque à dimensão urbana do conjunto – aludindo à importância do bonde como sistema de transporte e como símbolo da modernização, elemento que permitirá a incorporação de novas perspectivas de sociabilidade e de convivência urbana –, notamos ao longo do processo a intenção de ir além da mera evidência textual, sugerindo um encaminhamento prático que viabilizasse essa leitura. Nesse sentido, cogitou-se a possibilidade de unir o estudo da estação de bondes a um conjunto maior de bens no mesmo bairro, com o intuito de impulsionar novas leituras do acervo arquitetônico do Brás e evitar a recorrência aos tombamentos de imóveis isolados. Ainda que esse caminho não tenha sido adotado, o parecer relatou o problema da acelerada degradação do entorno e sugeriu que as medidas de proteção da estação caminhassem no sentido de orientar a leitura desse contexto²⁹.

Nos processos dos anos 2010, como no caso do Complexo Industrial Carioba, em Americana, datado de 2013, os argumentos expostos na resolução de tombamento atentam para a valorização de um conjunto de edifícios que “sintetiza a vida industrial através dos equipamentos que ali foram construídos”³⁰. Logo, o tombamento buscou abarcar o complexo fabril a partir de uma compreensão mais ampla de sua funcionalidade e relação com a dinâmica urbana envolvente – assim como observamos no tratamento

dos bens ferroviários pelo Condephaat, nesse mesmo período –, incorporando ao perímetro de tombamento tanto os equipamentos diretamente relacionados à produção industrial, a exemplo dos galpões de tecelagem e da usina para fornecimento de energia, como também o grupo escolar, igreja, edifícios voltados ao lazer e ao atendimento de saúde dos operários e residências vinculadas ao núcleo fabril. Seguindo diretriz semelhante, a caracterização como “último remanescente têxtil-industrial que mantém leitura de conjunto em Jundiaí” foi um dos motivos elencados para a preservação do complexo construído, na resolução de tombamento dos Edifícios da Argos Industrial, sua Creche e Vila Operária, cuja publicação data de 2017³¹. Foram tombados os edifícios da fiação, confecção, oficinas mecânicas, estoque de algodão, armazém, filtro, portaria e chaminé; além da creche e da Vila Argos, constituída pelas Casas de Funcionários. A resolução acrescenta, ainda, como motivação para a tutela do conjunto, o fato de que “as relações trabalhistas transcenderam o ambiente fabril, impactando nas relações sociais dos trabalhadores”, considerando que os edifícios elencados “são importantes para a perpetuação da memória operária industrial [e] de fundamental relevância para a compreensão da História paulista”, afirmação em consonância com a definição de patrimônio industrial emanada dos Princípios de Dublin, conforme acenamos.

Nesta breve explanação, apesar de observarmos em diversos pareceres a paulatina apreensão das

múltiplas dimensões do patrimônio industrial, sabemos que os mecanismos de tutela disponíveis ainda não permitem a efetiva fruição dessas especificidades e valores após a incidência da proteção legal. Como instrumento jurídico, o tombamento limita-se à tutela material de edifícios ou conjuntos construídos. Contudo, adequando as análises do estudioso italiano Gaetano Miarelli Mariani para a realidade brasileira, notamos que a preservação desses bens cujos valores patrimoniais extrapolam a dimensão do edifício e invadem a cidade e o território, abarcando funções, usos e sociabilidades, carece de metodologias de análise e de instrumentos práticos de tutela que alcancem além dos aspectos externos, visíveis e materiais. Encontramo-nos, na realidade, diante de bens culturais, “resultados de atividades práticas que tendem a realizar *uma arte de viver, uma arte de fabricar* e que, justamente no cumprimento de tais fins, dão vida à formas, e por conseguinte também a valores estéticos” (MIARELLI MARIANI, 1993). Esse patrimônio, portanto, deve ser apreendido, valorizado e tutelado não somente, ou prioritariamente, com base em valores formais, e sim com base em sua importância testemunhal e em seu papel na composição de uma estrutura que não é apenas física, mas, sobretudo, memorial e sociocultural.

Para garantirmos a fruição desses valores na preservação do patrimônio da industrialização, portanto, outras medidas de proteção, complementares ao tombamento, precisariam ser construídas e

31. Res. SC-065, de 19/12/2017, D.O.E. de 22/12/2017, p. 57-58.

difundidas, contanto com a participação da sociedade civil e das demais esferas da administração pública, em nível estadual e em cada município, de modo a promover ações articuladas àquelas propostas pelos órgãos de preservação. A inserção da problemática da preservação em planos urbanísticos geridos pelas municipalidades, a elaboração de levantamentos na escala urbana e territorial, o fomento à educação patrimonial na escala do município e o desenvolvimento de programas de apoio à gestão dos bens tombados, acompanhando sua transformação ao longo do tempo e oferecendo incentivos fiscais e operacionais para que a coletividade possa participar ativamente da manutenção e dinamização dos patrimônios de cada cidade, são alguns caminhos possíveis e potencialmente promissores; há muito debatidos na literatura preservacionista, porém ainda distantes da prática efetiva.

Referências Bibliográficas

CURY, Isabelle. (Org.) **Cartas Patrimoniais**. 2^a ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

ICOMOS, TICCIH. **Princípios conjuntos do ICOMOS-TICCIH para a Conservação de Sítios, Estruturas, Áreas e Paisagens de Patrimônio Industrial**. [Princípios de Dublin]. Aprovados na 17.^a Assembleia Geral do ICOMOS, em 28 de Novembro de 2011.

MARTINS, Ana Luiza; CARDOSO, Jordana e ANDRADE, Marcelle Marques de. Notas sobre a preservação do patrimônio ferroviário de São Paulo. In: PAULA, Z. C. et al. (Orgs.). **Polifonia do patrimônio**. Londrina: EDUEL, 2012.

MENEGUELLO, Cristina. Patrimônio industrial: memórias, acervos e cidade. In: PAULA, Z. C. et al. (Orgs.). **Polifonia do patrimônio**. Londrina: EDUEL, 2012.

MIARELLI MARIANI, Gaetano. Restauro e Território: Appunti su un Rapporto Difficile e Controverso [1978]. In: **Centri Storici**: note sul tema. Roma: Bonsignori, 1993.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Patrimônio, Preservação e História da Energia. In: **Anais do 1º Seminário Nacional de História e Energia**. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico, 1988.

OLIVEIRA, Eduardo Romero de. Patrimônio ferroviário do Estado de São Paulo: as condições de preservação e uso dos bens culturais. **Revista Projeto História**, v.40 (2010), p.179-203.

OLIVEIRA, Eduardo Romero de; Ewerton Henrique. O patrimônio ferroviário nos tombamentos no Estado de São Paulo. **Revista Memória em Rede**, v.9, n.16, Jan./Jul.2017 p.18-42.

PARISELLA, Antonio. Il futuro del passato industriale. **Roma Moderna e Contemporanea**, anno VIII, n.1-2, 2000.

RODRIGUES, Marly. **Imagens do Passado**. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

RODRIGUES, Marly; TOURINHO, Andrea de Oliveira. Patrimônio ambiental urbano: uma retomada. **Revista CPC**, São Paulo, n.22, p.70-91, jul./dez. 2016, p.70-91.

RUFINONI, Manoela. **Preservação e Restauro Urbano**: intervenções em sítios históricos industriais. São Paulo: Ed. Fap-Unifesp, Edusp, Fapesp, 2013.

SÃO PAULO (Estado). **Lei Estadual 10.247 de 22 de outubro de 1968**. Dispõe sobre a competência, organização e o funcionamento do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Estado, criado pelo artigo 123 da Constituição Estadual e dá outras providências.

TICCIH. **Carta de Niznhy Tagil sobre o patrimônio industrial**. Niznhy Tagil: The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage, 2003.

Processos de Tombamento

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico. **Processo CONDEPHAAT** no. 00467/74. Estação de Santa Rita do Passa Quatro.

_____. **Processo CONDEPHAAT** no. 20097/76. Estação da Luz (São Paulo).

_____. **Processo CONDEPHAAT** no. 20316/77. Estação Ferroviária de Cachoeira Paulista (Cachoeira Paulista).

_____. **Processo CONDEPHAAT** no. 20682/78. Estação Ferroviária de Campinas (Campinas).

_____. **Processo CONDEPHAAT** no. 21364/80. Estação Barracão (Ribeirão Preto).

_____. **Processo CONDEPHAAT** no. 22209/82. Complexo Ferroviário de Paranapiacaba (Santo André).

_____. **Processo CONDEPHAAT** no. 22261/82. Conjunto Arquitetônico da Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha (Registro)

_____. **Processo CONDEPHAAT** no. 26399/88. Mercado Municipal de São Paulo (São Paulo)

_____. **Processo CONDEPHAAT** no. 26030/88. Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (Marília).

_____.	Processo CONDEPHAAT no. 28682/91.	Res. SC-37, de 30/09/1987. D.O.E. de 03/10/1987, p.18.
_____.	Processo CONDEPHAAT no. 29840/92. Quarteirão Paulista e Praça XV de Novembro (Ribeirão Preto).	Res. SC-46, de 18/12/1992, D.O.E. de 19/12/1992, pg. 25.
_____.	Processo CONDEPHAAT no. 31877/94. Indústrias Têxteis São Martinho (Tatuí).	Res. 26 de 15/12/1993, D.O.E. de 16/12/1993, p.53.
_____.	Processo CONDEPHAAT no. 39684/00. Cervejaria Paulista. (Ribeirão Preto).	Res. SC-61, de 30/10/2007, D.O.E. de 28/12/2007, p.40.
_____.	Processo CONDEPHAAT no. 46662/03. Complexo do Gasômetro e Casa das Retortas (São Paulo).	Res. SC-52, de 01/10/2007. D.O.E. de 04/10/2007, p.32.
	Resoluções de Tombamento	Res. SC-20, de 26.03.2010, D.O.E. de 12/05/2010, p.35.
	Res. SC-22, de 03/05/1982, D.O.E. de 07/05/1982.	Res. SC-021, de 09-05-2013. D.O.E. de 22/05/2013, p. 68-69.
	Res. 7, de 04/03/1985, D.O.E. de 05/05/1985, p.9.	Res. SC-128, de 19/12/2016, D.O.E. de 21/12/2016, p. 55.
		Res. SC-065, de 19/12/2017, D.O.E. de 22/12/2017, p. 57-58.
		Res. SC-13, de 26/02/2018, D.O.E. de 27/02/2018, p. 32-33. ■



Tecendo a história de São Paulo: tecelagens como patrimônio cultural

Weaving the history of São Paulo: textile factories as Cultural Heritage

Deborah Regina Leal Neves*

*Bacharel e Licenciada em História pela Universidade de São Paulo, especialista em Gestão do Patrimônio e Cultura pelo Centro Universitário Assunção, Especialista em *Investigación en Historia Reciente: desafíos conceptuales y disciplinares* pelo Centro Argentino de *Información Científica y Tecnológica*, Argentina; Mestre em História Social pela Universidade

de São Paulo; Doutoranda em História na Universidade Estadual de Campinas. Historiadora da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo. Membro do Comitê Editorial da *Annablume*, linha "Urbanidades: Territórios e Urbanismos". Membro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios -Brasil.

Resumo

O artigo apresenta o resultado do trabalho de pesquisa sobre seis indústrias têxteis instaladas em três regiões administrativas do estado de São Paulo entre o final do século XIX e a década de 1920. Tais edifícios, desprovidos de sua função original, foram objeto de pedido de tombamento ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat) por cidadãos preocupados em preservar as múltiplas memórias ativadas pelos espaços. A partir de critérios construídos pela área técnica da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPPH) – que subsidia as decisões do Condephaat –, quatro unidades foram reconhecidas como patrimônio cultural do estado. Trata-se de exemplares com relevância para a compreensão das relações de trabalho, da arquitetura industrial, do desenvolvimento urbano, econômico e tecnológico a partir do setor têxtil, o mais pujante do país à época. Atualmente, o uso das edificações está destinado a atividades diversas, ressignificando sua presença na paisagem e no imaginário coletivo, provocando o debate sobre como integrar antigas estruturas às novas necessidades das cidades.

Palavras-chave: Patrimônio Industrial. Tecelagem. Tombamento.

Abstract

This scientific article presents the research results about six textile factories installed in three different administrative regions of São Paulo State between ending of XIX Century and 1920's. These buildings, devoid of their original function generally since 1980's, was recognized as cultural heritage by Condephaat (institution responsible for developing cultural heritage policy in São Paulo) after citizens compromised in keeping alive multiple memories related to these buildings require it to list them. Based on criteria developed by Cultural Heritage Department's technicians, four plants were declared State's Cultural Heritage. It is important samples which are relevant to understand work relations, industrial architecture, and urban, economic and technology development from the textile sector – the most powerful in the country at that time. Currently, the buildings are being used with other functions, resignifying their presence in landscape and inside collective imaginary, sparking debate on how to integrate old structures into the new needs of contemporary cities.

Keywords: Industrial Heritage. Textile Factory. Cultural Heritage Recognition.

1. A Guerra de Secessão foi desencadeada nos Estados Unidos da América em decorrência de uma tentativa separatista dos estados do Alabama, Carolina do Sul, Flórida, Geórgia, Louisiana, Mississippi e Texas, seguidos por Virgínia, Arkansas, Carolina do Norte e Tennessee para formar os Estados Confederados da América. A região, de característica predominantemente agrária, em especial o plantio do algodão, tabaco e cana-de-

-açúcar, se opunha à abolição da escravidão de pessoas negras, mão de obra nas fazendas. A tentativa de criar um novo país levou a uma guerra civil que durou cinco anos, com a derrota dos confederados e a morte e desaparecimento mais de 620 mil pessoas. O plantio de algodão ficou bastante prejudicado durante o conflito, favorecendo o plantio e o comércio em outros países, como o Brasil.

Considerando que o início da atividade industrial no Brasil é tardia em relação aos países europeus e mesmo das Américas – especialmente em virtude do Tratado de Methuen entre outros dispositivos legais da Coroa –, é somente em fins do século XIX que os primeiros empreendimentos industriais começam a se desenvolver no país, especialmente após a Proclamação da República (1889). Até então, apenas atividades isoladas e bastante precárias tiveram início, porém em escala de atendimento local e sem expressividade econômica (SANT’ANNA, 1944; MOTA, 2003).

A atividade industrial foi impulsionada principalmente pelo capital oriundo do comércio do café, muitas vezes associado ao capital estrangeiro, seja por investimento direto ou por meio de empréstimos em bancos. Facilitada pela malha ferroviária implementada ao fim do século XIX e incrementada desde então, as fábricas de tecidos

predominaram na paisagem industrial brasileira, especialmente favorecida pela Guerra da Secessão (1861-1865)¹, sendo o estado de São Paulo um dos principais locais de desenvolvimento desta indústria (PRADO JUNIOR, 2012; DEAN, 1971).

Os importadores desempenharam papel fundamental na criação da indústria nacional, uma vez que as instalações fabris dependiam de itens importados para sua constituição (equipamentos, estruturas metálicas, mecanismos etc.). O conhecimento dos meandros do mercado, o acesso ao crédito e aos canais para escoamento dos produtos acabados possibilitou que inúmeros importadores convertessem suas agências em empresas industriais frente ao crescimento da manufatura nacional e às possibilidades no ramo, até então inexistente (DEAN, 1971; RIBEIRO, 1988).

Em São Paulo, o lucro advindo do capital oriundo do plantio e comércio cafeeiro foi grande responsável pelos recursos necessários à implantação das primeiras indústrias (ainda que para atender à produção cafeeira, como as fábricas de sacos de juta). É por essa razão que as sociedades anônimas se constituíram como forma mais comum de estabelecimento de empresas, de modo que em 1907, 58% do total do capital das indústrias no Brasil estavam assim organizadas, favorecendo a concentração e a centralização do capital da grande indústria neste estado (DE DECCA, 2004, p.146).

A historiografia demonstra que o algodão surgiu como um dos circuitos mais importantes da teia produtiva desenvolvida pelo café. Tratava-se de uma antiga e tradicional atividade agrícola em São Paulo – como em outras regiões do país, sobretudo Norte e Nordeste –, mas de pequena escala e destinada à confecção de tecidos simples de algodão, linho e juta para roupas rústicas, rendas, redes, mosquiteiros, cordas, cordões e sacos feitos em fusos, rocas e teares manuais, operados por artesãos das próprias fazendas ou por fiandeiras e tecelões em pequenas oficinas independentes nas cidades. Tinha sido, até então, uma atividade mais ligada à economia de subsistência local, ao comércio regional do que ao *main stream* da economia brasileira (TEIXEIRA, 2007).

Às condições econômicas do estado, aliaram-se os recursos naturais favoráveis e fartamente disponíveis, propiciando potencial de geração de energia hidráulica e depois elétrica. Assim, do ponto de vista da geografia industrial, podem-se destacar dois elementos decisivos para a localização das fábricas: as ferrovias (transporte de matérias-primas, máquinas e trabalhadores imigrantes; transporte dos bens industriais produzidos) e os rios que, além da função de transporte, passaram a ser usados como fontes de energia hidráulica e hidrelétrica e, no outro extremo, como depositários dos detritos industriais, especialmente no caso dos curtumes, fábricas de papel e tecelagens.

Como o mercado do Estado de São Paulo consumia tanto artigos de luxo como populares, o cenário era conveniente ao desenvolvimento de pequenas e grandes fábricas, estas últimas em maior quantidade no interior paulista. O critério de definição do porte das empresas analisadas foi aquele trazido por Belanga (2006, p.51) e associado ao estudo de PEARSE (1921, p.210), incorporados ao estudo na UPPH:

O tamanho das empresas foi definido a partir dos seguintes cortes: **pequeno porte**, firmas com capital até 30 contos de réis, 1 a 10 empregados e força motriz até 25 cavalos de potência instalada; **médio porte**, firmas com capital entre 30 e 200 contos de réis, 11 a 100 empregados e força motriz de 26 a 100 cavalos de potência instalada; **grande porte**, firmas com

capital acima de 200 contos de réis, mais de 100 empregados e força motriz acima de 100 cavalos de potência instalada.

A partir dos estudos, identificou-se a predominância de empresas de grande porte e, portanto, a plena separação entre capital e trabalho. Assim, nesse setor, os proletários já se achavam inteiramente submetidos à dinâmica própria da maquinaria instalada na fábrica, razão pela qual foi analisada também a relação entre patrões e empregados, capital e trabalhador. Ribeiro enfatiza que os estabelecimentos têxteis instalados nas últimas três décadas do século XIX empregavam máquinas de tecer, cuja organização entre elas conferia unidade à organização produtiva e conferia ao homem uma posição secundária na cadeia, figurando apenas como operador e não mais como agente produtivo (RIBEIRO, 1988, p.32). É o que Marx classificou como “alienação do trabalho”, que ocorre quando o homem perde sua ferramenta e o poder de produção e passa a ser apenas uma engrenagem de todo um sistema amplo e mecanizado. Para atender às necessidades de produção, o edifício que abriga a atividade de trabalho deixa de ser pequenas oficinas ou cômodos improvisados e passam a ser locais de grandes dimensões e adequados à acomodação de numerosas máquinas e trabalhadores, associados a fontes energéticas próprias, mecânicas e posteriormente, hidrelétricas.

A grande indústria têxtil representava, assim, o lado mais avançado das relações capitalistas de produção no Brasil: era o setor que apresentava os maiores índices de concentração de capital, força de trabalho e força motriz por unidade de produção, além de alcançar as maiores taxas de valor da produção. Em 1928, São Paulo concentrava 64% do capital investido e 60% dos operários empregados; o interior contava com 40% desses operários, com a maioria empregada em indústrias algodoeiras (LOUREIRO, 2006, p.39).

O estudo das tecelagens demonstrou ainda que o movimento operário originado nas fábricas de tecidos é responsável por parcela significativa das conquistas de direitos trabalhistas que ainda perduram no presente. Como a maior parte da mão de obra empregada na indústria estava justamente no setor têxtil, foram as organizações de trabalhadores ou de sindicatos deste setor que reivindicaram e conquistaram avanços nas relações de trabalho. Ao contrário do que comumente se imagina, “(...) longe de terem sido apenas uma dádiva do Estado, os direitos trabalhistas tiveram de ser ‘tecidos’ no plano da realidade pelos próprios trabalhadores” (LOUREIRO, 2011, p.281).

A formação do operariado paulista se deu especialmente em função da Lei de Terras (1850), que facilitou aos estrangeiros a aquisição de terras no país. Dessa forma, aqueles que possuíam condições financeiras para a aquisição de terras formaram colônias em que outros conterrâneos –

em especial italianos – se instalaram para trabalhar na lavoura; saliente-se que a população livre brasileira também compôs mão de obra nesses empreendimentos. Com o declínio da produção agrícola, a mão de obra essencialmente rural passa a migrar para a cidade buscando trabalho nas indústrias, somando-se ao contingente que continuava a migrar da Europa diretamente para a área urbana. De acordo com Hardman e Leonard (1991, p.141),

Em 1912, segundo o Boletim Estadual do Trabalho, dos 10.184 operários têxteis existentes na capital do Estado, 6.044 eram italianos; 824, portugueses; 338, espanhóis; 210, sírios; 50, alemães; 13 japoneses; outros estrangeiros, 862, o que dava um total de imigrantes correspondente a 82% da categoria. Os brasileiros natos eram em número de 1843, ou seja, minoritários (18%).

Parte destes trabalhadores era oriunda de indústrias em seus países de origem e, somados aos trabalhadores brasileiros, desenvolveram ideias libertárias – em geral de inspiração socialista, comunista e anarquista – organizando-se para representar seus interesses. Logo nos primeiros anos do século XX, surgiram os primeiros sindicatos e associações de trabalhadores, que reivindicavam direitos aos patrões. Isso porque a relação entre operários e patrões era conflituosa, especialmente por conta das longas jornadas de trabalho, que chegavam a durar entre 12 e 16 horas, com mão de obra predominantemente feminina e infantil, que recebiam remuneração menor

pelo trabalho executado. Não raro, as instalações eram insalubres e suscetíveis a acidentes, nunca indenizados. As condições impróprias levaram os trabalhadores que, no dia-a-dia experimentavam a vivência coletiva, a se organizarem cada vez mais, até que em 1907 uma nova lei garantiu aos trabalhadores o direito de associação, assegurando que as organizações sindicais não seriam submetidas ao controle estatal.

Decorrente desta organização, as grandes greves operárias do século XX tiveram, em sua maioria, os trabalhadores têxteis como protagonistas. É o caso das greves de 1907, 1910 e da Grande Greve de 1917, iniciada nas ruas do Brás e intensificada após a morte do operário anarquista de origem espanhola José Martinez. Cerca de 400 operários do Cotonifício Crespi decidiram paralisar o trabalho depois de a diretoria ter rejeitado o pedido de aumento salarial entre 15 e 20% e abolir a extensão da carga horária noturna de trabalho (BIONDI, 2009). Essa greve tomou proporções inimagináveis mobilizando ao menos 50.000 operários – ou 12,5% da população da cidade de São Paulo à época – e é tratada por boa parte da bibliografia sobre o tema como um paradigma na história da organização dos trabalhadores. Se antes havia pouca organização, a partir de então as associações operárias e sindicais desenvolveram estrutura consistente, uma sólida rede de mobilização entre diferentes fábricas e de diferentes categorias, conseguindo exercer pressão sobre os grupos empresariais.

Isso porque a partir da Greve de 1917, organizaram-se o Comitê de Defesa Proletária, liderado por anarcossindicalistas, além de imprensa operária especializada (HARDMAN; LEONARDI, 1991), o Comitê Popular de Agitação contra a Exploração de Menores Operários, cujo programa se voltava ao combate aos maus-tratos sofridos pelos menores, aplicados pelos mestres e contramestres e a União dos Operários em Fábricas de Tecidos (UOFT). Esta última foi a principal responsável por reivindicações como melhoria nos salários e nas condições de trabalho, regulamentação do trabalho feminino e do menor, além do reconhecimento oficial, pelo patronato, do direito das associações operárias representarem os trabalhadores através do Acordo Coletivo de Trabalho.

A reação dos industriais à organização dos trabalhadores foi a criação do Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem de São Paulo (CIFT), apoiado pela grande imprensa e Governo, especialmente por meio das forças de repressão. Essa simbiose entre interesses de industriais e do Estado resultou em dura e organizada repressão aos movimentos de trabalhadores – especialmente com a criação do Dops em 1924 – até seu “disciplinamento” durante o Estado Novo; saliente-se que, no entanto, a força dos sindicatos perdurou com bastante relevância até a década de 1990, quando as relações de trabalho foram significativamente modificadas.

A grande dificuldade para construir a história do movimento dos trabalhadores em cada fábrica está nas fontes disponíveis para elaborar os pareceres técnicos que fundamentam as opiniões encaminhadas ao Conselho. Para a compreensão mais geral, estão disponíveis acervos de jornais operários e outros documentos associativos em bancos de dados digitais do Arquivo do Estado de São Paulo, do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL-UNICAMP), do CEDEM-UNESP, do CEDEC-PUC e do CECULT-UNICAMP. Através desses acervos diretamente relacionados ao movimento operário é possível ter ideia das reivindicações e das condições de trabalho. A bibliografia é vasta e se apoiou em relatórios do Ministério do Trabalho e em documentos patronais em que é relatado o ponto de vista do empresariado acerca das reivindicações e as ações para coibir movimentos paredistas. Mas a análise da mobilização trabalhista em cada uma das fábricas em estudo na UPPH foi bastante prejudicada, seja pelo tempo disponível para apresentar parecer conclusivo, seja pelos recursos – materiais, humanos e financeiros – disponíveis para a pesquisa, e mesmo pela disponibilidade de fontes. Assim, o estudo se pautou pela análise ampla sobre as mobilizações mais contundentes do operariado têxtil paulista e em cada parecer individual apresentou-se referências específicas de cada indústria na medida em que foram encontradas, tendo em vista que não há homogeneidade na disponibilidade de informações sobre as indústrias estudadas.

2. No RJ: Fábrica Cometa e vila operária, Companhia Metropolitana de Tecidos e Fábrica São Pedro de Alcântara (Petrópolis) e Fábrica de Pólvora e seu antigo portão (Rio de Janeiro); na BA: Engenho Matoim e Engenho Freguesia (Candeias); em MG: Fábrica de Ferro Patriótica (Ouro Preto); PB: Fábrica de Vinho Tito Silva (João Pessoa); no MA: Fábrica Santa Amélia (São Luís); em SP: Sesc Pompeia (São Paulo), Fábrica de Chá Amaya, Fábrica de Chá Kawagiri e Fábrica de Chá Shimizu (Registro); no PI: Fábrica de Manteiga e Queijo (Campinas do Piauí).

Ruínas do Engenho do Rio Quilombo e Ruínas do Engenho dos Erasmós (Santos); Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema (Iperó); Ruínas do Engenho da Lagoinha (Ubatuba); Casarão Do Chá (Mogi das Cruzes); Usina Hidrelétrica de Corumbataí (Rio Claro); Fábrica de Tecidos São Luís (Itu); Mata-douro de Vila Mariana, Vila Maria Zélia, Complexo do

Gasômetro, Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, Moinho Minetti e Gamba, Fábrica de Tecidos Labor, Tecelagem de Seda Ítalo-Brasileira, Moinho Matarazzo (São Paulo); Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha (Registro); Destilaria Central (Lençóis Paulista); Manufatura de Tapetes Santa Helena (Jacareí); Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (Marília); Fábrica Santa Adélia e Indústrias Têxteis São Martinho (Tatuí); Cervejaria Paulista (Ribeirão Preto); Fábrica Swift Armour (São José do Rio Preto); Fábrica, Vila Operária e Usina de Energia Vila Carioba (Americana); Fábrica de Tecidos Brasital (Salto); Engenho Central de Piracicaba (Piracicaba); Recinto de Exposições Agropecuárias (Barretos); Fábrica Gessy Lever (Valinhos), Fábrica Lidgerwood (Campinas) e Antiga Fábrica de Sal - Molino di Semoli Fratelli Maciotta (Ribeirão Pires) além das quatro tecelagens abordadas neste artigo.

Diante da complexidade da indústria têxtil na constituição da sociedade paulista, é possível compreender a sensibilidade da população diante dos fechamentos das principais fábricas nas décadas de 1970 e 1980. O fechamento destes grandes complexos industriais, além de gerar enorme número de demissões, falências e prejuízos a credores e trabalhadores, legou às cidades grandes imóveis que não mais ditavam o ritmo do cotidiano com seus apitos pontuais, tornando-se um problema urbanístico pelo abandono. Locais estes que permaneceram por décadas na paisagem e no imaginário coletivo, suscitando grande valor afetivo nos habitantes de bairros ou cidades onde estão instaladas.

Com o intuito de impedir o apagamento da memória – já que os complexos industriais estavam ameaçados de demolição para dar lugar a avenidas ou empreendimentos comerciais e/ou residenciais que não aproveitariam a construção existente –, movimentos civis, até mesmo de ex-funcionários destas fábricas demandaram ao Condephaat a preservação destes edifícios que sediaram, muitas vezes, o único emprego de suas vidas e de suas famílias. Motivados pela ausência de práticas de preservação patrimonial em suas cidades por absoluta ausência de força ou legitimidade política de órgãos de preservação municipal, a alternativa residia no órgão estadual, possuidor de algum prestígio na sociedade e relativa independência das dinâmicas políticas e econômicas locais.

A congruência entre período de atividade, localização, importância no desenvolvimento econômico do estado e quantidade expressiva de pedidos de tombamento de tecelagem fez com que o Grupo de Estudos de Inventários (GEI) da UPPH tratasse dessas indústrias como um conjunto a ser analisado sob os mesmos parâmetros, a fim de identificar a pertinência da preservação em âmbito estadual. Sendo assim, o estudo como conjunto temático serviu, para além do tombamento, também como um inventário do passado têxtil do Estado de São Paulo, permitindo a ampliação do conhecimento deste setor bastante abordado por estudos acadêmicos, mas até então sem reconhecimento como patrimônio cultural em algumas cidades chave para o ramo, como São Paulo e Sorocaba, por exemplo.

Não obstante a importância da indústria de um modo geral, mas em especial a têxtil para a economia brasileira, o patrimônio industrial tem sido objeto de recente e tímida preservação, inaugurado em âmbito federal com o tombamento da Real Fábrica de Ferro Ipanema pelo IPHAN em 1964, quase trinta anos depois de criado o serviço. A prática de preservação desses equipamentos industriais ainda é incipiente: o IPHAN reconhece apenas 14 bens² desta natureza como patrimônio cultural e, exceto o Sesc Pompeia – reconhecido mais pela intervenção de Lina Bo Bardi que pela atividade fabril –, boa parte teve as atividades encerradas ainda no século XIX, vinculadas ao período imperial.

Em contrapartida, o estado de São Paulo, maior expoente industrial do país no século XX, já possui uma ampla e variada gama de edifícios industriais preservados, além daqueles aqui abordados. Excluídos os bens ligados à ferrovia (estações, pátios e oficinas), o Condephaat tombou 34 bens ligados à atividade industrial até o ano de 2018, dos quais 12 bens estão ligados diretamente à atividade têxtil – ou 35% do total de tombamentos. Dessa forma, de todos os bens industriais inventariados pelo Condephaat (atualmente são 77 processos, incluindo ruínas), 20 estão relacionados à indústria de tecidos, correspondendo a 26% do total.

As fábricas de tecidos estudadas entre 2010 e 2014 na UPPH correspondem ao período compreendido entre os anos finais do século XIX e 1920, considerado por Stein (1979) como a “idade de ouro” para a indústria têxtil. A partir do estudo foi possível classificá-lo em duas fases: a primeira, ocorrida entre o fim do século XIX e 1910; a segunda é o período de consolidação, entre 1910 e 1925, quando a produção de tecidos entrou em crise. Entre os pontos comuns está a dimensão das plantas das unidades fabris, que ocupam, invariavelmente, grandes lotes nas cidades. O processo de produção, dividido em diversas etapas, exigia que os espaços fossem amplos – para a circulação de ar, entrada de luz e para abrigar todas as máquinas e trabalhadores envolvidos no fabrico. Grande parte das indústrias de São Paulo era composta por fiações e

tecelagem, isso é, tratavam o algodão bruto ou em rama transformando-o em fio a partir do qual era fabricado o tecido. Outras, em menor escala, eram apenas tecelagens, ou seja, compravam o fio – nacional ou importado – para produzir tecidos.

A solução de arquitetura para atender Código Sanitário de 1894 (SÃO PAULO. Decreto nº 233 de 02/03/1894) deveria suprir deficiências de iluminação e ventilação, principalmente, resolvidas com a construção de lanternins, *sheds* com vidraças móveis no lado de sombra e, em alguns casos, ventilação artificial. Dessa forma, a historiografia tende a dividir a forma física das indústrias em duas tipologias, “colonial brasileiro” e “britânico manchesteriano” (HARDMAN; LEONARDI, 1991, 133-134). Para os autores, os modelos se explicam da seguinte forma:

- a) *Colonial brasileiro*: fábricas construídas no Império, com tipologia semelhante às casas grandes de fazendas, produção de algodão em terreno próprio, acumulando o capital agrícola e industrial na mesma atividade. Como exemplo, citam as fábricas São Luís (Itu, 1869), São Bento (Jundiáí, 1874) e São Martinho (Tatuí, 1881);
- b) *Britânico Manchesteriano*: fábricas surgidas ao final do século XIX e no século XX, cuja fachada era de tijolos de barro aparente, simetria de planos e estrutu-

ra sóbria. Também se caracteriza por vários edifícios, com alguns destacados por dois ou três pavimentos. Como exemplo, a Brasital (Salto) e a Labor (São Paulo);

b.1) Estilo Alemão: tijolos aparentes, construções altas e compactas, com dois ou mais andares e janelas pequenas. Como exemplo: Fábrica de Tecidos Carioba, em Americana.

Acrescentou-se à definição dos autores a produção de estabelecimentos industriais pós década de 1920, em que a padronização de elementos e a utilização de concreto e materiais pré-fabricados permitiram a rápida modificação do uso dos edifícios. Possuem poucas aberturas laterais e de ventilação natural, procurando diminuir a incidência de luz solar sobre a fibra de algodão, que “prejudicava” o produto. Esse traço é característico da Argos Industrial S. A. de Jundiaí, que possuía edifícios “manchesterianos” do início do século XX combinados com outros padronizados datados da década de 1940, mas que só mantém os últimos com mais destaque, já que sua parte mais antiga foi demolida para a duplicação de uma avenida que sequer utilizou o espaço pretendido para a obra.

O volume de processos em estudo no GEI revela a predominância das características “manchesterianas”, possivelmente por duas razões: a maioria das indústrias foi construída já na República

e após o Código Sanitário de 1894, que exigia metragem mínima de 8m³ para cada empregado, preferência para iluminação elétrica, exigência de pintura anual, abastecimento de água, esgoto, banheiros (um para cada 20 empregados) e entre até 1925; as edificações posteriores estudadas eram parte de ampliação das instalações pré-existentes.

A forma de avaliar cada um dos pedidos pautou-se pela adoção de critérios suficientemente amplos para abranger a diversidade do estado e da própria atividade industrial, mas limitava o reconhecimento como patrimônio a algumas indústrias, elegendo representantes de forma metonímica. Os critérios adotados foram os seguintes, sempre da perspectiva estadual e em consonância com as diretrizes preconizadas pelo *The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage* (TICCIH), especialmente os presentes na Carta de Nizhny Tagil:

- Pioneirismo técnico/tecnológico: a indústria têxtil era disseminada pelo país, e concentrada no estado de São Paulo. Portanto, um critério adotado para definição de importância é apresentação de algum pioneirismo na técnica empregada seja nos equipamentos (tecnológico), seja na atuação do homem (técnico) que desencadeou alterações em toda a indústria têxtil, ou seja, que tenha incrementado o método existente e comumente empregado.

- Inserção no cenário econômico – trata-se de identificar a relevância para o desenvolvimento do setor – quantidade de fusos, teares, emprego de equipamentos a vapor ou elétricos, capacidade produtiva, potência em HP –, e sua importância para a economia (quantidade de empregados, volume de capital aplicado e investido, desdobramento em outras atividades como fabricação de óleos, por exemplo, capilaridade pelo território, exclusividade de produção de determinado produto);
- Mobilização operária – greves, manifestações, conquista de direitos trabalhistas, organizações sindicais, mudanças nas relações entre empregado e patrão (ou capital), que representaram marcos ou mudanças importantes para a história do trabalho;
- Inovação tecnológica ou de produtos dentro de seu contexto – trata-se de emprego de técnicas ou equipamentos diferenciados, ou ainda de inovação em produtos, destacando a empresa no contexto estadual;
- Representante de políticas do Estado: inversão de capital do estado na indústria; conexão com políticas de incentivo industrial, povoamento, instalação de colônias, escolas/cursos de capacitação profissional, investimento estatal no setor primário para o fomento do setor industrial etc.;
- Promoção de mudanças no hábito/cultura/cotidiano dos trabalhadores e do contexto geográfico – isso é, quando a instalação da indústria ou a sua presença inaugure equipamentos em locais desprovidos anteriormente, migração de mão de obra de outros locais que modifiquem a identidade cultural com e do local, mudanças culturais como cinemas, teatros, formas de organização social etc.;
- Critérios arquitetônicos urbanísticos considerados para a eleição de bens: importância na configuração urbana, destaque na paisagem, adoção de sistemas construtivos diferenciados.

As fontes utilizadas para a pesquisa sobre cada uma destas indústrias compreenderam: publicações em jornais, atas de assembleias, Diário Oficial do Estado e da União, fotografias de acervos históricos, documentos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo, documentação de funcionários e bibliografia especializada. A partir da análise minuciosa das fontes, observou-se que houve um movimento comum na maioria das indústrias estudadas: a transformação de uma indústria inicialmente de capital fechado para Sociedades Anônimas; essa mudança na constituição abria a possibilidade de aumento do capital por meio da emissão de ações e a contratação de empréstimos em instituições bancárias com taxas reduzidas. Isso porque as Sociedades Anônimas têm como exigência legal a publicação

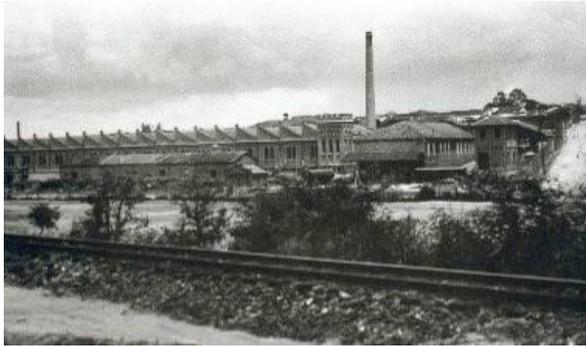


Figura 1. Nossa Senhora da Ponte, 1924. Foto: Pedro Neves dos Santos, acervo Museu Histórico Sorocabano.



Figura 2. Fábrica desativada. Foto: Deborah Neves, 2010.

anual de balanços realizados após auditorias rigorosas, conferindo maior segurança e transparência acerca da saúde financeira da empresa. Dessa forma, a instituição bancária pode ofertar crédito a uma taxa de acordo com seus resultados e capacidade de pagamento. A forma da constituição das empresas foi determinante para sua perenidade ao longo das décadas, decorrente da capacidade de ampliação da produção, de modernização das instalações e incremento tecnológico, tornando o estado de São Paulo a maior potência industrial do país.

Passa-se agora a um resumo da pesquisa do estudo em conjunto empreendido pelo GEI entre os anos de 2010 e 2014, resultando no tombamento de quatro das seis instalações industriais têxteis analisadas. Saliente-se que todos os processos estão na sede da UPPH e possuem acesso público, mediante solicitação e agendamento.

Processo 58349/08 - Fábrica Têxtil Nossa Senhora da Ponte – Sorocaba (1881)

Mais antiga entre as unidades estudadas, fundada por Manuel José da Fonseca, a fábrica representa uma mudança importante na tecnologia têxtil ao ser a pioneira no Estado em utilizar algodão herbáceo para a fiação de tecidos, no auge da Guerra de Secessão. A fábrica foi instalada estrategicamente às margens da linha da Estrada de Ferro Sorocabana e do córrego Supiriri, ga-

rantindo escoamento da produção e água para o funcionamento de caldeiras e bomba hidráulica, cujas máquinas foram importadas de Manchester da *Curtis Sons & Co.*

A mão de obra era predominante de mulheres e crianças, por serem de menor custo, que fabricavam tecidos mais rústicos como morins, brins grossos com variedades de riscados e xadrezes, pois ainda não contavam com estamparias.

A análise em conjunto das tecelagens apontou que dentro de critérios pensados em torno de potencial energético, mão de obra e capital, a Nossa Senhora da Ponte talvez não tenha sido das mais importantes indústrias do Estado e nem mesmo em Sorocaba, já que foi ofuscada pelo desempenho espetacular, do ponto de vista econômico, da S.A. Votorantim e mesmo da Fábrica de Tecidos Santa Rosália. Todavia, pensando no tempo presente e mirando o passado, a Nossa Senhora da Ponte é a instalação industrial que se mantém mais íntegra e que mantém ímpar relação com a paisagem da cidade de Sorocaba – lindeira à ferrovia, cujo complexo foi tombado em 2018. Hoje, a fábrica está ocupada pelo Shopping Pátio Cianê, em referência ao grupo empresarial que adquiriu a Fábrica Nossa Senhora da Ponte na década de 1940. O tombamento foi homologado em 2017, pela Resolução SC-63 de 19/12/2017, publicado no Diário Oficial de 23/12/2017, pp.56-57.

Processo 59254/09 - Fábrica Brasital e Vila de Operários - Societé per l'Exportazione e per l'Industria Italo Americana - São Roque (1890)

Fundada pelo italiano Enrico Dell'Acqua, a empresa foi a pioneira no município de São Roque, em terreno de propriedade do agricultor de algodão Manuel Lopes Oliveira, mesmo fornecedor de algodão da Fábrica Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba. Instalada no sopé de uma colina, a fábrica estava servida por água do córrego Aracaí, que canalizado, passa pelo interior da planta da fábrica, alimentando uma turbina e um motor a vapor – importados de Milão e ainda presentes no edifício – que geravam força motriz para todos os teares. O sistema hidráulico também alimenta um sofisticado programa de combate a incêndios

construído com equipamentos ingleses da empresa *Mather & Platt Co.* de Manchester, Inglaterra.

A solução arquitetônica e de engenharia são os grandes destaques desta indústria que teve mão de obra constituída majoritariamente por italianos e possuía apenas tecelagem, sem setor de fição. Esse sistema de movimentação por turbina d'água é similar ao presente no Moinho e Fábrica de Algodão *New Lanark*, na Escócia, cuja construção data do século XVIII, considerado hoje Patrimônio Histórico Mundial, e faz da fábrica de São Roque um exemplar único no Estado de São Paulo, e possivelmente no Brasil. Recentemente, a fábrica teve o assoalho em madeira recuperado e com uso parcial das edificações por equipamentos da Prefeitura.



Figura 3. Imagem oblíqua aérea. Foto: IGC, 1939/1940.



Figura 4. Uma dupla de casas da Vila. Foto: Deborah Neves, 2014



Figura 5. Vista da CTI, década de 1960. Disponível em: <http://www.almanaqueurupes.com.br/portal/textos/colonistas/o-pu-e-o-puxao-de-orelhas/>



Figura 6. Prédio de escritórios. Foto: Deborah Neves, 2012

Outro destaque da Brasital de São Roque é a presença íntegra de sua vila operária, construída entre as décadas de 1940 e 1950, habitadas hoje por descendentes dos trabalhadores da fábrica e em excelente estado de conservação.

O tombamento foi decidido pelo Condephaat em 2014 e ainda aguarda homologação pelo Secretário da Cultura.

Processo 30006/92 - Companhia Taubaté Industrial – Taubaté (1891)

Fundada como uma Sociedade por Cotas no ano de 1891, a empresa se destaca como de grande porte, com capital oriundo de setores diversos da sociedade e especialmente por estar em uma cidade essencialmente agrícola, com posição estratégica entre o litoral Norte, a cidade de São Paulo e Rio de Janeiro, servida pela Estrada de Ferro Central do Brasil.

Teve à frente da empresa Félix Guisard, homem de visão empreendedora que buscou a inovação tecnológica – com a construção da planta da fábrica de forma radial para a otimização do processo, a construção de uma hidrelétrica própria para autossuficiência energética e a importação de maquinário alemão também para a geração de energia – bem como técnicas de gestão empresarial, como a administração de pessoal baseadas em uma visão de bem-estar social do

trabalhador. Em função da fábrica, equipamentos sociais foram construídos, como escola, posto de saúde, estádio de futebol e uma colônia de férias em Ubatuba, litoral Norte de São Paulo, além de casas para parte de seus empregados.

A disposição de seus edifícios seguiu uma lógica de desenvolvimento racional, seguindo preceitos de urbanismo. Ainda que a implantação da fábrica tenha ocorrido numa zona suburbana, mas próxima da cidade – ao lado da linha férrea da Central do Brasil e não muito distante da Estação da cidade – essa região inverteu a lógica da importância central. Atualmente, o edifício de escritórios de traços *art déco*, construído na década de 1940m, é a sede da Prefeitura de Taubaté. Essa linguagem se refletiu na fachada de outros três edifícios mais antigos, que tiveram acréscimo de frisos verticais, criando unidade visual na praça circular que leva o nome do diretor Félix Guisard. Os edifícios mais antigos têm características manchesterianas e em tijolos aparentes. Dois blocos foram demolidos na década de 1970. Além de equipamentos da Prefeitura, dois edifícios pertencem à Universidade de Taubaté (Unita), que sediou a segunda edição do Docomomo, realizado no ano de 2000.

O tombamento foi homologado em 2017, pela Resolução SC-69 de 19/12/2017, publicado no Diário Oficial de 23/12/2017, pp.54-55.



Figura 7. Imagem aérea da fábrica Argos. Foto: Mingo Gasparai, publicada em Revista Manchete, n.802, 02 set. 1967

Processo 31605/94 - Argos Industrial – Jundiaí (1913)

Inaugurada em 1904 sob o capital de empresários italianos (Aleardo Borin e Luiz Trevisoli) e alemão (Ernest Diederichsen), a Argos se instalou na área da cidade de Jundiaí servida pela São Paulo Railway, Companhia Ituana e Companhia Paulista e por um córrego, além de estar servida com energia elétrica. A cidade já tinha se estabelecido como um importante polo da indústria têxtil no estado de São Paulo.

A construção da fábrica ocorreu de forma contínua, especialmente na década de 1910 e com nova ampliação na década de 1940, o que configura dois aspectos físicos bem marcados temporalmente. Os edifícios mais primitivos são erigidos com tijolos autoportante e apresentam *sheds* em ritmo constante. Já os edifícios mais recentes e justamente mais preservados, são forjados em concreto e trazem elementos que remetem ao *art déco*. É importante salientar, no entanto, que parte significativa da edificação mais antiga foi demolida pela Prefeitura em meados dos anos 1990, sob a justificativa de ampliação viária e urbanização da área, que seria convertida em uma praça. No entanto, a duplicação da avenida não avançou sobre a área do terreno resultante da demolição e a praça nunca foi construída, res-

tando uma ampla área de estacionamento, ornamentada pela chaminé da caldeira de tingimento de tecidos.

A Argos se destaca na paisagem por seu grande porte e ocupação de vasta dimensão e é responsável por boa parte do traçado urbano do bairro da Vila Arens. Suas três vilas operárias se espraiam por seis quarteirões e mantém características ainda passíveis de identificação como conjunto. Destaque também para a presença dos edifícios que abrigaram a creche e a escola para os filhos dos funcionários, que hoje, pertencem à Prefeitura e continuam sendo utilizados com finalidades educacionais.

Ainda que o indicativo da área técnica tenha sido o de tombamento da edificação, da creche e de parte das casas que compõem a vila operária, o Conselho entendeu que o pedido deveria ser arquivado, já que parte da fábrica fora demolida. No entanto, houve recurso por parte de uma munícipe que resultou na reversão da decisão anterior. Saliente-se que se trata do último exemplar fabril têxtil da cidade de Jundiaí, de extrema importância no Estado.

O tombamento foi homologado em 2017, pela Resolução SC-65 de 19/12/2017, publicado no Diário Oficial de 23/12/2017, pp.57-58.



Figura 8. Perspectiva dos remanescentes da Argos. Foto: Deborah Neves, 2012



Figura 9. Vista da fachada frontal e lateral. Foto: José A.C.Zagato, 2011.



Figura 10. Vista da Lateral da Tecelagem. Foto: Deborah Neves, 2013.

Processo 65641/11 - Fábrica Japy, Jundiá (1913)

Tendo como um de seus fundadores o empresário e Senador Antônio Lacerda Franco, a Fábrica Japy S.A. teve inauguração, como sua vizinha Argos, já na década de 1910, momento em que as tecelagens se consolidavam como equipamento industrial rentável em decorrência da substituição de importação, agravada pela Primeira grande Guerra. Fundada já como uma Sociedade Anônima, a empresa se caracterizou por estar ligada a um grupo que controlava outras empresas do ramo de serviços e da indústria, conformando um conglomerado.

A edificação, no entanto, foi construída anteriormente à constituição da sociedade – não foi possível identificar com exatidão –, provavelmente em 1913, uma vez que há registro de contrato de fornecimento de água entre a fábrica e a Câmara Municipal de Jundiá datado de 22/07/1913, e caracterizava-se pela extensão em um vasto lote próximo à ferrovia e pelo pavimento único em tijolos autoportantes marcado pelo ritmo dos *sheds*. Seu despojamento e simplicidade são justificados pelo fato de se tratar apenas de tecelagem, sem setor de fiação, incomum para uma empresa do porte da Japy.

A fábrica ficou especialmente marcada pela gestão de José João Abdalla a partir da década de 1940, conhecido vulgarmente como “o mau pa-

trão”, em decorrência da sonegação dos direitos trabalhistas de seus empregados e o não cumprimento de suas obrigações financeiras, além do uso da máquina pública em benefício privado. O fim das atividades da fábrica é decorrente de sua má administração, na década de 1970, quando o prédio passou a ser ocupado por supermercados, até que em 2011 uma construtora de edifícios residenciais comprou o terreno e demoliu parte significativa da fábrica – antes da instrução do pedido de tombamento feito pelo GEI – uma das razões pela qual se indicou o arquivamento do pedido de tombamento.

Processo 47329/03 - Fábrica de Tecidos Nossa Senhora Mãe dos Homens, Porto Feliz, (1924)

A Fábrica de Tecidos Nossa Senhora Mãe dos Homens foi fundada no ano de 1924, reunindo nesta Sociedade Anônima vários pequenos acionistas e dois principais: Antônio Emygdio de Barros e José Emygdio de Barros, políticos conhecidos do estado de São Paulo.

Não era das maiores indústrias do Estado, embora a única de tecidos na cidade de Porto Feliz, mas por seu capital e força de produção é considerada uma empresa de grande porte. Não há surpresa nesse fato, já que os principais acionistas eram família Emygdio de Barros: Antônio e seu pai, José, além de grandes industriais como Sylvio Brand Correa (um dos fundadores da Construtora Camargo Correa), e até mesmo

empresas (como Kortenhau Stummel & Comp. – máquinas para indústria têxtil; e Elias João Habice & Filhos – comerciante, representante da Westinghouse no Brasil, sócios da Cooperativa de Crédito). Outros acionistas individuais como Antonio Martins de Sampaio, Francisco Souza Moraes, Antônio Eulálio de Camargo, as famílias Pires de Almeida e Almeida Portella eram ligados ao cultivo de algodão. Além disso, grande parte dos acionistas pertencia ao Partido Republicano Paulista – incluindo José Augusto Pereira de Rezende, cunhado de Antonio Emydgio de Barros e Presidente do PRP na região de Botucatu. O PRP foi o partido que havia colocado Prudente de Moraes, Campos Salles, Rodrigues Alves e Washington Luís na presidência do Brasil.

Tratamos aqui, portanto, de uma empresa que nasce com o capital da elite política e financeira do interior de São Paulo, que não dependida da Fábrica de Tecidos para sua subsistência. Tratava-se de uma atividade que se tornara comercialmente rentável nas primeiras décadas do século XX e por isso atraiu o investimento dessas pessoas. A Fábrica agregava o interesse dos acionistas, diretamente interessados: havia produtores de algodão da cidade, importadores de máquinas, banqueiros, capitalistas e políticos. Não à toa, a Fábrica de Tecidos contou com diversos subsídios da Câmara de Vereadores de Porto Feliz na aquisição de máquinas e até na isenção de impostos.

Chama atenção justamente o fato de uma fábrica de tecidos ter sido fundada por grandes possuidores de capital, em uma cidade sem tradição fabril e pouca expressão na cultura algodoeira em um momento em que a indústria têxtil, como um todo, encontrava-se em crise. Vale também pesquisar a motivação da junção de capitalistas tão importantes nesse empreendimento e as relações de poder que esses possuíam com entes públicos e outros privados, além das conexões políticas importantes. Além de ter nomes importantes do PRP, a Fábrica de Tecidos Nossa Senhora Mãe dos Homens aglomerou um futuro governador – Adhemar de Barros – e a família de outro – Luiz Antônio Fleury Filho. As teias empresariais que os principais sócios faziam parte é também um ponto importante e que deveria ser analisado com mais profundidade.

Sua planta é simples, dividida em três blocos com ruas internas, que hoje formam as ruas da cidade de Porto Feliz. Nesse ponto, em muito lembra a configuração da tecelagem de Seda Italo-Brasileira, localizada no bairro do Brás nessa capital, embora em muito menor escala. Atualmente um shopping center está instalado no edifício que serviu à tecelagem, um mercado no que foi a fiação e a sede da Prefeitura no prédio da antiga Cooperativa de funcionários.

Devido ao não enquadramento nos critérios de avaliação, foi indicado o arquivamento da proposta de tombamento e a cobrança de multa

para a proprietária do shopping, que descaracterizou fisicamente a fábrica, trazendo prejuízos à paisagem da cidade e ao patrimônio cultural.

Conclusão

O balanço que é feito é que a preservação de quatro das seis fábricas estudadas traz importante acréscimo à história paulista, que ganha exemplares materiais de extrema relevância para a arquitetura e especialmente para a história do estado, sem impedir seu uso por novas atividades.

A partir do tombamento, o compromisso das partes – Estado e proprietários – deve ser a garantia da manutenção destes edifícios não apenas como exemplares individuais e isolados, mas a compreensão deles como parte de um complexo sistema que estruturou decisivamente a economia do país e só fazem sentido se lidos dentro da lógica de conjunto. Isso porque cada um reserva peculiaridades e revela distintas faces do empreendimento têxtil no estado, constituindo-se como importantes documentos para a compreensão da História, da Economia, da Arquitetura e do Urbanismo das cidades e, tomados em conjunto, do estado de São Paulo.

A consolidação de uma política de valorização e difusão do patrimônio em toda a sua potência certamente é um desafio que se impõe com mais grandeza que o próprio ato do tombamento em si, insuficiente para garantir sua integridade e importância para a sociedade. Faz-se necessário o estabelecimento de políticas públicas e privadas de reconhecimento e valorização, como o estabelecimento de rotas culturais, por exemplo, além de um compromisso em incluir tais locais no planejamento das cidades. O tombamento deve ser encarado como um instrumento aliado que garante o respeito à edificação e à sua capacidade de múltiplas evocações, superando a equivocada ideia de “congelamento”, construída no imaginário comum por desconhecimento da legislação e mesmo por um afastamento do órgão de preservação das prefeituras, que vem sendo corrigido ao longo dos anos por meio de oficinas e atendimentos técnicos.

Referências

BIONDI, Luigi. **A greve geral de 1917 em São Paulo e a imigração italiana: novas perspectivas**. Cadernos AEL, v.15 n°27, 2009. Disponível em <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2577/1987>, acessado em 10 jun. 2014.

- BELANGA, Tatiana Pedro Colla. **Financiamento, lucratividade e desempenho industrial na grande depressão: empresas têxteis em São Paulo – 1928/1933**. Cadernos da FACECA, Campinas, v. 15, n. 1, p. 49-62, jan./jun. 2006, disponível em http://www.puc-campinas.edu.br/centros/cea/sites/revista/conteudo/pdf/vol15_n1_financiamento.pdf, acessado em 11 jan.2012.
- DE DECCA, Edgar Salvadori. **1930, o silêncio dos vencidos: memória, história e revolução**. 6ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1971.
- HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da Indústria e do trabalho no Brasil – das origens aos anos 20**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Atica, 1991
- LOUREIRO, Felipe Pereira. **Resenha de “A tessitura dos direitos: padrões e empregados na Justiça do Trabalho, 1953-1964.”, de Larissa Rosa Correa**. Revista Perseu, nº7, ano 5, 2011. Disponível em <http://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/44/18>. Acesso em: 21 ago. 2018.
- LOUREIRO, Felipe Pereira. **Nos fios de uma trama esquecida: a indústria têxtil paulista nas décadas pós-Depressão (1929-1950)**. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo, USP, 2006.
- MOTA, Carlos Guilherme. **São Paulo: exercício de memória**. Estudos. Avançados, Ago 2003, vol.17, nº 48. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48/v17n48a20.pdf>, acessado em 23 ago. 2019.
- PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 20ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870-1930)**. São Paulo: Editora Hucitec/Editora da Unicamp, 1988.
- SANT'ANNA, Nuto. **São Paulo Histórico. Aspectos, Lendas e Costumes**. Volume 5. São Paulo: Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, 1944.
- SÃO PAULO (Estado). Condephaat. **Processo 30006/92. Estudo de tombamento da Cia. Taubaté Industrial, Taubaté**.

SÃO PAULO (Estado). Condephaat. **Processo 31605/94. Estudo de tombamento da Argos Industrial S.A., Jundiaí.**

SÃO PAULO (Estado). Condephaat. **Processo 47329/03. Estudo de tombamento da Fábrica de Tecidos Nossa Senhora Mãe dos Homens, Porto Feliz.**

SÃO PAULO (Estado). Condephaat. **Processo 58349/08. Estudo de tombamento da Fábrica Têxtil Nossa Senhora da Ponte, Sorocaba.**

SÃO PAULO (Estado). Condephaat. **Processo 59254/09. Estudo de tombamento da Fábrica Brasital e Vila de Operários, São Roque.**

SÃO PAULO (Estado). Condephaat. **Processo 65641/11. Estudo de tombamento da Fábrica de Tecelagem Japi, Jundiaí.**

STEIN, Stanley. **Origens e Evolução da indústria têxtil no Brasil – 1850-1950.** Rio de Janeiro: Campus, 1979.

TEIXEIRA, Francisco. **A história da indústria têxtil paulista.** São Paulo: Artemeios, 2007. ■



Miradas para a Freguesia, participação social e a construção de valores na cidade

Views on the Parish, social participation and the construction of values in the city

Repep - Rede Paulista de Educação Patrimonial*

*Coletivo educador composto por profissionais de vários campos, atua nas áreas de cultura e educação desde 2013. Recebeu Menção Honrosa no II Seminário do Aprender com Cultura da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da

Universidade de São Paulo. Atualmente, funciona de forma independente da Universidade de São Paulo, em sistema horizontal de auto-gestão, com trabalho voluntário e não trabalha com a prestação de serviços.

Resumo

A Freguesia do Ó é hoje um importante referencial para entendermos a história da cidade de São Paulo a partir da perspectiva do crescimento urbano e da sociabilidade construída em uma ocupação além-Tietê. Essa é a frase de um texto produzido por uma arquiteta e urbanista, ou seja, como poderíamos iniciar a escrever sobre o bairro. No entanto, nossa proposta é apresentar diferentes vozes existentes sobre a Freguesia que encontraram no patrimônio um lugar comum. Juntos formamos um Grupo de Trabalho (GT) da Rede Paulista de Educação Patrimonial (Repep) que desde 2015 tem se reunido para a elaboração de ações educativas e propostas de valorização do patrimônio local, seja pela revisão do tombamento do bairro ou em defesa da constituição de um espaço de memória. Assim, produzimos textos sobre nossas relações com a Freguesia do Ó e como nos identificamos com esse patrimônio. No artigo, após introduzir o trabalho do GT, expomos os textos individuais na íntegra com a intenção de construir um diálogo escrito. Ainda que não representemos a totalidade dos diferentes sujeitos urbanos, esperamos demonstrar a potência de um trabalho produzido por meio da participação social, incluindo os diferentes significados e narrativas existentes no patrimônio da Freguesia do Ó.

Palavras-chave: Indústria 4.0 (I4.0); Tecnologia, Arquitetura, Engenharia e Construção Civil no Brasil.

Abstract

The Parish of O (Freguesia do Ó) is today an important reference to understand the history of the city of São Paulo from the perspective of urban growth and sociability built in an occupation beyond Tietê river. This is a phrase of a text produced by an architect and urbanist, i.e., how we could start writing about the neighborhood. However, our proposal is to present different voices about the Parish that have found in heritage a common place. Together, we formed a Working Group (WG) of the Paulista Network of Heritage Education (Repep) that since 2015 has been meeting to elaborate educational actions and proposals for valuing the local heritage, either by reviewing the listed heritage resolution or in defense for the constitution of a local memory space. Thus, we produce texts about our relations with the Parish of O and how we identify with this heritage. In this paper, after introducing the work of the WG, we expose the individual texts aiming to build a written dialogue. Although we do not represent the totality of different urban subjects, we hope to demonstrate the power of a work produced through social participation, including the different meanings and narratives that exist in the heritage of the Parish of Ó.

Keywords: Industry 4.0 (I4.0); Technologies; Architecture, Engineering and Construction in Brazil.

Apresentação

A Rede Paulista de Educação Patrimonial (Repep) é um coletivo educador de profissionais criada em 2011. Trata-se de uma rede aberta que reúne os interessados em atuar e refletir sobre educação patrimonial. Assim, promove o encontro de pessoas de diferentes segmentos das áreas de cultura e educação. Com a consolidação da Repep enquanto rede de encontros fora dos âmbitos da universidade¹, por meio da definição participativa de princípios e de estatuto. A partir de 2014 grupos da sociedade civil se unem ao grupo trazendo demandas de formação e ação. É importante ressaltar que não ocorre a prestação de serviços, todo trabalho na rede é voluntário e, por isso, trabalhamos com a construção coletiva de nossas atividades.

Entre os grupos da sociedade civil, recebemos em uma das reuniões abertas da rede membros do Ponto de Memória da Brasilândia e do Portal do Ó que queriam discutir e propor ações educativas

para preservação da vista da Freguesia do Ó. Com interesse de alguns membros da Repep, formamos um Grupo de Trabalho (GT), que funciona de maneira autônoma, mas interligado ao Conselho Gestor da rede. O GT Brasilândia Ó iniciou suas atividades em 2015 e desde então nos reunimos para a elaboração de ações educativas e propostas de valorização do patrimônio local, seja pela revisão do tombamento do bairro (Resolução n.46/92 do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo [CONPRESP]) ou em defesa para a constituição de um espaço de memória.

Neste artigo conheceremos a trajetória do GT Brasilândia Ó e suas articulações no território de maneira não linear. Pois, procurando fortalecer a horizontalidade do grupo e nos apresentando enquanto coletivo, propomos um artigo escrito a muitas mãos². Cada item do artigo apresenta as

1. A Repep possui vínculo de origem com a Universidade de São Paulo (USP) e o Centro de Preservação Cultural da USP. Atualmente, ambas instituições são apenas parceiras da Repep (ANTONINI; NITO; NEVES, 2019).

2. O artigo foi organizado por Mariana Kimie Nito com revisões de Alberto Luiz dos Santos. Ambos bolsista de doutorado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), respectivamente.

visões individuais dos membros atualmente mais engajados nas ações GT, explorando a trajetória pessoal e como parte da Repep. A escrita foi orientada por perguntas e itens que formulamos para cada um abordar e as formas textuais foram mantidas respeitando as respectivas autorias. Nossa intenção foi elaborar um diálogo escrito capaz de evidenciar a potência do debate no campo do patrimônio cultural, respeitando as diferentes vozes e experiências profissionais. Assim, esperamos contribuir com as reflexões sobre participação social, por meio de ações educativas, na construção de um patrimônio cultural que se quer democrático.

Da Brasilândia a Freguesia do Ó, um território e muitas memórias

Por Leandro Silva³

A mobilização em torno da preservação da memória e valorização das lutas da Brasilândia, distrito da periferia situado na zona norte da capital, foi a forma encontrada de articular ações de integração entre a juventude e os mais experientes com o objetivo de fortalecer a identidade dos bairros e suas lutas, marcadas por conquistas de acesso à água, moradia, educação infantil entre outras. Essas ações também tinham como foco o enfreamento da violência, a partir de rodas de conversa realizadas em diversas entidades e escolas da região.

As ações que já ocorriam na região, não eram articuladas e o surgimento do Ponto de Memória da Brasilândia, contribuíram para a “unificação” dessas atividades a partir de 2009. O projeto de iniciativa do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) contemplou a Brasilândia e outras 13 iniciativas pioneiras em todo o país. Durante dois anos as lideranças do território tiveram a oportunidade de trocar experiência com outras iniciativas museais em bairros das diferentes periferias do Brasil, como Coque, em Recife; Jacintinho, Ceará; Taquaril, Belo Horizonte; Terra Firme, em Belém do Pará; Estrutural, Distrito Federal, entre outras. Essas trocas potencializaram os trabalhos do grupo, que assumiram duas linhas de trabalho: a memória que gostaríamos de fortalecer, e aquela que gostaríamos de não lembrar. A partir dessas respostas fomos formatando a I Exposição do Ponto de Memória da Brasilândia “Suas Vilas e Jardins”, fazendo referência as iniciais dos bairros que compõem o distrito. E as memórias indicadas foram apresentadas em 2010 na Escola Estadual Luiza Salete, na Vila Penteados.

Durante toda a preparação a equipe gestora do Ponto contou com o apoio técnico do IBRAM, que realizou oficinas de inventário participativo, catalogação e visitas de acompanhamento do trabalho. Foram produzidas nove placas, com o apoio da então mestranda da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP Cecília Angileli, apresentando as histórias de alguns bairros e

3. Jornalista, pós-graduado em Produção Executiva e Gestão de Televisão, paroquiano da Nossa Senhora da Expectação (Igreja Matriz).

suas principais características de luta, além do desenvolvimento do distrito nas últimas décadas. Esse trabalho rodou as entidades e algumas escolas que contribuíram nessa construção, deixando o legado de continuarem valorizando suas histórias e referências locais. Algumas lideranças, a partir dessa exposição, deram continuidade em seus trabalhos nas entidades das quais já participavam, pois o objetivo do Ponto de Memória era estimular a realização desse trabalho nas diversas entidades, multiplicando-o em vez de ter apenas uma referência.

A partir daí, já em meados de 2012, um novo grupo se forma na Freguesia do Ó, coirmã da Brasilândia, e se mobiliza pela preservação do Largo Nossa Senhora do Ó, tombado pelo Conpresp em 1992. Os primeiros anos de trabalho foram marcados pela tentativa de sensibilização e mobilização da comunidade local e comércio, o que ganharia força em 2014 quando a prefeitura realiza uma arbitrária reforma no largo removendo o piso formado por mosaico português e uma dezena de guias de pedra centenárias, além do marco histórico em referência a pernoite da tropa brasileira que lutou na guerra do Paraguai. A justificava da gestão era a Copa do Mundo do Brasil, cuja intenção era receber um dos eventos oficiais no bairro, a Fã Fest, que não ocorreu, deixando apenas a prejuízo patrimonial, mas provocando uma importante mobilização dos moradores, entidades e comércio em defesa da praça.

Para melhorar as ações, buscamos apoio técnico a partir de referência dadas por outras iniciativas de preservação patrimonial, e assim chegamos na Repep, que foi fundamental para o fortalecimento dessas ações e a inclusão de novos parceiros, como a Paróquia Nossa Senhora da Expectação, também tombada em 1992 pela Resolução nº. 46/92 do Conpresp. Vale destacar que a igreja passou por um profundo restauro financiado integralmente pelos paroquianos, que se promovem rifas e outras atividades para angariar fundos. Com o apoio chega uma nova demanda, a preservação da vista da igreja localizada no alto de uma colina na margem direita do rio Tietê, e isso motiva ainda mais os trabalhos das lideranças com a orientação da Repep. Em 2017, o agora Grupo de Trabalho Brasilândia Ó, finaliza um relatório fundamentando o referencial da vista da igreja como Patrimônio Imaterial e formaliza a proposta em 2019, após duas reuniões no Departamento do Patrimônio Histórico – DPH, quando protocola um pedido de avaliação para ampliação do perímetro tombado, sugerindo limitação de gabarito e outros cuidados para preservar este referencial na paisagem urbana do bairro. A discussão também gerou um pedido de transformação da praça e região em Território de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP), instrumento do Plano Diretor Estratégico de São Paulo.



Figura 1. Vista a partir do Mirante da Freguesia, no muro lambe-lambe resultante de atividade educativa do GT da Repep durante a Jornada do Patrimônio com os cartazes de Gilberto Tomé, mapas antigos e identificação dos lugares que é possível reconhecer nessa paisagem. Foto: Mariana Kimie Nito, 2019.

Amizades fortalecidas e projetos urbanos

Por Kleber Silva Jr.⁴

Vou escrever resumidamente o início da minha participação e depois os desdobramentos até os dias de hoje...

Meu contato com o Programa Pontos de Memória (PPM) se deu através do Leandro. Nos conhecemos em 2011, através da minha irmã Beth, na época da eleição do Conselho Tutelar. O Leandro Silva já era conselheiro e a Beth seria a candidata naquele ano.

4. Graduado em Ciências Sociais pela PUC-SP e técnico legislativo pelo CEPAM. Morador da Freguesia do Ó.

O Leandro Silva foi liderança da Pastoral da Juventude, a Beth era catequista de Crisma (jovens) na Matriz da Freguesia e eu sou ex-aluno salesiano de Dom Bosco (o santo dos jovens), todas essas atividades estão relacionadas com a Igreja.

Depois da eleição da Beth, começamos a pensar ações na região que fossem além da temática infância e juventude, entre elas a retomada no programa Ponto de Memória e um engajamento mais efetivo na questão do metrô para a região Freguesia e Brasilândia. Por coincidência (achamos que foi providência) o pessoal do IBRAM (sediado em Brasília) entrou em contato com o Leandro convidando para participar de um encontro referente ao PPM.

Eu fui participar de três encontros do programa Ponto de Memória: em Brasília, Natal e Belém-PA. Nesses encontros retomamos o contato com os demais participantes do PPM e, particularmente, pude entender melhor quais eram os objetivos. Nas reuniões que fazíamos após cada encontro, discutíamos como retomar o programa na região. Paralelamente ao reencontro com o PPM, a igreja matriz de Nossa Senhora da Expectação da Freguesia do Ó, popularmente conhecida como Nossa Senhora do Ó (NSÓ), estava parcialmente interditada com suas dependências tomadas por andaimes que escoravam o teto principal que ameaçava desabar. Sabíamos das articulações da comunidade, sob a liderança do padre Carlos

Ribeiro, para o início das obras de restauração desta centenária igreja.

Desde os anos de 1990, ouve-se na região a conversa da construção de uma linha de metrô que passaria pela Freguesia e chegaria até a Brasilândia. Não são todos que sabem, mas esse projeto de metrô para a região começou a ganhar corpo graças ao estimado Padre Noé Rodrigues. Ele como grande líder regional que era, sempre foi convidado para participar de reuniões com agentes públicos e políticos, e numa dessas oportunidades teve contato com o então incipiente projeto de metrô para a Brasilândia. Com sua agenda tomada de compromissos dentro e fora da Igreja, incumbiu um de seus amigos e colaboradores de confiança, o profº. João Mota, a acompanhar de perto essa questão do metrô. Por sua vez, João Mota com seu trabalho e capacidade de reunir pessoas, foi trazendo as associações, entidades, comunidades, grupos de interesse... Daí surgiu o Fórum Pró-Metrô Freguesia/ Brasilândia, que chegou a reunir mais de 40 grupos diversos.

Em 18 de dezembro de 2013, dia de NSÓ, no palácio dos Bandeirantes, foi assinado o contrato entre a MOVE-SP (Odebrecht, UTC e Queiroz Galvão) e o Governo do Estado para a construção da Linha 6 Laranja do metrô. Em fevereiro de 2016 o prefeito Haddad assina o decreto declarando o traçado da nova linha de metrô como “eixo estruturante” uma nova

expressão do planejamento urbano da cidade que foi criada com o Plano Diretor aprovado em 2014 (FERRAZ, 2016).

Desde que a “questão do metrô” apareceu na região dois pontos foram centrais: (1) quem seriam os desapropriados e o (2) quanto os imóveis/ terrenos se valorizariam.

As construtoras não possuem compromisso com os bairros onde lançam seus empreendimentos. É apenas uma conta: quanto vai ser gasto na construção menos quanto será o lucro com a venda dos apartamentos. Quanto maior a diferença dessa conta, mais interesse existe na obra. O bairro será tomado pela construção de prédios.

Esses assuntos concorrentes (PPM, restauro, metrô) nos levaram a seguinte reflexão: Do que adianta reformar a igreja matriz se ficaremos

emparedados pelos prédios que serão construídos com a chegada do metrô? É assim que começamos a mobilização pela preservação da vista da Matriz.

Num dos encontros do PPM convidamos o consultor do IBRAM João Paulo Vieira (da Rede Cearense de Museus) para visitar nossa igreja. Impressionado com o que viu e entendendo nossa preocupação pelo futuro, ela cita a profª Simone Scifoni como uma pessoa que poderia orientar nossas articulações pela preservação da vista.

Ao procurarmos a profª Simone chegamos à REPEP (Rede Paulista de Educação Patrimonial). Sem muitas delongas, após as apresentações iniciais, apresentamos nossa intenção: a preservação da vista da igreja matriz da Freguesia do Ó.

Bem, foi mais ou menos isso, o que aconteceu...



Figura 2: Vista a partir da Marginal Tietê, de onde ainda é possível visualizar a Matriz da Freguesia entre os trechos verticalizados. Foto: Kleber Silva Jr, 2014.

O patrimônio urbano e ações educativas

Por Mariana Kimie Nito⁵

As discussões sobre o patrimônio cultural arquitetônico e urbanístico avançaram muito nos últimos anos, trazendo outras possibilidades e desafios na construção de valores e em sua preservação. Dentre os aspectos positivos, a participação social tem se mostrado um caminho na inclusão de outros sentidos e de diferentes tipos de bens, seja na perspectiva da inclusão social na narrativa de memória, que se constrói por meio da proteção do patrimônio, ou na compreensão dos usos sociais associados a ele. Essa perspectiva de patrimônio é lastreada na determinação da Constituição Federal de 1988 de que os bens “são portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

Por outro lado, ainda é possível constatar uma disparidade entre essa compreensão ampla de patrimônio com as práticas de preservação dos respectivos órgãos governamentais. Isso ocorre, principalmente, na preservação material que muitas vezes se baseia somente em caracteres estéticos, exclusivos da história da arte e da arquitetura, nos momentos de reconhecimento e na gestão do patrimônio em sua dimensão urbana, ignorando o diálogo entre saberes cotidianos e especializados (SANT’ANNA, 2014; MOTTA, 2017).

Vivenciei esse complexo cenário das práticas de preservação durante o mestrado profissional em Preservação Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), entre 2013 e 2015 na Superintendência de São Paulo. Nesse período, desenvolvi pesquisa sobre a preservação de imóveis por meio de suas relações com a cidade. O estudo teve como foco a noção de ambiência, em seu desenvolvimento do conceito de visibilidade, na inclusão de outros valores urbanos para promover a preservação dos bens de interesse cultural (NITO, 2015). Segundo a jurista Sônia Rabello (2009, p.112-113):

a proteção da ambiência do bem tombado, que valorizará sua visão e sua compreensão no espaço urbano. Neste sentido, não só prédios reduzem a visibilidade da coisa, mas qualquer obra ou objeto que seja incompatível com uma vivência integrada com o bem tombado. O conceito de visibilidade, portanto, ampliou-se para o de ambiência, isto é, harmonia e integração do bem tombado à sua vizinhança, sem que exclua com isso a visibilidade literalmente dita.

Nesse sentido, conforme Ulpiano Bezerra de Meneses (2006), não se entende como “tutela de vizinhança”, mas primordialmente de preservar bens tombados precisos por meio da ordenação da vizinhança. É a cidade como qualificadora dos valores atribuídos aos bens imóveis culturais.

Foi justamente essa demanda de preservação da vista da Freguesia do Ó que o grupo do Ponto de Memória Brasilândia e Portal do Ó apresentou

5. Arquiteta e urbanista, doutoranda pela FAU USP, atua na área do patrimônio com foco em cidades, memória e educação. Possui mestrado interdisciplinar em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). É membro do conselho gestor da Repep desde 2014, e é integrante dos GTs do Minhocão contra Gentrificação e Brasilândia Ó, ambos desde 2015.

em reunião aberta da Repep, no final de 2014. No discurso dos membros do grupo ficou claro que a visualidade buscada era literal, mas seus sentidos estavam enraizados na valorização cotidiana dos moradores e frequentadores do bairro. É uma dimensão que atualiza e amplia a importância do patrimônio urbano tombado na década de 1990.

A primeira visita do grupo da Repep revelou as diferentes perspectivas da preservação do patrimônio, somadas aos usos contemporâneos (REPEP, 2015). Assim, formamos o GT Brasilândia Ó, formado por moradores da região e por pesquisadores e profissionais do campo do patrimônio, totalizando 12 membros. Nosso objetivo foi propor a revisão da resolução de tombamento do Núcleo Original da Freguesia do Ó pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP) (Resolução nº 46/92).

A revisão envolveu a preocupação com a verticalização da área entre o perímetro de tombamento e envoltória até região da várzea do rio Tietê. O potencial construtivo da região era estimulado pela inauguração da Linha 6 Laranja do Metrô, pelo projeto urbano Arco Tietê previsto no Plano Diretor Estratégico de São Paulo de 2014 e pela revisão do zoneamento pela Lei 16.402 de 2016. A revisão do tombamento demandava trabalhos técnicos, mas não os

fizemos isolados de ações educativas. Antes da redação e desenhos técnicos, tais atividades foram propostas em parcerias com as escolas públicas da região e nos espaços públicos para moradores e frequentadores do bairro.

A primeira proposta idealizada pelo GT, em 2015, foi uma Gincana Cultural, intitulada “Cadê o Patrimônio?”. A ideia era mobilizar uma campanha em defesa do patrimônio local, articulando diferentes atores. A partir de roteiros seriam identificados e registrados, por fotos e desenhos, os diferentes patrimônios do bairro. Cada roteiro seria mediado por um membro do grupo e por professores que estimulariam os olhares por meio do diálogo sobre a cidade, fotos e mapas antigos e registros da memória local. Na proposta incluímos a formação de professores sobre educação patrimonial e a cidade de São Paulo. O projeto da campanha foi apresentado e recebido por 5 escolas da região, porém não conseguimos aderência pela falta de compatibilidade com o cronograma escolar e por sua dimensão, mas também em alguns casos pela falta de devolutiva das escolas.

Na EMEI Manoel Preto conseguimos um diálogo maior que nos possibilitou fazer uma ação durante a comemoração dos 80 anos da Educação Infantil em São Paulo. Entre as atividades comemorativas da escola, desenvolvemos uma atividade com a temática “como eu vejo o meu bairro?”, na qual por meio do desenho

crianças e adultos desenharam aquilo que mais gostavam no bairro e o que poderia melhorar. Os participantes que destacaram a necessidade de mais áreas para brincar, a antiga caixa d'água da região, a diferença de usos da praça de acordo com o horário e os dias da semana, entre outras questões. Apesar do interesse que dos participantes com o trabalho do GT que foi apresentado no final da oficina, por conta do horário das nossas reuniões não tivemos novos membros no grupo, mas mantivemos o contato online com alguns.

Com o envolvimento da Repep na organização da I Jornada do Patrimônio de São Paulo, promovida pelo Departamento do Patrimônio Histórico (DPH), propomos um percurso composto por três trajetos com diferentes motes a serem explorados: a fundação do Núcleo Original da Freguesia do Ó, no século XVI, a primeira Igreja no Largo da Matriz Velha e o contexto bandeirantista; a ocupação no século XX, com destaque aos equipamentos escolares e de infraestrutura (caixa d'água); e, por fim, abordagem de ambiência, sociabilidade e paisagem no Largo Nossa Senhora do Ó e no Mirante. O roteiro foi feito duas vezes contando com moradores do bairro e pessoas que não o conheciam.

Em 2016, para II Jornada do Patrimônio, propomos uma ação educativa específica para o espaço que chamamos de Mirante do Ó,

que é o espaço no qual em função do desnível topográfico de 40 metros em relação ao rio Tietê, a partir da lateral sul do Largo da Matriz, é possível visualizar a região oeste e elementos urbanos que referenciam o espigão central de São Paulo. Durante a oficina, a partir de dispositivos visuais identificamos junto com os participantes lugares e regiões visíveis que contam a história da formação de São Paulo. Por meio dessa atividade, é possível identificar a importância da Freguesia do Ó como marco referencial da e para cidade. Foi essa valorização que apontou o estudo de revisão do tombamento da Freguesia do Ó.

O estudo foi elaborado concomitante a organização e execução dessa ação educativa e feito de maneira coletiva unindo os diferentes conhecimentos do grupo em reuniões na Freguesia. A revisão consiste na ampliação da área envoltória do tombamento da Freguesia em sua porção sul, se entendendo até a várzea do rio Tietê, com a regulamentação do gabarito de acordo com o perfil topográfico do núcleo da Freguesia do Ó. A proposta técnica foi orientada por dois aspectos: manter a fruição visual da igreja matriz como um referencial da paisagem urbana paulistana e garantir a contemplação da cidade a partir do bem tombado (REPEP, 2017b). No final de 2016, o estudo foi finalizado e apresentado em reunião aos técnicos do DPH que propuseram algumas modificações.

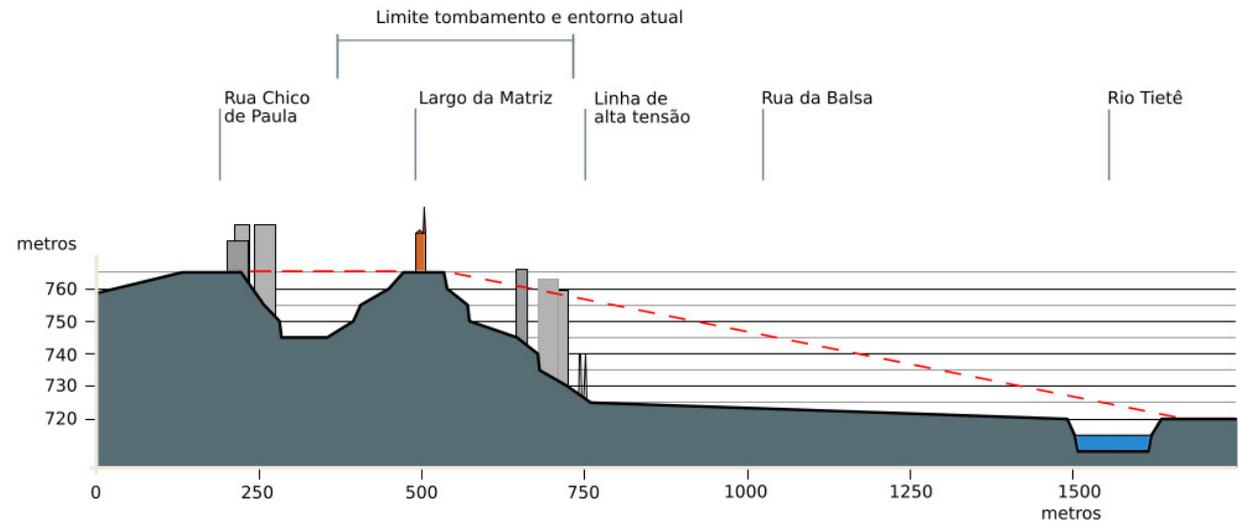


Figura 3: Perfil topográfico demonstrando a relação da Freguesia do Ó como rio Tietê, com a projeção dos prédios existentes que impedem a vista em alguns pontos. Fonte: REPEP (2017).

Já em 2017, com as alterações recomendadas no estudo de revisão do tombamento houve tentativas de novas reuniões com o DPH e parcerias com as escolas públicas da região (Repep, 2017a). No entanto, com a falta de devolutivas e a diminuição dos membros, o GT perdeu forças e suas ações foram muito pontuais até o fim de 2018, momento em que novos membros se uniram ao grupo, trazendo outras demandas de preservação da memória da região. Assim, este ano conseguimos, finalmente, protocolar no DPH o estudo de revisão concluído em 2017 (Processo SEI n.º. 6025.2019/0008647-9), além de fazer reuniões com novos membros e com o poder público. Participamos dos eventos como o Patrimônio em Debate na Freguesia e

propomos novas ações educativas na Jornada do Patrimônio de 2019. Ampliamos principalmente os sentidos de nossa atuação como GT: no diálogo junto aos grupos de futebol de várzea; fortalecer a relação da região da Água Branca e Freguesia na vista e pela preservação da Fábrica de Vidro Santa Marina; somar na luta pela salvaguarda da Festa do Divino como patrimônio imaterial; um local de memória para o acervo físico do Portal do Ó e das imagens antigas que estão guardadas sem acesso público.

As ações do GT tanto na luta pela preservação da vista da freguesia do Ó como na ampliação de suas atividades indicam uma outra valorização do patrimônio urbano e material, apontando

possíveis articulações do campo que preserva a cidade junto aos usos sociais e com a participação da sociedade civil. Podemos dizer que a ampliação dos conceitos de patrimônio conforme pautado na Constituição Federal de 1988 não está distante da realidade. Ouso dizer que é na prática, nas ações complexas de nossas experiências urbanas que vivenciamos tais conceitos. E, ainda, acredito que as políticas de patrimônio devem ir além dos conceitos, tendo-os como referência, para implementar ações que produzam conhecimento coletivamente e promovam a transformação da realidade.

Patrimônio e as Territorialidades da Freguesia do Ó

Por Alberto Luiz dos Santos⁶

A vida de bairro e a valorização do patrimônio cultural são dimensões do cotidiano que se articulam profundamente. Pode-se afirmar que as memórias e as práticas contemporâneas relacionadas ao morar – envolvendo lugares, expressões culturais e formas de sociabilidade – possuem grande potencial de despertar, nos grupos sociais, o reconhecimento de determinados bens materiais e imateriais como pertencentes ao patrimônio cultural.

Esse entendimento, no entanto, contém duas premissas que merecem destaque. A primeira concerne à vida de bairro, como noção e como conceito, no âmbito de uma metrópole

contemporânea em que as relações de vizinhança, encontro e sociabilidade nas ruas, praças e demais espaços públicos parecem esmorecer a cada dia. Trata-se da fragmentação do espaço na metrópole, processo em que: “bairros inteiros foram descaracterizados e mesmo destruídos pelas necessidades de expansão desenfreada proveniente da acumulação de capital que reproduz o espaço metropolitano mudando referenciais e comportamentos.” (CARLOS, 2007, p. 36-37).

Nessa chave, a vida de bairro contemporânea só pode ser compreendida enquanto uma transformação contínua de determinadas relações sociais e referências materiais, por vezes a caminho de sua dissolução total. As sociabilidades de bairro que permanecem ou se fortalecem no contexto atual tornam-se, assim, referenciais elucidativos para se pensar uma metrópole mais democrática e humanizada, atenta inclusive às suas bases sociais. Preservar e intensificar tais sociabilidades torna-se, portanto, uma disputa política, que não se revela de modo explícito e possui possibilidades frutíferas.

A segunda questão concerne ao patrimônio cultural. Mais precisamente, à compreensão difundida na sociedade sobre o que constitui, ou deveria constituir, o patrimônio cultural protegido. A assertiva feita no primeiro parágrafo só tem validade se a compreensão sobre patrimônio reconhecer a intersubjetividade que

6. Geógrafo formado pela UNESP, Mestre em Geografia pela UNICAMP e Doutorando em Geografia pela USP. Atua como docente na Educação Básica desde 2008 e desenvolve pesquisas na área de Geografia Urbana e Patrimônio Cultural desde 2012. Atualmente, dedica-se às relações entre samba e futebol de várzea, buscando compreender as sonoridades dos lugares do futebol popular na metrópole paulista. Há cinco anos é membro da REPEP, junto ao GT Brasilândia Ó.

envolve os bens culturais. Nesse sentido, o reconhecimento de que nenhuma materialidade ou expressão cultural possui valor inerente, e sim valores atribuídos socialmente e de modo processual (MENESES, 2000), permite dizer que o desdobramento da vida de bairro atua como multiplicador de processos de valorização. Processos cotidianos que consagram praças, casas, igrejas, campos de futebol, entre outros lugares de sociabilidade como patrimônio a partir de valores que se elaboram coletivamente, envolvendo significados e expressões simbólicas, mesmo que isso não componha os processos de patrimonialização realizados pelo sistema normativo de proteção (FONSECA, 2005), como conselhos, departamentos e instituições de pesquisa.

Este debate é caro ao autor deste texto. Nascido no bairro da Freguesia do Ó (SP), tenho os Largos Nossa Senhora do Ó e Matriz Velha como lugares de referência para a fruição da memória, articulando um conjunto de momentos significativos, principalmente relacionados à infância e adolescência. Minha relação com o Núcleo Original da Freguesia do Ó, tombado pelo CONPRESP, envolve usos, formas de apreensão e relação com estes bens culturais, permeadas por narrativas que vão da educação formal aos saberes e memórias locais, entre amizades e relações familiares.

Em suma, compreendo o patrimônio cultural da Freguesia a partir da dimensão do vivido, o que transcende e se articula às escolhas teórico-metodológicas feitas quando o referido Núcleo foi tomado como objeto de estudo no curso de Mestrado em Geografia (SANTOS, 2014). Ademais, na escrita do presente texto me pego refletindo se tais vivências nas “praças da Matriz” não foram motivadoras, ainda que inconscientes, de minhas escolhas profissionais e acadêmicas, como um geógrafo que sempre buscou imbricar a dimensão cultural às análises que privilegiam a esfera econômica e política da produção social do espaço urbano.

Compartilho brevemente os legados desta dissertação, em consonância com os valores elencados pelo CONPRESP como justificativa para o tombamento do Núcleo Original da Freguesia do Ó, por meio da Resolução nº 46/92. Valor histórico, arquitetônico, paisagístico, ambiental, afetivo... Entre 2012 e 2014, procurei sintetizar como os estudos prévios à Resolução de tombamento chegaram aos referidos valores e como eles são tensionados pelas dinâmicas contemporâneas da metrópole, principalmente no sentido dos usos econômicos do espaço e do avanço da especulação imobiliária. As principais conclusões se deram no sentido da diversidade, conduzindo, portanto, o debate entre patrimônio cultural e territorialidade,

uma categoria da Geografia que nos auxilia a pensar as relações de identidade e afetividade dos sujeitos com o espaço. Em suma, quando falo em territorialidades, falo dos processos de apropriação do espaço, que como afirma Seabra (1996), consagram o uso e não a troca, a obra e não o produto econômico. Nessa chave, pude me aproximar do modo como os diversos grupos sociais inseridos no cotidiano do Núcleo Original da Freguesia do Ó se apropriam do espaço dos Largos e, com isso, atribuem valor aos bens culturais.

As diversas territorialidades citadas foram sendo interpretadas ao longo da pesquisa e organizadas pelos seus conteúdos: horários e dias de semana em que se manifestam; usos alternados dos espaços públicos e estabelecimentos comerciais; faixas etárias e de renda; origens residenciais (moradores e visitantes); entre outros. Nessa interpretação, os valores dos bens culturais tombados foram se revelando: se o Largo da Matriz Velha, por exemplo, foi salientado como lugar de encontro de familiares e amigos para alguns grupos, por outro lado, esta praça inserida no perímetro de tombamento foi considerada como lugar da festa de fim de semana, da “paquera”, do “rolê”, da descontração e do divertimento, para outros. Foi, ainda, destacada como lugar do lúdico e do esporte, entre jogos de malha, dominó e práticas de skate, quando consideradas as vivências de outros agrupamentos sociais.

Essa diversidade se fez presente em relação aos demais bens elencados para tombamento e tangencia todos os valores citados como justificativa. Diante disso, minha opção foi expor tal diversidade e discutir as tensões que elas trazem consigo em seus conteúdos, por vezes conflituosos e excludentes, envolvendo moradores e visitantes do bairro. Concluí que, além de ser uma chave para compreender a valoração do patrimônio, tais territorialidades podem ser consideradas como o próprio patrimônio cultural da Freguesia do Ó, ou seja, um bem que articula materialidade e imaterialidade, constituindo-se enquanto uso plural do espaço público, articulando conteúdos simbólicos que envolvem a memória e o contemporâneo dos grupos sociais locais.

Desde 2015 tenho compartilhado e refletido acerca deste entendimento junto às práticas, debates e intervenções da Rede Paulista de Educação Patrimonial (REPEP) Adentrar o Grupo de Trabalho Brasilândia Ó da REPEP, cujo legado se apresenta como fio condutor dos diálogos deste artigo, me permitiu compreender com maior enfoque a questão da vista, relacionada principalmente aos valores ambiental e paisagístico, dentre a lista supracitada.

Ver e apreender a metrópole, em suas regiões Oeste e Centro, a partir do Largo Nossa Senhora do Ó. Ver e apreender o outeiro da Freguesia do Ó, a partir de pequenas “frestas” da metrópole



Figura 4. Vista de 1952 a partir da várzea do Rio Tietê em direção ao outeiro da Freguesia do Ó, de onde se avista a igreja Matriz. Fonte: AB' SABER (2007, p.160).

verticalizada, em pontos dispersos pelos bairros da Lapa, Água Branca, e da própria Freguesia do Ó. Atuando junto à REPEP, a paisagem se revelou como dimensão significativa do patrimônio cultural, pois este “ver e apreender” envolve múltiplas dimensões.

Ora, lançar o olhar para o Largo Nossa Senhora do Ó, a partir da Marginal Tietê, por exemplo, significa apreender um lugar que se constituiu socialmente em 1580, século XVI, o “[...] mais antigo arraial paulista depois de São Paulo.” (PRADO JUNIOR, 1998, p.73 grifo meu). Significa ter a dimensão concreta de um traçado de ruas e uma disposição de edificações que transcendeu os séculos posteriores, envolvendo processos como a constituição de sesmarias, a fundação de capelas, a consolidação de funções defensivas ligadas às tropas para o “sertão” (os chamados “pousos”), a conformação de chácaras e loteamentos populares (já no século XX) entre outros processos relevantes da produção do espaço e da urbanização de São Paulo.

Trata-se de uma ampla gama de dinâmicas socioespaciais que se desdobraram na condição geomorfológica complexa da margem direita do rio Tietê. Ab’Saber (2007, p.165), analisando o embasamento pré-devoniano da região, formado por xistos e granito, bem como as características de suas coberturas sedimentares afirmou que:

Enquanto, na maior parte da margem esquerda do vale, se torna preciso caminhar vários quilômetros para atingir níveis superiores a 750 m, na vertente direita, logo após as várzeas, encontram-se íngremes ladeiras de acesso às colinas e outeiros dos espigões secundários da superfície de São Paulo (790 – 810 m), vinculados à Serra da Cantareira.

Tal condição geomorfológica, articulada às dinâmicas socioeconômicas ao longo dos séculos, resultou numa conformação espacial singular, em que o urbano e o rural, descontínuos, alternavam-se entre vertentes, colinas e outeiros, sempre concentrando as maiores aglomerações nestes últimos, uma “urbe” que margeia as igrejas e capelas instaladas no alto, processo recorrente do modelo de colonização portuguesa. Nesse sentido:

Desde Guarulhos até a Freguesia do Ó, o povoamento antigo dos outeiros e altas colinas de além-Tietê obedeceu surpreendentemente a um mesmo estilo. Quase todos os pequeninos núcleos, ali formados até o século XIX, nasceram no topo suave que se encontravam logo após as grandes várzeas do Tietê. (AB’SABER, 2007, p.169)

A vista do e para o Núcleo Original, portanto, suscita a apreensão dessa condição histórica. Preservá-la significa um modo de garantir à população o direito à cultura. Se aqui destaco tais questões, de ordem geográfica e geomorfológica,

certamente os colegas de GT Brasilândia Ó que neste artigo escrevem, enfatizam tal importância com outras especificidades, abordando questões como ambiência, visibilidade e tutela de vizinhança do bem tombado. Assim tem se constituído, de modo dialógico e plural, um modo de enfrentar a especulação imobiliária e a verticalização na chave do patrimônio cultural, culminando na proposição de um Dossiê pela ampliação do perímetro de tombamento do Núcleo ao Departamento de Patrimônio Histórico do município. Pois, afinal, é este modelo desregulamentado de provisão privada de moradia – o das torres verticais – que tanto impacta a vida na metrópole, contribuindo para a especulação e também pressionando o patrimônio cultural e seus usos sociais.

Encerro essa reflexão elencando uma demanda que considero relevante para a continuação dos diálogos em grupo: o modo como se incorporam algumas “narrativas consagradas” no processo de valoração do patrimônio, principalmente quando se mobiliza o adjetivo “histórico”. Caio Prado Junior, quando enfatizou o arraial de Nossa Senhora do Ó como mais antigo de São Paulo, deixou explícito que essa assertiva se baseia na colonização e início do povoamento. Coadunando com o autor, questiono: como pensar neste outeiro para além da colonização? Como enfatizar sua importância – e a importância de sua permanência como referência na paisagem urbana – indo além da história de sesmeiros,

fazendeiros e grupos “desbravadores”? Sendo amplamente reconhecidas as tensões e violências travadas pela colonização, frente às etnias indígenas, me parece relevante pesquisar e desvendar se essas já não teriam suscitado a conformação deste “Núcleo Original”, por meio de outros usos do espaço. Enfim, esse conhecimento decerto demanda mais discussões, assim como a inserção de outros estudos e pesquisadores, como arqueólogos. Eis uma questão interessante para as próximas reuniões... Diálogos que seguem!

D'Água Branca ao Ó

Por Gilberto Tomé⁷

Em 2013, vindo a morar no bairro da Água Branca, conheci a estação de trem de mesmo nome, que fica entre a Barra Funda e a Lapa. Minha surpresa foi constatar que, da linha de trem dessa estação, conseguimos avistar a antiga igreja da Freguesia do Ó, em sua formosa colina, emoldurada pela serra da Cantareira, mais atrás.

Numa São Paulo que se verticaliza e diminui os horizontes mais amplos no nível do pedestre, achei marcante visualizar dali a igreja, distante alguns quilômetros. Numa primeira pesquisa pela internet, pelo Portal do Ó⁸, soube um pouco da história do bairro e da avenida Santa Marina, a primeira via de ligação entre Água Branca e a região Noroeste da cidade. Uma avenida que Máximo Barros (1977), no livro em que conta a

7. Paulistano, arquiteto formado pela FAU USP em 1992, atua com artes gráficas e desenvolve projetos ligados à memória da cidade, focando as transformações da paisagem (www.gilbertotome.art.br).

8. O Portal do Ó está disponível online pelo endereço: www.portaldoo.com.br. Acesso em: 28 ago. 2018.



Figura 5. Foto da última caminhada junto com o GT da Repep, em ação educativa durante a Jornada do Patrimônio, ao fundo se vê a Igreja Matriz da Freguesia do Ó a partir da Água Branca. Foto: Kleber Silva Jr, 2019.

história do bairro da Freguesia do Ó, chama, em seus primórdios, de Caminho de Manuel Preto, bandeirante que ocupou parte dessa região no século XVI.

A partir daí me debrucei a recolher imagens históricas desses lugares e a fazer muitas fotos registrando seus espaços, que nos apresentam ainda visadas centenárias de nossa história urbana, da colonização, passando pela instalação fabril que acompanhou a chegada da linha férrea no século XIX e chegando ao incipiente (e irreversível) processo de verticalização atual.

Toda a várzea do rio Tietê começou a se mostrar para mim pela história da ocupação de seus espaços, incluindo o futebol, com seus muitos campos e times.

Foi então que conheci o Santa Marina Atlético Clube, fundado em 1913 por operários da Vidraria Santa Marina, na Água Branca. O Clube possui mais de um século de história registrado em seu precioso acervo fotográfico, que apresenta não somente seus eventos mas também imagens da antiga vidraria que dominava a região.

A partir daí, buscando partilhar essas descobertas, comecei a realizar com alguns moradores vizinhos meus e outros colegas de diferentes áreas (do teatro, das artes visuais, da história e da arquitetura) caminhadas que iam da avenida Guaicurus – em frente ao prédio União

Fraterna, onde também começa a avenida Santa Marina – até o Largo da matriz de Nossa Senhora do Ó, numa expedição sobretudo gráfica, para se desenhar e fotografar a paisagem. Essas várias caminhadas renderam muitas imagens, que depois reuni numa espécie de álbum iconográfico da Avenida Santa Marina, livro de artista editado e impresso através de projeto contemplado pelo Programa de Ação Cultural da Secretaria de Cultura do Estado, em 2016.

A junção dessas imagens com outras fotos que realizei, mais recentes, busca constituir uma reflexão sobre as transformações da paisagem paulistana, como são (ou não) desenhadas e como determinam nosso cotidiano. No momento em que o horizonte do bairro é interrompido pela verticalização, estimulada por planos diretores e outros mecanismos legais como a Operação Urbana Consorciada Água Branca, algumas vistas centenárias, como a que se tem da Igreja de Nossa Senhora do Ó a partir da Água Branca, podem desaparecer, levando consigo um pouco da identidade de nossa paisagem ou do “espírito do lugar”.

Em seu aspecto gráfico, elaborei esse álbum em grande formato como um “livro cartaz”, permitindo que circule de fato como livro, onde as imagens vão se relacionando com o virar das páginas, ou se apresente como cartazes inseridos em espaços públicos. As imagens dessa publicação, intitulada “Ó: Caminho, Estrada, Avenida”, foram

instaladas em fevereiro de 2018 na estação Água Branca da CPTM (linha 7 Rubi) e ainda podem ser vistas nas plataformas de embarque e desembarque, devolvidas à paisagem paulistana de onde vieram.

A intenção de registrar um momento da cidade, mais especificamente da colina do Ó, coincidiu com a ação de um grupo que conheci ao longo da divulgação desse projeto: o Grupo de Trabalho Brasilândia-Ó da Repep. Identificando nesse grupo a luta pela preservação de uma referência histórica em nossa paisagem paulistana, quis com ele colaborar, disponibilizando as imagens de minha pesquisa à causa que defende: uma ampliação da área entorno da igreja de Nossa Senhora do Ó, onde se terá um maior controle da altura de novos edifícios, de forma a impedir que barrem a visão da colina e da igreja a partir da marginal do rio Tietê. Projeto bem embasado, encaminhado ao DPH/ PMSP em 2019.

Vislumbro aí a melhor ação cidadã que poderia ter meu projeto, ao somá-lo a esse grupo que objetiva ações concretas plenas de cidadania, em defesa de nossa paisagem paulistana. Resta agora acompanhar o desdobramento dessas ações, no conturbado cenário político, econômico e cultural que vivemos. Oxalá sigamos nessa luta, sem dispersão.

O futebol e as lutas pelo patrimônio da freguesia

Por Rui Cesar Primo⁹

Minha relação com o bairro, além dos aspectos da convivência cotidiana, se construiu e fortaleceu pela prática do futebol de várzea que era um elemento importante de lazer e sociabilidade do bairro e também elemento de conexão e integração entre os bairros.

O futebol de várzea era um espaço de convivência entre crianças, jovens, adultos e idosos, onde a comunicação entre as pessoas acontecia para tudo, amizades, acordos, fofocas e até negócios. Também a memória se difundia ali através das histórias e do contato com os antigos.

Joguei em times tradicionais da várzea, como Sobrados, San Remo e Alvi Verde, todos da Freguesia e outros da Vila Brasilândia com Mocidade Brasileira, Santa Cecília e Tiro ao Pombo.

Destaco que o time de futebol de várzea chamado Sete de Setembro da Freguesia do Ó é o terceiro mais antigo da cidade, de 1913, e foi criado as margens do rio Tietê, onde ficava a várzea do rio, e existe até hoje.

Também, exatamente no local onde atualmente eu moro ficava o Campo do Paulista que existiu de 1920 a 1940 e onde as famílias óenses se reuniam para assistir os jogos e fazer piqueniques.

9. Assessor Técnico Sindical Químicos SP, outrora ex-atleta de futebol profissional, e morador na Freguesia do Ó.

Lembro que minha mãe dizia quando era jovem, que de tanto eu gostar e praticar o esporte bretão se eu pudesse moraria num campo de futebol. Por ironia, aconteceu.

Alguém já disse que o caráter de um lugar é a história de sua formação e a Freguesia do Ó tem um potencial e uma vocação, por suas características históricas e culturais, de mesclar o antigo e o novo, o moderno e o tradicional como atrativo turístico, conservando sua identidade e memória, assim como muitas cidades do Brasil fazem e outras várias cidades de fora do Brasil também.

O Largo da Matriz pode se qualificar como Território de Interesse Turístico e como Polo Econômico por reunir aspectos históricos e culturais, comerciais e gastronômicos (bares

e restaurantes) e religiosos (festa do divino). O bairro da Freguesia do Ó é o terceiro bairro mais antigo da cidade e o único que conservou a designação de Freguesia.

Quando fui do Conselho Participativo Municipal da Freguesia do Ó – Brasilândia, junto com outros colegas do Conselho, defendemos projetos que valorizavam a Memória do bairro como a Qualificação do Largo da Matriz como Território de Interesse Cultural e Paisagístico da Cidade (TICP), a Ampliação da Casa de Cultura Salvador Ligabue com a Criação de um Acervo/ Museu de Memórias da História Freguesia do Ó na Casa de Cultura Salvador Ligabue no local, incorporando o imóvel municipal ao lado que hoje funciona como juntar militar.

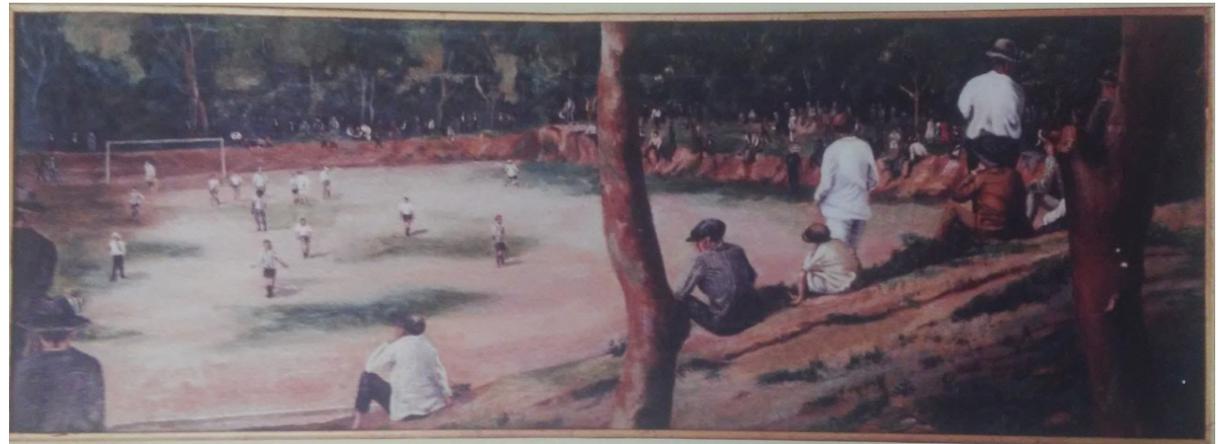


Figura 6: Reprodução de quadro do artista Salvador Ligabue de Campos de Futebol na Freguesia do Ó. Fonte: Acervo da Casa de Cultura Salvador Ligabue

Também fizemos uma luta contra a retirada do piso de mosaico português do Largo da Matriz e o sumiço do Marco Histórico em homenagem aos Primeiros Combatentes da Guerra do Paraguai que dali partiram. Em obra realizada em 2013 e contestada pela população sendo que há um processo sobre isso na Promotoria do Meio Ambiente, ainda sendo analisado e que foi aberto por nós do Conselho.

Quando coordenador do Conselho Participativo tive uma aproximação com o Leandro nas questões relacionadas à defesa e proteção do patrimônio histórico do bairro, como o sumiço do *marco histórico* da Matriz em 2013 na obra contestada. Ressalto que conseguimos através do Ministério Público a instalação de, pelo menos, uma réplica do marco no local, pois o original não foi achado.

O Leandro já teve um trabalho interessante do Ponto de Memória da Brasilândia e depois de um tempo, após nosso mandato no Conselho ele me falou do trabalho do GT Brasilândia ligado a REPEP, junto com o Kleber, o Camargo e outros com a proposta da ampliação do perímetro tombado no sentido de preservar e valorizar a vista da Igreja Matriz, a qual o grupo estava já realizando.

Ele me informou sobre a atuação da rede e eu achei sensacional, pois eu sempre achei que se deveria reunir pessoas interessadas em discutir e lutar organizadamente pela valorização do patrimônio histórico do bairro e da cidade.

Também já fui a reuniões da REPEP com membros de outros GTs e foi ótimo, onde conheci outros trabalhos importantes pela cidade. Sintonizei-me muito com a visão, capacidade e sensibilidade dos membros desse grupo GT da Repep, onde aprendo muito e me integro a essas lutas que acredito.

Considerações finais

Os diferentes trechos deste artigo trouxeram elementos fundamentais para a compreensão do próprio grupo de trabalho, sem etiqueta corporativa. Foi um exercício de expressão e de conhecimento mais aprofundado sobre as opiniões e trabalhos individuais que se uniram nessas ações educativas. Trouxeram à tona não só campos profissionais e estilos de escrita diferentes, como também abordagens distintas sobre o campo do patrimônio, além de alguns pontos de discordância e conflitos a serem trabalhados. Identificamos, ainda, a partilha de premissas sobre o patrimônio, no encontro entre saberes técnicos, acadêmicos e cotidianos, trazendo a perspectiva de que é possível trabalhar coletivamente e contemplar demandas desse escopo, articulando cada um desses conhecimentos.

A perspectiva que o GT Brasilândia Ó apresenta atualmente deixa claro que a educação patrimonial não ocorre de maneira pontual e se trata de um processo, no qual é necessário

tempo e engajamento nas ações. É perceptível também que os diferentes fluxos de pessoas que participam do grupo dão o tom do volume e alcance das ações, característica intrínseca ao modelo de funcionamento em redes. Quanto mais membros e quanto mais diversas as opiniões, maior será a riqueza nas trocas de conhecimento e energias para propor novas ações. No entanto, pode existir um limite do que uma rede, como a Repep, pode fazer. As novas demandas do GT Brasilândia Ó parecem caminhar para outras ações que possam ocorrer fora da Repep, formando uma outra instituição de atuação local e que mantenha parceria com a rede.

Em última análise, o artigo aflora algumas dimensões da educação patrimonial e suas potencialidades na transversalidade de ações possíveis entre a identificação, a preservação e a valorização do patrimônio cultural, por meio da produção coletiva e contínua de sentidos e experiências.

Referências:

AB'SABER, Aziz. **Geomorfologia do sítio urbano de São Paulo**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

ANTONINI, Anaclara V.; NITO, Mariana K. S.; NEVES, Maryclea C. M. Construindo Uma Rede De Educação Patrimonial: A Experiência Da Rede Paulista De Educação Patrimonial (REPEP). **Revista CPC**, v. 14, n. 27esp, p. 233-254, 30 ago. 2019.

BARRO, Máximo. **Nossa Senhora do Ó**. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1977. Série história dos bairros de São Paulo.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no / do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

FERRAZ, Adriana. Haddad libera espigões sem limite de altura ao redor de estações. **O Estado de S. Paulo** [online], 04 de fevereiro de 2016. Disponível em: <<https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,haddad-libera-espigoes-sem-limite-de-altura-ao-redor-de-estacoes-de-metro,10000014883>>. Acesso em: 21 ago 2019.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

MENESES, Ulpiano T. B. A cidade como bem cultural. Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. In: MORI et all (orgs). **Patrimônio: atualizando o debate**. São Paulo: Iphan, 2006.p. 33-53

_____. Valor cultural, valor econômico: encontros e desencontros. In: **Seminário Internacional História e Energia**. São Paulo: Fundação Patrimônio Histórico de Energia de São Paulo, p. 29-47, 2000.

MOTTA, Lia. O patrimônio urbanístico e seus usos sociais. In: PAES, Tereza; SOTRATTI, Marcelo (orgs.) **Geografia, turismo e patrimônio cultural**. Identidade, usos e ideologias. São Paulo: Annablume, 2017. p. 89 a 113.

NITO, Mariana Kimie da Silva. **Heurística para Entornos de Bens de Interesse Cultural baseada na Ambiência**: uma experiência na Casa de Portinari em Brodowski-SP. 2015. Dissertação (mestrado) – Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2015.

PRADO JUNIOR, Caio. **A cidade de São Paulo**: geografia e história. São Paulo: Brasiliense. 3 ed.1998.

RABELLO, Sonia. **O Estado na preservação dos bens culturais**. Rio de Janeiro: Iphan, 2009.

REPEP. **Boletim nº 15**, de junho de 2015. Disponível em: <<http://repep.fflch.usp.br/sites/repep.fflch.usp.br/files/u63/Boletim%2015%20-%20Junho%202015.pdf>>. Acesso em 04 de jul de 2019.

_____. **Boletim nº 19**, de maio de 2017a. Disponível em: <<http://repep.fflch.usp.br/sites/repep.fflch.usp.br/files/u5230/boletim%2019%20-%20brasilandoa%20%C3%B3.pdf>>. Acesso em 04 de jul de 2019.

_____. **Estudo de alteração da área envoltória do tombamento do Núcleo Original da Freguesia do Ó**. São Paulo: Repep, 2017b. Disponível em: <<http://bit.ly/repepestudO>>. Acesso em 15 de jul de 2019.

SANT'ANNA, Márcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento**: norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990. Salvador: Oiti Editora, 2015.

SANTOS, Alberto L. **Dimensões do patrimônio cultural**: tombamentos e territorialidades do Núcleo Original da Freguesia do Ó – São Paulo (SP). 2014. Dissertação (Mestrado). Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

SEABRA, Odette C. de L. **A insurreição do uso**. In: MARTINS, J. de S. (org.) Henri Lefebvre e o retorno à dialética. São Paulo: Hucitec, 1996.

A cidade começa no lugar onde você mora! Relações entre memória, identidade e território nos bairros-sede dos CEUs¹

The city starts where you live!

Relations between memory, identity and territory in the headquarters neighborhoods of CEUs

Elaine Aparecida Jardim*

*Arquiteta e urbanista com pós-graduação em análise do discurso de imagens e mestrado em Museologia pela Universidade de São Paulo (2017). Atua na área Patrimônio Cultural, desde 2008, com ênfase nos seguintes temas: patrimônio

arquitetônico; patrimônio industrial; moradia operária; memória urbana; representações sociais; curadoria e produção de exposições museológicas, com destaque para as memórias institucionais e processos curatoriais coletivos.

Resumo

O projeto *Meu bairro, minha cidade: você também faz parte desta história*, que resultou nas exposições inaugurais dos CEUs da primeira fase (2003-04), foi concebido no âmbito da Secretaria Municipal da Educação como um projeto de memória de bairros periféricos. Desenvolvido no contexto das comemorações dos 450 anos da fundação da cidade de São Paulo (1554-2004) o projeto cumpria um duplo objetivo: evidenciar as conexões entre a história local e história mais ampla da cidade, visando a inclusão das memórias locais ao currículo escolar da rede municipal de ensino; e favorecer a apropriação positiva do novo espaço escolar pela população do seu entorno, então, reconhecida como agente construtor da cidade. Para enfatizar tais objetivos, optou-se pela inversão do eixo narrativo da história da cidade, do centro para a periferia, segundo a premissa que “a cidade começa no lugar onde você mora”. Tal operação discursiva foi fundamentada em depoimentos dos moradores, que ora constituem o fio condutor do presente artigo, no sentido de abordar as conexões entre memória, identidade e território, bem como a definição de referenciais de memória, a partir de uma perspectiva distinta daquelas que orientam as políticas de patrimonialização.

Palavras-chave: Memória de bairro. CEUs. São Paulo (capital).

Abstract

The project *Meu bairro, minha cidade: você também faz parte desta história*, which resulted in the inaugural exhibits of the first phase CEUs (2003-04), was conceived within the Municipal Education Secretariat as a project of memory of peripheral neighborhoods. Developed in the context of the commemorations of the 450th anniversary of the founding of the city of São Paulo (1554-2004) the project fulfilled a twofold objective: to highlight the connections between local history and the wider history of the city, aiming at the inclusion of local memories in the school curriculum of the municipal school system, and favor the positive appropriation of the new school space by the population of its surroundings, then recognized as a building agent of the city. To emphasize these goals, we chose to invert the narrative axis of the city's history from the center to the periphery, according to the premise that “the city begins where you live”. This discursive operation was based on the testimonies of the residents, which now constitute the guiding thread of this article, in order to address the connections between memory, identity and territory, as well as the definition of memory references, from a different perspective than those guiding the policies of patrimonialization.

Keywords: Neighborhood memory. CEUs. Sao Paulo (capital).

1. O presente artigo embasa-se nas reflexões que desenvolvi em minha dissertação de mestrado, denominada *Meu bairro, minha cidade: as exposições inaugurais dos Centos Educacionais Unificados (CEUs) e as representações urbanas das periferias paulistanas*, defendida em 2017 no Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da USP, sob orientação do Prof. Dr. Paulo César Garcez Marins.

Relações entre memória, identidade e território nos bairros-sede dos CEUs

Meus filhos sabem a história daqui. Tudo que veio aqui, tudo que estão fazendo aí hoje, essa iluminação pública, isso tudo tem cerca de três anos, que nós fomos lá, brigamos, (...). Para você ter uma ideia, água pra vim aqui pro bairro, foi do mesmo jeito, tivemos que enfrentar governador, deputados que se diziam donos da região, tudo isso... (...). As pessoas, às vezes, pensam: “não, tudo cai do céu...” (...) Por volta de 1994, apareceu aqui uma pessoa com o nome de Salim... Foi quem começou a criar isso aqui, vender lotes pras pessoas. (...) Aqui era só caminho, barraquinha, uma pobreza total. Quando foi em 96, nós recebemos uma reintegração de posse para os ex-proprietários, dos verdadeiros donos, no caso, a família Siqueira. (...) Quando nós chegamos aqui, tinha umas 80 famílias aqui (...) Nós éramos tratados de ladrão, nós éramos tratados como tudo que é ruim no mundo. (Antônio, CEU Paz, 2004)

O fragmento em epígrafe faz parte do relato de um dos moradores do Jardim Paraná, extremo periférico da Vila Brasilândia, bairro localizado na Zona Norte da cidade de São Paulo onde foi

construído o 19º Centro Educacional Unificado (CEU Paz), inaugurado em abril de 2004. Esse relato integra o conjunto das transcrições das entrevistas realizadas no âmbito do projeto *Meu bairro, minha cidade: você também faz parte desta história*, concebido pela Secretaria Municipal da Educação e desenvolvido pela empresa Expomus - Exposições, Museus e Projetos Culturais, entre os anos de 2003 e 2004, como ação inaugural dos primeiros 21 Centros Educacionais Unificados.

Estruturado com o objetivo de recolher e refletir sobre as memórias de bairro, o projeto deu origem às exposições inaugurais dos CEUs, e teve seu início marcado pela realização de uma pesquisa de campo que envolveu registros de história oral e coleta de documentos e de material iconográfico junto aos moradores e entidades locais. Realizado no contexto das comemorações dos 450 anos de São Paulo (1554-2004) e tendo

como fio condutor a problematização da construção da cidade, os pesquisadores buscavam estabelecer as conexões entre as histórias locais e a historiografia oficial, bem como compreender as dinâmicas de cada território e o modo como os bairros periféricos dialogam com o centro.

O presente artigo tem por objetivo abordar o conteúdo desses registros de história oral, buscando evidenciar as relações entre memória, identidade e território presentes nas narrativas dos moradores entrevistados. Será também analisada a conversão de tais conteúdos em discurso expositivo, organizados segundo a premissa: “a cidade começa no lugar onde você mora”, como marca da inversão do eixo de análise do centro para a periferia.

Considerando que as exposições cumpriam o objetivo de ação inaugural dos CEUs, também serão observadas as circunstâncias da implantação desses novos equipamentos, então integrados a um plano municipal de intervenção no território da cidade, que envolvia tanto ações nas áreas centrais quanto nas periferias. Por fim, será destacada a dimensão pedagógica do projeto, segundo a proposta de inclusão da memórias locais ao currículo escolar, como estratégia de produção de conhecimento sobre a cidade e na perspectiva da escola como um centro de memórias do território.

Narrativas de vida como um valor a ser transmitido aos mais jovens

Os registros de história oral, obtidos por meio de entrevistas com os moradores, entre 2003 e 2004, durante o desenvolvimento da pesquisa de campo de *Meu bairro, minha cidade*, foram transcritos e organizados em 21 cadernos, sendo um para cada CEU, totalizando 1.105 páginas (EXPOMUS, 2004b). Nesse processo, somando os registros das narrativas dos moradores à documentação e às imagens coletadas em campo, o projeto das exposições inaugurais foi capaz de reunir um importante acervo sobre a constituição dos bairros pesquisados no âmbito do projeto.

A análise das transcrições das entrevistas com os moradores nos dá conta de narrativas sobre a apropriação do espaço e a sua transformação em cidade. Esses relatos, que são memórias do vivido, mesclam as esferas público e privado. Na fala dos mais velhos, os discursos são marcados pelo “pioneirismo” da apropriação do espaço, por meio de expressões como “isso aqui era tudo mato”, seguidas por “hoje aqui é uma cidade”. É evidente, nessas falas, o orgulho desses moradores com o desenvolvimento do lugar que eles ajudaram a construir.

Tais narrativas evidenciam o processo de transformação urbana como o resultado de lutas sucessivas, desde a posse da terra, as ações por melhorias de infraestrutura e a conquista de equi-

pamentos públicos, indicativos da transformação daquele espaço em cidade: a primeira linha de ônibus, a construção de uma ponte, as obras de contenção de enchentes. Entre esses marcadores de urbanidade, ainda são mencionadas farmácias, agências bancárias, supermercados, lojas de rede, bares, campos de futebol, igrejas, lugares de festas e as associações de bairro, tudo aquilo que é compreendido como o resultado de lutas coletivas e cotidianas, que se configuram como referenciais materiais das memórias locais.

Todavia, é importante salientar que tais referenciais compõem um rol muito distinto daqueles tradicionalmente legitimados suportes de memórias ou patrimônios dignos de proteção governamental. Os conceitos de patrimonialização e tombamento, que se baseiam tradicionalmente nas noções de ancianidade e de monumentalidade, não se aplicam a esses indicadores locais, visto que são recentes, “banais” e estão em permanente transformação. Para os moradores, porém, a lógica da atribuição de valor cultural está na relação dos lugares com o trabalho ou em função da relevância social de um determinado bem associado à melhoria das condições materiais de vida ou que foi e é capaz de dar suporte às relações sociais.

As próprias relações sociais, de parentesco e amizade, nesse caso, são compreendidas como referenciais intangíveis de memória, pois dão sentido ao cotidiano, como as bases da sobrevi-

vência na periferia e por meio das quais é constituído o sentimento de pertencimento a um grupo que assim se define territorialmente. Segundo Magnani (2004, p. 34), trata-se de reconhecer o morador da periferia no contexto de suas práticas sociais e a existências das redes de sociabilidade enquanto “formas de autopreservação, de associação – sem as quais a vida social, nas suas múltiplas dimensões, há muito estaria impossibilitada, no cenário da megalópole”.

O relato de João Vitalino, morador do Jardim Três Corações/Grajaú, na Zona Sul paulistana, onde foi construído o CEU Três Lagos (2003), evidencia a importância das redes de sociabilidade das quais trata Magnani. Em sua narrativa, ele salienta a existência de uma “colônia de parentes” que lhe deu suporte quando chegou em São Paulo, bem como as amizades e a configuração da “comunidade” que luta para a solução de problemas comuns, a partir da qual ele se constituiu como liderança local:

No Nordeste, todo mundo vem migrar para São Paulo. A gente veio nesse embalo. Quando vem um, vem todo mundo. E ficamos por aqui, e aqui estamos(...) Minha história... (...). Vim de caminhão pau de arara, quando a Rio-Bahia ainda era de terra. (...) Vim parar em [Cidade] Ademar porque já tinha parente na Zona Sul. E onde tem parente, você sabe, a gente forma uma colônia de parente, é onde tem apoio do pessoal parente, porque estranho não dá coração pra gente.

(...) Daí vim para esse Jardim [Três Corações] e comprei um barzinho. Agora isso faz 32 anos. (...) A gente tinha uma casa e nada mais. O resto era tudo roça de mandioca e milho. (...) Isso aqui não tinha asfalto nenhum. (...) Era só mato, mineração de areia, trabalhador da mineração, a represa, seis ônibus. Mais nada.

Claro que quis vim pra cá; aqui é que era o lugar, não tinha comércio, não tinha nada, era aqui que eu podia começar, que eu podia ganhar dinheiro, como ganhei. Eu sabia que isso aqui ia crescer, como cresceu. Tiveram alguns problemas na vida, mas não adianta dizer que não porque eu ganhei dinheiro sim, isso eu ganhei.

Se eu gosto daqui? Demais mesmo. Adoro. Se falar que eu tenho que mudar daqui eu não vou, não mudo mesmo. Aqui eu formei minha família, aqui é onde o pessoal estudou, aqui é onde eu tenho conhecimento, não tenho problema com nada.

(...) a gente vive muito bem aqui com amizade da escola, da gente do posto de saúde. Eu tenho em torno de mim umas 18 entidades do bairro, entre igreja, campo de futebol, entidade mesmo. Todo mundo traz tudo na minha casa. Que que eu quero mais? Dinheiro não é felicidade da pessoas. O que eu ganho a gente vai vivendo. Mas o bom mesmo é ter assim, uma tranquilidade.

(...) Nós estamos aqui com 740 mil habitantes, contando com Parelheiros, Cocaia e Varginha, nossa região. Isso dá um monte de gente. A gente é comunidade, tem que estar aqui, tem que estar vendo, escutando.

Eu faço parte do orçamento participativo. Estou envolvido com a subprefeitura, mostrando todos os problemas. Qualquer problema aqui eu vou apontar. Seja ponto de ônibus irregular, lâmpada quebrada, córrego sujo. E às vezes eles dizem que não dá e eu falo: “dá sim, vamos fazer já”. E eles fazem. Porque eu estou com a comunidade todos os dias. Quando eu não estou, alguém vem me chamar. (João Vitalino, 2003)

Além de destacar o papel das redes de sociabilidade como elemento de sustentação pessoal e de organização do território, o relato de João Vitalino também sublinha um dado comum às transcrições analisadas, sobretudo entre os moradores mais velhos e dos bairros mais antigos, que é a experiência da transição entre o rural e o urbano (“era tudo roça de mandioca e milho”). No caso desses bairros já consolidados à época da construção dos CEUs, o processo de urbanização ocorreu a partir do loteamento de antigas chácaras, ou no entorno de conjuntos habitacionais e vilas operárias situadas no limite da mancha urbanizada. O desenvolvimento urbano, em vista disso, aconteceu de forma institucionalizada, embora precária.

Entretanto, nos bairros mais novos, que ainda estavam em processo de formação quando os CEUs foram implantados, as narrativas ainda tratavam da luta pela posse da terra, a conquista da moradia e de infraestrutura básica. Assim era o caso do Jardim Paraná (CEU Paz, 2004),

uma ocupação de área de proteção ambiental na Serra da Cantareira, em 1993, por moradores desalojados de favelas localizadas na Vila Brasília. Esse caso elucida a recorrente expulsão de camadas da população para áreas cada vez mais extremas da cidade. As sucessivas exclusões, dificultam a organização dos moradores e a formação de liderança, bem como a criação de vínculos estáveis com o território, tendo em vista que os mesmos vivem um constante provisório.

Nos bairros mais antigos, a organização dos moradores e a constituição de lideranças configurou-se nas décadas de 1970-1980, no âmbito de movimentos sociais de base, com o apoio de igrejas, sindicatos e partidos políticos. Tais grupos foram capazes de conquistar significativas melhorias para esses bairros, atualmente bem infraestruturados. Nesses casos, são comuns os relatos de um passado de lutas, mas também de prosperidade, sendo que parte desses narradores são lideranças locais reconhecidas, tornando evidentes as construções identitárias vinculadas ao território e o orgulho que demonstram ao descrever o lugar que ajudaram a construir.

Um exemplo de tais construções identitárias é o relato de Antônio Ermírio, morador do Jardim Três Corações/Grajaú, Zona Sul, onde foi construído o CEU Três Lagos (2003), que revela um domínio tanto do território quanto de um discurso de poder, narrando-se como benfeitor do bairro, em articulação com o poder público.

Quando eu cheguei aqui, tinha uns 10 moradores. Sou proprietário no bairro desde 1962 e morador desde 1966. Eu vim de Santo Amaro direto pra cá. Me arranchei aqui. É amor por Três Corações. A gente se arranjou de uma maneira e hoje vê esta cidade.

Nós fizemos uma comissão pra conseguir uma rua de asfalto, uma escola e um telefone, na época do Setúbal. Aí nós conseguimos fazer o serviço social em benefício da população e nós ajudamos na medida do possível. Trabalho social é cobrar luz, cobrar escola, cobrar melhoramentos no bairro, para a Prefeitura e o Estado. É distribuir leite, distribuir cestas.

A relíquia que eu mais tenho é agradar o povo. Nem tudo eu posso agradar (...). Aqui é meu registro. Só saio daqui para o cemitério. (...) Porque eu vi isso aqui pequenininho, agora é uma cidade. E agora eu quero trazer mais melhoramentos, eu quero mais conforto. O povo é muito simples, mas não é uma área totalmente carente. Tem algumas favelas, é verdade, mas não é a maioria. E é uma relíquia o quanto eu sou conhecido aqui, todo mundo me conhece. Na medida do possível, enquanto vida eu tiver, eu vou lutar por isso. (Antônio Ermírio, 2003)

Ao contar sobre a formação da comissão de moradores para conseguir melhorias para o bairro, Antônio Ermírio apresenta-se como membro de um grupo de moradores (“nós fizemos uma comissão”). Em seguida, destaca-se do grupo de moradores (“a população”, “o povo”) e expressa o seu ingresso em um grupo de líderes locais (“nós conseguimos fazer o serviço social em benefício da população”). Ao final, ele assume o discurso

do benfeitor local (“a relíquia que eu mais tenho é agradar o povo”; “e agora eu quero trazer mais melhoramentos, eu quero mais conforto”).

Tal construção é representativa de três tempos distintos: o passado e a configuração do grupo (comunidade); um tempo intermediário onde ele se destacou como liderança, juntamente com outros membros do grupo; e o tempo presente, no qual a sua condição de liderança encontra-se consolidada. Investido dessa posição de líder e apresentando-se como benfeitor local, Antônio Ermírio inscreve-se no espaço percebido como de seu domínio, com a expressão “aqui é o meu registro”. Conforme observam Font & Rufi (2006, p. 38), “o lugar proporciona o meio fundamental pelo qual damos sentido ao mundo e por meio do qual atuamos”, assim, “quando ‘vivemos’ os lugares, criamos identidades. Falar de lugar, portanto, é falar de identidade”.

Desse modo, podemos identificar, como elemento comum às narrativas tomadas como exemplo, a reivindicação de um espaço social e político de atuação que está vinculado à construção do território onde esses agentes sociais estão inscritos, portanto, constituintes de representações sociais, individuais e coletivas. Entretanto, ao serem adotadas como base do discurso expositivo de *Meu bairro, minha cidade*, assumem um caráter comunicativo dos valores compartilhados pelo grupo.

Para elaboração do discurso expositivo, a solidariedade, a participação, a responsabilidade ambiental, o elo afetivo com o lugar e a inclusão do bairro como parte da cidade foram definidos como os valores a serem evidenciados na composição dos painéis. Desse modo, o recorte dos relatos dos entrevistados pela equipe responsável por conceber a exposição teve como critério de seleção a identificação desses mesmos valores. O propósito era que os mais velhos, sobretudo as lideranças, fossem percebidos pelos mais jovens como exemplos a serem seguidos. Nessa perspectiva, os problemas da atualidade do bairro foram postos como “desafios a serem vencidos” pelo grupo, que ora inseria os mais jovens no contínuo exercício de lutas e conquistas.

Do mesmo modo, enquanto ação inaugural dos CEUs e por meio de uma complexa operação simbólica, *Meu bairro, minha cidade* tanto inseria os moradores no espaço do CEU quanto crava o novo equipamento na paisagem, impondo-o como marco cívico, sobretudo, ao definir a escola como um centro das memórias locais. Por fim, em escala ampliada, inseria o bairro no espaço mais amplo da cidade.

Meu bairro, minha cidade como ação inaugural dos CEUs

Constituído a partir de um diálogo entre profissionais das áreas da educação, da museologia e da antropologia, reunidos pela Expomus, o projeto

Meu bairro, minha cidade visava abordar as relações entre a memória, a identidade e a constituição dos territórios em que se situavam os CEUs. Para isso, era preciso compreender tanto a inserção do novo equipamento no cotidiano dos bairros quanto criar condições para que o mesmo fosse positivamente apropriado pela população local. Os CEUs deviam também, ser incluídos no rol dos referenciais locais, bem como ser reconhecidos como um esforço daquela gestão em dotar a periferia de equipamentos públicos de qualidade.

Torna-se indispensável, portanto, relacionar o projeto das exposições inaugurais ao próprio projeto de implantação dos CEUs, sobretudo, enquanto peça integrante de um plano estratégico de desenvolvimento urbano e de intervenção no território da cidade. Tal plano envolvia ações simultâneas nas áreas centrais e nos bairros periféricos, lastreadas pelo reconhecimento crítico da cidade como um território fragmentado, marcado pela segregação socioespacial e definido pela oposição semântica centro-periferia.

No entendimento da gestão municipal de Marta Suplicy (2001-2004), a periferia foi definida como um território de exclusão, constituído na ausência do poder público e em função do descaso das gestões anteriores. A implantação dos CEUs deve, assim, ser compreendida no contexto de um discurso político apoiado em ações afirmativas de inclusão social e cidadania e como um ato

de ordenamento urbano. Nesse sentido, a opção de erguerem-se os CEUs com uma arquitetura monumental, centralizadora e de grande impacto na paisagem local, tanto foi capaz de marcar a presença do poder público municipal nas periferias, como um ponto de inflexão das políticas urbanas, representando a inserção simbólica da periferia no território político da metrópole.

Formalizada por meio de uma Operação Urbana (SME P3.1-83v), a implantação dos CEUs foi constituída como uma ação coordenada pela Secretaria Municipal da Educação, em colaboração com as secretarias da Cultura e do Esporte e Lazer, que envolveu todos os setores sociais do governo. Assim, para além das suas funções como equipamentos multifuncionais de educação, cultura, esporte e lazer, os CEUs cumpriam o objetivo de atuar como polos de convergência das políticas sociais do governo e vetores de desenvolvimento dos territórios onde estavam sendo inseridos. No âmbito da cultura, os CEUs deveriam atuar como atrator das manifestações locais, ao mesmo tempo em que eram inseridos no circuito cultural da cidade.

A despeito das pretensões simbólicas do projeto arquitetônico dos CEUs, o seu caráter monumental, de grande impacto na paisagem local, também causou estranhamento e desconfiança por parte da população do seu entorno. Para que os objetivos da política de intervenção urbana pudessem ser atingidos, era necessário que o novo

equipamento fosse apropriado favoravelmente. Por outra via, a efetivação dos CEUs como um centro de desenvolvimento local estava condicionada ao entendimento das dinâmicas dos territórios onde esses equipamentos estavam inseridos e sobre os quais o poder público pretendia atuar. Tratava-se, portanto, de uma dupla apropriação. Foi nesse contexto que se deu a concepção de uma ação inaugural museológica fundada em um projeto de memória de bairro, com o objetivo de abarcar tais dinâmicas internas ao território e, no cenário das comemorações dos 450 anos da cidade, compreender como os bairros dialogam com o centro. A expectativa da gestão municipal era que a adesão dos moradores ao projeto, no âmbito da pesquisa de campo, conforme abordado anteriormente, pudessem favorecer tal apropriação positiva.

A opção pela divulgação da pesquisa de campo por meio das exposições fundava-se na ambição de que os moradores se sentissem retratados e homenageados pelo poder público. Por outra via, ambicionava-se que os mesmos fossem capazes de perceber os vínculos concretos e simbólicos entre a história da cidade e as dinâmicas da constituição dos bairros-sede dos CEUs, então, reconhecidos como agentes construtores da cidade que comemorava 450 anos de fundação.

No âmbito do projeto político-pedagógico (SME *P5.1/60A), tal iniciativa ganhava uma dimensão mais abrangente, pois se almejava que os con-

teúdos produzidos para a exposição fossem absorvidos e desenvolvidos em ações na sala de aula. Desse modo, o tema das memórias locais seria integrado ao currículo da rede municipal de ensino, convertendo cada aluno em pesquisador do seu território e como produtor de conhecimento sobre a cidade. As próprias exposições inaugurais deveriam, nesse sentido, serem substituídas por outras concebidas nos próprios CEUs.

A inversão do eixo narrativo: “a cidade começa no lugar onde você mora”

O texto apresentado no painel de abertura de cada uma das exposições dos CEUs corresponde a uma operação de inversão do eixo narrativo sobre a construção da cidade. Como pode ser observado na transcrição a seguir, após apresentar a versão oficial da cidade, fundada em 1554 por padres jesuítas, e tendo como marco o Pátio do Colégio, no centro, declara-se: “a cidade começa no lugar onde você mora”.

Em 25 de janeiro, a cidade de São Paulo vai festejar seu aniversário. São 450 anos de história, desde que os padres Manuel da Nóbrega e José de Anchieta construíram o pequeno colégio dos jesuítas no planalto de Piratininga, onde a cidade começou. Hoje São Paulo tem mais de 10 milhões de habitantes. A cidade é tão grande que, para poder administrá-la, foi preciso criar 31 subprefeituras nas diferentes regiões da cidade.

Este é o mapa de São Paulo. Para você, cidadão paulistano, a cidade começa onde você mora. Este é o seu bairro. Você também faz parte dessa história. (EXPOMUS, 2004b, p. 1)

Por meio dessa operação simbólica, a periferia foi posta em evidência e integrada ao território da cidade. A partir desse ponto, o discurso expositivo, constituído pela articulação passado-presente-futuro, prosseguia com a narrativa da história da formação do bairro como o resultado das lutas coletivas na conquista do espaço e por melhores condições de vida. Nessa mesma lógica, os problemas urbanos foram apresentados como “desafios a serem vencidos”. A mesma narrativa também evidenciava as lideranças locais, na qualidade de “gente que faz a diferença” e, na sequência, convidava os mais jovens a seguirem nessas conquistas.

A construção dessa nova imagem para os bairros e para a própria cidade, pela chave do reconhecimento de sua diversidade territorial, implicava o reconhecimento da contribuição de múltiplos sujeitos sociais envolvidos na construção da capital, a partir da concentração de conhecimentos e culturas trazidas por migrantes e imigrantes de todas as partes do Brasil e do mundo. Nesse sentido, a construção desse novo olhar sobre a cidade, encontrava nos CEUs a materialização dos discursos de inclusão social e, nas suas exposições inaugurais, a expressão das políticas afirmativas e identitárias vinculadas ao território.

Essa operação de inversão do eixo interpretativo da cidade, do centro para a periferia, era complementada e aprofundada pela proposta de inclusão do tema das memórias locais ao currículo escolar da rede municipal de ensino. Tal inclusão, compreendida como a dimensão pedagógica das exposições inaugurais, definia a escola como espaço privilegiado para a produção do conhecimento sobre a cidade, a partir das dinâmicas do território.

A dimensão pedagógica: escola como centro de memórias locais

A inclusão do tema das memórias locais ao currículo escolar, convertendo cada aluno em um pesquisador em seu território e a partir de sua própria rede de sociabilidade, para além de ampliar o alcance da pesquisa de campo, propunha uma inversão de eixo, também, na produção do conhecimento sobre a cidade. A dimensão pedagógica de *Meu bairro, minha cidade*, concebida como um elemento de reflexão e aprofundamento das exposições, dava-se por meio de material didático próprio, composto por dois cadernos distintos, destinados aos alunos e professores.

Nesse sentido, o objetivo das atividades propostas era possibilitar que os alunos reproduzissem a metodologia empregada na pesquisa de campo que deu origem às exposições. De acordo com o relatório produzido pela Expomus, o Caderno de Atividades permitia aos alunos tanto a apro-

priação do processo de criação das exposições quanto o desenvolvimento de elementos relativos à identidade e pertencimento ao lugar:

Ao tomarem contato com os conteúdos que o Caderno de Atividades introduz e serem convidados a participar como personagens dessa história, a criança leitora ou o jovem leitor passam a ser não somente coautores dos pequenos livros que estão compondo, como também a se reconhecerem como agente de sua própria história. Utilizando-se da escrita, do desenho e da colagem para expressar a percepção de sua própria realidade, bem como sua visão de mundo e sua busca por caminhos de futuro, estas crianças e jovens poderão expressar percepções, sensações e emoções, compartilhando valores, ideias, projetos e sonhos. (EXPOMUS, 2004a, p. 4)

Considerando os objetivos expostos acima, o material pedagógico possibilitava a produção de narrativas apoiadas em distintos suportes e meios, de acordo com a faixa etária, a aptidão e preferência de cada aluno. Entretanto, em função de limitações orçamentárias, foi produzido um único Caderno de Atividades para dar conta de um arco etário, correspondente ao ensino fundamental, que, no plano do ideal, vai de 6 a 14 anos. A tentativa de superação imposta por um material produzido nessas circunstâncias, resultou na produção do Caderno do Professor, contendo sugestões de atividades a serem desenvolvidas para as diferentes faixas etárias e na perspectiva de diferentes disciplinas escolares.

Tendo em vista a complexidade dos objetivos simbólicos do projeto, conforme exposto anteriormente, o efetivo desenvolvimento da dimensão pedagógica de *Meu bairro, minha cidade* dependia, mais do que do material didático, de formação específica e continuada de professores e demais profissionais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Entretanto, isso não ocorreu em nenhum momento do processo. Embora a concepção e desenvolvimento do projeto tenha sido acompanhada por especialistas da área da educação, os professores da rede, mesmo que de forma representativa, não foram chamados a participar.

Em função disso, a dimensão pedagógica do projeto, apesar de compreendida como a sua principal condicionante e, acima de tudo, como o aspecto mais emblemático de *Meu bairro, minha cidade*, acabou por ser eclipsada. A partir de 2005, concluída a gestão Suplicy, o projeto foi descontinuado.

Todavia, a perspectiva da inclusão das memórias locais ao currículo escolar está vinculada, no plano da educação, aos princípios da educação integral, que nortearam a concepção dos CEUs e, por consequência, o projeto das suas exposições inaugurais. Em vista disso, a experiência de *Meu bairro, minha cidade*, apesar de seu ofuscamento a partir de 2005, não se perdeu de todo. Desde 2017, está em curso um novo projeto da Secretaria Municipal da Educação, desenvolvido no âm-

bito da Coordenadoria dos CEUs e da Educação Integral (COCEU), denominado *CEU, memórias e ação*.

O novo projeto, que envolve as atuais 46 unidades dos CEUs², está fundamentado na formação de professores e demais profissionais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Tal projeto adota *Meu bairro, minha cidade* como uma de suas referências, juntamente com outros projetos desenvolvidos pontualmente nas escolas da rede, igualmente compreendidos como iniciativas exemplares. Contudo, ao contrário do caráter centralizador do projeto das exposições inaugurais, o atual estimula o desenvolvimento de atividades definidas em cada unidade dos CEUs, como o resultado de negociações internas aos territórios.

O texto elaborado para esse novo projeto (SME/COCEU, 2017, p. 1) reforça o caráter dos CEUs como “espaços integradores e integrados” e define seus objetivos como o de “construir, resgatar e organizar as memórias dos equipamentos e do entorno no qual estão inseridos”. Para tanto, esclarece, “será necessária a articulação de todos os envolvidos, promovendo assim a integração dos sujeitos de direitos e deveres que fazem parte dos CEUs, sendo como funcionários, moradores, estudantes, frequentadores, usuários dos espaços”. Nesse quadro, os CEUs são compreendidos como “espaços privilegiados de reflexão sobre os arredores da cidade e dos pró-

prios locais onde estão inseridos” e, em seguida, define-os como “centros de referências de memória dos territórios”.

Mais adiante, o mesmo documento (Op. cit. p. 2) reforça que é responsabilidade de todos os envolvidos o “comprometimento com as histórias que abriga”, bem como a “necessidade de fazer com que toda a população usuária do equipamento CEU, seja autora e protagonista”. Assim, é objetivo do projeto fomentar “elos de sentido e significados dos acervos materiais e imateriais locais”, com vistas a contribuir para a “formação da história da população paulistana”.

Desse modo, o atual projeto representa o almejado aprofundamento de *Meu bairro, minha cidade*, efetivando a ampliação do seu alcance, na medida em que cumpre aquilo que foi proposto por sua dimensão pedagógica, contudo, sem o seu caráter centralizador.

Considerações finais

No âmbito das políticas patrimoniais, o projeto *Meu bairro, minha cidade* representa uma das mais importantes iniciativas culturais acionadas pela esfera pública municipal, especialmente por seu caráter inédito de registro de memórias de bairros periféricos. Ao longo do seu percurso, entre 2003 e 2004, o projeto reuniu um rico acervo de registro de história oral, de documentos textuais e de material iconográfico sobre os bairros

2. Os CEUs foram implantados em três etapas, sendo: 21 unidades durante a gestão Marta Suplicy (2003-2004); 24 unidades ao longo da gestão Gilberto Kassab (2006-2013); e a 46ª unidade foi implantada, em 2016, durante a gestão Fernando Haddad.

pesquisados. E, embora suas ambiguidades e fragilidades, as exposições dele resultantes foram capazes de produzir uma narrativa que rompia o discurso hegemônico da cidade que ressaltava o protagonismo das suas elites, promovendo a inclusão de novos sujeitos no rol dos seus construtores e, principalmente, reconhecendo-os como autores de discursos sobre ela.

A proposta da inversão do eixo de análise da cidade, do centro para a periferia, bem como a definição de referenciais de memória, a partir de uma chave distinta daquelas adotadas pelas políticas de patrimônio, são igualmente emblemáticas desse projeto museológico. Tais rompimentos e inversões interpretativas constituem elementos importantes para as reflexões sobre a cidade, compreendida por Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (2003, p. 258), como “um objeto de conhecimento mais amplo e complexo do que qualquer acervo ou documento que possa referenciá-lo”.

O projeto de memória de bairro, comunicado por meio das exposições inaugurais dos CEUs, ainda inova ao definir o espaço escolar como lugar de uma ação museológica, ampliando sobremaneira as possibilidades de interação entre a experiência museal e a escola, compreendidas como duas dimensões formadoras comprometidas com a produção do conhecimento e a circulação de valores. A ação museológica e a Educação, nesse

caso, foram compreendidas como constituintes de uma política pública de memória urbana que, a partir de um novo olhar sobre a cidade, apontava para uma nova forma de atuar no território, reconhecendo e promovendo as transformações sociais.

Referências Bibliográficas

ASSMANN, Aleida. **Espaços de recordação: formas de transformações da memória cultural**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

BAUMAN, Zygmund. **Identidade: entrevista a Benedetto Vuchi**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2005.

CARDOSO, Ruth Correia Leite. **Movimentos sociais na América Latina**. São Paulo, 1987.

CURY, Marília Xavier. **Análise de exposições antropológicas: subsídios para uma crítica**. XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação: Rio de Janeiro, 2012.

_____. **Comunicação Museológica – Uma perspectiva teórica e metodológica de recepção**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2005a.

ESTANISLAU, Lídia Avelar. O papel do Estado democrático na proteção dos lugares de memórias. In: **A construção da cidade**. Brasília: DPH/DF, pp.61-81, 1998.

- FONT, Joan Nogué; RULÍ, Joan Vicente. **Geo-política, identidade e globalização**. São Paulo: Annablume, 2006.
- HADLER, Maria Silvia Duarte; BERNARDES, Maria Elena. **Memória e escolar: olhares sensíveis para um patrimônio cultural**. São Paulo: Ver. Horizontes, v. 35, n. 1, p. 59-70, 2017.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.
- HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.
- KHELL, L.A.B. **Breve História das Favelas**. São Paulo: Claridade, 2010.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. **De perto e de dentro: um novo olhar sobre a cidade**. Revista FGV Executivo, v.12, n.2, jul./dez. São Paulo: FGV, 2013, pp.38-41.
- _____. (Org.) **Expedição São Paulo 450 anos: uma viagem por dentro da metrópole**. São Paulo. Secretaria Municipal da Cultura. Instituto Florestan Fernandes, 2004, pp.33-35.
- MENESES, Ulpiano Bezerra Toledo de. **O museu de cidade e a consciência da cidade**. Conferência proferida no encerramento do Seminário “Museus & Cidades”: São Paulo, 2003.
- NORA, Pierre. **Memória: da liberdade à tirania**. Revista Musas nº 4, p. 6-10, 2009.
- PEREZ, Maria Aparecida. **A inclusão social através da educação, formação e cultura: um estudo do programa dos CEUs em São Paulo**. Tese de Doutorado: Universidade de Siegen (Alemanha), 2010.
- PFEIFFER, Claudia Castellanos. Cidade e sujeito escolarizado. In: ORLANDI, Eni de Lourdes Pucinelli. **Cidade atravessada: os sentidos públicos do espaço urbano**. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- RODRIGUES, Marly. Patrimônio, ideia que nem sempre é prática. In: **A construção da cidade**. Brasília: DPH/DF, pp.82-84, 1998.
- SANTOS, Milton. **A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno Urbano em países subdesenvolvidos**. São Paulo: Edusp, 2012.
- _____. **Pensando o espaço do homem**. 5ª. Ed, São Paulo: Editora USP, 2007.

Documentos

EXPOMUS. **Meu bairro, minha cidade: você também faz parte desta história.** Relatório final de prestação de contas. São Paulo, 2004a.

_____. **Meu bairro, minha cidade: você também faz parte desta história.** Cadernos com as transcrições das entrevistas de campo (21 volumes). São Paulo, 2004b.

_____. **Meu bairro, minha cidade: você também faz parte desta história** (Conjunto de publicações com: cadernos das exposições (21 volumes); caderno de atividades; caderno do professor; mapas e materiais de divulgação. São Paulo, 2004c.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO. Documentos: *H1.1/31 (Educação, CEU e Cidade); *P5.1/60 A (Projeto político pedagógico dos CEUs); *P2.1/64 (Plano de Metas para a Educação/2001-2004); *P3.1/83 1ª (CEU a escola que queremos); *P3.1/83v (Operação urbana CEU); *P3.1/83z (Educação com qualidade social: a experiência dos CEUs em São Paulo); *P3.1/108d (A construção de uma trajetória para a escola pública municipal); *P3.1/108f (Implementação da rede de proteção social). São Paulo, 2002.

_____. **Projeto CEU, Memórias e Ação: a importância social dos equipamentos CEUs.** CO-CEU/SME, São Paulo, 2017. ■



Habitar o presente, construir o passado: história oral e patrimônio nos conjuntos residenciais modernos em São Paulo

Inhabiting the present, building the past: oral history and heritage in São Paulo's Modern housing complexes

Flávia Brito do Nascimento*

*Professora na graduação e pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), autora dos livros *Entre a estética e o hábito: o Departamento de Habitação Popular, Rio de Janeiro (1946-1960)* e *Blocos de Memórias: habitação social, arquitetura moderna e patrimônio cultural e coautora de Domesticidade, gênero e cultura material*. Coordena o Grupo de Pesquisa Patrimônio cultural, história e crítica.

Resumo

O presente artigo tem por objetivo discutir o patrimônio cultural e o lugar da memória nos conjuntos residenciais construídos pelos Institutos e Aposentadorias e Pensões (IAPs) na cidade de São Paulo nas décadas de 1940 e 1950. A partir do projeto de história oral com seus residentes, discutimos a elaboração do passado e seus sentidos para o presente face aos processos de transformação arquitetônica e urbana na metrópole. Em que medida, sob o olhar dos sujeitos sociais os conjuntos são referências culturais? Como pensar a sua perpetuação às gerações futuras diante das demandas constitucionais de ampliação do que pode ser considerado patrimônio cultural? O olhar dos moradores, a partir de suas vivências cotidianas no passado e no presente, revela profundos atrelamentos (seja na apropriação, seja na crítica) aos programas históricos de habitação no Brasil promovidos pelos IAPs. A partir da história oral, pretendeu-se discutir as trajetórias de vida nos conjuntos e suas relações com a preservação na contemporaneidade.

Palavras-chave: História oral, Habitação social, Institutos de aposentadoria e Pensões

Abstract

This paper aims to discuss cultural heritage and the place of memory in the housing complexes built by the Retirement and Pension Institutes (IAPs, for its acronym in Portuguese) in the City of São Paulo in the 1940s and 50s. Based on an oral history project featuring residents of these complexes, we discuss the construction of the past and its meanings in light of the architectural and urban transformations in the city. To what extent are the housing complexes considered cultural references by these social actors? How would we go about perpetuating these buildings for future generations, in light of the constitutional requirements for expanding what is considered as cultural heritage? The residents' accounts of both their past and present experiences reveal deep connections to (whether in their appropriation or criticism of) the historical housing programs promoted by the IAPs in Brazil. This oral history will contribute to discussing accounts of life in the housing complexes and their relationship with modern-day preservation practices.

Keywords: Oral history, Social housing, Retirement and Pension Institutes

Introdução

Inserindo-se no debate sobre a expansão da agenda de pesquisas sobre a habitação social e do patrimônio cultural no Brasil, este artigo tem por objetivo apresentar trabalho de pesquisa de história oral feito com moradores de conjuntos residenciais construídos entre os anos 1940 e 1950 pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões em São Paulo e região metropolitana¹. De maneira inédita foram realizadas entrevistas com moradores e moradoras dos conjuntos residenciais focando as histórias de vida, as formas de morar e de trabalho, a história urbana e os sentidos do patrimônio cultural.

Com a Constituição Federal de 1989 os preceitos de patrimônio cultural brasileiro foram legalmente transformados, incluindo expressões que extrapolam o excepcional e incluem toda sorte de temas da cultura. É no encontro dos necessários e aprofundados saberes técnicos (de fora do âmbito local) com as experiências e avaliações lo-

cais que pode construir novos sólidos laços que possibilitem que os conjuntos residenciais permaneçam às gerações futuras. Nesta perspectiva, parece importante compreender os conjuntos habitacionais como parte dos processos históricos e urbanos e, como tais, soluções plausíveis à moradia e à qualidade de vida. A salvaguarda dos conjuntos tem se mostrado um grande desafio para os gestores, implicando na compreensão mais alargada das relações históricas do morar, da capacidade do Estado fiscalizar e gerir e na necessidade de ações dialógicas com os moradores na busca por construções coletivas de significados para o patrimônio.

É significativo problematizar a preservação da habitação de interesse social no Brasil e na América Latina mobilizando bibliografia recente sobre as identidades e alteridades no patrimônio cultural contemporâneo, na sua vertente crítica (HARRISON, 2013). A partir das experiências de memó-

1. Este trabalho contou a assistência de pesquisa dos alunos da graduação da FAUUSP Pedro Felix e Danilo Ferreira, bolsistas do Programa Unificado de Bolsas da Universidade de São Paulo entre agosto de 2015 e agosto de 2016, aos quais agradeço.

ria e de cotidiano, trabalhar no sentido da superação da perspectiva colonizadora dos discursos preservacionistas. Para tanto, é preciso constituir criticamente e em conjunto com a sociedade civil argumentos, ações, debates e disputas sobre a preservação do patrimônio.

Smith (1995) chamou de “authorized heritage discourse” - discurso autorizado do patrimônio – as práticas que são conformadas a partir dos anos 1960 grosso modo para o patrimônio europeu, sobretudo por ação da Unesco. Partindo de práticas e saberes técnicos que se auto-referenciam e tem a habilidade de falar sobre o patrimônio (donde o discurso autorizado), faz-se a seleção do que pode ser considerado patrimônio. Este discurso de autoridade sobre o patrimônio constitui e legitima o que é o patrimônio e determina quem tem a habilidade de falar sobre ele e sobre seus significados. Objetivamente, ele acaba por determinar quem pode falar sobre o patrimônio. O discurso autorizado do patrimônio será o estruturador das práticas patrimoniais após os anos 1960, focando a atenção em objetos esteticamente agradáveis que as gerações atuais devem cuidar e proteger e passar às gerações futuras. Com isso, forja sentidos de identidade baseados mormente no passado. Neste processo, há um acento grande na materialidade como portadora de sentidos que são naturalizados e tratados como imanentes. Ulpiano Meneses (2009) chama também a atenção para a naturalização das valorações do patrimônio cultural no Brasil, com

engajamentos de maneira frequentemente passiva às materialidades e numa tendência à exclusão de discursos contraditórios ou contestativos. Mas, patrimônio imaterial no Brasil constituiu deste os anos 2000 outras bases conceituais que, em diversos aspectos, ajudaram a colocar os sujeitos no centro de valoração nas políticas do patrimônio. Ao girar em torno do conceito de “referência cultural”, os sujeitos e suas significâncias podem conferir sentidos às práticas sociais e, também, às preexistências. Ainda segundo o historiador, isso tem colocado um desafio ainda maior para a superação da falsa dicotomia material/imaterial, restando o patrimônio edificado encapsulado em discursos estéticos. Repovoar o patrimônio é uma ação necessária. (MENESES, 2017)

Os debates para a patrimonialização do legado habitacional moderno estimulam uma reflexão sobre o tensionamento do “discurso autorizado do patrimônio”. (SMITH, 2006) Na medida que em muitos dos conjuntos são desconsiderados nos seus valores estético-estilísticos – os quais são comumente a base das valorações patrimoniais – a sua permanência e as ações de salvaguarda fomentam as possibilidades de alargamento do campo patrimonial e a consideração para além dos crivos interpretativos autorizados. No caso brasileiro sabe-se que as amarras intelectuais dos arquitetos modernos com as políticas de patrimônio e o entrelaçamento entre historiografia da arquitetura e as práticas seletivas implicou e

vem implicando em dificuldades de preservação de edifícios de habitação social. (NASCIMENTO, 2016) No caso da habitação social, mesmo a legitimidade historiográfica dada pela expansão da agenda de pesquisas e o reconhecimento da produção habitacional moderna feita por autores como Cavalcanti (1987), Bonduki (1998), Antunes (1997), Aravecchia-Botas (2016) e Bruna (2010) e notadamente pelo Grupo de Pesquisas Pioneiros da Habitação Social, não tem sido suficiente para sistematizar ações de preservação.

Questiona-se o quanto foi possível extrapolar as relações com a legitimidade historiográfica nas práticas de patrimonialização recente. Em que medida tem-se conseguido, efetivamente, superar as preservações da arquitetura moderna para além da escrita da história e de modo mais permeável às práticas e representações dos sujeitos sociais nas suas valorações e significados?

Investigações como os de Graciela de Garay para o México, Rosa Aboy para a Argentina, Michel e Derainne para a França, ao trabalharem com a história oral junto aos moradores, mostraram o quanto os sujeitos sociais se relacionam com o projeto habitacional que o constituiu. Passados tantos anos da ocupação e da dissolução do programa de moradia estatal, restam os objetos os materiais e suas lembranças. Dialogar sobre a vida nos conjuntos, com os aportes metodológicos da história oral, ajuda a problematizar e dimensionar o impacto dos projetos modernos na

vida dos trabalhadores e o significado dos modelos de vivenda na vida cotidiana e dos processos históricos vividos pelos moradores nos conjuntos habitacionais. E, mesmo tempo, refletir sobre os interesses e condições de sua preservação na cidade contemporânea, como parte da história do trabalho e dos trabalhadores no Brasil.

Sobre conjuntos residenciais e preservação: o lugar dos sujeitos sociais

Inúmeros conjuntos residenciais foram construídos em todo Brasil a partir do fornecimento público de habitação entre o final dos anos 1930 até o início dos anos 1960. O Estado geriu e organizou a moradia para o trabalhador até a década de 1960, quando o projeto político de fornecimento de moradias foi superado pelo BNH – Banco Nacional de Habitação, que teve outros crivos ideológicos e formais. O universo dos conjuntos residenciais construídos no Brasil entre 1930 e 1964 é amplo, não tendo havido homogeneidade na produção. Esta foi vasta, com variações tipológicas, tecnológicas, urbanísticas e de filiação teórica: há edifícios em altura em meio ao tecido urbano consolidado, tais como o Japurá (de Eduardo Kneese de Melo) e o Anchieta (dos Irmãos Roberto) em São Paulo, grandes conjuntos de edificações laminares em meio a áreas verdes combinados com casas isoladas como o Realengo e Vila Guiomar (de Carlos Frederico Ferreira), soluções espetaculares de exceção como o Pedregulho e grandes produções massivas como

os conjuntos do IAPI de Bangu, Moça Bonita e Penha, no Rio de Janeiro. Todas são importantes e de grande impacto urbano, não importando se de arquitetos de renome ou produzidas nas repartições dos institutos. (KOURY, 2019)

A investigação dos problemas de preservação dos conjuntos residenciais brasileiros mostrou que a gama de fatores de conservação é muito diversa. Ela depende da articulação positiva entre vários fatores, que podem ser a efetivação da construção tal como projetada, a sua forma de ocupação, ou, ainda, os vínculos de afetividade estabelecidos pelos moradores, podendo levar a ações mais contundentes. A prevalência de um destes fatores pode influenciar positiva ou negativamente sua conservação ou caracterização arquitetônica. (NASCIMENTO, 2016, Capítulo 8)

Nos interessa entretanto, neste momento, discutir mais do que a preservação física como um fim em si mesmo, mas pensar os vínculos de memória e de pertencimento que os moradores construíram com os espaços de moradia. Os conjuntos habitacionais foram erguidos pelo Estado como parte das políticas para os trabalhadores. Desde as pesquisas de Ngela Castro Gomes feitas nos anos 1980, que se sabe o papel central dos trabalhadores na construção do estado autoritário do Governo Vargas e, do mesmo modo, compreende-se de modo dicotômico o lugar da sociedade na conformação dos estados autoritários. (ROLLEMBERG & QUADRAT,

2010) Pergunta-se, portanto, quais seriam padrões de domesticidade do trabalhador moderno, nacional, sindicalizado e pronto para atender às demandas por ordem social permeadas pela lógica do trabalho foram respondidas na esfera privada? Estes são temas que instigam a compreensão, no presente, do papel dos moradores no protagonismo da construção de suas histórias e, portanto, que visam potencialmente pensar na sua preservação.

As pesquisas tem mostrado o papel primordial dos moradores na apropriação das casas modernas e na assimilação, rejeição ou resistência aos modos de vida propostos seja nas esferas domésticas, seja nas atividades sociais, culturais e desportivas nos conjuntos. (NASCIMENTO, 2016) A experiência de moradia coletiva realizada a partir dos programas estatais levou a formas de organização social e produziu experiências muito fortes e duradouras, constantemente contadas e reinterpretadas pelos moradores. A utilização dos espaços de morar no presente é revestida de significados memoriais, repleta de histórias pregnantas da apropriação pelos moradores de suas casas modernas e dos espaços de viver coletivamente, os quais denotam a força dos programas promovidos pelo Estado naquele período e o campo muito fértil de investigação sobre a história social da habitação ainda inexplorado.

O estudo teve por objetivo compreender as relações entre o papel dos agentes sociais e o espaço



Figura 1. Conjunto Residencial Mooça, 2016. Fonte: Acervo da Autora.



Figura 2. Conjunto Residencial Vila Guiomar, 2016. Fonte: Acervo da Autora.

edificado a partir da apropriação, resistência ou rejeição ao modo de morar moderno. O processo de pesquisa constituiu-se de visitas de campo aos conjuntos selecionados e entrevista orais. As entrevistas foram realizadas com moradores que pudessem, de alguma forma, estabelecer relações de memória dos seus modos de vida à época da implantação do projeto de morar, nos anos 1950. Quase todos os entrevistados pertencem à geração das primeiras famílias beneficiadas com uma unidade pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões em seus respectivos conjuntos.

Para tanto, foi elaborado um questionário com perguntas semiestruturadas, que continham alguns pontos cruciais para estabelecer diretrizes e relações entre as memórias relatadas e os dados historiográficos. Nas entrevistas foram abordadas questões como as datas de aquisição e mudança para a unidade a qual a família fora beneficiada, os trâmites no processo de aquisição dessa unidade, as exigências propostas pelos Institutos de Aposentadoria e as formas pelas quais ocorria a divulgação dos processos seletivos. Foram realizadas, também, perguntas de cunho socioeconômico, referentes ao número de integrantes da família, a distribuição desses entre os cômodos da unidade, informações sobre o mobiliário da época e sua disposição. Tais questões tinham o objetivo de compreender o contexto no qual estava inserido o cotidiano dessas famílias, o funcionamento e dinâmica doméstica nesses núcleos através do papel desempenhado por cada

um de seus indivíduos. As entrevistas foram, na maioria dos casos, realizadas nos apartamentos dos moradores nos conjuntos residenciais.

Os conjuntos residenciais na cidade: trajetórias urbanas e sociais

Do universo de conjuntos habitacionais construídos pelo Estado no Brasil entre 1940 e 1950 foram selecionados cinco localizados na cidade de São Paulo e em Santo André, região metropolitana, aos quais foi possível ter acesso aos moradores. Três conjuntos eram do Instituto de Aposentadoria dos Industriários (IAPI) - Vila Guiomar em Santo André, Mooça, no bairro operário de mesmo nome, e Várzea do Carmo, na baixada do Glicério - e outros dois dos Bancários - Nove de Julho no Itaim Bibi e Santa Cruz, na Vila Mariana. Os conjuntos dos industriários destinavam-se a trabalhadores empregados em ofícios ligados à indústria. Embora fossem uma elite dos trabalhadores da indústria, se comparados aos bancários, tinham um perfil mais escolarizado e de renda maior. Ainda que todos fizessem parte do projeto mais amplo de fornecimento de habitação aos trabalhadores pelo estado varguista, no que se refere ao perfil da população residente e à arquitetura há diferenças importantes de serem apontadas, e também, no que se refere à constituição dos programas habitacionais.

Os três conjuntos residenciais promovidos pelo IAPI - Mooça (Figura 1), Vila Guiomar (Figura 2)



Figura 3. Conjunto Residencial Várzea do Carmo, 2015.
Fonte: Acervo da Autora.

e Várzea do Carmo (Figura 3) - fazem parte do primeiro momento de atuação do instituto e representam, na sua materialidade, as reflexões e realizações habitacionais a seu tempo. O Instituto foi fundado em 1936 e tornou-se o maior órgão de seguridade social do país, funcionando até 1966, quando foi integrado ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Assim como os demais Institutos de Aposentadorias e Pensões, tinha como objetivo fornecer seguridade social aos associados, sendo a promoção de habitação social uma forma de investimento de recursos. Tornou-se um órgão importante no que se refere à modernização da administração pública, sendo um dos primeiros a fazer concursos públicos. O IAPI foi o principal promotor de habitação social no Brasil. Para tanto, constituiu um Setor de Engenharia com diversos arquitetos e engenheiros em seu corpo técnico, muitos destes admitidos por concurso público. O principal idealizador do programa habitacional do IAPI em seu momento de constituição foi arquiteto carioca Carlos Frederico Ferreira. Formado pela Escola Nacional de Belas Artes - ENBA - ligou-se ao pensamento da arquitetura moderna formulado pelos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM) e tratou, nos primeiros anos de estruturação do programa habitacional do IAPI, de aplicar os conceitos de racionalização da construção, seriação e standardização. O Conjunto de Realengo, de 1938, no Rio de Janeiro, de autoria de Carlos Frederico, foi o primeiro planejado e edificado pelo IAPI. Ele congrega as diversas hipóteses e expe-

riências do morar neste período, com blocos de apartamentos e casas isoladas, além de técnicas diversas de racionalização da construção. Após a experiência inaugural, partiu-se para a sistematização de novas experiências, cuja principal marca foi a contratação de profissionais externos, de fora do corpo burocrático do órgão, mas, naturalmente, seguindo as suas orientações técnicas. (BONDUKI & KOURY, 2014, p. 15-101; ARAVECCHIA-BOTAS, 2016)

Os conjuntos de São Paulo em que realizamos o projeto de história oral foram concebidos e construídos na fase inicial do órgão, ainda sem corpo técnico completo e experimentando as possibilidades e modelos de morar, e também recorrendo em alguns casos a arquitetos com práticas privadas para realizar os projetos. O primeiro deles é o Conjunto Residencial da Várzea do Carmo, projetado por Atílio Correa Lima e equipe, construído apenas parcialmente. Elaborado em 1938, é composto por blocos laminares de quatro pavimentos, com unidades de três dormitórios. A ele se seguiram o Edifício Anchieta (1941) dos Irmãos Roberto e o Japurá (1942) de Eduardo Kneese de Mello. (ARAVECCHIA-BOTAS, 2016)

O Vila Guiomar (1942) em Santo André/SP, de Carlos Frederico Ferreira, é um dos maiores conjuntos estudados, com 1.411 unidades residenciais, formado por blocos laminares numa grande gleba e casas unifamiliares. O Conjunto da Mooca é o último deles, elaborado em 1946 pelo também



Figura 4. Conjunto Residencial Nove de Julho, 2016. Fonte: Acervo da Autora.

carioca Paulo Antunes Ribeiro (que realizou outros projetos para o IAPI), constituído por blocos laminares soltos no lote em meio a grandes áreas verdes. Todos os conjuntos incluídos no escopo do trabalho de pesquisa localizavam-se à época em regiões industriais da metrópole paulistana.

O Instituto de Aposentadoria dos Bancários tinha concepção diferente do IAPI, o que se refletiu no seu programa habitacional. Voltado para os bancários, que nos anos 1940 e 1950 eram uma categoria profissional prestigiosa, caracterizou-se por realizar edifícios em áreas urbanas mais centrais, geralmente com torres únicas em lotes urbanos menores, comumente reconhecidos como “edifícios dos bancários”. Os conjuntos paulistanos aqui estudados diferem desta lógica, compostos por blocos que se repetem de maneira seriada com muitas unidades habitacionais, como é o caso do Santa Cruz, do engenheiro Marcial Fleury de Oliveira. O Conjunto Residencial Nove de Julho (Figura 4), de 1945, é de autoria do corpo técnico do Instituto e tem três torres altas de apartamentos. Ambos conjuntos estavam, à época de construção, situados em áreas de expansão urbana da cidade. (BONDUKI & KOURY, 2014, p. 179-233)

Em todos os casos estudados, à exceção do Conjunto Residencial Várzea do Carmo, a situação urbana do entorno das moradias mudou muito desde a época da construção, quadro que se intensificou nos anos mais recentes. Os conjuntos estão em locais que vem sofrendo intensos

processos de valorização fundiária, com condomínios e comércio de alto padrão modificando a vizinhança e os modos de ocupação na cidade. O conjunto Várzea do Carmo é o único destes que não teve a sua configuração urbana alvo de grande especulação ou valorização imobiliária. Localizado na Várzea do Tamanduateí, no início da Zona Leste de São Paulo, está inserido numa área de grande circulação urbana. Muito próximo ao centro, mas na passagem da colina histórica com início da zona leste, na várzea do Rio Tamanduateí, é circundado por vias expressas e equipamentos públicos, como as instalações do posto do INSS. Ainda que edifícios novos com padrão construtivo alto tenham surgido no entorno, eles são em número pouco expressivo e em apenas uma das áreas do conjunto, que tem grandes dimensões. A região não se configurou como um bairro residencial, embora os moradores tenham uma forte identificação com o local, mencionando-a, inclusive como um valor afetivo e imobiliário do conjunto.

Na Mooca, a desindustrialização levou ao fechamento de várias fábricas onde, inclusive, trabalhavam os familiares dos moradores do conjunto residencial. As fábricas têm sido vendidas sistematicamente e são demolidas para a construção de condomínios fechados de alto padrão. O bairro de identidade operária, que se vê na foto de divulgação do conjunto com a chaminé ao fundo, é agora circundado por edifícios de grande altura, chamado de “alto padrão imobiliário” organizados



Figura 5. Conjunto Residencial Santa Cruz, 2015. Fonte: Acervo da Autora..

como condomínios fechados. A paisagem urbana do bairro transformou-se substantivamente, o que também vem gerando mudanças paulatinas no perfil dos moradores do conjunto habitacional. (RUFINONI, 2013)

Situação similar sofreu o conjunto Nove de Julho, formado por três blocos altos, unidos por um jardim comum. A abertura da Avenida Nove de Julho como via estruturante da circulação paulistana, seccionou o conjunto, trazendo para a região grande vetor imobiliário na cidade. O bairro do Itaim Bibi, onde se situa, é um dos mais valorizados na cidade, com empreendimentos residenciais de alto padrão e vigorosa área comercial. Relatos dos moradores dão conta de uma região pouco ocupada e valorizada nos anos 1940 e 1950, nas franjas urbanas da cidade, no limite dos bairros jardins.

No Vila Guiomar, no município de Santo André, a configuração urbana de valorização fundiária do entorno das residências se repete, porém, de modo ainda mais agudo. Em razão das dimensões do conjunto, ele forma uma ilha urbana em meio ao entorno que se tornou um bairro de classe média alta na cidade. Muito próximo da área central do município, onde está o Paço Municipal e a estação de trens. (COSTA, 2015; SILVA, 2018) O Conjunto Santa Cruz (Figura 5) localiza-se na Chácara Klabin, às margens do Córrego do Ipiranga, hoje canalizado para dar lugar à Avenida Ricardo Jaffet. À época de sua construção, o rio

era aberto e nas suas margens localizavam-se fábricas como a Arno e um incinerador de lixo, ambos desativados há poucos anos. (CANDRO, 2017) As terras da região eram de propriedade da família Klabin, que realizou o loteamento do bairro, construindo na parte alta do terreno algumas de suas casas particulares, como Casa Modernista. A porção mais baixa do terreno, menos valorizada, foi cedida para os usos industriais e o conjunto habitacional. Uma das maiores favelas de São Paulo, a Vergueiro, formou-se nas imediações da várzea do rio, até ser extinta, com a expulsão dos moradores nos anos 1970. O conjunto era relativamente isolado em relação à cidade, sequer transporte público chegava, tendo os bancários que contar com ônibus fretados que levam todos os dias para o centro da cidade onde estavam as agências bancárias.

O comércio era pouco, à exceção de pequenas quitandas e a loja do IAPB, como conta um dos moradores²:

(...) era tudo deserto, tinha nada, o que que tinha em volta? Chácaras. Aqui em volta tinha tudo chácaras. Bom, o que se fazia? De sábado ia meu pai, minha mãe, e eu, as vezes minha irmã ia junto, ia fazer compra no mercado no Ipiranga, porque aqui não tinha nada. é, isso aqui era fazenda, filha, em frente ao hospital santa cruz, você vê a casa modernista, já ouviu falar da casa modernista? (...) ali é a sede da fazenda... da família Klabin, que era dona de todo esse terreno enorme, então ele era assim, seguindo a fazenda, pois bem, e não tinha mais nada por aqui, escola

2. Adotaram-se aqui identificações neutras de modo a preservar a identidade dos entrevistados.

não tinha, comércio não tinha, meu pai, como um, os primeiro que vieram aqui, depois que compraram, foram à prefeitura pra fazer uma escolinha aqui dentro, de primário. (Entrevistado VL, 02/10/2015. Conjunto Residencial Santa Cruz)

A extinção da favela e o loteamento do bairro Chácara Klabin, mudou o padrão imobiliário do entorno, trazendo novo perfil de moradores nos anos 1990. A mudança consolidou-se nos anos 2000 com a chegada do metrô da Linha Verde que dá acesso à Avenida Paulista. O impacto imediato do metrô, que fica a menos de 500 metros do conjunto, foi a valorização imobiliária das unidades e a construção de novos empreendimentos imobiliários residenciais. A antes área quase rural da cidade (com fábricas, mas também com chácaras de imigrantes japoneses) está imersa na circulação da metrópole, com metrô e grandes avenidas com acesso imediato. (CANDRO, 2017; IMBRONITO, 2016)

A cidade mudou e mudaram também as moradias, nas suas formas de apropriação, domesticidade e composições familiares. O que antes era uma condição de moradia de “seu tempo”, torna-se, agora, uma moradia de “outro tempo” em que as formas de trabalhar e viver a ela associadas mudaram radicalmente. As profissões industriais e bancárias que amalgamavam as experiências de vida nos conjuntos, formando uma identidade industriária ou bancária muito significativa, é hoje parte do passado em que o esta-

do de bem estar social compromisso de formação do operariado. (ARAVECCHIA-BOTAS, 2016) Como já indicou Madeleine Ribérioux (1992), a vida de trabalho e seus sentidos cotidianos são tão importantes quanto os espaços de produção industrial. Neste sentido, a expansão para além das fronteiras estritamente arquitetônicas na valoração do que pode ser o patrimônio moderno ou industrial, deve considerar os espaços do morar. (NASCIMENTO & SCIFONI, 2015)

Os descendentes e moradores dos conjuntos estudados estão ainda muito fortemente acordados em torno da identidade que era de seus pais, mas também lhes é própria. Por meio das memórias, pudemos compreender como a casa é uma importante ancoragem destas experiências subjetivas. A residência e o conjunto, apesar das muitas transformações, é uma materialização da existência pregressa e que lhe confere sentido no presente, articulando, a um só tempo, o patrimônio venal ao patrimônio afetivo e cultural. Aquilo que se recebeu da família como herança, faz parte do conjunto comum das experiências vividas.

Viver o presente: memória, história oral e os conjuntos na temporalidade

Se a cidade de São Paulo se transformou muito desde o período da construção dos conjuntos até os anos 2000, se as formas de trabalho que amalgamavam os moradores também se extinguíram ou mudaram, muitos daqueles oriundos do pe-

ríodo inicial e/ou seus descendentes continuam como residentes no conjunto. Uma das perguntas estruturadoras do projeto de história oral foi entender como os moradores elaboram as vivências do passado na contemporaneidade e como ressignificam o lugar histórico de moradia.

Como já mencionado, uma peculiaridade fundamental dos conjuntos brasileiros construídos dos anos 1930 aos 1950 é o perfil da população residente. Ainda que muitas das unidades tenham sido vendidas pelos moradores originais (após a possibilidade de aquisição na década de 1970 em diante), a configuração social tem ainda semelhanças com aquela estabelecida inicialmente, permanecendo os vínculos identitários e memoriais da época de implantação dos programas dos IAPs, seja dos bancários, seja dos industriários. As habitações são ocupadas pelos trabalhadores vinculados ao Instituto que o construiu, e, após os primeiros contatos feitos em campo ou com a ajuda das mídias sociais, abriram-se novos nomes de entrevistados, que foram se ampliando à medida que a pesquisa transcorria.

Ecléa Bosi (1994), em seu clássico estudo sobre as memórias de velhos em São Paulo, mostra como o lembrar é um trabalho que envolve as dinâmicas do presente e as tensões entre o que se quer esquecer e o que, no momento, se quer recordar. Os velhos, como categoria social, exercem o trabalho de lembrar como parte de uma função social no presente. A função da memória, que se

localiza no tempo do fim de um transcurso da vida confere sentido à existência. As entrevistas foram realizadas com os moradores que vieram morar nos conjuntos quando crianças ou jovens e hoje têm, em geral, mais de sessenta anos, no momento em que o programa habitacional do Instituto de Aposentadoria e Pensões já está extinto há mais de 50 anos e em que estão aposentados. Lembrar e esquecer neste momento faz parte de construir significados para uma existência em balanço. O momento da vinda ou nascimento no conjunto e passagem do tempo e das experiências de vida são entremeados pela nostalgia da infância perdida, mas, também, pelo orgulho da moradia hoje, com a história que carrega e seus significados históricos para o presente. Esta pareceu ser uma tônica importante de um sentimento geral sobre a moradia. Os moradores atuais tem consciência histórica de seu lugar e vinculam o orgulho da casa a esta história.

O projeto de história oral teve como objetivo trabalhar com uma fonte histórica diferente daquelas já utilizadas para estudar os conjuntos habitacionais. Por meio das lembranças e vivências dos moradores buscou-se ampliar a compreensão histórica destes lugares. O objetivo não era extrair uma suposta verdade da história, o que seria naturalmente impossível, mas conhecer por meio de quem viveu nos locais, as experiências e lembranças de lugares que julgaram importantes. Após os extensivos estudos historiográficos realizados sobre os conjuntos, conhecer mais

proximamente os sujeitos sociais da história da habitação pareceu ser um passo necessário. Está claro aqui que se admite a subjetividade do ofício do historiador e de suas fontes, sendo os testemunhos diretos, mesmo nas suas contradições e supostas “inveracidades”, uma fonte adicional de pesquisa. (FERREIRA, 2002) Estando definidas as fronteiras entre a história e memória, em que a história é uma forma intelectual de conhecimento, uma operação cognitiva, e a memória está no campo das representações sociais (MENESES, 1992), tivemos nos relatos orais ricas possibilidades de compreensão da história social da moradia e dos trabalhadores em São Paulo.

A história oral vem sendo utilizada pelos historiadores desde meados do século XX, com críticas e ressalvas, mas é incontornável como fonte histórica. É largamente utilizada na prática historiográfica nacional, sobretudo diante do crescimento dos temas da memória da sociedade contemporânea. (FERREIRA, 2002) As fontes orais tem contribuído para a escrita da história dos excluídos, ajudando na construção de identidades e de lutas sociais pelo direito à memória, também colaborando com a construção da história pública. Nos estudos de história da arquitetura e do urbanismo, todavia, a história oral permanece como um campo a ser explorado, sobretudo em face de experiências já realizadas em outros países como México, Argentina e França. (GARAY, 2002, 2004; ABOY, 2005; MICHEL, DERAINE, 2005)

Para a realização da pesquisa utilizamos fontes que pudessem problematizar as dimensões da vida material nos conjuntos residenciais pela ótica dos moradores - trabalhadores oriundos das camadas populares e médias. É na crítica às fontes e no cotejo das visões sobre o operariado e a ingerência estatal pelo Estado e dos próprios trabalhadores sobre suas casas que buscamos compreender as formas de morar nos conjuntos habitacionais. Como mostrou Roger Chartier (1988), “as maneiras como dado grupo se apropria de um motivo intelectual ou de uma forma cultural são mais importantes do que a distribuição estatística desse motivo ou dessa forma.” Segundo Meneses (1992) a memória tem a condição de fato social: é produto do presente, para responder as solicitações do tempo histórico vivido. Neste sentido, ela não pode ser resgatada, como se estivesse pronta em algum recôndito, esperando pela hora de subir à superfície.

Os moradores entrevistados são, em sua grande maioria, da primeira geração de ocupantes. Nasceram ou vieram crianças para o conjunto e os pais eram ligados aos ofícios da indústria, em trabalhos diversos, como torneiro mecânico, tecelã, funileiro, encarregado ou fiscal de produção, professor de ensino técnico, até comerciante de livros. Ou no caso dos bancários, trabalhando nas agências bancárias do Centro de São Paulo. Tanto para bancários, quanto para industriários, saíram de uma situação de moradia de aluguel,

lembrada como precária fisicamente (pequena, banheiro compartilhado, em vilas, etc) ou socialmente (dividida com parentes).

A família do meu pai morava ali no Belém e a da minha mãe também, mais aqui pra Mooca, mas também fazia parte do bairro italiano. Eles casaram e foram morar só um quarto e cozinha por pouco tempo, no Belém também. (Entrevistada CR, 12/03/2016, Conjunto Residencial Mooca)

A mudança para o conjunto significou uma melhoria material para a família. São citadas as impressões em geral das mães (que passaram a ter mais espaço ou autonomia), pois os entrevistados eram crianças à época. Eles reproduzem, neste ponto, as falas e narrativas familiares sobre a história de seu morar. Mesmo sendo pequenos, os apartamentos, com um, dois ou três dormitórios, para famílias com três a quatro filhos, este não é citado como um problema, face às condições anteriores do morar. As condições materiais da casa são apreciadas como um ganho material:

Minha mãe quando morava na São Joaquim, eles moravam naquelas casinhas que era quarto e cozinha! Não importa que o lugar era longe, feio.. era meu. Aquele sonho da casa própria. Quando chegou aqui ela fala assim: “a primeira coisa que eu vi era que ventava”. O dela é de esquina. Daí podia secar as fraldas, que eram pano. (Entrevistada PC, 29/02/2016, Conjunto Residencial Várzea do Carmo)

O aluguel nas casas anteriores à mudança para o conjunto era também um fator mencionado de precarização da moradia anterior à ida ao conjunto. No entanto, é citado que nos IAPs a moradia não era gratuita, pagava-se um valor monetário, que não era baixo. Este valor de aluguel é lembrando como sendo uma prestação da compra. Mas, os imóveis construídos pelo Estado para os trabalhadores eram alugados, ficando de propriedade do IAP que administrava os condôminos, desde a seleção até a organização da vida em comunidade, em alguns casos com o auxílio de assistentes sociais. Principalmente nos conjuntos residenciais do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários, o IAPI, houve a atuação direta e ativa das assistentes sociais nas mais diversas dimensões da vida, no âmbito privado ou público.

As habitações construídas durante o Estado Novo transcendiam os sentidos do mero teto que abriga; com elas se pretendia a conformação e educação do trabalhador. Em alguns casos, a administração das unidades não era apenas burocrática, mas advinha de tais convicções e foi, muitas vezes, proximamente acompanhada de trabalhos sociais, nos quais as assistentes sociais tiveram papel ativo. Em maior ou menor grau, dependendo da localidade e época de inauguração, a administração pelos IAPs foi presente. (NASCIMENTO, 2008) Nos conjuntos paulistas não há lembranças da atuação social dos Institutos. Eles são mencionados por meio do

escritório para o pagamento do aluguel da casa, que no IAPI da Mooca ficava em um dos apartamentos do conjunto. O IAPI fornecia a segurança (com dois guardas que faziam a ronda noturna do conjunto) e a limpeza dos edifícios. De resto, não há relatos de intervenção no morar por parte do Instituto.

Nos anos 1960, teve fim a administração direta dos conjuntos pelos Institutos que eram essenciais ao projeto mais amplo de ideologia do trabalhador brasileiro. Com o fim dos IAPs e a instalação do BNH, as moradias foram postas à venda. A venda das unidades residenciais significou a dissolução definitiva do projeto social, levando à gestão pelos moradores. Os moradores tiveram que se organizar em condomínios, cuja forma de criação determinou a divisão ou a unidade dos blocos, decorrente da própria capacidade associativa dos residentes.

Os moradores entrevistados relatam que o processo de compra foi quase uma passagem natural: o valor das prestações de aluguel valeu para eles como um valor depositado para compra. Apagou-se, com o tempo, o próprio projeto do morar do Estado, o qual, talvez não estivesse tão claro para os moradores nestes conjuntos estudados, sobretudo em tratando de serem principalmente filhos daqueles que assinavam os contratos de locação. Passados tantos anos da ocupação e da dissolução do programa de moradia estatal, restam os objetos materiais e suas lembranças.

O fato de as casas existirem como propriedade familiar é fundamental. As transformações físicas que para os arquitetos e estudiosos podem ser desconcertantes, são para os moradores, mais naturalizadas, sentidas como necessárias. Para os moradores, nos chamou a atenção o fato de lidarem com as mudanças como sendo necessárias à época, tais como o gradeamento dos edifícios da Mooca ou de todo o conjunto de Santa Cruz. O fechamento em condomínios garante a segurança e é visto como inescapável, frente às mudanças que foram chegando, muitas vezes sem aviso. (Entrevistado FC, 07/11/2015, Conjunto Residencial Santa Cruz) As mudanças físicas para os moradores parecem ser menos significativas frente àquilo que efetivamente se perdeu, como o trabalho assalariado, a vida em comunidade e familiar. Menos do que a memória de um projeto ou do momento de construção os moradores tem a própria experiência de vida e da temporalidade vivida como parâmetros de afeto e valoração.

A vida comunal é mencionada sempre como algo muito positivo. O perfil dos moradores era relativamente homogêneo, com famílias jovens, em formação, com pai, mãe e filhos (em maior ou menor número). Escapavam deste perfil poucas famílias, em geral de viúvas, pois os Institutos exigiam atestados de formação familiar. O responsável pelo contrato de locação deveria ser casado, sendo que os casais sem filhos recebiam os apartamentos de um quarto (no caso do Moo-

ca) e as famílias maiores com dois dormitórios ou mesmo os duplex. A variação tipológica dos conjuntos e das casas era feita prevendo-se o crescimento familiar e/ou os tamanhos distintos. Hoje, a diferença de tamanho serve também como o mesmo fim, porém, nos apartamentos pequenos do Mooca, localizados no andar térreo, residem muitas pessoas idosas, sobretudo viúvas.

Mesmo sem o projeto do Estado de gerenciamento do morar, houve um associativismo que deu a tônica da forma de viver nos conjuntos e que amalgamam os vínculos afetivos e memoriais dos moradores com seus espaços. Este é um elo fundamental que liga as pessoas ao passado nos conjuntos. As associações de moradores promoviam diversas atividades, como bailes, carnavais, exibição de filmes, festas juninas e campeonatos de futebol. Os momentos de sociabilidade são os mais citados como parte de um passado que não retorna. Nos conjuntos da Mooca, Santa Cruz e Vila Guiomar os moradores formaram associações que tinham como por objetivo as atividades sociais, que eram feitas no local. Elas eram ações independentes dos moradores, sem a mediação dos Institutos. (Entrevistada CR, 17/10/2015, Conjunto Residencial Santa Cruz; Entrevistado FS, 07/11/2015, Conjunto Residencial Santa Cruz) O que se lembra primeiramente quando se remete à infância vivida nos conjuntos é o espaço de liberdade. Todos os conjuntos estudados, exceto o Nove de Julho que é conformado por torres altas, tem a tipologia de blocos residenciais de

até cinco pavimentos, soltos numa grande gleba. Implantados em paralelo, sem cercas ou gradeamentos, os blocos deixavam ao seu redor grandes áreas livres de edificação que eram ocupadas com jardins e parquinhos infantis. A ausência de carros e de estacionamentos e até mesmo de árvores, que eram poucas nos conjuntos recém-construídos, deixavam grandes áreas livres que eram território das crianças. Nas memórias, os conjuntos formam uma paisagem infantil, repleta de crianças de todas as idades que passavam o dia pelo conjunto e seu entorno, os bairros operários de São Paulo.

(...) era tudo aberto, tinha um jardim enorme no meio e atrás tinha um playground pras crianças. Todos tinham, a própria construtora fez tudo com balanquinho e escorregador. A maioria dos moradores tinha cinco ou seis filhos! (...) Porque a criançada foi fazendo, não ficava no apartamento, descia e ficava naquela área enorme brincando: bicicleta, bola, era uma loucura! (Entrevistada PC, 29/02/2016, Conjunto Residencial Várzea do Carmo)

Nossa, ia pra rua. Eu acho que os pais abriam as portas da rua e fala: “Vai!” era assim mesmo, assim que eram os pais. (Entrevistada CR, 17/10/2015, Conjunto Residencial Santa Cruz)

No IAPB de Santa Cruz, a referência é feita também aos serviços fornecidos como um mercado onde se compravam produtos básicos a preços mais baratos e à assistência médica e dentária. A escola primária é, assim como no IAPB Nove de Julho, uma lembrança importante. Embora

da prefeitura, em ambos os casos, a escola era parte integrante do programa do morar. Em Santa Cruz a escola é um edifício separado que era vastamente utilizado pela comunidade em outras atividades sociais promovidas. Neste conjunto, os bancários manejaram a criação de um condomínio para todos os blocos, assegurando sua unidade. Com isso, não houve o gradeamento isolado e individual de cada bloco, mas sim do conjunto inteiro. Outros conjuntos não tiveram tal fortuna, e os condomínios foram criados bloco a bloco, implicando no cercamento individual e na progressiva privatização dos espaços semi-públicos, como jardins e praças, como é o caso do Mooca. (FRASSON, 2000, p. 182-191)

A cidade de São Paulo nas imediações dos conjuntos foi uma grande personagem nas entrevistas. As quadras próximas aos conjuntos e, em alguns casos, até o mesmo o bairro, eram vividas intensamente pelos moradores e são lembradas em detalhes. São reminiscências de uma cidade com aspectos rurais, com os rios ainda não canalizados nos quais se brincava e se convivia com as enchentes, com chácaras onde se compravam alimentos, passeava, brincava, jogava futebol, ou se fazia tarefas cotidianas como secagem de roupas. (Entrevistado FS, 07/11/2015, Conjunto Residencial Santa Cruz; Entrevistada MR, 30/09/2015, Conjunto Residencial Mooca)

Aqui, mesmo em São Paulo, onde eu estou, era tido como um lugar de periferia, a Mooca, e tinha um rio, tem um rio aqui nessa Rua Caçandoca,

tem um rio canalizado. Quando eu era criança, o rio era aberto, era tudo barro ali. Nós quando éramos moleques nadávamos no rio, a molecada nadava no rio. (Entrevistado RJ, 03/10/2015, Conjunto Residencial Mooca)

Tais referências constroem uma cidade vivida no cotidiano, situada nas franjas da centralidade financeira e industrial, mas profundamente ligada à ela. Na qualidade de trabalhadores dos bancos e das indústrias, os moradores viviam a cidade do trabalho, mas seus filhos e eles próprios habitavam, geograficamente, nos limites desta centralidade. Como já mencionado, os conjuntos, em todos os casos, foram pioneiros na ocupação das porções de cidade em que se implantavam. Construía-se a moradia para o trabalhador, mas era implantada em locais de pouco valor, o que se atesta pelas narrativas das histórias de vida.

A chave de entendimento da cidade habitada nos limites da urbanização não era segregadora, mas de acolhimento e proporcionadora de ricas experiências, como o contato com a natureza e a vida em liberdade. As memórias traumáticas, ou mesmo de crítica à vida em conjunto raramente vieram à tona nas entrevistas. A articulação de lembranças é feita em torno do passado feliz, o que não necessariamente se associa ao presente negativo ou ruim. O morar serve como âncora das memórias, que são sempre reinterpretadas. Aos conflitos do passado se dão novas significações. Diante de traumas, elaboram-se esquecimentos e apagamentos. (POLLAK, 1989) As dissensões,

incoerências e mesmo infelicidades apareceram quando as entrevistas são postas lado a lado. Até mesmo as enchentes que assolavam violentamente o Conjunto Várzea do Carmo, são positivadas. (Entrevistada PC, 29/02/2016, Conjunto Residencial Várzea do Carmo)

Os descontentamentos ou deslocamentos aparecem mobilizados nas lembranças do papel da mãe, esposa ou filha. Mas elas quase nunca são protagonistas das existências familiares e das lembranças. O trabalho do pai, a cidade de São Paulo, os amigos, as festas, o futebol, as brincadeiras, os espaços livres, a casa, são recorrentes. Mas quando perguntados sobre o lazer das mulheres ou suas atividades fora do mundo do trabalho, há sempre hesitações, e a afirmação que os cuidados com tantos filhos e com a casa deixava pouco tempo para outras coisas, que não a costura ou o rádio. (Entrevistado RJ, 03/10/2015, Conjunto Residencial Mooca)

O processo mais intenso de transformação dos conjuntos residenciais coincide com o fim dos institutos e a venda das unidades residenciais, que é também o momento de grande mudança na vida urbana no país e de São Paulo. A urbanização acelerada da capital paulista, com o crescimento das periferias e a metropolização, coloca os conjuntos em outra situação urbana, ficando mais inseridos na cidade formal e próximos à centralidade. Os rios dos entornos são canalizados, grandes avenidas vão sendo abertas,

o transporte público chega mais próximo. Tais mudanças são encaradas de modo natural pelos moradores, como parte das mudanças da vida. O gradeamento para proteger as casas, o fim dos jardins para dar lugar aos carros, são vistos como necessidades impostas pela vida. Nos parece que o envelhecimento ou transformação dos conjuntos ocorreu com o envelhecimento das próprias pessoas. (Entrevistado RJ, 03/10/2015, Conjunto Residencial Mooca)

O momento das entrevistas (2015 e 2016) foi, em alguns casos, o de retorno à vida no conjunto, em que os moradores na velhice ou meia idade mobilizam as histórias de vida e de pertencimento à história do habitar operário. As entrevistas realizadas mostraram a pregnância dos projetos de morar instituídos pelo Estado nos anos 1940 e 1950 e, sobretudo, a aderência identitária destes modelos junto aos seus habitantes. Ulpiano Mendes (2017) assinalou a importância.

A caminho de uma conclusão, interessa ainda dizer que, alguns dos casos, transformações ou ameaças foram catalizadoras dos pertencimentos e da luta por preservação dos conjuntos. No Conjunto Residencial da Mooca, a venda da área do parque para um empreendedor privado ameaçou a unidade potencial do conjunto. O fim da muito apreciada área livre e a possibilidade de construção de uma torre alta nos moldes dos edifícios do entorno, chocou os moradores. Quando perguntada se já tinha pensado que o

conjunto era um patrimônio cultural, uma moradora respondeu: “Olha, nós fomos obrigados a pensar!” O conjunto emergiram nas lembranças dos moradores e na luta pela preservação na qualidade de referências culturais de uma história de vida de trabalho, sociabilidade e vida cotidiana. Desfocados do objeto em si por seus valores arquitetônicos, os moradores apresentaram suas memórias e sensibilidades capazes de patrimonializar os espaços como parte das vidas de trabalho, sociabilidade e cotidiano. A história oral pode mostrar o quão significativas foram suas experiências e como elas mobilizam os afetos e as emoções patrimoniais. Repovoar o patrimônio mostrou-se mesmo necessário.

As tensas valorações do Conjunto Residencial da Mooca são um bom exemplo das complexidades da expansão da agenda patrimonial, malgrado o aumento de seu conhecimento pela história da arquitetura e do urbanismo. Diante da venda da área livre usada como parque pelas moradoras e da perspectiva de construção de edifícios no seu lugar, as moradoras solicitaram o seu tombamento em nível municipal, que foi acolhido, mostrando a efetiva sensibilização do órgão de patrimônio para com a demanda social. O estudo de preservação indica as valorações dos moradores e justifica o tombamento “considerando os vínculos identitários e afetivos que os moradores do Conjunto Residencial da Mooca mantêm com o local em que residem, entendido como lugar de memória de trabalhadores nas indústrias da

região”. Os estudos técnicos, fundamentados na produção historiográfica recente, foram favoráveis à preservação, contudo, ao final do processo somente os edifícios foram preservados, e uma altura limite para novas edificações foi determinada, de modo que a área livre vendida tenha uma futura ocupação limitada, mas não impedida em face de um valor patrimonial. Permaneceram os entendimentos mais arquitetônicos que urbanos na valoração do bem cultural. (Resolução 18/Conpresp 2018)

Seria fundamental pensar os conjuntos habitacionais a partir das ampliações bibliográficas, mas também a partir das apropriações dos moradores, os valores, tensões e críticas às experiências do habitar. Se na historiografia da arquitetura internacional a morte da própria arquitetura foi narrada com as demolições e degradações de conjuntos residenciais, na América Latina as questões parecem tomar outro caminho. Construídos para certos tipos de trabalhadores, os conjuntos estão hoje incorporados à trama urbana das cidades, mas pouco apropriados como parte da história social do trabalho e do trabalhador. A habitação segue como uma das temáticas fundamentais de nossas cidades, que lidam com diversas formas de moradia precária. Mesmo no contexto latinoamericano em que inúmeras obras de habitação social moderna foram construídas, os movimentos de perpetuação deste legado às gerações futuras foram ainda tímidos.

O entendimento da existência de projeto mais amplo no qual se inserem os conjuntos cria laços afetivos importantes para a preservação. Passados tantos anos da ocupação e da dissolução do programa de moradia estatal, restam os objetos os materiais e as lembranças que lhe são articuladas. Coletar relatos sobre a vida nos conjuntos, com os aportes metodológicos da história oral problematizou e dimensionou o impacto dos projetos modernos na vida dos trabalhadores e o significado dos modelos de vivenda na vida cotidiana e dos processos históricos vividos pelos moradores nos conjuntos habitacionais.

Referências bibliográficas

ABOY, Rosa. **Viviedas para el pueblo:** espacio urbano y sociabilidad en el barrio Los Perales. 1946-1955. Buenos Aires: Universidad de San Andrés/ Fondo de Cultura Econômica, 2005.

ARAVECCHIA-BOTAS, Nilce. **Estado, arquitetura e desenvolvimento.** A ação habitacional do lapi. São Paulo: Editora Unifesp, 2016.

BONDUKI, Nabil; KOURY, Ana Paula. **Os pioneiros da Habitação Social:** Inventário da produção pública no Brasil entre 1930 e 1964. Vol 2. São Paulo: Editora Unesp: Editora SESC, 2014.

BOSI, Eclea. **Memória e sociedade.** Lembranças de velhos. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BRUNA, Paulo. **Os Primeiros Arquitetos Modernos.** Habitação Social no Brasil 1930-1950. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

CANDRO, Larissa. **Permanências.** Memória e projeto no Ipiranga. *Trabalho final de graduação em Arquitetura e Urbanismo - FAU USP.* São Paulo: 2017.

CHARTIER, Roger. **A história cultural.** Entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990.

COSTA, Ana Beatriz Pahor P. **Conjunto Habitacional Vila Guiomar, Santo André/SP:** estudo sobre a habitação social e as formas de morar nos anos 1950. Relatório Final de Iniciação Científica. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Programa de Bolsas da Pró-reitoria de Pesquisa da USP. Orientação Flávia Brito do Nascimento. São Paulo: mimeo, 2015.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, tempo presente e história oral.** Topoi, Rio de Janeiro, dezembro 2002, p. 314-332.

FRASSON, Alexandra. **Habitação social e arquitetura moderna:** a apropriação dos conjuntos residenciais dos IAPs (1940-2000). Dissertação (Mestrado) IAU São Carlos, 2000.

- GARAY, Graciela de (Coord.) **Modernidad habitada: Multifamiliar Miguel Alemán**, Ciudad de México, 1949-1999. México: Instituto Mora, 2004.
- GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalho**. São Paulo: Iuperj/Vértice, 1988.
- HARRISON, Rodney. **Heritage**. Critical Approaches. NY: Routledge, 2013.
- IMBRONITO, Maria Isabel. “Conjunto residencial Santa Cruz. Da origem até os dias atuais”. **Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, 23(39), 2016, 54-71.
- KOURY, ANA PAULA. **Modern housing estates and the production of the Brazilian city (1937-1960)**. *Planning Perspectives*, v. 34, p. 1-31, 2019.
- MICHEL, Geniviève; DERAINE, Pierre-Jacques. **Aux Courtilières**. Histoires singulières et exemplaires. Paris: Creaphis, 2005.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 34, p. 9-24, 1992.
- NASCIMENTO, Flávia Brito do. **Blocos de memórias: habitação social, arquitetura moderna e patrimônio cultural**. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2016.
- _____. **Memória dos conjuntos residenciais modernos em São Paulo: preservação do patrimônio cultural e educação patrimonial**. Relatório de Pesquisa. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo FAU USP, agosto 2016.
- _____. & SCIFONI, Simone. **Lugares de memória: trabalho, cotidiano e moradia**. *Revista Memória em Rede*, v. 7, p. 069, 2015.
- _____. **O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas**. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Vol. 1. Brasília: Iphan, 2009.
- _____. **Repovoar o patrimônio ambiental urbano**. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 36, p. 39-52, 2017.
- _____. **Rumores y retratos de un lugar de la modernidad: historia oral del Multifamiliar Miguel Alemán 1949-1999**. México: Instituto Mora; UNAM/Facultad de Arquitectura, 2002.
- POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- RIBÉRIOUX, Madeleine. “Lugares da memória operária”. In: SÃO PAULO (cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania / DPH**. São Paulo: DPH, 1992.

- ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz (orgs.) “Apresentação. Memória, história e autoritarismos”. In: _____. **Sociedades e regimes autoritários**. Europa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- RUFINONI, Manoela. **Preservação e restauro urbano**. Intervenções em sítios históricos industriais. São Paulo: FAP-Unifesp/ Edusp, 2013.
- SILVA, Larissa. **Habitação social como bem cultural: valores e conservação do IAPI Vila Guiomar**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo. São Paulo: 2018.
- SMITH, Laurajane. **Uses of Heritage**. Nova York: Routledge, 2006. ■



Entorno de bens tombados e desafios entre legislação, técnica e valores urbanos

Surroundings of listed heritage and challenges between legislation, technique and urban values

Mariana Kimie da Silva Nito*

*Arquiteta e urbanista, doutoranda pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Fez o mestrado profissional interdisciplinar em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Possui especialização em Gestão de Restauro e Prática de Obras de Conservação pelo Centro de Estudos Avançados da

Conservação Integrada da Universidade Federal de Pernambuco (CECI/UFPE). Membro do conselho gestor da Rede Paulista de Educação Patrimonial. É representante da sociedade civil pelo Instituto de Arquitetos do Brasil/SP na Comissão de proteção à Paisagem Urbana (CPPU) da prefeitura de São Paulo. Desenvolve trabalhos com foco em cidade, patrimônio e educação.

Resumo

A proteção do patrimônio cultural edificado no Brasil compreendeu, desde seu início, a preservação por meio de seu ambiente. Vizinhança, entorno, área envoltória ou zona de amortecimento são algumas denominações para o mesmo conceito referente à área que circunda o bem tombado e está sujeita a restrições de uso e de ocupação para preservá-lo por meio do seu espaço adjacente. O artigo tem como objetivo analisar o entorno de bens tombados e suas interfaces com a cidade, abordando os desafios em sua concepção como instrumento de preservação. Para tanto, inicialmente apresentamos como o entorno foi concebido como parte de uma política urbana pelas políticas nacionais de patrimônio. Depois, exploramos as competências legais e a relação do patrimônio com o planejamento urbano a partir do entorno do Teatro Oficina. E, por fim, investigamos a temática de entorno no Projeto de Intervenção Urbana (PIU) Setor Central da cidade de São Paulo, um projeto urbano municipal que tem como um dos eixos principais o patrimônio. Assim, pretendemos contribuir com as reflexões sobre como entorno de bens tombados pode se articular com a gestão urbana, tornando-se uma política de preservação do patrimônio cultural.

Palavras-chave: Patrimônio. Planejamento Urbano. São Paulo.

Abstract

Built heritage protection in Brazil has included, from its beginning, preservation through its environment. Neighborhood, settings, surrounding or buffer zones are some of the names for the same instrument that refers to the surrounding area of listed heritage and subject to restrictions of usage and occupation to induce preservation through its immediate space. This paper aims to analyze the surroundings of listed heritage and their interfaces with the city, approaching the challenges in its conception as a preservation instrument. Therefore, we initially present how the concept of surrounding was conceived as part of an urban policy by national heritage policies. Then, we explore legal competences and relations between heritage with urban planning from the surroundings of Oficina Theater. Finally we investigated the surroundings of listed heritage as a theme in the Urban Intervention Project (PIU) Central Sector of São Paulo city, a municipal urban project that has heritage as one of its main axes. Thus, we intend to contribute to the reflections on how surroundings of listed heritages can be articulated with urban management, becoming a policy of preservation of cultural heritage

Keywords: Heritage. Urban Planing. São Paulo.

Introdução

A proteção do patrimônio cultural edificado no Brasil compreendeu, desde seu início, a preservação por meio de seu ambiente. Vizinhança, entorno, área envoltória ou de tutela são denominações para o mesmo instrumento que é empregado pelos órgãos de preservação, legislações e cartas patrimoniais. Trata-se de um conceito referente à área que circunda o bem tombado, estando sujeita a restrições de uso e de ocupação, efetivando a preservação pela relação do bem com seu espaço imediato.

Foi incorporado ao Artigo 18 do Decreto-Lei nº25/1937, sendo codificado no texto legal como área de possível perturbação de *visibilidade* do patrimônio. Ao longo do tempo e pela jurisprudência adquirida, outros significados e valores foram incorporados em sua abrangência para possibilitar a ampla preservação dos bens imóveis, englobando sua ambiência, historicidade e usos sociais do lugar onde os bens se situam.

Apesar de definido na legislação desde 1937 e do desenvolvimento conceitual existente, o entorno de bens tombados é um assunto que não está plenamente resolvido nos órgãos de preservação, pois não há consenso quanto à sua interpretação, à forma de demarcação de perímetro e, ainda, às normas incidentes (MOTTA; THOMPSON, 2010; MENESES, 2006; NITO, 2015). Ademais, também é pouco difundido e explorado como instrumento de preservação. Por isso, o entorno de bens tombados é um tema complexo, de forma que tanto sua delimitação como a aplicação de normas incidentes em áreas urbanas são momentos nos quais podemos observar de maneira mais explícita conflitos entre preservação e planejamento urbano.

O presente artigo é fruto das primeiras reflexões de pesquisa de doutorado em andamento sobre o papel do entorno de bens tombados na gestão urbana como agente de transformação e de preservação¹. No artigo, incorporamos também

1. A pesquisa de doutorado é financiada por bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e tem como foco as políticas de entorno implementadas pelo Iphan em áreas urbanas entre 1970 e 1990 nas cidades de Belém/PA, Pelotas/RS e Rio de Janeiro/RJ, cujos entorno de bens tombados foi definido como parte da política urbana local.

repercussões atuais sobre o entorno de bens tombados na cidade de São Paulo para contribuir com a temática da revista. Assim, temos como objetivo analisar o entorno de bens tombados e suas interfaces com a cidade, problematizando os desafios em sua concepção como instrumento de preservação. Iniciamos apresentando definições conceituais e como entorno se tornou um instrumento parte de uma política urbana no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Em seguida exploramos as competências legais e a relação do patrimônio com o planejamento urbano a partir das possíveis interpretações sobre o entorno do Teatro Oficina; e, por fim, trataremos como o patrimônio e o tema do entorno de bens tombados estão sendo tratados no Projeto de Intervenção Urbana (PIU) Setor Central da cidade de São Paulo, um projeto que está sendo construído pela SP Urbanismo, empresa pública suporte da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. Assim, procuramos contribuir com o debate sobre a possibilidade de qualificação da preservação do patrimônio cultural por meio de sua relação urbana.

O entorno de bens tombados como instrumento de política urbana

No início das práticas de preservação brasileira, as intervenções na vizinhança eram controladas visando a valorização de monumentos históricos. Esse período é caracterizado pelos inúmeros embates legais, em geral, favoráveis ao Iphan

(MOTTA, THOMPSON, 2010). Ou seja, a moção de inúmeros processos jurídicos visando embarcar obras no entorno de bens tombados criou a jurisprudência para aplicabilidade dos conceitos de vizinhança e de visibilidade presentes no texto legal.

Segundo Sant'Anna (2015, p.285-286), foi a partir de então que foi consolidada: “a constitucionalidade da limitação do direito de propriedade” no entorno de bens com o intuito de proteger sua ambiência; a competência institucional dos órgãos de patrimônio na delimitação e regulamentação do entorno; e, a sedimentação do “*conceito de visibilidade enquanto ambiência do bem*, voltado para a proteção de sua apreensão global em termos estéticos e históricos e não apenas em termos óticos ou visuais” (grifo nosso). A respeito da interpretação ampla do conceito de redução de visibilidade, os juristas Sônia Rabelo (2010) e Hely Lopes Meirelles (2005) também defendem tal compreensão, a partir do entendimento do conceito de forma menos literal, associada a harmonia do conjunto, contribuindo com a valorização do bem cultural e sua compreensão no espaço urbana. Assim, o termo ambiência é utilizado para compreender as múltiplas possibilidades para com a preservação dos bens culturais por meio de seu entorno (NITO, 2018).

A partir da década de 1950 e 1960, as práticas do Iphan por meio do entorno se relacionaram com o alargamento do conceito de patrimônio.

Configurou-se o fortalecimento e a diversificação do uso do entorno, com a possibilidade de promover o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida (MOTTA; THOMPSON, 2010). Dessa forma o Iphan, mesmo não sistematicamente, procurou articular suas políticas de preservação, a partir do compartilhamento de responsabilidades com outras instâncias governamentais

Com maior alcance de articulação e de significados, o entorno foi abordado nas políticas do Iphan como “zona de amortecimento” e “zona de ordenação” para a proteção frente ao crescimento e verticalização das cidades, adotando parâmetros urbanísticos e se integrando a gestão urbana. Tal posição era reforçada internacionalmente, e a relevância de planos urbanísticos como instrumentos de conservação foi consagrada em documentos como a Declaração de Amsterdã, de 1975; a Recomendação de Nairóbi, de 1976, da Unesco; e a Carta de Washington, de 1986, do Icomos.

Nesse momento, o entorno era visto como uma alternativa de preservação junto à gestão urbana. Foi tratado como “uma proposta de preservação sem tombamento” (ARNAUT, 1984), ou seja, houve uma preferência pela utilização do entorno para a proteção de áreas urbanas sem o uso do tombamento para toda a área ou sítio. As decisões de definição das áreas de entorno também se justificaram com base nas reivindicações de

atores da sociedade civil organizada em busca de qualidade de vida e contrapondo-se à verticalização excessiva e adensamento decorrentes da valorização do solo urbano (MOTTA; THOMPSON, 2010).

Tais ações, condizentes ao processo de redemocratização do Brasil, possibilitaram o uso do entorno como instrumento de preservação, o que fomentou, na década de 1980, um intenso investimento institucional com reflexões sobre as delimitações e práticas feitas até então. Assim, o Iphan promoveu discussões teóricas e práticas por meio de dois seminários internos que resultaram na formulação de um método para atuação, em 1983, e na criação de procedimentos administrativos específicos (Portarias nº 10 e 11, de 1986) para tornar os processos mais claros e transparentes a sociedade.

Ao assumir um papel estratégico como instrumento de preservação e transformação urbana, seu uso é efetivado para além da valorização das edificações tombadas. Essa perspectiva foi potencializada ao se agravarem as críticas e implicações que decorrem do próprio instituto do tombamento de áreas urbanas a partir da década de 1970 (SANT’ANNA, 2015. p. 288). O entorno foi associado a termos como conservação integrada, zonas de preservação e ambiência urbana, colocando-o como alternativa de preservação na perspectiva de uma política urbana.

Nessa época, alguns estudos técnicos são elaborados e instituídos a partir da compreensão de que o entorno é um instrumento que não restringe a expansão urbana da cidade, mas como indutor de sua ordenação e de uma gestão do patrimônio integrada ao planejamento urbano (MOTTA; THOMPSON, 2010). Como exemplos, podemos citar os processos de regulamentação do entorno da Igreja N. S. do Desterro e do Morro da Conceição, no Rio de Janeiro/RJ e Igreja do Carmo de Goiás/GO. Por outro lado, houve casos em que durante o estudo para definição da área de entorno alguns bens foram tombados para assegurar o aspecto qualificador de um bem previamente acautelado. É o caso dos tombamentos Conjuntos arquitetônicos à Avenida Nazareh e Avenida Governador José Malcher, ambos em Belém/PA e da Área Central da Praça XV e imediações, no Rio de Janeiro/RJ.

No entanto, apesar dos investimentos no instrumento de entorno, as definições de procedimentos administrativos metodológicos elaboradas em resposta à difusão do uso do entorno, em vez de dinamizar os processos, acabou por limitar o uso do instrumento (SANT'ANNA, 2015; MOTTA; THOMPSON, 2010). Destacamos que a trajetória de implementação do entorno, também não foi linear e, concomitantemente, o uso literal de visibilidade continuou a ser utilizado, privilegiando questões estéticas. Da mesma maneira que amparados pela jurisprudência favorável adquirida, por vezes optou-se por sua não delimita-

ção e normatização dos critérios de intervenção. Segundo Sant'Anna (2015, p. 286), tal procedimento “tornava a manipulação desses conceitos [vizinhança e visibilidade] bastante flexível e apta a atender às mais variadas e imprevisíveis situações”.

De 1990 ao início dos anos 2000 poucos avanços foram implementados por conta de inúmeros fatores como as reestruturações institucionais diante da conjuntura política e a falta de recursos humanos devido às aposentadorias e à inexistência de concursos públicos. Atualmente, são poucos os bens tombados nacionalmente que possuem entorno definidos e regulamentados. Esse cenário não é diferente do que ocorre em outras esferas governamentais de preservação do patrimônio, como em São Paulo. De forma que é na aprovação ou no indeferimento dos projetos de novos empreendimentos e obras de conservação, analisados caso a caso pelos pareceres técnicos e reuniões dos órgãos de preservação, que se dá a frágil relação dos bens com a cidade. É dizer, são as propostas de ocupação do entorno que muitas vezes acabam definindo-o, ainda que não seja discutida sua delimitação e suas normas incidentes.

Contudo, em âmbito internacional, o destaque ao entorno é firmado com especificidades ampliadas como fator integrador dos aspectos materiais e imateriais contribuintes de significado e caráter do bem tombado pela Convenção do Patrimônio

Imaterial, de 2003, da Unesco e pela Declaração de Xi'An, de 2005, do Icomos. Essa última declaração versa exclusivamente sobre a temática de entorno e foi resultante de encontro para se debater a preservação do patrimônio em cidades de países em desenvolvimento, com a produção do espaço urbano desigual. Nesses documentos internacionais, junto à percepção visual e aos aspectos paisagísticos e formais das edificações que compõem o entorno de bens tombados, também são destacadas as dimensões sociais e econômicas como elementos significativos para potencializar a preservação dos bens.

O entorno de uma edificação, um sítio ou uma área de patrimônio cultural se define como o meio característico seja de natureza reduzida ou extensa, que forma parte de – ou contribui para – seu significado e caráter peculiar.

Mas, além dos aspectos físicos e visuais, o entorno supõe uma interação com o ambiente natural; práticas sociais ou espirituais passadas ou presentes, costumes, conhecimentos tradicionais, usos ou atividades, e outros aspectos do patrimônio cultural intangível que criaram e formaram o espaço, assim como o contexto atual e dinâmico de natureza cultural, social e econômico. (ICOMOS, 2005).

Trata-se de relacionar a visibilidade dos bens tombados do como fruição social, uma concepção mais abrangente e rica, pois diz respeito a um conjunto articulado de ações perceptivas, cognitivas, mnemônicas e afetivas, de valor adjetivo

qualificador possível pelo instrumento do entorno (MENESES, 2006). Ou seja, o entorno de bens tombados não configura um fim em si mesmo, sua existência é importante para compreensão do bem cultural, maximiza sua proteção e sua legibilidade, conferindo ambiência e testemunho que a cidade pode conceder. Ao englobar mais condicionantes, o entorno de bens tombados articulado à política urbana demanda hoje outras problemáticas para sua implementação legal, interpretação conceitual e compreensão da cidade. Encará-lo como parte de uma política urbana ainda é um complexo desafio para os órgãos de preservação e de gestão urbana.

Entorno do Teatro Oficina

O entorno do Teatro Oficina vem sendo discutido há quase 40 anos e inclusive sendo um dos motivos para o pedido de tombamento federal, como analisaremos mais a frente. São inúmeros projetos apresentados, documentos e pareceres dos órgãos de preservação, opiniões distintas da mídia e da sociedade civil, além do conflito de interesses na ocupação de um terreno vazio no lote adjacente. Somados a isso, destacamos também as singularidades das personalidades envolvidas que contribuem para complexificar o assunto.

Apesar dessa trajetória, das fontes e do histórico de debates produzidos que envolvem o entorno do Teatro Oficina nos atentaremos, neste artigo, a

analisar às concepções de preservação pelo instrumento do entorno e suas interfaces com a cidade por meio de dois aspectos: o que os órgãos de patrimônio entendem como entorno junto às valorizações atribuídas em seu tombamento, especificamente no âmbito do Iphan; e, as relações e as competências legais de proteção do patrimônio e de planejamento urbano. Trata-se de um exercício na construção de um outro olhar para a questão, superando os impasses das disputas existentes no terreno adjacente.

Primeiramente, cabe ressaltar que o Teatro Oficina é tombado pelas três instâncias governamentais e que em nenhum dos órgãos de patrimônio o entorno possui sua definição efetiva, nem regulamentação com diretrizes sobre a ocupação da área. O primeiro tombamento foi feito em 1983 pelo órgão estadual, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), pela Resolução nº. 6/83, no qual o teatro é qualificado como bem de interesse histórico, símbolo da linguagem teatral do teatro moderno. Seu entorno era definido por um raio de 300 metros, delimitação genérica e restrita para todos os bens acautelados pelo Condephaat por meio do Artigo 137 Decreto nº13.426/79. Tal parâmetro de delimitação das áreas envoltórias dos bens tombados em âmbito estadual foi revogado em 2003 pelo Decreto nº48.137, e passam a ser definido de acordo com a peculiaridade de cada patrimônio².

Ressaltamos que o entorno do Teatro Oficina pelo Condephaat coincide com o entorno de mais 4 bens tombados na mesma esfera governamental: da Casa da Dona Yayá, da Escola de Primeiras Letras, do Castelinho da Brigadeiro e do Teatro Brasileiro de Comédia. Isso significa que a definição do entorno poderia e deveria ser feita a partir da confluência desses tombamentos, conformando uma única área de leitura urbana com diretrizes comuns nas quais as análises das invenções estaria sujeita à preservação da ambiência dos bens.

Em nível municipal, é o Artigo 10º da Lei 10.032/85, na criação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP), que prevê a delimitação do espaço envoltório de bens tombados, considerando sua ambiência, visibilidade e harmonia. Em 1991, o Conpresp tombou *ex-officio* o Teatro, a partir do reconhecimento do Condephaat, um processo que incluiu outros 88 bens culturais que também não tiveram definição da área envoltória. No entanto, o entorno do teatro passou a ser tutelado a partir de 1993 devido a abertura de processo de tombamento do bairro da Bela Vista, bairro onde o Teatro Oficina se localiza. O tombamento do bairro foi concretizado em 2002, pela Resolução nº 22, sendo valorizado por sua importância histórica e urbanística, presentes no traçado urbano e no parcelamento do solo; seus elementos estruturadores do ambiente

2. No site do Condephaat a área envoltória que consta para o Teatro Oficina ainda é a projeção do raio de 300 metros. Disponível em: <<http://condephaat.sp.gov.br/bens-tombados/teatro-oficina>>. Acesso em: 5 jul. 2019.

urbano, como ruas, praças e largos; edificações históricas; conformações geomorfológicas de certas ocupações; usos atuais na mescla entre residencial, cultural, comercial e de serviços; a vocação turística; e a população residente.

Já o tombamento Iphan foi feito em 2010, sendo o teatro reconhecido a partir da narrativa histórica da ação teatral associada ao prédio e por suas qualidades arquitetônicas. Seu tombamento nacional também não incluiu a delimitação da área de entorno e que não foi posteriormente regulamentada. O fato de os órgãos de patrimônio privilegiarem diferentes aspectos de valorização pelos tombamentos, não os isenta da definição do entorno, seja ela uma área comum ou ainda de diferentes dimensões, apesar de se tratar da mesma cidade. Assim, surgem algumas disputas de atuação e a sobreposição de ações entre os órgãos de preservação e muitas vezes com aqueles responsáveis pelo planejamento urbano.

Mas a diferença entre as instâncias que têm a cidade como objeto de atuação não os coloca em competição. No reconhecimento de um bem enquanto patrimônio cultural não existe hierarquia de importância entre os órgãos, cada reconhecimento está em relação de igualdade. Os diferentes reconhecimentos são possíveis pela possibilidade de construção de narrativas, interpretações e atribuições de sentidos e significados sobre os bens culturais que podem diferir ou concordar. Acima de tudo, trata-se do mesmo bem cultural

e cidade. Segundo Sônia Rabello (2010, p. 41) o desafio é a compreensão e harmonização de forma a compatibilizar a atuação autônoma e de cada ente Federativo.

A definição de uma área de entorno a partir do acautelamento federal ou estadual gera um lugar de articulação de interesses para com o Município. Para Rabello o que pode ocorrer no caso de divergência normativa de interesses da preservação com o planejamento urbano é a suspensão de eficácia e não a revogação das normas municipais, e ainda esclarece que o Estatuto da Cidade “não excluiu, afastou, ou eliminou a incidência de outros interesses públicos na cidade, e que se impõe obrigatoriamente no seu sítio, com ampla repercussão no seu planejamento” (2010, p. 42).

No Condephaat e no Conpresp, há a concentração maior de documentos pelo tempo de tombamento, mas também porque toda intervenção no entorno de bens tombados é levada aos conselhos para deliberação, após emissão de um parecer técnico. Esse procedimento de análise de intervenções não ocorre no Conselho do Iphan, uma vez que é a área técnica das superintendências estaduais que deferem as intervenções. A análise de projetos no entorno e as atas das reuniões podem ser indicativos sobre qual leitura de entorno do Teatro cada órgão faz, o que requer estudo mais aprofundado.

Para a problematização ora proposta, tomaremos a ata da 64ª reunião do Conselho Consultivo do Iphan de junho de 2010, na qual foi decidido tomba o Teatro Oficina. Nessa ata, apesar de não chegarem a uma definição de entorno, há uma série de indicativos e leituras feitas pelos conselheiros a partir da valorização do bem tombado e de sua relação com a cidade e com o bairro em que se insere.

Segundo a ata da reunião do Conselho Consultivo, o então presidente do Iphan, Luiz Fernando de Almeida, sugere que o tombamento do Oficina seja um elemento principal para “um projeto de qualificação da cidade” (2010, p. 53). A luta pela garantia da qualidade cultural existente em São Paulo, e especificamente no bairro onde se localiza o teatro, é defendida em sua fala, mas ele conclui que não é apenas o tombamento o instrumento parte desse processo. Poderia o entorno ser um meio de contribuição com esse aspecto já que se referem à preservação do bem em questão?

No parecer da conselheira relatora do processo de tombamento, Jurema Machado afirma que a compreensão do bairro do Bixiga é indissociável do Teatro, de forma a contribuir com a interpretação de sua “sua história, valores e significados, assim como a trajetória de sua proteção” (p.56). Com isso, apresenta que a vitalidade das práticas teatrais do Oficina é fruto do ambiente fértil que se constituiu no passado e presente ainda na

atualidade, citando outros teatros em seu entorno (IPHAN, 2010, p.62 e 63). Jurema destaca o elemento envidraçado do edifício que estabelece ligação direta com o lote vizinho, o Minhocão e a intensidade do fluxo de pedestres a pé em um bairro popular, próximo ao centro da cidade.

Argumenta sobre a importância do bairro do Bixiga a partir de sua ocupação urbana e de outras práticas culturais que ali se constituíram como o samba, a vida boêmia com bares e restaurantes diversos e festas populares. O parecer declara urgência de se pensar nas relações das edificações, dos usos e da diversidade cultural existente associada ao Teatro, pois “tanto o Oficina pode ser tomado como elemento chave de um processo de reabilitação, quanto a preservação dos valores do bairro é essencial à vitalidade do Oficina” (IPHAN, 2010. p. 70). O parecer da relatora é elogiado e apreciado pelos demais conselheiros. Poderia, então, o entorno ser um instrumento para a preservação do Teatro que reafirme a relação dele com a cidade?

Um elemento que concerne especificamente ao entorno é o terreno vazio adjacente ao Teatro que é bastante enfatizado, e cujos interesses e impasses de ocupação também são mencionados. O conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses sugere a possibilidade de um movimento para a desapropriação do terreno adjacente. Tal sugestão é reiterada pela Conselheira Luiz Felipe Andrès como uma decisão política, na qual seria possí-

vel o reconhecimento nacional da importância arquitetônica e conclusão do projeto arquitetônico pensado para o Teatro.

Há, portanto, a identificação de um valor dos terrenos imediatos que poderia ser também alvo de tombamento. Essa era a sugestão inicial, conforme podemos verificar pelo título do pedido de acautelamento: *o tombamento federal do Teatro Oficina e seu entorno como obra de arte urbana*. No entanto, em nenhum momento essa relação foi sugerida ou debatida, talvez por falta de materialidade existente no terreno em questão. Nesse embate, cabe destacar que o fato do terreno ser mais próximo ao Teatro, não significa que ele é o mais relevante que o restante do bairro. Porém fica claro que a disputa de interesses existentes, e dos atores envolvidos ali, eclipsa todo o valor urbano do Bixiga que também contribui para a preservação do Teatro Oficina.

O Presidente do Iphan sugere, por fim, que o entorno não seja delimitado como uma jogada estratégica para possibilitar maior capacidade de negociação sobre as intervenções possíveis: “deixando a delimitação do entorno para estudo a ser feito posteriormente, o que ampliaria o nosso poder de interlocução” (2010, p. 73). Reiterando, assim, a possibilidade de ação política do patrimônio com outras instâncias, tornando a manipulação do conceito de entorno flexível e, por outra perspectiva, não forte suficiente para possibilitar tal articulação.

Contudo, foi apresentada uma proposta concreta de delimitação sugerida pelo Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM): uma área corresponde a um cone visual a partir de um elemento arquitetônico do edifício do teatro, o “janelão” de vidro de 150 m², com abertura de 45° e que se estende por uma faixa de aproximadamente 20 metros no lado oeste do edifício. Nesse desenho de entorno, prevalece a valorização de uma certa visibilidade literal a partir do bem tombado, incentivado por sua arquitetura, porém claramente não embasada em sua relação com a cidade. É ressaltado um elemento arquitetônico considerado de grande valor a ser preservado de maneira isolada, conforme coloca o Diretor do Depam, Dalmo Vieira Filho:

Considerando a significância das aberturas existentes no projeto, propõe-se um entorno imediato de maneira a preservar e a garantir essa relação do espaço interno com o exterior. A proposta se limita a um cone, que tem duas vezes a largura do lote ocupado pelo Teatro Oficina (IPHAN, 2010. p.42).

A partir dessa determinação de entorno, os valores culturais e urbanos ressaltados anteriormente na discussão sobre as relações do Teatro Oficina com a cidade e o bairro do Bixiga são completamente esquecidos. No final do parecer Jurema Machado endossa a proposta do Depam, mas no final das discussões sobre o tombamento do teatro a conselheira relatora concorda com a decisão de não definição do entorno, pois:

“o entorno somente no sentido de proteger apenas o arco de visão da janela, poderíamos estar empobrecendo a questão. Talvez seja melhor não ter entorno definido, porque cada proposta de intervenção deverá ser negociada com o IPHAN, em paralelo” (IPHAN, 2010. p.73).

A arquiteta Lia Motta em seu texto *O patrimônio urbanístico e seus usos sociais* (2017) discorre sobre as dificuldades de se trabalhar com a ideia de referência cultural com bens arquitetônicos e urbanísticos, destacando a importância e o desafio de se trabalhar com a categoria Lugares no reconhecimento do patrimônio imaterial brasileiro. Lugares, enquanto categoria no campo do patrimônio, são entendidos como espaços de importância por concentrarem práticas culturais enraizadas no cotidiano dos grupos sociais. Motta (2017) destaca que nesse sentido o uso social não é reconhecido a partir da materialidade dos lugares, há o entendimento de que são apenas suportes das práticas culturais. Entretanto, materialidade e forma também são aspectos da vida social e cultural dos grupos, usados e apropriados no cotidiano dos grupos.

Os limites dessa compreensão surgiram no processo de tombamento do Teatro Oficina. Se defendeu o uso do tombamento na preservação de valores que não necessariamente se traduzem materialmente, em razão do edifício ter sofrido muitas alterações ao longo do tempo. O arquiteto Dalmo Vieira Filho defendeu que, quando atrelado a uma ação historicamente construída,

não necessariamente há a obrigação da “permanência material” (IPHAN, 2010. p. 43 e 44). Luiz Fernando de Almeida ressaltou que a luta pela preservação do teatro é o limite do instituto do tombamento e que se verificou que não era o caso de um reconhecimento pelo patrimônio imaterial.

A conselheira Jurema Machado destaca que a permanência das práticas teatrais “com renovação, permanência lastreada no vínculo com o presente, com o lugar, com a Terra - como em Canudos - e com a cidade. E nisso o edifício e sua inserção explicam muita coisa; são, ao mesmo tempo causa e consequência” (IPHAN, 2010, p. 63). A conselheira relatora afirma ainda que por esses motivos ocorreu um debate interno do Iphan sobre o eventual registro do Teatro Oficina na categoria lugar do patrimônio imaterial, mas que se verificou que o fato cultural em sua densidade longa está representada materialmente na edificação.

Vieira Filho, no início da discussão sobre o Teatro Oficina destaca que o estudo do tombamento pelo Depam pondera que o valor não é só atribuído materialidade do bem, mas também as “práticas históricas teatrais” (IPHAN, 2010, p. 44). Porém, conforme apontado, na definição de área envoltória proposta pelo Depam é apenas um aspecto da qualidade arquitetônica do bem que é alvo de preservação por meio do entorno. O que tudo indica é que a discussão sobre as possibili-

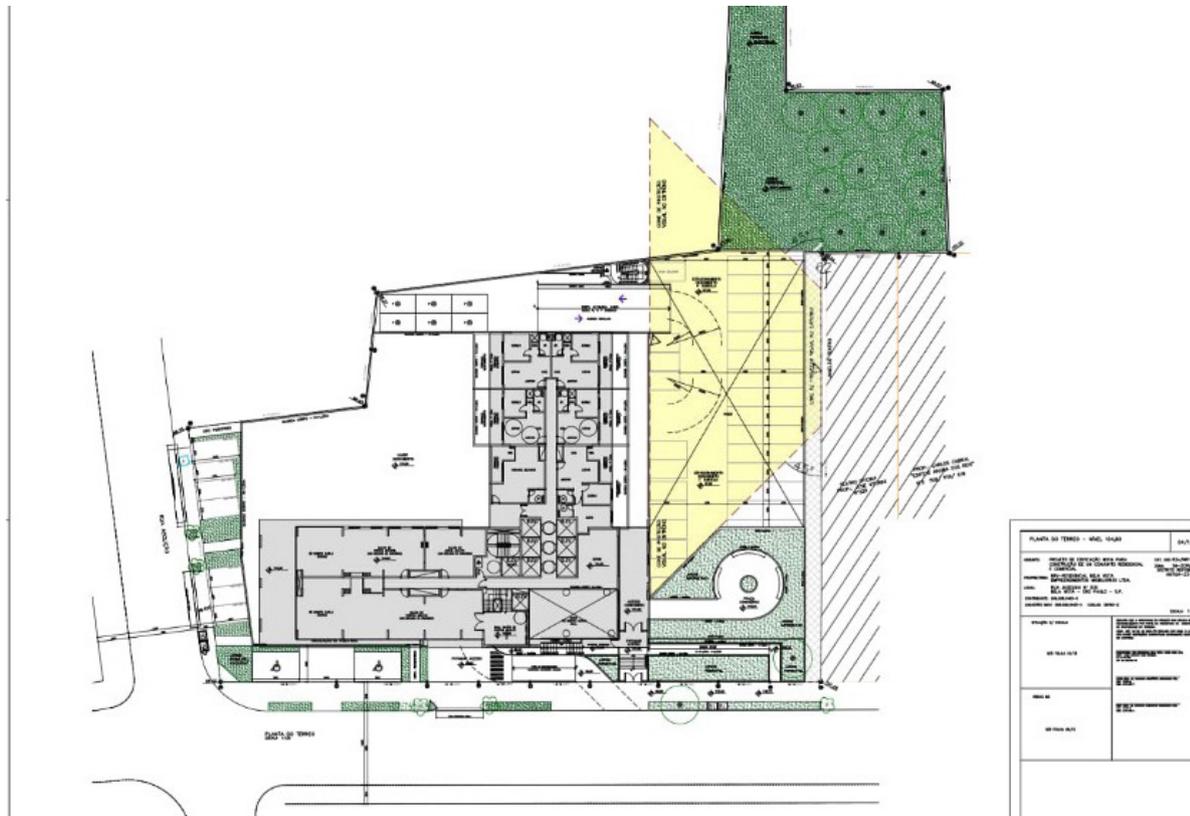


Figura 1. Planta baixa de projeto para ocupação do entorno do Teatro Oficina, em amarelo o cone visual que conforma a área de entorno. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/no-bixiga-teatro-oficina-luta-pelo-ultimo-chao-de-terra-livre/>. Acesso em: 24 jun. 2019.

lidades de dimensão do tombamento por meio das práticas e significados, não atinge o debate sobre o instrumento do entorno. No momento de delimitação do entorno, as práticas sociais se desvinculam da base material urbana. Não há uma vinculação do instrumento ou do patrimônio com a leitura de cidade, das referências culturais e dos valores urbanos. É nesse momento que se revelam as dificuldades de se vincular “os significados dos lugares a partir de sua materialidade” (MOTTA, 2017. p. 92).

A janela é a representação material da linguagem teatral que se abre para a cidade, mas a relação da cidade para com o teatro se limita somente à janela? Qual cidade é trazida à cena teatral? Quais outros significados urbanos podem ser associados para potencializar a preservação do Teatro para além seus aspectos arquitetônicos?

Ressaltamos aqui essa proposta de entorno, pois conforme indica a notícia da Revista Le Monde Diplomatique em junho de 2018, apesar de o entorno do Teatro Oficina não ter sido definido junto ao tombamento e ainda não estar regulamentado por lei, a proposta a partir do cone visual da janela foi a que prevaleceu (Figura 1) e determinou a aprovação de um dos projetos para o terreno adjacente ao Teatro Oficina pela superintendência do Iphan em São Paulo. Entre tantos valores possíveis para garantir a preservação do bem foi a resposta técnica arquitetônica que predominou. É nesse sentido que evocamos o conceito

de *discurso autorizado do patrimônio* de Laura-jane Smith (2006) que, no caso do Teatro, está associado ao privilégio da monumentalidade e dos valores técnicos/científicos utilizados na definição do entorno.

Com a manutenção desses discursos se justificam a criação de “barreiras significativas para negociação pública ativa sobre os significados e a natureza do patrimônio, e os papéis sociais e culturais que ele pode desempenhar” (SMITH, 2006. p. 44. tradução nossa³). Ou seja, a definição do entorno somente pelo cone visual reitera o lugar do patrimônio como campo de preservação de aspectos técnicos e arquitetônicos.

As vozes e práticas teatrais, as potencialidades culturais e a vida social local são colocadas como algo não relevante para a preservação do Teatro Oficina por meio do instrumento do entorno. Assim, demonstra-se como a efetivação da preservação cultural de forma ampliada ainda é um desafio para as práticas do campo e para a utilização do entorno como ferramenta. São ações como essa que corroboram a manutenção do quadro social da memória de que o patrimônio não pode incorporar outros valores, como as significações socialmente atribuídas, e que enfraquece compreensão social do “patrimônio urbano como referência cultural” (MOTTA, 2017, p. 93).

Por outro lado, no que tange as interfaces do patrimônio com o planejamento urbano, em um cenário sem delimitação e regramento pelos órgãos de preservação sobre as possibilidades de intervenção no entorno há margens a diferentes interpretações e discricionariedades de atuação. Tal fato é o que ocorre no Teatro Oficina. E nos anos que seguem, perdemos a oportunidade de construção de um instrumento de entorno que dialogue com as diferentes partes interessadas, órgãos de gestão urbana e do patrimônio junto a sociedade civil interessada, de forma a olhar as relações da cidade no sentido da preservação.

Os embates de interesse sobre a ocupação do entorno decorrem de tal problemática, gerando pressões políticas de todos os lados, principalmente aos municípios. Para Sônia Rabello (2010, p. 45) o sentido de o Estatuto da Cidade submeter o planejamento à proteção do patrimônio cultural significa a obrigação do estabelecimento das diretrizes mínimas para a proteção do bem e de seu entorno, e do Município observar, na gestão urbana, as regras incidentes.

Nesse aspecto, não podemos esquecer que o entorno do Teatro Oficina possui localização estratégica, de fácil acesso ao centro de São Paulo, onde o zoneamento incentiva a verticalização da área, sem diálogo com os bens tombados. O patrimônio tombado é incorporado no zoneamento de São Paulo apenas como pontos isolados na

3. Tradução do original: *Not only does this discourse frame heritage audiences as passive receptors of the authorized meaning of heritage, it also creates significant barriers for active public negotiation about the meaning and nature of heritage, and the social and cultural roles that it may play.*

cidade, a partir das Zonas Especiais de Preservação Cultural (ZEPEC), que excluem os entornos de bens tombados da legislação urbana. Tais fatores, corroboram com que a região se torne campo de interesse e disputa do capital imobiliário. Para Tonasso, em pesquisa sobre o zoneamento e preservação em São Paulo entre 1975 e 2016, há uma desarticulação das políticas urbanas municipais para com a preservação:

Estes [órgãos de preservação], fortemente cobrados nestas circunstâncias, sofrem pressões de todos os lados, mas é preciso aqui considerar que toda situação passa, em uma escala muito maior, pelo planejamento da cidade e pelo controle de uso do solo exercido pela administração municipal. (2019, p. 178).

Tal fator sobre a administração municipal foi tratado também durante a 64ª reunião do Conselho Consultivo sobre o tombamento do teatro. O conselheiro Jeferson Dantas Navolar concordou com o encaminhamento de Jurema Machado para o entorno a partir de instrumentos urbanos existentes no município de São Paulo. A conselheira sugeriu que o município elege-se o bairro do Bixiga para aplicação dos instrumentos da *transferência do direito de construir* e da *operação urbana*. Nessa colocação, podemos aferir um compasso de interesse com a gestão urbana municipal, mas também não fica claro a interface do patrimônio com a cidade, uma vez que se ignora a possibilidade da área de entorno colaborar para que o município utilize tais instrumentos urbanos na região.

Ao sugerirem que a relação do Teatro com a cidade seja resolvida pelos instrumentos do planejamento urbano, nesse momento o órgão de preservação se isenta de pensar as relações da preservação do bem com o bairro. Poderiam as práticas culturais do Bixiga que “só podem existir ali e devem ser preservadas” (IPHAN, 2010, p. 70), pois estão vinculadas com o Teatro Oficina, serem incorporadas em uma leitura a partir da materialidade de seu entorno?

Nesse sentido, acreditamos que a área de entorno do Teatro Oficina, se delimitada, poderia ser um indicativo para que o município utilize tais instrumentos ali. A jurista Sonia Rabello elucida que os municípios não têm a obrigação de incorporar as normas de outros entes federativos às leis locais, contudo isso não os isenta de observá-las e tomá-las de forma a compatibilizar sua atuação com todos os interesses públicos sobre o mesmo bem cultural (2010, p. 43). Parte do entorno do Teatro Oficina faz parte de projeto urbano que está atualmente em fase de consulta pública e será tratado no item a seguir deste artigo, permitindo ampliar as reflexões sobre como o planejamento urbano tem encarado a questão do patrimônio.

A partir das discussões do entorno do Teatro Oficina apresentadas ficam evidentes algumas contradições e fronteiras entre preservação e planejamento urbano. De um lado órgãos de patrimônio esperam a aplicação de instrumentos urbanos,

do outro a gestão urbana trata os bens tombados como empecilhos, objetos isolados da cidade. Da mesma maneira Meneses (2006, p. 41) constatada a dificuldade de incorporar as dimensões sociais da cidade nas práticas de preservação, porém as políticas urbanas também se distanciam de questões patrimoniais, e, na esperança da “utopia de uma legislação e práticas unificadas”, cada vez mais, há uma atuação isolada.

Patrimônio e entorno de bens tombados no PIU Setor Central

O Projeto de Intervenção Urbana (PIU), disciplinado pelo Decreto Municipal nº 56.901 de 2016, é uma ferramenta prevista pelo Artigo 134 do Plano Diretor Estratégico de São Paulo, Lei nº 16.050 de 2014, que está vinculada a execução de instrumentos de ordenamento e reestruturação urbana na Macroárea de Estruturação Metropolitana: Operações Urbanas Consorciadas, Concessões Urbanísticas, Áreas de Intervenção Urbana e Áreas de Estruturação Local. Trata-se de um projeto urbano que tem como objetivo promover a pactuação programática para a reestruturação urbana de longo prazo.

Entre as iniciativas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, por meio da SP Urbanismo, está o PIU Setor Central que está em processo de construção para possibilitar a revisão e implementação da Lei da Operação Urbana Centro⁴, abrangendo o centro de São Paulo

e partes dos distritos limítrofes da Consolação, Liberdade, Belém e Mooca. O patrimônio cultural é apresentado como um dos eixos estruturantes do projeto junto aos eixos ambiental, habitação de interesse social e mobilidade. Atualmente, o PIU Setor Central está em sua 2ª fase de consulta pública que consiste na apresentação do projeto em desenvolvimento. Abordaremos no artigo algumas reflexões sobre como o patrimônio e a temática de entorno de bens tombados foram apresentadas em audiência pública ocorrida em 6 de agosto de 2019, que teve como tópico o Patrimônio Histórico e a Produção Imobiliária⁵.

Primeiramente, cabe ponderar que devido a dimensão do patrimônio cultural na região do centro de São Paulo sua conservação e valorização não deveriam ser pensada a partir de edifícios isolados. O projeto incorpora as Zepec, leitura do planejamento urbano aos bens tombados municipais pelo zoneamento. Porém, da mesma forma como as Zepec excluem as áreas de entorno dos bens, o PIU Setor Central também as ignoram. Ademais, o projeto urbano não considera o patrimônio cultural em sua dimensão ampla, ou seja, os bens culturais não protegidos.

O PIU Setor Central como ação do Poder Público que induz a transformação do território – o que implica demolições, com risco irreversíveis aos bens materiais e imateriais portadores de referências à memória, ação e identidade dos grupos formadores da sociedade brasileira (nos termos

4. A Operação Urbana Centro é um instrumento que está previsto e em discussão constante desde o Plano Diretor de 1988.

5. A temática que vincula os assuntos patrimônio e produção imobiliária, embora possam ser encarados como fatores opostos (uma vez que historicamente o mercado imobiliário que apresenta riscos a preservação do patrimônio), patrimônio e produção imobiliário estão sendo debatidos juntos, pois a transferência de potencial construtivo dos bens tombados é considerado no projeto urbano como um instrumento de incentivo à preservação do patrimônio.

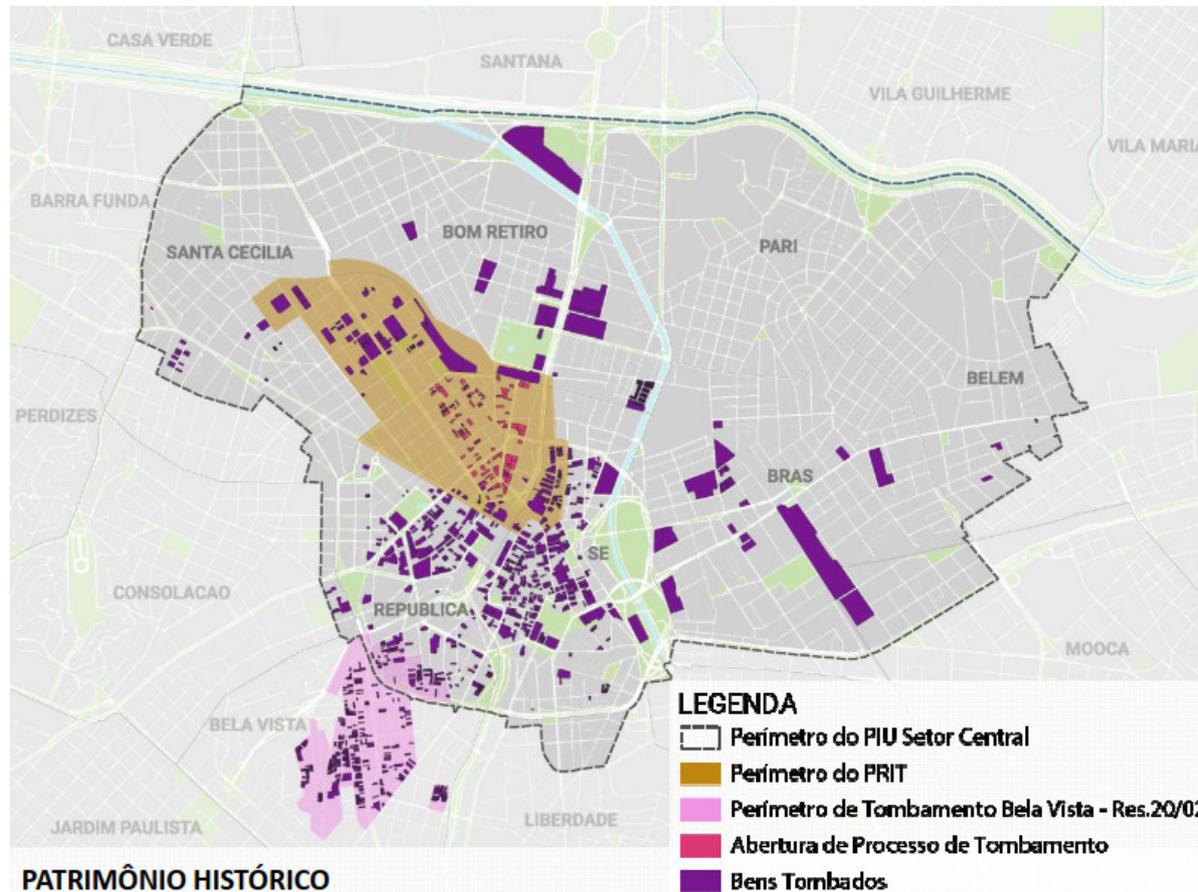


Figura 2. Planta baixa de projeto para ocupação do entorno do Teatro Oficina, em amarelo o cone visual que conforma a área de entorno. Disponível em: <https://diplomatiq.org.br/no-bixiga-teatro-oficina-luta-pelo-ultimo-chao-de-terra-livre/>. Acesso em: 24 jun. 2019.

6. A Prefeitura de São Paulo, pelos mesmos motivos, já apresentou solução semelhante na Revisão da Operação Urbana Consorciada Água Branca (OUCAB) por meio do Artigo 9º, inciso VII, da Lei nº 15.893/2013, “levantamento do patrimônio cultural no perímetro da Operação Urbana Consorciada, incluindo os bens de natureza material e imaterial”. A Lei ainda prevê respectiva rubrica de reserva orçamentária específica para tal levantamento, de forma a identificar e preservar aqueles bens que poderiam vir a se perder pelas transformações induzidas pela Prefeitura por meio da OUCAB.

do Artigo 216 da Constituição Federal de 1988) – deveria incluir a identificação do patrimônio que não é tutelado pelo Estado⁶, mas que faz parte conjunto de referências culturais presentes no cotidiano dos paulistanos. Tal levantamento também poderia indicar as relações dos bens já tombados com a cidade, sendo indicativos para delimitações de entorno não incluídas no projeto e aquelas que ainda não foram implementadas pelos órgãos de preservação. Assim, apresentariam a possibilidade de incorporar outros valores urbanos na leitura do patrimônio cultural, promovendo um projeto urbano mais relacionados às preexistências urbanas.

Dois instrumentos foram tratados especificamente para o eixo patrimônio do PIU Setor Central a transferência de potencial construtivo e o Perímetro de Requalificação de Imóveis Tombados (PRIT). Devido ao recorte estabelecido no artigo não trataremos do instrumento da transferência do direito de construir, pois o assunto requer análise com maior profundidade de sua aplicabilidade em São Paulo (PERETTO, 2017).

O PRIT é conformado em observação a alta incidência de imóveis tombados e em processo de tombamento pelo Conpresp e pelo Condephaat, articulando preexistências das regiões de Campos Elíseos e Santa Ifigênia de alta ocupação do solo, porém de densidade de baixa densidade construtiva (SÃO PAULO, 2019). A partir dessa leitura, o PIU Setor Central estabelece regramen-

tos específicos no PRIT em função da valorização e destaque dos bens tombados, relacionando os parâmetros propostos pelo Condephaat ao adensamento populacional almejado no projeto (com atendimento às famílias de baixa renda e manutenção da dinâmica comercial existente).

Nas premissas apresentadas sobre o PRIT há a preocupação com a ambiência a ser preservada, mas também a possibilidade de transformação. Assim, a proposta de delimitação do PRIT se assemelha às definições conceituais de entorno de bens tombados, quando encarado como parte de uma política urbana. Embora, destacamos que a noção de ambiência apresentada é restrita a ambiência construída, arquitetônica e urbana. Desconsiderando, portanto, as conceituações e entendimentos amplos no qual o termo ambiência é associado ao instrumento de entorno, na inclusão de aspectos físicos e sociais (NITO; 2015 e 2018; RABELLO, 2010; MOTTA; THOMPSON, 2010; SANT'ANNA, 2015).

Reforçando essa similaridade com instrumentos de entorno, entre os aspectos regrados pelo PRIT está a leitura de eixo visuais e da volumétrica das quadras, conformando uma relação entre os bens tombados e as novas construções. Tais parâmetros são frequentemente utilizados na normatização de áreas tombadas e seu entorno. Nesse aspecto, há a compreensão de que os bens não são isolados, mas fazem parte de um território que valoriza e preserva o patrimônio

cultural edificado, mantendo e qualificando as ambiências morfológicas dos bens. Porém, esse potencial não está sendo aproveitado na incorporação das áreas de entorno existentes como instrumento do PIU Setor Central.

Nesse sentido, na audiência pública, no momento de contribuições da sociedade civil foi citado por um dos técnicos do Condephaat, o arquiteto Antonio Zagato, que em reuniões anteriores da SP Urbanismo com os órgãos de patrimônio das três esferas governamentais, já foi apontado manifestações para a inclusão das áreas de entorno no PIU Setor Central para evitar transformações irreversíveis na ambiência dos demais bens tombados dentro do perímetro. A fala do técnico foi no sentido de registrar e dar conhecimento público das discussões internas que podem não ter entrado na apresentação da audiência devido ao tempo disponível e atendendo os ritos da lei.

Segundo Zagato⁷, os Perímetros de Requalificação Integrada do Ambiente Urbano (PRIAU) seriam a forma para incorporar as áreas envoltórias dos bens tombados presentes no PIU Setor Central que, então, viabilizariam rubrica e instrumento para garantir a preservação das ambiências, semelhante ao proposto no PRIT. O arquiteto reforçou a importância de se pensar a qualificação da ambiência por meio da destinação de rubrica orçamentária específica para tal finalidade. Dessa maneira, não seriam repetidas as frustrações de investimentos isolados em bens tombados.

7. Informação verbal durante audiência pública do PIU Setor Central, na ETEC Santa Efigênia, no dia 06 ago. 2019.

Tal fato ocorreu no restauro da antiga estação Júlio Prestes, na qual as ações feitas não integraram o ambiente urbano.

A partir dessa informação, a respeito dos PRIAU, na consulta online do PIU Setor Central, apresentamos contribuições⁸ para a inclusão desse instrumento específico adequado ao entorno de bens tombados existentes na região delimitada para o projeto urbano:

[...] C. que conste Artigo no PL do PIU Central, a criação de instrumento similar as proposições do Perímetro de Requalificação de Imóveis Tombados- PRIT, porém específico o entorno dos imóveis tombados, com a seguinte redação:

Art. XX - As áreas envoltórias regulamentadas de bens tombados e os perímetros de tombamento de conjuntos urbanos e arquitetônicos situados no perímetro do PIU Central, conforme determinados pelos órgãos de preservação, deverão constituir Perímetros de Requalificação Integrada do Ambiente Urbano – PRIAU.
Parágrafo 1º.

§ 1º. Os PRIAUS destinar-se-ão a projetos formulados sob a orientação e supervisão do DPH/SMC, cujo objetivo central será qualificar as áreas supradescritas, por meio do tratamento como unidade territorial integrada dos respectivos perímetros delimitados e contida na Lei.

§ 2º. Os PRIAUS deverão receber, por meio de rubrica específica, fixada em percentual orçamentário de 5%, da conta específica do PIU Central no Fundurb, destinado a formulação e implementação de projetos enquadrados no PRIAU. (GATTI; KIMIE; OTERO, 2019).

Se incorporados no PIU Setor Central, as áreas de entorno poderiam se articular com a gestão urbana e receberem outros instrumentos de preservação como a transferência de potencial construtivo. Tal articulação seriam um avanço na integração entre políticas patrimoniais e urbanas. E também significaria que o patrimônio cultural como uma das quatro âncoras de argumentação do PIU Setor Central, tendo um percentual fixo de investimentos definidos por lei, não atenda somente as intenções do conselho gestor do momento, com intervenções que sejam mais convenientes e de visibilidade eleitoral e não com os fins de preservação. De agosto a novembro de 2019 está prevista a 3ª e última fase de formulação do PIU Setor Central, com audiência pública devolutiva sobre Patrimônio Histórico e Produção Imobiliária anunciada para meados de novembro.

Considerações finais

O entorno de bens tombados tido como um instrumento de preservação, quando existente no meio urbano inevitavelmente se insere na gestão urbana. Assim, é necessário a articulação de competências e políticas urbanas e patrimoniais para que seja possível gerir de melhor maneira os interesses públicos. Ignorar o entorno de bens tombados nas políticas urbanas é perder uma dimensão do tombamento, ignorando o valor urbano, as preexistências e as referências culturais, e gerando conflitos com a atuação dos órgãos de patrimônio. Do mesmo modo que deixar de esta-

8. As contribuições foram elaboradas por mim em parceria da Rede Paulista de Educação Patrimonial (REPEP) e do Instituto de Arquitetos do Brasil, departamento de São Paulo (IABsp), instituições que represento.

belecer a delimitação e normatização do entorno além de se ignora tal potencialidade de preservação, também se priva a oportunidade de diálogo efetivo com a gestão urbana municipal.

Ainda que o conceito de entorno seja impreciso para os órgãos, não podemos ignorar sua existência e, quem sabe na prática, entre erros e disputas, a partir da experiência de sua aplicação da política de preservação, e também como parte de uma política urbana, possamos transformar a realidade no qual o patrimônio acautelado se encontra. Contribuindo, assim, para a formação de “uma nova memória social do que seja valor do patrimônio urbano e material, [...] que aponte caminhos para valorizar e preservar as cidades” (MOTTA, 2017, p. 111). Ademais, é preciso também encarar o entorno de bens tombados como política de preservação do patrimônio, principalmente, se pensarmos na quantidade de bens que ainda não possuem suas áreas envoltórias delimitadas e regulamentadas:

Isto permite que o entorno seja um importante campo de atuação, não só para potencializar a preservação, mas também para se reestabelecer uma relação e diálogos de reaproximação institucional com o poder público e sociedade civil nas cidades em que os bens se localizam. Num entendimento não só operacional do entorno, mas como oportunidade de um instrumento de políticas públicas que correspondem às demandas sociais existentes. (NITO, 2015. p. 277).

Referências:

ARNAUT, Jurema Kopke Eis. Morro da Conceição, Rio: uma proposta de preservação sem tombamento. **Revista do Patrimônio**, Rio de Janeiro: SPHAN, n. 19, 1984.

GATTI, Simone; KIMIE, Mariana; OTERO, Guido. **Eixo Patrimônio Histórico**. Comentário 2ª Consulta Pública PIU Setor Central, 2019. Disponível em: <<https://participe.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/setor-central-2>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

ICOMOS. **Declaração de Xi'An sobre a conservação do entorno edificado, sítios e áreas do patrimônio cultural**. XV Assembleia Geral, 2005.

ILHÉU, Taís. No Bixiga, Teatro Oficina luta pelo último chão de terra livre. **Revista Le Monde Diplomatique Brasil** [online], 8 junho de 2018. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/no-bixiga-teatro-oficina-luta-pelo-ultimo-chao-de-terra-livre/> Acesso em: 5 jul. de 2019.

IPHAN. **Ata da 64ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural** de. 24 junho de 2010. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/2010__02__64a_reunio_ordinaria__24_de_junho.pdf. Acesso em: 3 jul. 2019.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A cidade como bem cultural. Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. In: IPHAN (org.). **Patrimônio: Atualizando o Debate**. São Paulo: IPHAN, 2006.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito de construir**. São Paulo: Malheiros, 2003.

MOTTA, Lia. O patrimônio urbanístico e seus usos sociais. In: PAES, Tereza; SOTRATTI, Marcelo (orgs.). **Geografia, turismo e patrimônio cultural**. Identidade, usos e ideologias. São Paulo: Annablume, 2017. p. 89 a 113.

NITO, Mariana Kimie da Silva. Por Uma Abordagem De Ambiências Em Entorno De Bens De Interesse Cultural. In: **ENANPARQ** - Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 5., out 2018, Salvador.

_____. **Heurística para Entornos de Bens de Interesse Cultural baseada na Ambiência: uma experiência na Casa de Portinari em Brodowski – SP**. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2015.

PERETTO, Flavia Taliberti. Transferência do direito de construir na conservação dos imóveis tombados no município de São Paulo. In: Simpósio Científico ICOMOS Brasil, 1, maio 2017, Belo Horizonte.

RABELLO, Sonia. Tombamento e legislação urbanística: competência e gestão. In: FERNANDES, Edésio; AFONSIN, Betênia (coord.). **Revisitando o instituto do tombamento**. Belo Horizonte: Editora Forum, 2010. p. 37 a 49.

SÃO PAULO [Cidade]. **Nota Técnica Perímetro de Requalificação de Imóveis Tombados (PRIT)**. Projeto de Intervenção Urbana Setor Central, abr. 2019. Disponível em: <https://participe.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/setor-central-2/NT_PRIT.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2019.

SMITH, Laurajane. **Uses of Heritage**. Nova York: Routledge, 2006.

TONASSO, Mariana Cavalcanti Pessoa. **Zonas de conflito? Zoneamento e preservação do patrimônio cultural em São Paulo (1975-2016)**. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. ■



Fundação de São Vicente, a(s) biografia(s) de uma pintura (1892-1939)

Fundação de São Vicente, a painting biography (or biographies) (1892-1939)

Eduardo Polidori Villa Nova de Oliveira*

*Mestre em Museologia pelo Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo (2016-2018), onde desenvolveu a pesquisa “Fundação de São Vicente, de Benedito Calixto: composição, musea-

lização e apropriação (1900-1932)”, sob orientação do Prof. Dr. Paulo César Garcez Marins, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo e estágio na Université Paris I Panthéon-Sorbonne.

Resumo

Este artigo propõe reconstituir as múltiplas apropriações que marcaram a trajetória da tela “Fundação de São Vicente”, de Benedito Calixto, que pertence ao acervo do Museu Paulista desde 1900. Para tanto, apresentam-se as condições de sua produção e inauguração durante o 4º Centenário do Descobrimento do Brasil, os usos políticos da pintura pela Sociedade Comemoradora, o processo de sua aquisição definitiva pelo governo paulista e como a pintura foi exibida durante as gestões de Hermann von Ihering (1894-1916) e de Afonso Taunay (1917-1946) no Museu Paulista, mobilizando exemplos que demonstram como o museu público agencia e difunde concepções político-imaginárias a partir das pinturas históricas.

Palavras-chave: Benedito Calixto. Museu Paulista. Pintura Histórica.

Abstract

This paper proposes to reconstruct the multiple appropriations that marked the trajectory of the history painting “Fundação de São Vicente” by Benedito Calixto, which belongs to the Museu Paulista collection since 1900. To achieve this goal, it will be presented the conditions of its production and inauguration during the 4th Centenary of the Discovery of Brazil, its political uses by the commemorative association; the process of the painting definitive acquisition by the government of the State of São Paulo and finally how it was exhibited during Hermann von Ihering’s (1894-1916) and Afonso Taunay’s (1917-1946) administration periods in the Museu Paulista, mobilizing some examples which can demonstrate how public museums diffuses political-imaginary conceptions from their history paintings.

Keywords: Benedito Calixto. Museu Paulista. History Painting.

1. Refiro-me, por exemplo, ao livro *Villa de Itanhaém*, de 1895, e a *Capitanias paulistas*, de 1915. Sobre a carreira de Benedito Calixto como artista e intelectual, cf. ALVES, C. F. *Benedito Calixto e a construção do imaginário republicano*. Bauru: EDUSC, 2003.

2. *Correio Paulistano*, 27 de maio de 1883, p. 01: (...) *O exm. sr. visconde de Vergueiro dignou-se visitar o intelligentíssimo moço, subindo a seus aposentos examinou alguns trabalhos concluídos (...) Depois convidou-o á ir almoçar com elle d'ahi a dias, e a levar nessa ocasião os trabalhos concluídos para serem examinados pelo nosso Victor Meirelles, e apresental-o também a este nosso patricio afim de que elle, como mestre, des-se igualmente sua autorizada opinião a respeito. (...)”*.

3. *Atelier de MM. Boulanger et J. Lefebvre*, Fonds de l'Académie Julian (1870-1932), Archives Nationales, Pierrefitte-sur-Seine, França.

I.

Benedicto Calixto de Jesus nasceu em Itanhaém, litoral paulista, em 1853. As suas contribuições como pintor e historiador são marcas indelévels do patrimônio cultural do Estado de São Paulo: nos museus, nas decorações de igrejas da capital e do interior, nas coleções privadas e, não menos importante, na historiografia das primeiras duas décadas do século XX, quando publicava ativamente sobre temas diversos a respeito da história vicentina e paulista¹.

Por convite de Manuel Garcia Redondo, Calixto trabalhou na decoração interna do Theatro Guarany. Tendo seu trabalho apreciado e reconhecido, foi recomendado para o visconde Nicolau José de Campos Vergueiro, que lhe ofereceu custear seus estudos em Paris. Foi assim que, entre 1883 e 1884, teve contato com o efervescente cenário artístico da capital francesa, tornando-se, inclusive, um assíduo frequentador do Mu-

seu do Louvre, do Museu Nacional de Versalhes e das igrejas de Notre-Dame e Sainte Chapelle. (ALVES, 2003, p. 90)

Reporta um jornal da época que o visconde de Vergueiro acompanhou de perto os estudos e avanços de Calixto², antes no ateliê de Jean-François Rafaëlli e, logo a seguir, na *Académie Julian*, matriculando-se no ateliê dirigido por Jules Lefébvre (1834-1912) e Gustave Boulanger (1824-1888), recebendo ali sua formação como pintor³.

Além do custeio dos estudos, Vergueiro lhe apresentou a Victor Meirelles, então professor da Academia Imperial de Belas Artes e que, nessa ocasião, fora a Paris para exhibir a segunda versão do “Combate Naval de Riachuelo” (óleo sobre tela, 420 x 800 cm, 1883) no *Salon* de 1883. A partir desse encontro, tomaria Meirelles, o autor

da obra “Primeira Missa no Brasil” (óleo sobre tela, 268 x 356 cm, 1860) como referência sólida em seu horizonte⁴.

Mas, em 1881, dois anos antes de embarcar para a França, Calixto elaborava e inaugurava duas pequenas telas a óleo com temática histórica: “Porto das Naus” (50 x 75 cm) e “Desembarque de Martim Affonso de Souza” (47 x 73 cm), representando as cenas imediatamente anteriores à fundação da capitania vicentina, em 1532.

O contato com as coleções de antiguidades do Museu do Louvre despertaram em Calixto interesse suficiente para que, retornando ao Brasil em agosto de 1884, tivesse o ímpeto de ampliá-lo para a história colonial vicentina – assunto pelo qual já sinalizava querer aproximar-se, como documentam as pinturas mencionadas acima⁵. Por isso que, ainda em 1888, aproximou-se dos arquivos Convento de Itanhaém. A pesquisa extensa e minuciosa dos documentos, cuja descrição era sempre detalhada e precisa, alicerçou a escrita de *Villa de Itanhaem*, primeira contribuição historiográfica do pintor, publicada em 1895.

A primeira parte do livro é dedicada a explorar e discutir, especialmente a partir das obras do historiador e brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira e de Gaspar da Madre de Deus, cronista e frei beneditino, a fundação das vilas de São Vicente, de Santo André da Borda do Campo, de São Paulo de Piratininga, de Santos e de

Itanhaém⁶. Essa preocupação de Calixto, no entanto, não se explica apenas por uma ânsia de erudição, mas, sobretudo, como uma forma de se afirmar simbolicamente como intelectual e, no limite, autoridade sobre a história local.

Calixto não se furtou em divulgar esse trabalho: o agradecimento que consta logo na primeira página revela os seus esforços em consolidar sua inserção, enviando o livro ao jurista e intelectual ultramontano João Mendes de Almeida (1831-1898) e ao diretor da *Repartição de Estatística e Arquivo* do Estado de São Paulo, Antônio de Toledo Piza e Almeida (1848-1905), também responsável por organizar a publicação oficial dos documentos históricos pelo governo, além de ser membro ativo do Instituto Histórico e Geográfico paulista desde novembro de 1894.

Somada a produção historiográfica a respeito das fundações quinhentistas em São Paulo, Calixto elaborava outro plano desde, pelo menos, 1892. No contexto da república nascente e marcada pela necessidade de afirmação simbólica perpetrada pela elite perrepista, a fundação de instituições voltadas à produção e universalização do conhecimento – a Escola Normal, o Instituto Histórico e Geográfico e, sobretudo, o Museu Paulista –, o pintor encontrou uma solução para se consolidar como agente da fabricação simbólica em curso e, ao mesmo tempo, exaltar e rememorar a participação das cidades sul-litorâneas na formação do território paulista: a fundação da

4. Cf. infra.

5. CALIXTO, Benedito. *Villa de Itanhaem – segunda povoação fundada por Martim Affonso de Souza. Estudos históricos sobre sua fundação, seu desenvolvimento, sua decadência e seu estado actual*. Santos: Typ. do Diário de Santos, 1895, p. III-IV: “(...) contemplando aquelles thesouros e monumentos [do Museu do Louvre], senti nascer em mim o gosto pelo estudo das passadas eras.”

6. Idem. Refiro-me aos livros *Quadro Histórico da Província de S. Paulo* (1864) e *Memórias para a História da Capitania de S. Vicente, hoje chamada S. Paulo, do Estado do Brazil*. (1797).

7. Cf. NEVES, Cylaine Maria das. *A Vila de São Paulo de Piratininga. Fundação e Representação*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007; FERREIRA, Antônio C. *A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Editora UNESP, 2002; FERRETTI, Danilo José Zion. *A Construção da Paulistanidade: identidade, historiografia e política em São Paulo (1856-1930)*. Tese (Doutorado em História Social) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

8. PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. *Anais da província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1839. p. 31.

9. THUILLIER, Jacques. *Le problème des 'grands formats'*. IN: *Revue de l'Art*, n. 102, 1993.

10. A "Sociedade Comemoradora do 4º Centenário da Descoberta do Brasil" foi a associação particular formada para organizar as

comemorações vicentinas do Descobrimento e reunia em seu quadro a elite política e comercial das cidades de Santos e São Vicente e, especialmente, a *entourage* do senador estadual José Cesário da Silva Bastos, da família dos proprietários do *Cidade de Santos*, periódico de circulação diária fundado em 29 de agosto de 1898. Bastos liderava o Partido Republicano Paulista em Santos, tendo ocupado a cadeira senatorial paulista na década de 1890. Outro membro proeminente era o farmacêutico José Ignácio da Glória, também empresário da imprensa e que fundou, em setembro de 1899, o *hebdomadário Vicentino*. Caberia ainda mencionar o protagonismo de Gregório Inocêncio de Freitas: político tradicional, ele foi aclamado presidente da associação e presidia a Câmara Municipal de S. Vicente à época, além de ser comissário de café em Santos.

11. *O Estado de S. Paulo*, 08 de abril de 1899, p. 01.

capitania de São Vicente por Martim Afonso de Souza, em 1532⁷.

Com isso, além de exaltar a participação de São Paulo na formação do Brasil em um momento de reconfiguração política, recobrava um topos historiográfico difundido pelo visconde de São Leopoldo no contexto inicial do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (do qual havia sido membro-fundador), e que escrevia que a "*história de São Paulo era a história do Brasil*."⁸

Em 1892, Calixto recebeu uma carta elogiosa de Victor Meirelles sobre o plano composicional que havia pensado para representar o episódio vicentino: Meirelles lhe anexou um esquisse que ilustrava suas sugestões, tendo sido seguidas por Calixto com alguma precisão. Embora não pudesse ter uma *séance de correction* usual, como presenciara na escola parisiense, Calixto à autoridade representada pelo professor da AIBA para validar o projeto da pintura histórica que elaborava e que viria a ser, anos depois sua primeira pintura histórica em grande formato.

Mesmo que tenha planejado cuidadosamente a composição, alicerçando o pincel em livros e documentos, não foi feliz em obter os recursos necessários para subsidiar a pintura e, tampouco, parece ter se esforçado em viabilizá-la por encomenda particular. É compreensível, uma vez que, recobrando Jacques Thuillier, os destinos das composições em grande formato eram os gran-

des edifícios da administração pública ou, em que pese a tradição francesa oitocentista como paradigma – os museus de História⁹.

Para que pudesse negociar estrategicamente a inauguração da pintura, Calixto foi obrigado a esperar quase uma década, quando foram iniciados os preparativos para o 4º Centenário do Descobrimento do Brasil na pequena São Vicente. É isso que veremos a seguir.

II.

Organizada pela "Sociedade Comemoradora do IV Centenario da Descoberta do Brazil"¹⁰, as comemorações previam a inauguração de um monumento público no Largo 13 de Maio (atualmente, Praça 22 de Janeiro), uma exposição arqueológica e artística, uma exposição de fotografias do litoral e de outras localidades do Estado de São Paulo e festas populares noturnas.

Nos *Estatutos* não está enunciada a intenção de encomendar uma pintura por parte da associação. Em 08 de abril de 1899, a Comemoradora se ocupou em exortar os paulistas a compartilharem seu esforço em comemorar a história paulista, solicitando que fossem enviados recursos financeiros para cumprimento dos objetivos acima mencionados e, em se somando àqueles, para a encomenda de um "*panorama histórico representando a fundação da capitania de São Vicente*".

Calixto acordou a venda da obra por dez contos de réis, mas sua contrapartida ia muito além da entrega da pintura, sendo o responsável pela concepção da identidade visual da Comemoradora (e.g., timbre para papel de carta) e por decorar os salões e as vias públicas que eventualmente recebessem eventos oficiais¹².

Na tarde de 20 de abril de 1900, testemunhada pelas autoridades de Santos e São Vicente, pela imprensa e pelos representantes da Comemoradora, a “Fundação de São Vicente” fora inaugurada na abertura da “Exposição Histórica e Archeologica”, ocasião que, por sua vez, dava início à programação comemorativa do Descobrimto do Brasil. (Figura 1).



12. *Cidade de Santos*, 21 de abril de 1900, p. 01.

Figura 1. “Fundação de São Vicente” (óleo sobre tela, 385 x 192 cm, 1900), de Benedito Calixto. Acervo do Museu Paulista da USP.

No dia seguinte, a exposição foi aberta à visitação pública. A pintura estava na primeira sala, conjuntamente a objetos que, a primeira vista, destoavam de uma pintura histórica: um “mata-dor de formigas” inventado por Dr. Luiz Pereira Barreto, “cadeira de operações” do Dr. Desidério Stapler, “massas alimentícias” fabricadas pela Fratelli Secchi¹³ e “mosaicos ferrólitos” patenteados por Amilcari Lusverdi na Argentina e no Brasil.¹⁴

Lusverdi, sobre quem não localizamos informações, não foi o único expositor dali a utilizar esse recurso de referendamentação. Se Calixto não precisava comprovar a autoria da pintura que expunha, precisava legitimá-la: por isso, anexou a ela a “carta parecer do grande pintor brasileiro Victor Meirelles”, que cumpria função laudatória, convertendo sua apreciação em reputação para o artista¹⁵.

A Arte e a Técnica, nesse conjunto de objetos, pareciam completar-se na medida em que as invenções podem ser compreendidas sob a óptica metafórica do desejo republicano de progresso e a pintura histórica como celebração das origens. Com isso, estabelecem uma conexão visual e material entre o passado e o presente, tornando tão eloquente o vínculo entre os homens colonial e republicano quanto a superação do primeiro pelo segundo. Era esse o apelo que José Ignácio da Glória fazia no Vicentino de 03 de abril daquele

ano, outorgando a si mesmo, na intenção de ser seguido por seus leitores, a responsabilidade em promover as artes e as indústrias, “*principaes mananciaes do bem estar do povo*”¹⁶.

Na primeira sala da “Exposição Historica e Archeologica”, a partir do que se pode inferir pelas descrições dos objetos legadas pelos jornais de época, havia a preocupação de auto-promoção, por parte dos expositores e de suas invenções, produtos, ou obras de arte – e, embora Calixto tivesse planejado toda a decoração para as festividades – e até do monumento público – ele não nos parece ter sido uma exceção. Aos quarenta e seis anos, o pintor já contava com trânsito entre as elites locais e já havia tido uma de suas telas em grande formato adquiridas pelo governo republicano paulista¹⁷, embora ainda precisasse consolidar sua reputação artística como pintor de História e intelectual – daí, enfim, a estratégica inauguração da “Fundação de São Vicente” durante o 4º Centenário do Descobrimento, utilizando-se da força centrípeta de sua publicidade pelo Estado de São Paulo.

Essa estratégia, se aparentemente exagerada, é mais bem compreendida se avançarmos ao que estava previsto para o dia seguinte: o dia 22 de abril, por ser a data oficial de celebração do descobrimento cabralino, foi o coração das festividades vicentinas. A seguir, vejamos por que.

13. Em 1900, a Fratelli Secchi já completava quatro anos de atividades, sendo uma das quatro fábricas de alimentos fundadas por imigrantes italianos durante a década de 1890 em São Paulo. Cf. CENNI, Franco. *Italianos no Brasil*. 3. ed. (1. ed. 1960) São Paulo: Edusp, 2003, p. 256-257.

14. *Cidade de Santos*, 21 de abril de 1900, p. 02

15. *Cidade de Santos*, 21 de abril de 1900, p. 02.

16. Vicentino, 03 de abril de 1900, p. 01: “(...) *Por instincto, amantes das artes, e por princípios dedicados á industria, que consideramos como um dos principaes*

mananciaes do bem estar do povo e como um grande incentivo para o progresso moral, nos occuparemos sempre que for possível, do progresso das artes, por meio da imprensa, único conductor mais apropriado de que dispomos. Julgamos occasião oportuna appellarmos para os cultores das artes e os operários para nos auxiliarem com o seu concurso em prol da exposição que vae installar no edificio da Escola do Povo nesta cidade.”

17. Refiro-me à “Inundação da Várzea do Carmo” (óleo sobre tela, 400 x 125 cm, 1892), adquirida pelo governo do Estado em 1892.

III.

Um mês antes do início das comemorações, o comendador João Manuel Alfaya Rodrigues havia se reunido com o coronel Fernando Prestes de Albuquerque e com D. Antônio Cândido de Alvarenga, presidente do Estado e bispo diocesano, a fim de convidá-los a participarem das programações vicentinas¹⁸.

Essas duas autoridades (civil e religiosa) estiveram presentes especialmente no dia 22 de abril, cada qual tendo participação notória nas atividades: pela manhã, o bispo D. Antônio Alvarenga celebrou a missa campal e, à tarde, após participarem do banquete oferecido pela Comemoradora aos convidados especiais, seguiriam para o *Panthéon*, onde ocorreria o préstito histórico.

O préstito era uma das principais programações previstas para o 4º Centenário: em ordem cronológica, seguiu um cortejo de personagens de todos os períodos da história do Brasil. Seu narrador, Carlos Escobar, era um exímio orador e já havia proferido suas conferências a convite da Comemoradora em 1899. Era também professor do Grupo Escolar Cesário Bastos, em Santos, e já colaborara com colunas em vários jornais nos anos 1890.

Como orador, sua função era altamente honorífica, cabendo-lhe emprestar sua erudição e tom professoral aos presentes com a narrativa que acompanhava a encenação teatral. Carlos Escobar se

deteve com maior esmero à expedição martim-afonsina e seu desdobramento mais afamado, a fundação da capitania de São Vicente, em 1532. Mas, diferentemente dos episódios anteriores e posteriores, em que podia se valer somente da encenação para ilustrar seu discurso, Carlos Escobar mobilizou ineditamente a pintura inaugurada na antevéspera por Benedito Calixto¹⁹.

Reproduzido tanto no Vicentino quanto no Cidade de Santos, Escobar chamou a atenção para a aliança de Martim Afonso de Souza com a tribo liderada por Tibiriçá, por intermédio do naufrago português João Ramalho, instalado há muito naquela região²⁰. Opondo-se à concórdia, havia Piquerobi: tudo “*divinamente*” representado na tela de Calixto, “*exposta na Escola do Povo*”²¹. Já nessa solenidade (sublinhe-se, restrita às autoridades e aos convidados da Comemoradora), a pintura histórica foi mobilizada por sua potencialidade em comunicar e homologar uma visão oficial do passado de São Vicente e, por extensão, de São Paulo.

Essa referência à obra, além disso, se alinha à estratégia autopromotora de Calixto em relação à elite paulista. Além de permitir que inaugurasse a pintura, a comemoração do 4º Centenário também lhe propiciou grande visibilidade, valendo-se da capacidade das elites locais em engajar as principais autoridades regionais a estarem ali presentes.

18. *Cidade de Santos*, 24 de março de 1900, p. 01.

19. *Vicentino*, 03 de maio de 1900, p. 07-13.

20. A respeito do debate sobre João Ramalho, cf. NEVES, op. cit. e CAPELATO, Maria Helena Rolim et FERRETTI, Danilo José Zion. *João Ramalho e as Origens da Nação: os paulistas na comemoração do IV centenário da descoberta do Brasil*. Revista Tempo, Dep. de História da UFF, v. 4, n. 8, dez/1999.

21. *Vicentino*, 03 de maio de 1900, p. 11.

Se esse discurso de Escobar exortava os espectadores do préstito a visitarem a pintura na Exposição Histórica e Arqueológica, foi o *Vicentino*, em edição especial de maio de 1900, que reproduziu integralmente sua imagem da primeira vez. (Figura 2).

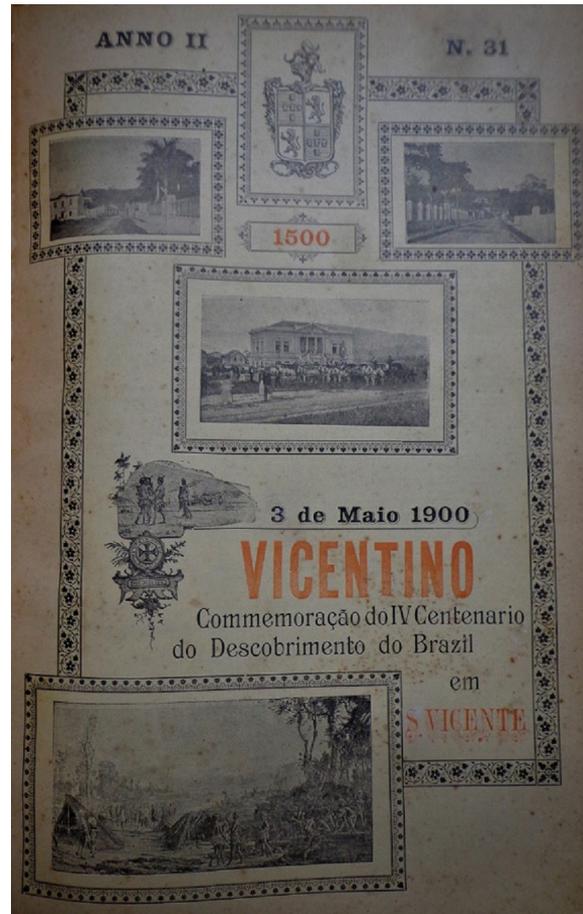


Figura 2. Capa do *Vicentino*, 03 de maio de 1900. Acervo da Biblioteca da Sociedade Humanitária dos Empregados do Comércio de Santos.

“Integralmente”, esclareça-se, porque Calixto utilizou um excerto da pintura como timbre dos papéis de carta utilizados pela Sociedade Comemoradora, tal qual nos permite verificar uma carta assinada por Gregório Inocêncio de Freitas. (Figura 3).



Figura 3. Carta de Gregório Inocêncio de Freitas ao Gabinete da Presidência do Estado de São Paulo, 11 de dezembro de 1900. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

É uma prática que se repete também no *Vicentino*, cuja parte superior foi, desde a primeira edição²², ilustrada pelo desenho do monumento (também inaugurado em 22 de abril) do Largo 13 de Maio (Figura 4), com desenho e ornamentação assinados por Calixto. (Figura 5)²³.



Figura 4. Monumento do 4º Centenário. Acervo do autor.

22. O primeiro número do *Vicentino* foi publicado em 29 de agosto de 1899.

23. O Estado de S. Paulo, 15 de agosto de 1899, p. 01: “A Sociedade Commemoradora do IV Centenário do Brasil, fundada em S. Vicente, enviou-nos um desenho do monumento que pretende erigir naquela cidade em 1900. (...) O projeto é executado pelo arquiteto sr. Florimond Colpaert, por indicações e desenhos do sr. Benedicto Calixto. (...) O monumento será colocado na praça Treze de Maio, em frente da barra de S. Vicente e será inaugurado a 22 de abril de 1900.”



Figura 5. Parte superior do *Vicentino*. Acervo da Biblioteca da Sociedade Humanitária dos Empregados do Comércio de Santos.

Não seria exagero compreender Benedito Calixto como artífice da configuração simbólica da comemoração vicentina do Descobrimento. Se o evento tinha a intenção de projetar os interesses dos membros da Commemoradora, soube constituir uma estratégia para consolidar sua credibilidade e notoriedade que, embora estivesse centrada na “Fundação de São Vicente”, passava transversalmente pela elaboração das artes e do programa decorativo das festividades.

Prova disso é a menção feita ao pintor por Carlos Escobar, consolidando todas as representações teatrais encenadas sequencialmente no préstito histórico pelas ações dos membros da Sociedade Commemoradora. O tom grandiloquente in-

tenciona laurear nominalmente os feitos de seus principais colaboradores. É nesse sentido que Calixto aparece como “*cabeça pensante*” da associação, tendo seu nome ovacionado ao lado de participantes notórios, como José Ignácio da Glória e Alfaya Rodrigues²⁴.

Recorrendo aos exemplos legados pela História – desde as pirâmides egípcias, os arcos do triunfo romanos e as colunas parisienses –, Escobar entende que a Sociedade Commemoradora, então “*instruída pelos séculos*”, fora capaz de prover a contribuição desejada às gerações futuras. Logo, o parágrafo de encerramento merece reprodução integral, tal qual aparecera aos leitores do *Vicentino*, em maio de 1900:

A Commemoradora rendeu homenagem aos antepassados, e chamou para a nossa historia a atenção dos contemporaneos. Mas os seus membros passarão como sombras; e daqui a cem annos só o pincel inspirado de Calixto e o cadinho magico de João Niel contarão aos vindouros as agonias da incommensuravel dedicação dos patriotas. E os vindouros dirão: “Os nossos avòs lembraram-se de seus antepassados; mandemos-lhes tambem nas azas de um beijo uma prece fervorosa.”²⁵

Na perspectiva de Escobar, os esforços da Sociedade Commemoradora apenas não sucumbiriam ao juízo do tempo em função dos protagonismos de Benedito Calixto e de João Niel, artífices de repositórios materiais da memória da associação:

representantes das artes e da indústria, o monumento e a pintura histórica seriam os credores do intento de celebrar a participação do Estado de São Paulo na história do Brasil, mas, sobretudo, da participação vicentina na formação histórica do território paulista – e, por extensão, da necessidade simbólica que essa comemoração pública representava para que as elites santista e vicentina pudessem se projetar no regime republicano ainda em vias de consolidação.

Essa propaganda é observável além do contexto estrategicamente mobilizado por Calixto para inaugurar a “Fundação de São Vicente”. Conforme demonstramos, a pintura foi prontamente apropriada durante o 4º Centenário do Descobrimto do Brasil, ilustrando tanto o discurso de Carlos Escobar para as autoridades do Estado de São Paulo quanto a edição comemorativa do *Vicentino*.

A potência de sua apropriação, no entanto, extravasou sua exibição in loco e esse ambiente inicial. Por isso, é fundamental que nos atenhamos ao processo de reprodução e circulação da imagem da pintura, que ajudam a compreender o intento autocelebrativo em curso nas cidades de São Vicente e de Santos em fins do século XIX. Nesse sentido, o primeiro exemplo mobilizado é a edição especial da *Revista da Semana*, publicada em janeiro de 1902 e dedicada à cidade de Santos²⁶.

24. *Vicentino*, 03 de maio de 1900, p. 06: “*Benedicto Calixto foi a cabeça pensante da Commemoradora (...)*”

25. *Vicentino*, 03 de maio de 1900, p. 07.

26. *Revista da Semana*, edição especial, janeiro de 1902. Acervo da Biblioteca da Sociedade Humanitária dos Empregados do Comércio de Santos.

IV.

Em fins do século XIX, o progresso urbanístico foi ponta de lança da propaganda das cidades sul-litorâneas paulistas. Foi isso que Anatólio Valladares, então jornalista da *Revista da Semana* responsável pela matéria, registrou durante sua estadia de um mês, parecendo impressionado pelas reformas urbanas e portuárias que os santistas vinham empreendendo, simbolizadas pelo saneamento, iluminação, transporte, pelos “monumentos seculares” e pelos “edifícios de construção moderna”.

Em quarenta e uma páginas, cabe mencionar, a *Revista da Semana* reproduziu a soma de duzentas e doze imagens, número que, por si só, advoга uma intenção deliberada por impressionar visualmente o leitor: elas registravam os logradouros, edifícios (fachadas e interiores), monumentos (incluindo o do Descobrimento, em São Vicente) e retratos diversos de personalidades – dentre eles, o de Benedito Calixto²⁷.

Contrastando com as fotografias elogiosas da modernidade e do progresso santista havia a imagem da pintura “Fundação de São Vicente”. A correlação entre a tela e as demais imagens presentes na *Revista da Semana* é homóloga à construída pela exibição na “Exposição Histórica e Archeologica”. (Figura 6).



Figura 6. Revista da Semana, edição especial de janeiro de 1902, p. 15. Acervo da Biblioteca da Sociedade Humanitária dos Empregados do Comércio de Santos.

27. Revista da Semana, janeiro de 1902, p. 36: “Reside, actualmente, em S. Vicente, que, com a riqueza de sua historia tem offerecido áquele exímio pintor assumpto para quadros de grande valor artistico. Os diversos trabalhos publicados no presente numero são um attestado brilhante do pujante talento e do incontestável merecimento de Benedito Calixto.”.

Se as invenções mecânicas dos expositores que dividiram a primeira sala com Benedito Calixto eram representantes da indústria paulista, a “*construção moderna*”, tal qual descrita por Anatólio Valladares, representavam o progresso da vida urbana santista no alvorecer do século XX: nesse sentido, à pintura de Calixto é atribuída uma nova camada semântica, não mais restrita à intenção de promover o artista como legítimo representante local das artes, tampouco pelo ensejo celebrativo da expedição martim-afonsina, mas, isso sim, à representação da cidade per se, no momento de sua fundação.

Essa dissintonia (ou seja, apropriar-se de uma representação artística da fundação de São Vicente como anteparo ao elogio do progresso material de Santos republicana) é mais bem compreendida se levarmos em conta o alinhamento das elites locais em torno de Cesário Bastos – orador da Sociedade Comemoradora, além dos cargos já mencionados – e de que, àquele momento, o grupo de interesses do qual Calixto fazia parte intencionava celebrar o início da colonização do território a partir do litoral sul de São Paulo.

“Refundadas” pela República no opúsculo do século XIX, Santos e São Vicente procuravam afirmar, instrumentalizando a história como recurso simbólico, “(...) *todo o seu progresso material e toda a superioridade de seu espírito nos tríplexes domínios das artes, das sciencias e das letras (...)*”, angariando visibilidade junto à presidência

do Estado de São Paulo e, por extensão, da República – então dirigida pelo cafeicultor e político perrepista Manuel Ferraz de Campos Salles (1841-1913)²⁸.

A modernização representada pelas obras públicas urbanas, pelo mobiliário monumental, pela arquitetura e pelo replanejamento urbano, assim, ancorava-se na representação de uma fundação colonial marcada pela pacificidade entre as partes e pela paisagem natural acolhedora, inofensiva e irresistente à ação iminente política.

No segundo plano da composição, o núcleo principal de personagens biográficos é circundado, nos demais planos, tal qual notou Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, por suportes simbólicos que, embora anteviessem a ocupação humana, não atestavam fixidez, testemunhando seu caráter semipermanente. (MENESES, 1990, p. 42-43).

Restrito a um acordo político, o ato fundacional atenta para a imaterialidade da cidade colonial e, ao mesmo tempo, informa o patamar projetual onde está inserida a cidade republicana nascente, muito menos como *continuidade* desse passado colonial do que compreensão desse contexto como uma oportunidade de recomeço a partir da comunhão entre o homem e o território que habita.

Outro exemplo desse processo são os cartões postais em circulação no início do século XX.

28. *Revista da Semana*, edição especial, janeiro de 1902, p. 05.

O estudo de Fraya Frehse sobre as fotografias reproduzidas nos postais da época, que tinham a cidade de São Paulo como objeto de registro, aponta o contraste evidente entre uma paisagem urbana marcada tanto pelos edifícios coloniais quanto por edifícios modernos. Se eles advogaram um anseio pelo progresso, também testemunhavam a coexistência das diferenças sociais, para além do “desencontro de tempos históricos”. (FREHSE, 2000)

É para esse mesmo sentido que aponta um mapeamento de cartões postais ilustrados por temas relativos ao progresso das cidades sul-litorâneas de São Paulo. Por exemplo, um cartão de 1897 foi ilustrado com a imagem da estrada de ferro que ligava Santos à capital; outro, datado de 1902, traz um panorama da paisagem urbana de Santos e, cinco anos depois, um terceiro e último exemplo promovia as obras de saneamento em curso nessa cidade (GERODETTI e CORNEJO, 2001, p. 11; 14; 184).

Calixto observava com grande atenção as mudanças pelas quais passavam as cidades do litoral sul. Com acurácia, suas pinturas documentaram as transformações da paisagem portuária e urbanística entre as décadas de 1870 e 1890 e, tal qual Caleb Faria Alves observou, é sob esse ângulo que podemos compreender como o pintor equacionava suas preocupações artisticamente.

Em suas representações do porto de Santos feitas entre 1875 e 1898, Calixto se atentou em demarcar o curso do processo de modernização. Em “Porto de Santos” (óleo sobre tela, 32 x 56 cm, 1875) as atividades no cais são cotidianas e apontam a comunhão entre o tempo do homem e da natureza, enquanto na “Vista da Cidade de Santos” (óleo sobre tela, 146 x 290 cm, 1898), já estão conjugadas às modernizações em curso, já tendo os trapiches desaparecido e os armazéns, outrora dominantes, incorporados a imagem de uma cidade em franco desenvolvimento. (ALVES, 2003, p. 208-211).

Sendo um dos artífices das imagens da cidade de Santos, articuladas aos interesses das elites comerciais, não é surpreendente que a obra de Calixto tenha sido utilizada nas ilustrações de postais, segundo notaram C. F. Alves (2003) e Gerodetti e Cornejo (2001). A projeção da ideia de progresso harmonioso e cordato foi transferida para a tela “Fundação de São Vicente”, reputando responsabilidade à representação artística da cena histórica em alimentar o ambiente icônoscófico em formação²⁹.

A impressão da imagem da pintura nos cartões postais tinha, por certo, o objetivo de exaltar e divulgar o trabalho artístico de Calixto. No entanto, devem-se considerar as potencialidades em fazer circular uma imagem que se desejava visível e

29. Alinhando-se a proposta metodológica de U. T. B. de Meneses, que entende “iconosfera” como uma das dimensões integrantes do “visual” e que, conjuntamente ao “visível” e a “visão”, ajudam a mapear e observar o regime escópico, definido por Christian Metz como discursos e práticas que condicionam, de maneira auto-complementar, a experiência visual em circunstâncias historicamente situadas. MENESSES, Ulpiano Toledo Bezerra. *Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares*. IN: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, nº 45, 2003, p. 30-31.



Figura 7. Cartão postal, 1902. Coleção do autor.

apreensível, convergindo-a aos demais suportes que alicerçavam a demonstração do progresso e da modernidade na projeção de uma história local solene e, por isso mesmo, a ser vista e celebrada.

O primeiro postal localizado traz uma reprodução fotomecânica colorizada, com autoria de José Bidschovsky, do estúdio piracicabano “Vienna Photographia”³⁰. (Figura 7). O segundo, também de 1902, reproduz as fotografias dos principais símbolos da comemoração do 4º Centenário: o monumento público e a pintura. (Figura 8).

Intitulado “Lembrança de Santos”, o postal ajuda a observar como o discurso simbólico-visual da Sociedade Comemoradora extravasou as festividades vicentinas, impulsionando-o como lugar de memória de alcance supralocal. As imagens desse cartão retomam aquilo que Carlos Escobar mencionava ter poder para transcender o tempo e o que fizeram os membros da Comemoradora: a pintura “Fundação de São Vicente”, pelo pincel de Calixto, e o monumento surgido pelo “cadinho mágico de João Niel”³¹.

Enfim, ainda caberia um exemplo derradeiro: o encarte “São Paulo Antigo e São Paulo Moderno”, lançado em virtude da comemoração do 350º aniversário da fundação de São Paulo, “(...) com muitas gravuras e um curto resumo histórico dos

30. Embora tenha sido o autor de inúmeras imagens para cartões postais paulistas durante a década de 1900, a biografia de José Bidschovsky ainda é pouco conhecida. Segundo Boris Kossoy, atuava em Santos e em Piracicaba. Cf. KOSSOY, Boris. (ed.) *Dicionário Histórico-Fotográfico Brasileiro. Fotógrafos e ofício da fotografia no Brasil (1833-1910)*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2002, p. 83. Para as informações adicionadas, cf. <www.coisasantigas.wordpress.com/tag/fotografos-piracicabanos>, consultado em 11 ago. 2019.

31. Cf. supra.



Figura 8. Cartão postal, 1902. Coleção do autor.

principaes edificios ou dados biográficos dos vultos notaveis cujos retratos forem publicados”³². (Figura 9).

monumentais, como o do Palácio do Governo³³, erguido em 1898, e coloniais, como a Igreja do Carmo e da Venerável Ordem Terceira³⁴.

Ao longo de dezesseis páginas, esse volume inaugural reproduzia, ao sabor do que fizera dois anos antes a *Revista da Semana*, uma série fotográfica dos edificios públicos arquitetonicamente

A narrativa sobre a história da fundação de São Paulo, não bastassem as mudanças observáveis na cidade em vias de modernização, se iniciava precisamente na fundação da capitania de São



32. *São Paulo Antigo e São Paulo Moderno 1554-1904*. São Paulo: Vanorden & Cia, vol. 01, 1905, capa.

33. *Idem*, p. 11.

34. *Idem*, p. 13.

Figura 9. São Paulo Antigo e São Paulo Moderno, 1905. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Vicente, em 1532 – dentre outras, uma prova disso é a pintura “O Primeiro Desembarque de Pedro Álvares Cabral” (óleo sobre tela, 330 x 190 cm, 1900), de Oscar Pereira da Silva, ter sido nomeada como o “Desembarque de Martim Afonso de Souza”.

A Editora Vanorden, já nas primeiras páginas do encarte, escolheu reproduzir a gravura de Martim Afonso de Souza e o brasão de sua família. A seguir, imagens de três objetos: uma armadura que se dizia ter pertencido ao navegador, uma canhoneira utilizada durante a expedição por ele comandada e, por fim, a imagem da “Fundação de São Vicente”. A conjugação semântica entre elas, além de ambientar visualmente o leitor sobre a expedição martim-afonsina, guardava um aspecto até então inédito.

Se no *Vicentino* de maio de 1900, nos cartões postais e na *Revista da Semana* de 1902, a “Fundação de São Vicente” havia sido mobilizada como o anteparo às imagens que propagandeavam o ímpeto da modernização sul-litorânea e de Benedito Calixto em galgar maior projeção artística, no *São Paulo Antigo e São Paulo Moderno* houve uma inflexão importante na história da pintura: ali, não era referenciada apenas como obra de Benedito Calixto, mas como uma pintura do Museu Paulista.

V.

A incorporação da “Fundação de São Vicente” ao acervo do Museu Paulista foi, a priori, fruto de doação à presidência do Estado de São Paulo feita pela Sociedade Comemoradora. A tela chegou ao Museu, acompanhada por Benedito Calixto, em 10 de novembro de 1900 e, por vontade do pintor, foi colocada na sala B-11, passando a ser exibida junto às coleções de paleontologia e mineralogia³⁵.

Pelo acordo estabelecido com Calixto, a associação devia lhe pagar dez contos de réis pela pintura e contrapartida aos serviços decorativos prestados. Mas, não foi isso que aconteceu e, cinco anos após o fim das comemorações, ainda não havia sido remunerado³⁶.

Isso fez com que o pintor remetesse uma petição à Câmara dos Deputados, onde alegava que continuava sendo proprietário da pintura, tendo o direito de reavê-la. A querela foi efetivamente resolvida em dezembro de 1905, com a discussão da Lei Orçamentária para o ano seguinte, tendo sido previsto o pagamento de cinco contos de réis para o pintor, incorporando a tela “Fundação de São Vicente” ao patrimônio público do Estado de São Paulo em definitivo³⁷.

35. Correspondência de Hermann von Ihering ao Secretário do Interior, 12 de novembro de 1900, Acervo do Arquivo Público do Museu Paulista da USP.

36. A “querela do pagamento” é bem compreendida a partir da correspondência trocada entre Calixto, o primeiro secretário e o tesoureiro da Sociedade Comemoradora, onde o pintor reivindica pagamento pela pintura e atesta ter cumprido as funções que lhe fo-

ram atribuídas, listando-as detalhadamente. Cf. *Carta de José Leite da Costa Sobrinho a Benedito Calixto*, 25 de julho de 1903; *Carta de Antônio Militão de Azevedo a Benedito Calixto*, 25 de julho de 1903. Cf. Dossiê Benedito Calixto – Fundo IHGSP/APESP.

37. Cf. *Annaes da Câmara dos Deputados de São Paulo*, 1905, p. 621; *Annaes do Senado do Estado de São Paulo*, 1905, p. 571.

Assinale-se que, concomitantemente a aquisição, José Cardoso de Almeida, o Secretário de Estado dos Negócios do Interior e da Justiça, enviava a Hermann von Ihering uma lista com quatorze pinturas que deveriam ser transferidas de imediato do Museu Paulista para a Galeria de Pinturas do Liceu de Artes e Ofícios³⁸.

Disso, chama a atenção que “Partida da Monção” (óleo sobre tela, 640 x 390 cm, 1897), de José Ferraz de Almeida Júnior (1850-1899), e “Primeiro Desembarque de Pedro Álvares Cabral” foram transferidas, permanecendo ali apenas a “Fundação de São Vicente”, o que nos permite concluir que essa pintura tenha sido adquirida pelo governo paulista especificamente para a coleção do Museu Paulista, conjugando-se aos retratos históricos³⁹ e à “Independência ou Morte” (óleo sobre tela, 760 x 415 cm, 1888).

O imediatismo da reprodução da imagem da “Fundação de São Vicente” no *Vicentino*, na *Revista da Semana* e nos cartões postais pode ser observada sob a luz da necessidade simbólica que a pintura representava para o intento autocelibrativo da elite sul-litorânea paulista. Em nossa interpretação, o envio da tela como doação ao governo do Estado e, em sequência, sua exibição no Museu Paulista (que, esclareça-se, interessava também a Calixto por se tratar da oportunidade de ter sua primeira pintura histórica em exposição no único museu do Estado de São Paulo à época), homologa assertivamente a in-

tenção dos membros da associação comemorativa em consolidar seu lugar simbólico no Estado de São Paulo a partir da projeção da visibilidade do passado colonial vicentino.

No limite, o Museu Paulista fora compreendido como o legítimo receptor-difusor do *visível* desejado pela Sociedade Comemoradora, retomando Meneses (2003, p. 30), mas que a pintura, além de “dar a ver” o passado colonial vicentino, era também ponte entre os membros da Sociedade Comemoradora e o governo estadual, tendo Calixto sido o artífice dessa conexão: cabia aos paulistas que se lembrassem de suas origens: a capitania de São Vicente, fundada por Martim Afonso de Souza em 22 de janeiro de 1532.

Empenhamo-nos, até então, em demonstrar que o processo de remodelamento das cidades do litoral sul paulista e a comemoração vicentina do 4º Centenário foram o epicentro dessa necessidade simbólica, tendo sido a imagem da “Fundação de São Vicente” mobilizada como resposta a esse processo, em que, embora atrelada ao Museu Paulista, é observada também a partir de seu contexto de produção e exibição inaugural.

Essa curta bifurcação se encerra no encarte pedagógico *São Paulo Antigo e São Paulo Moderno*. Observa-se, nessa ocasião, uma ressemantização que, no limite, parece recobrar a acepção inicialmente veiculada pela Sociedade Comemoradora durante o 4º Centenário do Descobrimento.

38. Sobre essa transferência e a consequente formação do núcleo inicial da Pinacoteca do Estado de São Paulo, cf. NERY, Pedro. *Arte, pátria e civilização. A formação dos acervos artísticos do Museu Paulista e da Pinacoteca do Estado de São Paulo. (1893-1912)*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo, 2015.

39. Dentre os retratos históricos, seis foram encomendados a Benedito Calixto menos de um ano após a entrada da “Fundação de São Vicente” no Museu: D. Pedro I, Padre José de Anchieta, José Bonifácio de Andrada e Silva, entregues em 1902, e

Padre Bartholomeu de Gusmão, Domingos Jorge Velho e Vicente Taques Góes Aranha, Sargento-Mor de Itu, entregues no ano seguinte. Sobre o retrato de Domingos Jorge Velho, cf. MARINS, Paulo César Garcez. *Nas matas com poses de reis: a representação de bandeirantes e a tradição da retratística monárquica europeia*. IN: *Revista do IEB*, n. 44, fev. 2007; PITTA, Fernanda Mendonça. *Os pincéis escrevem a história no “Teatro da Memória” – O trabalho artístico, intelectual e político de Benedito Calixto nas encomendas de retratos históricos do Museu Paulista (1900-1906)*. Relatório não publicado pela autora, a quem agradeço por disponibilizá-lo.

40. Segundo Meneses (2003, p. 15), a “iconosfera” é um “conjunto de imagens que é ou está socialmente acessível”, e que tomamos aqui como direcionamento da análise pretendida. Em tempo, nota-se o agenciamento da tela “Fundação de São Vicente” em dois ambientes iconosféricos distintos, não necessariamente excludentes entre si, mas tampouco complementares, sendo o primeiro oriundo das comemorações vicentinas e o segundo ao pertencimento à coleção do Museu Paulista.

41. Vicentino, 03 de maio de 1900, p. 11: “Museu Paulista – Armadura de Martim Affonso de Souza – Peça de artilheria do século 16 (colubrina) (...)”

42. Segundo o *Guia pelas colleções do Museu Paulista*, a coleção mineralógica estava em exposição nos

armários 49 e 50 e continha “(...) amostras dos mineraes mais interessantes do Brazil e tambem de varios outros paizes.”: meteoritos, xistos betuminosos, os mármores sorocabanos e a “(...) colleção de minerios e productos da fabrica de ferro de Ipanema, Est. de S. Paulo.”. A coleção paleontológica, por fim, fora organizada nos armários 48 e 51: no primeiro, havia o fóssil do Mesosaurus Tumidus, peixes do período mesozoico, dendrites e troncos de árvore petrificados, enquanto no outro figuravam “(...) numerosos fosseis das diversas partes do mundo e são especialmente interessantes as copias dos famosos reptis Plesiosaurus, Mystriosauus e Ichthyosaurus.” Cf. IHERING, Rodolpho von. (ed.) *Guia pelas Collecções do Museu Paulista*. São Paulo: Typographia Cardozo Filho, 1907, p. 102-104.

43. E. g. Ana Cláudia Fonseca Breffe: “É o caso, por exemplo, da tela Fundação de São Vicente, de Benedi-

Ao ser associada às imagens de outros objetos da coleção histórica, como a armadura de Martim Afonso e a colubrina (e até mesmo à pintura de Oscar Pereira da Silva – erroneamente intitulada, recobre-se, como *Desembarque de Martim Affonso*), a “Fundação de São Vicente” é incorporada à iconosfera⁴⁰ da representação histórica e atrelada à vida institucional. Em tempo, essa armadura e a colubrina foram enviadas pelo Museu Paulista para a Exposição Historica e Archeologica. Quase um “destino manifesto”, a pintura fora inaugurada ao redor dos objetos pertencentes a uma coleção à qual seria incorporada alguns meses depois⁴¹.

Em 1905, cinco anos após a inauguração da tela durante a comemoração do Descobrimento, Calixto havia composto a representação da fundação vicentina, cuja força representacional foi prontamente testemunhada pela reprodução já durante esse primeiro quinquênio. Não é surpreendente que a Câmara dos Deputados tenha optado por incorporá-la definitivamente à coleção histórica do Museu Paulista, mantendo-a ali em exibição. É isso que veremos a seguir.

VI.

Mesmo após a transferência da Galeria Artística para o Liceu de Artes e Ofícios, em dezembro de 1905, a “Fundação de São Vicente” permaneceu na sala B-11 do Museu Paulista. Dentre as adquiridas para a coleção, era a única pintura histórica em grande formato remanescente nas salas do Museu – excetuando-se, por óbvio, a “Independência ou Morte!”, fixada no Salão de Honra. (Figura 10).

A priori, a escolha de Calixto causa certo estranhamento, afinal, a sala B-11 fora designada por Hermann von Ihering para exibir as coleções de minérios e de fósseis. No *Guia pelas colleções do Museu Paulista*, elas aparecem divididas entre os armários 48, 49, 50 e 51. Já a “Fundação de São Vicente”, uma “bella peça de arte” que então representava “(...) a chegada de D. Martim Affonso de Souza que, em 1532, fundou a cidade de S. Vicente.”, dividia as paredes com algumas imagens de gêiseres e de “(...) paisagens de antigas épocas geológicas”⁴².



Figura 10. Salas de exposição do Museu Paulista, segundo o Guia de 1907. Acervo da Biblioteca do Museu Paulista da USP.

to Calixto, disposta na sala B11, dedicada à mineralogia e à paleontologia. Além de pedras e fósseis, a tela ainda divide espaço com pequenos quadros representando gêiseres e paisagens de antigas épocas geológicas (!), como pode ser constatado pela descrição da sala presente no *Guia pelas Coleções*. Cf. *O Museu Paulista: Afonso Taunay e a Memória Nacional (1917-1945)*. Editora da UNESP, Museu Paulista da USP, 2003, p. 90, n. 04. A autora parece alinhada às impressões legadas por Taunay: (...) *Outro facto demonstra o abandono em que a chamada "coleção histórica" se achava. É difícil explicar, por exemplo, porque fora uma tela representando a Fundação de São Vicente alcandorar-se por cima de um armário de mineraes, na sala de mineralogia e geologia, a quase 4 metros acima do soalho. Nada ou quasi nada no Museu Paulista lembrava o passado de São Paulo.* Cf. TAUNAY, Afonso Teixeira d'Escragnoille. *Relatório de Atividades referente ao ano de 1917*, p. 15-16. IN: Arquivo Público do Museu Paulista, P5, D33.16 e D.33.17.

44. Decreto nº 249 de 26 de julho de 1894, Capítulo 01, Artigo 2º. Acervo Histórico ALESP.

45. Sobre a gestão de Afonso Taunay (1917-1946), cf. [cont.] BREFE, op. cit. e OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (org.). *O Museu Paulista e a gestão de Afonso*



Figura 11. "Fundação de São Vicente" na sala A-10, 1937. Acervo do Museu Paulista da USP.



Figura 12. "Ensaio Geral das Bandeiras Paulistas" na sala A-10, 1937. Acervo do Museu Paulista da USP.

Compreender a relação entre essa pintura de Calixto e os demais objetos da sala B-11 representou um desafio incômodo para a historiografia recente, que tomou a perspectiva de Afonso Taunay – substituto de Hermann von Ihering e crítico de sua gestão – como argumento para constatar que a alocação da tela era ocasional e que atestava certo desprezo do antigo diretor pela coleção histórica do Museu⁴³.

Segundo o que pudemos apreender pela descrição do arranjo expositivo, a sala B-11 representava os processos de formação e ocupação do território paulista a partir da história natural e do homem, em que rochas, fósseis e a pintura histórica produziam sentidos relacionais e mutuamente complementares, alinhando-se ao que havia sido previsto no Artigo 2º do Decreto nº 249, que caracterizava essa instituição como "(...) *museu Sul-Americano, destinado ao estudo do reino animal, de sua historia zoologica e da historia natural e cultural do homem.*"⁴⁴ e museus do século XIX, que buscavam consolidar uma "história natural do homem". (ALENCAR ALVES, 2001, p. 139).

A "Fundação de São Vicente" permaneceu exposta na sala B-11 até 1917, quando Afonso Taunay, então o diretor interino do Museu, reelaborou a exposição e lhe atribuiu novos sentidos⁴⁵. Após inaugurar a sala A-07, onde exibiu as coleções de botânica, em setembro de 1917, Taunay passou a organizar a primeira sala de exposição das coleções históricas de sua gestão: a sala A-10, de "cartografia colonial", inaugurada em 24 de dezembro daquele mesmo ano. (Figura 11 e Figura 12)

Taunay: *Escrita da História e Historiografia, séculos XIX e XX*. São Paulo: Museu Paulista da USP, 2017.

46. Luigi Brizzolara, Adrien van Emelen, os irmãos Henrique e Rodolfo Bernardelli, José Wasth Rodrigues, Domenico Failutti, Alfredo Norfini, Oscar Pereira da Silva e o próprio Benedito Calixto são exemplos de artistas mobilizados por Taunay.

47. Taunay solicitou, em 1929, que a “Partida da Monção” retornasse da Pinacoteca. Junto a ela, recebeu também outras duas: “O Primeiro Desembarque de Pedro Álvares Cabral” e a “Fundação de São Paulo” (óleo sobre tela, 340 x 185 cm, 1907), ambas de Oscar Pereira da Silva, alocando-as, respectivamente, nas salas A-09, dedicada às monções, A-12, de antigas iconografias paulistas e A-15, ao passado de São Paulo. A respeito do retorno destas obras ao Museu Paulista, cf. MONTEIRO, Michelli Cristine Scapol.

Fundação de São Paulo, de Oscar Pereira da Silva. Trajetórias de uma imagem urbana. Dissertação de Mestrado – FAUUSP, 2012, p. 104-105.

48. TAUNAY, A. T. d’E. *Guia da Seção de História do Museu Paulista*. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: São Paulo, 1937. p. 73.

49. TAUNAY, op. cit., p. 63: “*Ennobrece-lhe a soberba arquitectura, tão caracteristicamente palacial e dynastica, a presença da grande tela de Pedro Americo: Independencia ou Morte!, quadro famoso, certamente um dos mais populares do nosso paiz, e alvo de innumeradas reproduções pictoreas e esculptoreas.*”

50. Idem, p. 80.

51. Idem, p. 88.

52. PINTO E SILVA, João. *Minha Pátria: Ensino da História do Brazil no segundo anno do curso preliminar*. São Paulo: Augusto Siqueira & C., 1916, p. 20. Acervo LEMAD-DH/USP.

Taunay alocou a “Fundação de São Vicente” ao lado dos retratos de José de Anchieta e Bartolomeu de Gusmão, ambos também da autoria de Calixto, e conferiu centralidade à pintura em grande formato. Não seria exagerado inferir, inclusive, que a pintura detinha certa maestria sobre o arranjo expositivo da sala A-10. Isso ficaria mais evidente quando a “Carta Geral das Bandeiras Paulistas” foi posicionada em frente a ela, fazendo com que essa disposição espelhasse uma relação de sentido onde o episódio da fundação vicentina passava a compor o processo de ocupação histórica do território, funcionando também como antessala da epopeia bandeirante.

Os documentos e cartas geográficas, bem como as inserções posteriores de objetos e retratos históricos na sala A-10 – como de Alexandre de Gusmão e de José Maria da Silva Paranhos, o barão do Rio Branco – permitem inferir, por fim, que esse processo de formação territorial havia sido realizado como conquista essencialmente diplomática, inaugurado pelo encontro pacífico entre portugueses e indígenas, tal qual sugestionava a tela de Benedito Calixto.

Afonso Taunay trabalhou nas duas décadas seguintes para a concretização da nova proposta museográfica para o Museu e, além de se ocupar com encomendas de pinturas e esculturas a artistas renomados da época, solicitou que a pintura “Partida da Monção”, enviada para o Li-

ceu de Artes e Ofícios em 1905, retornasse para a sala A-9 do Monumento do Ipiranga⁴⁷.

O diretor documentou o estágio final desse replanejamento no *Guia da Seção Histórica do Museu Paulista*, oferecendo descrições sumarizadas dos objetos expostos em cada sala. Atendo-nos novamente à “Fundação de São Vicente”, ali renomeada como “Desembarque de Martim Affonso em S. Vicente, em 1532”, Taunay chama a atenção para sua popularidade, “*pelos continuas reproduções que delles se fazem*”⁴⁸. Essa descrição não era um privilégio das pinturas de Calixto: outras pinturas históricas em grande formato, como a “Independência ou Morte!”, exibida no Salão de Honra, e “O Primeiro Desembarque de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro”⁵⁰, na sala A-12, e “Fundação de São Paulo”⁵¹, na sala A-15, recebiam esse mesmo destaque em suas respectivas descrições.

Essa constatação nos direciona a um último esforço em compreender a potência da trajetória das apropriações da imagem da “Fundação de São Vicente”. Para tanto, nos valeremos de dois exemplos que, por ora, nos pareceram os mais significativos.

O primeiro diz respeito aos livros escolares a partir de 1916, com a publicação de *Minha Pátria* por João Pinto e Silva⁵². Já nos anos seguintes, outras publicações também utilizaram a pintura de Calixto para ilustrar o episódio da fundação



Figura 13. Selo de 700 réis. Coleção do autor.

vicentina em 1532: *História do Brasil*, de Rocha Pombo (1918), *Breves Lições de História do Brasil*, de Creso Braga (1922) e *História do Brasil* (1932)⁵³, são exemplos meritórios de atenção por ajudarem a difundir e cristalizar essa pintura histórica como “visão oficial” de um dos principais episódios da história do Brasil. Seria impreterível, enfim, observar que, sendo o livro *Minha Pátria* uma exceção, os demais entraram em circulação após a inauguração da sala A-10 no Museu Paulista.

O segundo exemplo nos leva a 1932, quando foi comemorado o 4º Centenário da Fundação de São Vicente. José Torres de Oliveira, o presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, assistido por outros membros proeminentes (inclusive Afonso Taunay), enviou uma petição para que o governo federal cunhasse moedas e imprimisse selos comemorativos. Tendo julgado a ocasião meritória, “(...) *A fundação, em 1532, do município de S. Vicente*”, descreve o decreto, “(...) *assinala o início da colonização no Brasil*” sendo “(...) *digna de especial comemoração*”⁵⁴.

Os selos comemorativos foram postos em circulação já durante o mês de junho de 1932, tendo valores de 20 até 700 réis e reproduziam o mapa da capitania de São Vicente, as efigies de João Ramalho, Tibiriçá; Martim Afonso de Souza, Dom João III e, o de 700 réis, uma versão adaptada da “(...) *famosa tela do desembarque de Martim Afon-*

so de Souza, na baía de São Vicente, pintada pelo célebre brasileiro B. Calisto (...)”⁵⁵. (Figura 13).

Esses dois exemplos lastreiam a popularidade mencionada por Taunay no Guia de 1937. Em nossa interpretação, esse selo comemorativo emitido pelo governo federal, em conjunto aos livros escolares, foram vetores cruciais para ampliar a circulação imagética da pintura e cristalizar seu potencial representativo simbólico para além dos liames local e regional, sendo necessário, até mesmo em função do ocaso perrepista com a revolução de 1930, requalificar e projetar seu potencial para o âmbito nacional.

Pode-se observar que há trajetórias distintas e concomitantes nas apropriações da imagem da obra ao longo das quatro primeiras décadas do século XX, fazendo com que ela transitasse pelas esferas local, regional e, por fim, nacional. Consolidado como o maior museu público de história, o Museu Paulista, por meio de seu acervo, foi um agente e um agenciador da difusão de uma consciência histórica formatada a partir da experiência de São Paulo no devir nacional.

No ano seguinte a publicação do *Guia da Secção Histórica do Museu Paulista*, o recém-fundado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), então dirigido pelo advogado mineiro Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969), iniciou a formatação institucional de uma política

53. Cf. POMBO, José Francisco da Rocha. *História do Brasil com muitos mappas históricos e gravuras explicativas*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1918, p. 35; BRAGA, Creso. *Breves Lições de História do Brasil*. São Paulo: Typographia Piratininga, 1922, p. 25; *História do Brasil para uso das aulas do curso preliminar*. Coleção PPS. Sexta edição ilustrada. 35º milheiro. Livraria Salesiana Editora: São Paulo, 1932, p. 23. Acervo LEMAD-DH/

USP.

54. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. Vol. XXIX. *Conferências comemorativas do IV Centenário da Fundação de São Vicente, 1532-1932*. São Paulo, 1932, p. 261-265.

55. Série Comemorativa do IV Centenário da Colonização do Brasil. Edital de Selo 1932-001.4. Acervo do Museu Correios. Consultado em: 09 de outubro de 2017.

de patrimonialização que, no caso do Estado de São Paulo, se voltou inicial e precisamente ao tombamento das coleções histórica, artística, arqueológica e etnográfica pertencentes ao Museu Paulista⁵⁶.

De esforço das elites santista e vicentina em angariar projeção em uma São Paulo ainda frágil e recentemente republicana, a pintura “Fundação de São Vicente” é incorporada ao acervo do Museu Paulista e, por quase duas décadas, juntamente à “Independência ou Morte!”, celebrava os episódios paulistas “fundacionais” da nação brasileira, na colônia e no Império; em 1917, Afonso Taunay reelaborou essa narrativa, atribuindo-lhe uma nova camada semântica ao inseri-la em um arranjo expositivo que privilegiava todo o processo histórico-diplomático de formação do território brasileiro e em que atrelava a fundação da vila de São Vicente ao bandeirantismo.

Essas trajetórias distintas de apropriação permitem mapear as biografias dessa pintura: se no início do século XX ela servia de anteparo à propaganda dos projetos de modernização urbana perpetrados pelas elites das cidades sul-litorâneas e da capital, a partir da década de 1910, inserida na exposição de Afonso Taunay, foi incorporada como parte do repertório visual oficial e reproduzida em livros didáticos e em um dos selos comemorativos do quadricentenário da fundação de São Vicente – ou do “início da colonização brasileira”.

Pertencendo ao acervo do Museu Paulista, a “Fundação de São Vicente” passa a fazer parte do *corpus* patrimonial nacional em 1938. Como vimos, sua imagem havia sido amplamente difundida ao longo das décadas anteriores, processo que homologou seu potencial enquanto lugar de memória.

O Museu Paulista inaugurava, em 23 de janeiro de 2007, a exposição “Imagens recriam a História”, com curadoria de Paulo César Garcez Marins, que permaneceu em cartaz até 2013. Alinhada à pesquisa curatorial que intencionava compreender o papel das pinturas históricas na difusão e na criação do imaginário político sobre a história do Brasil, essa exposição foi um importante episódio da história institucional da “Fundação de São Vicente”, iniciada, como vimos, em 1900.

Alocada na sala “Imaginar o Início” conjuntamente à “Fundação de São Paulo” e “O Primeiro Desembarque de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro”, pinturas da autoria de Oscar Pereira da Silva, a “Fundação de São Vicente” foi problematizada como produção artística intencional a ser compreendida pelos esforços simbólicos da Primeira República em consolidar uma “visão oficial” do passado. A exposição, assim, mobilizava os dados até então conhecidos sobre os processos de sua criação e de sua incorporação ao acervo do Museu, finalizando com exemplos de sua reprodução em livros didáticos, entre outros suportes.

56. Processo 139-T-38: Tombamento das coleções do Museu Paulista (15/04/1938). Acervo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Superintendência de São Paulo., edição especial, janeiro de 1902, p. 05.

É na esteira desse esforço em historicizar e sistematizar a circulação da tela de Calixto que, além de mapear e identificar as reproduções de sua imagem, procurou-se também estabelecer hipóteses sobre a historicidade e, sobretudo, a especificidade das apropriações analisadas, situando-as em relação aos interesses às quais respondiam.

Espera-se, com isso, contribuir para dimensionar os múltiplos alcances e forças das representações da história a partir da biografia da pintura musealizada, sendo um exercício profícuo, e também parte de um processo ainda em curso, que considera as dimensões de produção, circulação e consumo simbólico ao longo do século XX.

Referências

ALVES, Ana Maria de Alencar. **O Ipiranga apropriado: ciência, política e poder. O Museu Paulista 1893-1922**. São Paulo: Humanitas, EDUSP, 2001.

ALVES, Caleb Faria. **Benedito Calixto e a construção do imaginário republicano**. Bauru: EDUSC, 2003.

CAPELATO, Maria Helena Rolim e FERRETTI, Danilo José Zion. João Ramalho e as Origens da Nação: os paulistas na comemoração do IV centenário da descoberta do Brasil. **Revista Tempo**, v. 04, n. 08, 1999. Disponível em: <http://www.>

historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg8-4.pdf
Acesso em 28 ago. 2019.

FERREIRA, Antônio Celso. **A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

FERRETTI, Danilo José Zion. **A Construção da Paulistanidade: identidade, historiografia e política em São Paulo (1856-1930)**. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

FREHSE, Fraya. Cartões postais paulistanos da virada do século XX: Problematizando a São Paulo “moderna”. **Horizontes Antropológicos**, ano 06, n. 13, p. 127-153, jun. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-7183200000100007 Acesso em 15 ago. 2019.

GERODETTI, João Emílio e CORNEJO, Carlos. **Lembranças de São Paulo. O litoral paulista nos cartões-postais e álbuns de lembranças**. São Paulo: Solaris Edições Culturais, 2001.

IHERING, Rodolpho von. **Guia pelas Collecções do Museu Paulista**. São Paulo: Typographia Cardozo Filho, 1907.

KOSSOY, Boris. (ed.) **Dicionário Histórico-Fotográfico Brasileiro. Fotógrafos e ofício da fotografia no Brasil (1833-1910)**. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2002.

MARINS, Paulo César Garcez. Nas matas com poses de reis: a representação de bandeirantes e a tradição da retratística monárquica europeia. **Revista do IEB**, n. 44, p. 77-104, fev. 2007. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/34563/37301>. Acesso em: 12 ago. 2019.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Benedito Calixto como documento: sugestões para uma releitura histórica. IN: OLIVEIRA, Maria Alice Milliet. (org.). **Benedito Calixto: memória paulista**. São Paulo: Banespa/Pinacoteca do Estado, 1990, p. 25-36.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, v. 23, nº 45, p. 11-36, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v23n45/16519.pdf>. Acesso em 26 ago. 2019.

MONTEIRO, Michelli Cristine Scapol. **Fundação de São Paulo, de Oscar Pereira da Silva: trajetórias de uma imagem urbana**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (org.). **O Museu Paulista e a gestão de Afonso Taunay: Escrita da História e Historiografia, séculos XIX e XX**. São Paulo: Museu Paulista da USP, 2017.

NEVES, Cylaine Maria. **A Vila de São Paulo de Piratininga. Fundação e Representação**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007;

TAUNAY, Afonso Teixeira d'Escragnolle. **Guia da Seção de História do Museu Paulista**. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: São Paulo, 1937. THUILLIER, Jacques. Le problème des « grands formats ». *Revue de l'Art*, n. 102, p. 05-10, 1993. Disponível em: www.persee.fr/doc/rvart_0035-1326_1993_num_102_1_348070. Acesso em 20 ago. 2019. ■

Estrutura

UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU

São Paulo, Brasil.

Reitora

Denise Aparecida Campos.

Diretora da Pós-Graduação Stricto Sensu

Profa. Dra. Sandra Regina Mota Ortiz.

Coordenador do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo

Prof. Dr. Fernando Guillermo Vázquez Ramos.

Editoras

Profa. Dra. Eneida de Almeida.

Profa. Dra. Andréa de Oliveira Tourinho.

Conselho Curador Professores Doutores

Adilson Costa Macedo, Ana Paula Koury, Andréa de Oliveira Tourinho, Cristina de Campos, Cláudio Silveira Amaral, Edite Galote Carranza, Eneida de Almeida, Fernando Guillermo Vázquez Ramos, Luís Otávio Pereira Lopes de Faria Silva, Maria Isabel Imbronito, Paula De Vincenzo Fidelis Belfort Mattos.

Conselho Editorial

Prof. Dr. Adilson Costa Macedo (Universidade São Judas Tadeu, Brasil);

Prof. Dr. Alejandro Ochoa Vega (Universidad Autónoma Metropolitana-Xochimilco, México);

Prof. Dr. Alessandro Castroviejo Ribeiro (Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil);

Profa. Dra. Ana Paula Koury (Universidade São Judas Tadeu, Brasil);

Profa. Dra. Ana Tagliari (Universidade Estadual de Campinas, Brasil);

Profa. Dra. Anália Amorim (Universidade de São Paulo e Escola da Cidade, Brasil);

Profa. Dra. Ana Esteban Maluenda (Escuela Técnica Superior de Arquitectura, Madrid);
Profa. Dra. Ana Gabriela Godinho Lima (Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil);
Profa. Dra. Anna Paula Canez (Centro Universitário UniRitter, Brasil);
Profa. Dra. Andréa de Oliveira Tourinho (Universidade São Judas Tadeu, Brasil);
Profa. Dra. Angélica Tanus Benatti Alvim (Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil);
Prof. Dr. Artur Simões Rozestraten (Universidade de São Paulo, Brasil);
Prof. Dr. Claudio Silveira Amaral (Universidade São Judas Tadeu, Brasil);
Profa. Dra. Cristina de Campos (Universidade São Judas Tadeu, Brasil);
Prof. Dr. David Moreno Sperling (Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos da Universidade de São Paulo, Brasil);
Profa. Dra. Edite Galote Carranza (Universidade São Judas Tadeu, Brasil);
Profa. Dra. Eulália Portela Negrelos (Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos, Brasil);
Prof. Dr. Fábio Mariz Gonçalves (Universidade de São Paulo, Brasil);
Profa. Dra. Fernanda Fernandes da Silva (Universidade de São Paulo, Brasil);
Profa. Dra. Laís Bronstein (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil);
Prof. Dr. Luís Otávio Pereira Lopes de Faria Silva (Universidade São Judas Tadeu, Brasil);
Prof. Dr. Marcio Cotrim (Universidade Federal da Paraíba Brasil);
Profa. Dra. María del Carmen Ramírez Hernández (Universidad Autónoma Metropolitana Xochimilco, México);
Profa. Dra. Maria Isabel Imbroni (Universidade São Judas Tadeu, Brasil);
Prof. Mauricio Cárcamo Pino (Universidad de Chile, Chile);
Prof. Dr. Miguel Antonio Buzzar (Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Brasil);
Profa. Dra. Mônica Junqueira de Camargo (Universidade de São Paulo, Brasil);
Profa. Dra. Myrna de Arruda Nascimento (Universidade de São Paulo e Centro Universitário do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil);
Profa. Nidia Maidana (Facultad de Arquitectura Diseño y Urbanismo de la Universidad Nacional del Litoral, Argentina);
Profa. Dra. Paula De Vincenzo Fidelis Belfort Mattos (Universidade São Judas Tadeu, Brasil);
Prof. Dr. Paulo Yassuhide Fujioka (Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Brasil);
Profa. Dra. Patricia Rodrigues Samora (Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Brasil);
Profa. Dra. Regina Ruschel (Universidade Estadual de Campinas, Brasil);
Prof. Dr. Ricardo Paiva (Universidade Federal do Ceará, Brasil);
Profa. Dra. Sara Eloy (Instituto Universitário de Lisboa, Portugal);
Prof. Dr. Sergio Luis Abrahão (Universidade Paulista, Brasil);
Prof. Dr. Vicente Guzmán Ríos (Universidad Autónoma Metropolitana Xochimilco, México);
Prof. Dr. Wilson Florio (Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil);
Prof. Dr. Wilson Ribeiro dos Santos (Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Brasil).

Coordenação Editorial

Profa. Dra. Eneida de Almeida.

Revisão Técnica

Profa. Dra. Andréa de Oliveira Tourinho.

Projeto Gráfico, Produção e Editoração Eletrônica

Prof. Me. Fabio Martins.

Programação Visual do Site

Núcleo Web – Portal da USJT.

Grupo Fundador da arq.urb

Professores Doutores: Adilson Costa Macedo, Alexandre Emilio Lipai, José Ronal Moura de Santa Inez, Kátia Azevedo Teixeira, Marta Vieira Bogéa, Luis Octávio da Silva, Paulo de Assunção, Saide Kahtouni, Sérgio Roberto de França Mendes Carneiro, Yopanan Conrado Pereira Rebello.

Editores e Coeditores Anteriores

Kátia Azevedo Teixeira e Paulo de Assunção (n. 1 a 4); Paulo de Assunção (n. 5); Adilson Costa Macedo, Eneida de Almeida, Fernando G. Vázquez Ramos, Paula De Vincenzo Fidelis Belfort Mattos, Paulo de Assunção (n. 6); Eneida de Almeida e Fernando G. Vázquez Ramos (n. 7 a 24).

Correspondência e Contato

Universidade São Judas Tadeu Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo A/C Secretaria de Pós-Graduação - Mestrado em Arquitetura e Urbanismo Rua Taquari, 546 - Mooca São Paulo/SP - CEP: 03166-000 - Tel: 2799-1909.

e-mail: revista.arq.urb@saojudas.br

editores: prof.eneida@usjt.br / prof.atourinho@usjt.br

Nota

Os artigos publicados na revista arq.urb são de responsabilidade dos respectivos autores; não representam a opinião dos editores e/ou dos conselhos curador e editorial da revista e não respondem necessariamente à política e às diretrizes da Universidade São Judas Tadeu. ■

- i | Apresentação**
- ensaios & pesquisas**
- 2 | Editorial**
- 7 | Elisabete Mitiko Watanabe e Heloisa Faria de Cruz**
> O reconhecimento do patrimônio cultural de matriz africana – tombamento e registro de territórios tradicionais em São Paulo
- 23 | Felipe Bueno Crispim**
> O tombamento de áreas naturais pelo Condephaat: marco de inovação e memória da instituição do patrimônio paulista (1976-1995)
- 44 | Manoela Rossinetti Rufinoni**
> Do edifício ao território: o patrimônio urbano industrial na trajetória do Condephaat (1968-2018)
- 61 | Deborah Regina Leal Neves**
> Tecendo a história de São Paulo: tecelagens como patrimônio cultural
- 80 | Repep - Rede Paulista de Educação Patrimonial**
> Miradas para a Freguesia, participação social e a construção de valores na cidade
- 102 | Elaine Aparecida Jardim**
> A cidade começa no lugar onde você mora! Relações entre memória, identidade e território nos bairros-sede dos CEUs
- 117 | Flávia Brito do Nascimento**
> Patrimônio cultural e história oral nos conjuntos residenciais dos IAPs, São Paulo/SP
- 138 | Mariana Kimie da Silva Nito**
> Entorno de bens tombados e desafios entre legislação, técnica e valores urbanos
- 158 | Eduardo Polidori Villa Nova de Oliveira**
> Fundação de São Vicente, a(s) biografia(s) de uma pintura (1892-1939)

#25 | maio - agosto 2018



#24 | janeiro - abril 2019



#23 | setembro - dezembro 2018



#22 | maio - agosto 2018



#21 | janeiro - abril 2018



#20 | setembro - dezembro 2017



#19 | maio - agosto 2017



#18 | janeiro - abril 2017



#17 | setembro - dezembro 2016



#16 | maio - agosto 2017



#15 | janeiro - abril 2016



#14 | julho - dezembro 2015



#13 | janeiro - junho 2015



#12 | julho - dezembro 2014



#11 | janeiro - abril 2014



#10 | julho - dezembro 2013



#9 | janeiro - junho 2013



#8 | julho - dezembro 2012



#7 | janeiro - junho 2012



#6 | julho - dezembro 2011



#5 | janeiro - junho 2011



#4 | julho - dezembro 2010



#3 | janeiro - junho 2010



#2 | 2009



#1 | 2008

